



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVIII Nº 5, SEXTA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 2023

Edição extraordinária

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - (cargo vago)
- 2º - (cargo vago)
- 3º - (cargo vago)
- 4º - (cargo vago)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Deputada Maria do Rosário (PT-RS)
2º Secretária

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
- 2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
- 3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)
- 4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 1ª SESSÃO, SOLENE, EM 2 DE FEVEREIRO DE 2023

1.1 – ABERTURA	6
1.2 – FINALIDADE DA REUNIÃO	
Destinada a inaugurar a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.	6
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda dos Fuzileiros Navais	6
1.2.2 – Entrega da Mensagem do Poder Executivo (Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Rui Costa)	6
1.2.3 – Leitura da Mensagem do Poder Executivo (Deputado Luciano Bivar)	6
1.2.4 – Leitura e entrega da Mensagem do Poder Judiciário (Ministra Rosa Weber, Presidente do Supremo Tribunal Federal)	10
1.2.5 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Arthur Lira)	11
1.2.6 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Rodrigo Pacheco)	12
1.3 – ENCERRAMENTO	15

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 1ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Mensagem do Poder Executivo	17
2.1.2 – Mensagem do Poder Judiciário	202

PARTE III



3 – COMISSÕES MISTAS	351
4 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	370
5 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS	371
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO	372
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA	377
8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	378
9 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS	382



Ata da 1ª Sessão, Solene,
em 2 de fevereiro de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 6 minutos e encerra-se às 16 horas e 7 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão solene e inaugurados os trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Compõem a Mesa com esta Presidência: a Exma. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Rosa Weber; o Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira; o Exmo. Ministro de Estado, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Rui Costa; o Exmo. Procurador-Geral da República, Sr. Augusto Aras; o Exmo. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Luciano Bivar.

Convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional, executado pela Banda dos Fuzileiros Navais.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Eu agradeço a presença dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas Federais, Srs. Senadores e Sras. Senadoras da República.

Registro a presença entre nós dos exmos. senhores e senhoras embaixadores e embaixadoras, encarregados de negócios e membros dos corpos diplomáticos de Botsuana, Canadá, Cuba, Espanha, Luxemburgo, Nepal, Nicarágua, Paraguai, Reino Unido, República Democrática do Congo, Síria.

Registro também as presenças das senhoras e senhores ministros de Estado; Sra. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a Ministra Maria Thereza de Assis Moura; Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o Ministro Lelio Bentes Corrêa; demais autoridades e convidados presentes, sejam todos muito bem-vindos ao Congresso Nacional!

Convido o Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa, para proceder à entrega da mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional. **(Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

(Procede-se à entrega da mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – O Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Federal Luciano Bivar, irá proceder à leitura da mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O SR. LUCIANO BIVAR (Bloco/UNIÃO - PE. Para discursar.) –

Sras. e Srs. Parlamentares.

Vinte anos atrás, quando apresentei a essa Casa a primeira das oito mensagens presidenciais que tive a honra de assinar, exaltei a importância do Parlamento para a democracia e para a construção de um Brasil mais justo e inclusivo.

Durante meus oito anos como Presidente, mantive uma relação harmoniosa e independente com o Congresso Nacional. Todos os avanços que conquistamos dependeram fundamentalmente do profundo diálogo e da busca da convergência com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Honrado pelo povo brasileiro com um terceiro mandato, volto a me dirigir ao Parlamento para propor uma atuação harmônica, ainda que independente, em favor da reconstrução do Brasil. Reconstrução urgente e necessária porque o Brasil e o povo brasileiro foram submetidos, nos últimos quatro anos, a um estarrecedor processo de fragilização das instituições e de negação de direitos e oportunidades.

Tenho a mais absoluta certeza de que o diálogo, a parceria, a confiança mútua e a união de esforços pela reconstrução do país serão o norte de nossas relações nos próximos quatro anos. E o Congresso Nacional recentemente deu duas demonstrações cabais de seu compromisso com o



povo brasileiro.

A primeira delas foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, que excluiu do Teto de Gastos o montante de R\$145 bilhões necessário para fazer frente ao pagamento de um Bolsa Família fortalecido e mais justo. Que ampliou recursos para ações urgentes na área da saúde. E abriu espaço orçamentário suficiente para, entre outras ações, retomarmos obras prioritárias em Estados e Municípios, a serem definidas a partir de um amplo diálogo federativo.

A aprovação da Emenda, ainda antes da minha posse, simboliza uma colaboração sem precedentes, na qual o Congresso Nacional foi extremamente aberto e cooperativo. Em conjunto com a Equipe de Transição, construiu respostas rápidas e consistentes ao caos orçamentário que nos foi deixado e que tanto prejudicou a vida da população brasileira.

A segunda demonstração do Congresso Nacional foi a reação célere, firme e determinada aos atos terroristas do dia 8 de janeiro. (*Palmas.*)

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados se levantaram contra a barbárie cometida pela tentativa de golpe. Aprovaram rapidamente os atos necessários para a garantia da segurança e da ordem institucional. E deram um claro recado: juntos, os três Poderes da República jamais permitirão que qualquer aventura autoritária vingue em nosso país. Não permitirão que se trilhe, no Brasil, qualquer caminho que não seja o da democracia e o da Constituição.

Da minha parte, reafirmo o compromisso de defender e fortalecer nossa democracia, respondendo ao terror e à violência com a Lei e suas consequências. Reitero minha convicção de que o povo brasileiro rejeita a violência. Ele quer paz para estudar, trabalhar, cuidar da família e ser feliz. Quer de volta o direito de sonhar e as oportunidades para construir um futuro digno para si e para as gerações que virão.

A nós, como representantes eleitos pelo povo, cabe criarmos as condições necessárias para que isso seja possível. É urgente enfrentar a fome e as desigualdades. Mais do que governar, é preciso cuidar de todos e todas, mas olhando com atenção especial para as populações mais fragilizadas. É preciso tirar o pobre da fila do osso e recolocá-lo no Orçamento. Caso contrário, jamais conquistaremos a verdadeira democracia.

Como as Senhoras e os Senhores poderão ver, o primeiro capítulo desta Mensagem reproduz muitos dos temas que registramos no programa de governo de nossa coligação nas eleições de 2022. Desde o início do nosso Governo, estamos trabalhando de forma incansável e dialogando com parlamentares, governantes estaduais e municipais, trabalhadores, empresários e representantes da sociedade. Temos um país para reconstruir e isso só será possível com a construção de diferentes forças políticas e da sociedade como um todo.

Já o segundo capítulo desta mensagem corresponde ao relatório síntese do Gabinete de Transição. Fiz questão de incluí-lo neste documento para explicitar, mais uma vez, a gravidade do processo de desmonte do Estado e desorganização das políticas públicas nos últimos anos.

O trabalho do Gabinete de Transição mostrou que a tragédia que se abateu sobre o Brasil tem múltiplas faces. A fome voltou e a pobreza e a exclusão explodiram. Faltam recursos para a saúde, a educação e a ciência e tecnologia. Os direitos dos povos originários foram duramente atacados, assim como nossa biodiversidade, provocando um retrocesso no combate às mudanças climáticas. O obscurantismo tomou conta da cultura. As políticas de direitos humanos e de enfrentamento das desigualdades foram propositalmente abandonadas. A gestão do Estado foi relegada e a transparência deu lugar ao sigilo despropositado. A governança na economia foi desorganizada, assim como as políticas de apoio ao produtor, de todos os setores e tamanhos.



Demos início, já no primeiro dia de Governo, a mudanças fundamentais. Estabelecemos uma política de controle de armas mais severa, revertendo a criminosa liberação promovida no governo anterior, que tanta insegurança trouxe ao nosso País.

Reinstituímos as políticas de combate ao desmatamento, reativamos o Fundo Amazônia e revimos a destinação das multas ambientais, porque é urgente retomar uma política responsável em relação à nossa biodiversidade. Vamos tornar o Brasil uma potência ambiental, com uma agropecuária e mineração sustentáveis, uma indústria mais verde e o estímulo à bioeconomia e aos empreendimentos da sociobiodiversidade.

Os desafios da reconstrução são grandes. Sua superação exigirá vontade, determinação política e plena abertura ao diálogo com os demais poderes da República. Estejam cientes de que a mim e ao Vice-Presidente, Geraldo Alckmin, nenhum desses ingredientes faltará.

Nesta Casa, o trabalho e a busca pelo consenso começam desde já, com o debate que precede a deliberação sobre medidas provisórias que entendemos fundamentais neste início de Governo. São textos relativos à reestruturação do Estado e recriação de ministérios, além da retomada e do fortalecimento do Bolsa Família, tão urgente quanto a fome que afeta nossos irmãos e nossas irmãs de todo o Brasil. Lembro ainda as medidas de recuperação das contas públicas que apresentamos em 12 de janeiro, que também esperamos ver aprovadas pelo Congresso. No curto e no médio prazo, vamos juntos debater outros temas estruturantes. Encontramos um Estado em profundo desequilíbrio fiscal. O Teto de Gastos teve efeitos destrutivos sobre as políticas sociais, ao mesmo tempo que se tornou absolutamente inócuo como instrumento de controle fiscal. Vamos construir um novo regime fiscal para o Brasil.

Ainda no primeiro semestre, antes mesmo da data prevista na Emenda Constitucional nº 126, de 2022, submeteremos à apreciação do Congresso Nacional novas regras fiscais que assegurem previsibilidade e credibilidade ao nosso país. Também avançaremos na reforma tributária, essencial para a retomada sustentável do crescimento, e que deverá promover uma mudança capaz de distribuir a carga tributária de maneira mais justa.

É de nosso máximo interesse reorganizar o mais breve possível a situação fiscal para que possamos voltar a investir nas brasileiras e nos brasileiros. Queremos políticas públicas mais robustas, queremos atrair investimentos privados nacionais e externos. Por isso, reafirmo o compromisso e a disposição deste Presidente e da equipe do Governo para dialogar com o Congresso em favor da aprovação das medidas de reorganização fiscal.

Na educação, vamos apresentar à sociedade, ainda em 2023, propostas consistentes para elevar a qualidade da educação básica, assim como para ampliar a oferta de creches e expandir a educação em tempo integral. Já iniciamos a recuperação dos orçamentos das universidades e dos institutos federais de educação tecnológica. Apresentaremos, ainda em 2023, uma proposta para retomar a expansão de vagas nas redes federais de educação, com o fortalecimento das cotas, que será acompanhado de medidas consistentes para garantir a permanência dos estudantes.

Patrimônio do povo brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) terá recursos para reorganizar a atenção básica e retomar programas como o Farmácia Popular e as campanhas de vacinação. Daremos especial atenção à ampliação da oferta de atenção especializada, adotando, ainda nestes primeiros meses de 2023, medidas para enfrentar as filas de exames e de tratamentos especializados.

Asseguro nosso compromisso de cuidar da saúde de todas e todos, sem exceção, para que situações como a de nossos irmãos Yanomamis, deliberadamente abandonados pelo governo anterior, não se repitam nunca mais. O genocídio cometido contra o povo Yanomami exige de



nós medidas mais drásticas, além do atendimento médico de urgência e do combate à desnutrição. É urgente a retirada de 20 mil garimpeiros que atuam de forma ilegal no território indígena, assassinando crianças, destruindo florestas e envenenando rios e peixes com mercúrio.

Reconstruir o Brasil exige que estejamos comprometidos com a geração de emprego, trabalho e renda. Vamos retomar o investimento público e estimular o investimento privado, para que os empregos voltem a ser gerados. Os empreendedores voltarão a contar com o crédito em condições adequadas.

Adotaremos uma nova política de valorização do salário mínimo. Criamos uma comissão para, até abril de 2023, elaborar uma proposta sobre o tema, que vamos encaminhar em seguida para análise deste Parlamento. E em breve queremos também contar com a colaboração do Congresso para a construção negociada de regras para um novo sistema sindical e de proteção ao trabalho. As propostas serão elaboradas por meio de diálogo tripartite – Governo, centrais sindicais e empresariais – e submetidas à apreciação e ao aperfeiçoamento pelos representantes do povo no Congresso. Haveremos de alcançar o equilíbrio entre a proteção ao trabalho, a liberdade de empreender e o estímulo ao investimento.

As filas do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) vão acabar. A garantia de direitos dos cidadãos e das cidadãs voltará a ser o parâmetro para medir a eficiência da gestão. Cada redução de desigualdade alcançada será medida da eficácia da gestão.

O Estado brasileiro volta, a partir de agora, a atuar de forma obstinada contra o preconceito, a discriminação e o racismo. Assegurar igualdade de direitos e oportunidades a todas e todos exigirá políticas ativas e afirmativas. As mulheres, as negras e os negros, os povos indígenas e as pessoas com deficiência voltam a ter no Estado um parceiro para as suas lutas por igualdade.

O Brasil terá, em nossa gestão, uma política externa soberana, dedicada ao desenvolvimento sustentável e à construção de nova ordem global comprometida com o multilateralismo, o respeito à soberania das nações, a paz, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental. A cooperação com os nossos vizinhos continentais voltará a ser central em nossa política exterior, com a reintegração da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a revitalização da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além das parcerias bilaterais.

Reassumiremos nossa posição histórica em defesa dos direitos humanos em todos os fóruns internacionais. Voltaremos a nos posicionar como um país comprometido com a defesa da biodiversidade e com o enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. As viagens internacionais, que incluirão igualmente o continente africano, em clara demonstração de centralidade daquela região para o Brasil, voltarão a ser momentos de prática de uma política de um país que se reconhece como relevante no cenário internacional, que respeita e valoriza seus parceiros desenvolvidos e em desenvolvimento, mas principalmente defende o valor de sua soberania.

O ano de 2023 será o início de um tempo de união, de reconstrução, um tempo de reafirmação da democracia e da retomada do compromisso de cuidar do povo brasileiro. Trabalharemos de forma incansável em profunda interlocução republicana com governantes estaduais e municipais, sem qualquer distinção partidária. Ouviremos sempre trabalhadores, empresários e representantes da sociedade.

Estaremos, sobretudo, trabalhando de maneira harmônica e independente com o Congresso Nacional. Temos uma agenda prioritária robusta neste ano legislativo que se inicia. Temos, sobretudo, a missão de deixar mais uma vez escrito na história deste país que é somente a partir



do diálogo, da boa política e da busca pelos consensos que poderemos avançar no processo da reconstrução do país.

É isso que o povo brasileiro espera de todos nós.

Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Convido a Exma. Sra. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Rosa Weber, para proceder à leitura da Mensagem do Poder Judiciário e, em seguida, entregá-la ao Congresso Nacional.

A SRA. ROSA WEBER (Para discursar.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira; Sr. Ministro-chefe da Casa Civil, Ministro Rui Costa, neste ato representando a Presidência da República; Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras; Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Luciano Bivar; Sras. e Srs. Parlamentares, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, é para mim uma honra e uma satisfação participar, na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, desta sessão solene do Congresso Nacional de abertura do ano legislativo de 2023, em atenção inclusive ao art. 103-B, §4º, inciso VII, da Constituição Federal, para trazer a Mensagem do Poder Judiciário e fazer a entrega do relatório das atividades do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça no ano de 2022.

A participação do Poder Judiciário nesta cerimônia reveste-se de especial significado, na medida em que fortalece a interação sadia e harmônica entre os Poderes ao apresentar, para conhecimento dos eminentes Parlamentares, representantes das mais variadas aspirações da população brasileira, o relatório que sumariza, em números e perspectivas, a atuação do Poder Judiciário.

Não posso me furtar ao registro de que ontem, no Supremo Tribunal Federal, na sessão solene de abertura do ano judiciário de 2023, em cerimônia impregnada, como esta, de especial simbolismo, em um plenário totalmente reconstituído depois do ataque ignóbil de 8 de janeiro último – cerimônia enobrecida pelas presenças do eminente Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco, e de Sua Excelência o Presidente da República, a quem renovo o agradecimento pela presença e apoio – consignei que o vilipêndio às instalações dos três pilares da democracia brasileira, longe de enfraquecer nossa democracia constitucional, veio a conferir, mercê da solidariedade imediata de todos, maior intensidade ao convívio necessariamente harmonioso – exigência do próprio texto constitucional – entre os Poderes que compõem o Estado brasileiro.

Longe do pretendido aviltamento às instituições da República, que não se restringem às pedras em que se erguem seus prédios, informadas pelos valores maiores da Constituição, sobrepassaram aos indivíduos que transitoriamente as integram, restou fortalecida a comunhão nacional em torno do princípio nuclear e inderrogável que privilegia e consagra entre nós a prevalência da ideia democrática, que não pode ser transgredida nem conspurcada.

É a Constituição Cidadã de 1988 que estatui, todos sabemos, no primeiro de seus dispositivos, se constituir a República Federativa do Brasil em Estado democrático de direito. E a guarda da Constituição, por expressa delegação da Assembleia Nacional Constituinte, não me canso de repetir, cabe ao Supremo Tribunal Federal, que não age de ofício, mas somente quando provocado por quem o texto constitucional autoriza. (*Palmas.*)

A manutenção, sem solução de continuidade, dos trabalhos institucionais, a despeito da agressão desprezível de 8 de janeiro, paralelamente às ações destinadas a reparar os danos causados ao patrimônio público e a promover a responsabilização de seus agentes, é a resposta fundamental que se impunha, sem qualquer hesitação, aos atos de violência contra as instituições democráticas, e essa resposta está sendo



dada. (*Palmas.*)

Obrigada.

Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, em essência, a mensagem que trago ao Congresso Nacional é que, em 2023, o Supremo Tribunal Federal, sempre respeitando a harmonia e a independência dos demais Poderes da República, continuará vigilante na incondicional defesa da supremacia da Constituição e da integração da ordem democrática e na integridade da ordem democrática, em absoluta consonância, de resto, com a diretriz que erigi como norte da atual administração daquela Casa: a proteção da jurisdição constitucional e da integridade do regime democrático ou, mais simplesmente, a defesa, diuturna e intransigente, da Constituição e do Estado democrático de direito.

E o Poder Judiciário como um todo estará, como sempre, empenhado na entrega da prestação jurisdicional qualificada, célere e efetiva que os brasileiros anseiam e esperam, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as leis da República elaboradas nas Casas Legislativas.

Este Congresso Nacional, a Casa do Povo e da Federação, locus adequado para o debate das grandes questões nacionais, enquanto expressão da representação de diferentes anseios e pensamentos de nossa sociedade, manifestada nas urnas, denota por excelência um dos elementos fundamentais das democracias: a possibilidade de convivência civilizada e frutífera de ideias e visões de mundo distintas, que se relacionam dialeticamente sob procedimentos destinados a assegurar a participação de todos para a produção dos possíveis consensos, definindo as regras de convívio social.

Externo, em nome do Poder Judiciário, o desejo de que este Parlamento nacional desfrute um ano marcado por memorável e frutuosa atividade legislativa em prol do Brasil, na construção de uma sociedade livre, desenvolvida, justa, solidária, fraterna, inclusiva e igualitária, como orienta a Constituição.

E que todos juntos, sem qualquer exceção, em união nacional e convívio harmonioso dos Poderes, resguardada a independência de cada um nos limites das respectivas atribuições, prossigamos firmes no contínuo aperfeiçoamento de nossa democracia constitucional e no fortalecimento das instituições brasileiras, confiantes em sua maturidade e resiliência, a melhor salvaguarda contra aventuras antidemocráticas.

Encerro, cumprimentando os Presidentes Rodrigo Pacheco e Arthur Lira pela liderança na condução das Casas Legislativas, pelo trabalho árduo desenvolvido e, mais uma vez, também por sua recondução às Presidências, e desejando a todos os eminentes Parlamentares muito êxito no exercício de suas nobres funções legislativas em 2023.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*) (**Vide Item 2.1.2 do Sumário**)

(*Procede-se à entrega da Mensagem do Poder Judiciário.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador da República Rodrigo Pacheco, Presidente da Mesa do Congresso Nacional e do Senado da República, a quem aproveito para parabenizar pela recondução à Presidência do Senado para o biênio 2023-2025; Exma. Sra. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Rosa Weber; Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Rui Costa; Procurador-Geral da República, Sr. Augusto Aras; 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Luciano Bivar; Exmos. Sras. e Srs. Embaixadores, Encarregados de Negócios e membros do corpo diplomático presentes nesta sessão; Sras. e Srs. Ministros de Estado; Sras. e Srs. Deputados e Senadores; Presidente do Tribunal Superior de Justiça, Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura; Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Ministro Lelio Bentes Corrêa; demais autoridades e convidados presentes; senhoras e senhores, o início de uma legislatura sempre é marcado pela esperança e pelo propósito de trabalharmos com afinco para que o Brasil seja cada vez mais democrático,



próspero e socialmente justo.

Este ano temos mais um desafio, não menos importante, que é o de contribuir para a pacificação nacional. Somos, por excelência, abertos, para que o confronto de ideias e de visões de mundo sirvam para somar, e não para erguer barreiras de ódio e revanchismo. No Parlamento, adversários se respeitam e trabalham juntos em prol dos mais elevados interesses nacionais.

Recentemente, nossa democracia passou por uma de suas mais duras provas. O dano ao patrimônio material e imaterial da nação foi imensurável, mas o fato de estarmos aqui reunidos neste Plenário, menos de um mês após os ataques, num ambiente de plena normalidade democrática, mostra a força das nossas instituições.

As agressões covardes à democracia explicitaram o fato de que o Poder Legislativo não se confunde com o prédio onde ele funciona. O Parlamento são os senhores e as senhoras reunidos, escolhidos pela vontade do povo brasileiro consagrada nas urnas, povo a quem devemos honrar e servir com o melhor do nosso empenho e dedicação.

Manifesto aqui minha firme disposição de dialogar e colaborar com os demais Poderes da República para alcançarmos esses objetivos e estou certo de que os esforços das Sras. e dos Srs. Parlamentares serão indispensáveis nesse sentido.

O Parlamento sempre defenderá sua autonomia e o nosso sagrado direito à liberdade de expressão, porque essa é a essência mesma da democracia que se materializa nos mandatos dos Senadores e Deputados que periodicamente renovam a vontade popular expressa nas urnas.

Uma mostra inequívoca do espírito de colaboração do Parlamento foi dada no final do ano passado, com a célere aprovação da chamada PEC da transição, que assegurou ao Governo eleito os recursos necessários para a manutenção do valor pago às famílias beneficiárias de programas de assistência social.

Nos últimos três anos, enfrentamos uma emergência sanitária sem precedentes e conseguimos dar uma resposta à altura do desafio, aprovando medidas que evitaram o agravamento da miséria no país.

Os efeitos da pandemia ainda se fazem sentir e é necessário que este Parlamento, renovado, construa o arcabouço legislativo necessário para retomarmos o crescimento econômico, associado, sempre, à responsabilidade social.

Entre as pautas prioritárias para este ano, destaco a reforma tributária e a aprovação de um novo paradigma fiscal. Não tenho dúvidas de que a simplificação do nosso sistema tributário terá efeitos positivos na arrecadação e na justiça social. O Brasil há muito clama por uma solução definitiva para esse desafio.

Essa questão pontual se insere, é claro, no contexto da busca por uma sintonia fina entre os objetivos econômicos e as prioridades sociais, que são muitas. Integrar essas duas linhas de trabalho é imprescindível para que o Brasil reencontre o caminho do crescimento com responsabilidade.

Senhoras e senhores, desde a redemocratização o Congresso Nacional tem mantido uma intensa interlocução com a sociedade, e asseguro minha firme disposição de manter abertos e fortalecidos todos os canais de diálogo com a nação. Tenho a convicção de que este é o caminho para que o Parlamento possa realizar plenamente a sua função constitucional.

A democracia é o nosso farol e a defesa da liberdade é o que nos dá força para seguir em frente. Somos uma democracia madura e o Congresso Nacional será sempre o espaço para o debate franco, onde o encontro dos contraditórios conduz a uma síntese que representa o verdadeiro interesse nacional.

Por fim, desejo a todos uma legislatura de trabalho frutífero e capaz de enfrentar os grandes desafios nacionais. Que a nós sejam dados discernimento e determinação para cumprir esta elevada missão, honrando a confiança em nós depositada pelas brasileiras e brasileiros.

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Eu registro a presença dos Exmos. Srs. Embaixadores e Exmas. Sras. Embaixadoras, Encarregados de Negócios e membros dos Corpos Diplomáticos também da Arábia Saudita, Equador, Finlândia, Países Baixos, Palestina e Singapura.

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, a quem rendo minhas homenagens, eu o cumprimento pela eleição novamente à Presidência da Câmara dos Deputados, desejando-lhe boa sorte e cumprimentando-o pelo pronunciamento; Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exma. Sra. Ministra Rosa Weber; Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Rui Costa; Sr. Procurador-Geral da República, Augusto Aras; 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Luciano Bivar; todos os Srs. Parlamentares; demais autoridades; senhoras e senhores, há exatos dois anos, quando assumi, pela primeira vez, a Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, defendi a pacificação nacional, a deferência às instituições públicas e o respeito à divergência de ideias. Acreditava, e continuo acreditando, que este Congresso Nacional deve ser um exemplo para a nação e que a pacificação da sociedade não será possível sem uma anterior harmonia das instituições.

Os eventos trágicos que experimentamos no dia 8 de janeiro de 2023 evidenciam como esses valores são atuais e merecem toda a nossa atenção. Essa data sombria, em que a nossa sede juntamente com as dos outros dois Poderes da República foram alvos da mais covarde invasão e da mais ignóbil depredação, sinaliza também que nós, Chefes de Poderes, devemos dirigir a sociedade para o caminho do respeito às divergências. Conforta-nos, todavia, a certeza de que as instituições brasileiras não se eximirão de investigar e punir exemplarmente todos os criminosos envolvidos, direta ou indiretamente, naquela barbaridade.

Reitero o que disse no dia 1º de janeiro deste ano: deixemos ao passado ou para o passado tudo que nos separa, tudo que nos divide. Olhemos para o futuro como uma nova oportunidade, um recomeço. Façamos diferente, façamos mais, façamos melhor. O futuro se desenha no presente e a hora de mudar o futuro da nossa nação é agora. Não percamos esta oportunidade. (*Palmas.*)

Neste momento em que assumimos este compromisso perante a nação brasileira, reforço o meu comprometimento com o pacto democrático, com as instituições, com o diálogo e com a cooperação.

Parafraseio Juscelino Kubitschek em seu último discurso, antes da cassação de seu mandato parlamentar: chegamos aqui, aspas, “depois de uma luta sem tréguas contra forças de toda ordem, inclusive as da calúnia, que em vão tentaram deter a vontade do povo brasileiro”. Fecho aspas.

O Parlamento, local onde a diversidade de interesses encontra a sua convergência, seguirá exercendo o seu papel de garantidor da democracia brasileira, papel que se mostrou essencial em frente aos ataques a ela dirigidos ao longo dos últimos anos.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados não se omitirão em nenhum momento perante as ameaças ao processo democrático, as eleições livres e diretas, a integridade e a confiabilidade das urnas eletrônicas. Protegemos e protegeremos o nosso sistema democrático, as nossas instituições e o nosso processo eleitoral. Se o voto é a primeira arma do cidadão, como dizia Ruy Barbosa, o Congresso Nacional jamais permitirá que tal arma lhe seja sacada das mãos.

Essa missão de proteger a democracia é agora compartilhada com cada um dos Deputados e Deputadas Federais, Senadores e Senadoras aqui presentes e eleitos pela vontade soberana do povo brasileiro para representá-lo durante o próximo quadriênio.

Reitero as boas-vindas a V. Exas. e desejo-lhes competência, trabalho árduo e sucesso contínuo no exercício dos mandatos parlamentares que ora inauguram. Tenho plena convicção de que a chegada de V. Exas. irá oxigenar o Parlamento com novas ideias, dar voz a clamores populares e fornecer outras perspectivas de análise sobre os temas em voga na agenda nacional.

Nesse sentido, o Poder Legislativo se compromete a trabalhar de maneira independente, porém



harmônica, com o Poder Executivo, com o Poder Judiciário e as instituições brasileiras a fim de lidar com as grandes questões nacionais. O enfrentamento de problemas em uma nação continental como a nossa exige aprofundadas análises e planejamentos cuidadosos, com a indispensável participação da sociedade no processo de elaboração legislativa.

Retomando o que venho afirmando desde o discurso de abertura da minha primeira sessão legislativa como Presidente do Congresso Nacional, considero que a atuação deste Parlamento deva se basear em pilares essenciais: a saúde pública, o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

De fato, os desafios sanitários decorrentes da pandemia do coronavírus nos revelaram que, antes de tudo, precisamos intensificar o comprometimento do Estado brasileiro com a saúde pública. É nosso dever proteger e fortalecer o Sistema Único de Saúde e o Programa Nacional de Imunizações, cujos inquestionáveis sucessos os tornaram amplamente referenciados e elogiados em todo o mundo.

Para corroborar esse comprometimento, é essencial, ainda, universalizarmos os serviços públicos de saneamento básico, respeitando as metas estabelecidas no marco regulatório do saneamento, aprovado por este Congresso em 2020.

Assim como a saúde pública, o desenvolvimento social também foi severamente afetado pela covid-19. Intensificadas durante a pandemia, a fome e a miséria voltaram ao topo da agenda nacional e de lá precisamos retirá-las urgentemente.

Diante da fome e da miséria, senhoras e senhores, não sobrevivem a dignidade e a cidadania, fundamentos da República brasileira. A fome de um povo é a prova maior da falha do poder público, da omissão do Estado. O Presidente Ulysses Guimarães, em cuja homenagem este Plenário foi batizado, já asseverava que “o inimigo mortal do homem é a miséria. Não há pior discriminação que a miséria”.

Nesse ponto, senhores colegas Parlamentares, quero assegurar que todos podem contar com o absoluto engajamento da Presidência do Congresso Nacional em promover e defender os objetivos da República estabelecidos na Constituição Cidadã, o combate à pobreza e à fome, a redução das desigualdades sociais e regionais e a construção de um país sem discriminação de qualquer sorte.

Reforço também meu compromisso de construirmos uma sociedade com a necessária igualdade de gênero. E destaco aqui justamente o papel da Bancada Feminina da minha Casa, do Senado Federal, criada durante o último biênio no intuito de ampliar a voz e o espaço às mulheres brasileiras no Parlamento. (*Palmas.*)

Nós, Parlamentares, assumimos junto com nossos cargos e funções o dever cívico, o dever ético, o dever profissional de viabilizar políticas públicas que facilitem a vida do nosso povo. Trabalhem, pois, para proteger e fomentar a prosperidade na nossa população, de toda a nossa população, mas com especial atenção às camadas mais sensíveis, como os povos originários, os habitantes das zonas rurais, os carentes de um teto ou de um pedaço de pão, onde possam viver de forma íntegra, digna e respeitosa.

É justamente em momentos críticos e delicados, como o que ora enfrentamos, que o Estado deve se fazer mais presente e mais forte na vida dos cidadãos, de modo a garantir não apenas a sua subsistência, mas igualmente a criação de mais oportunidades de desenvolvimento social.

Vamos trabalhar para que o Brasil volte a crescer, a gerar emprego, porque trabalho é dignidade. O Congresso Nacional não medirá esforços para avançarmos na agenda do desenvolvimento. Mais do que nunca, o Brasil almeja se destacar pelo desenvolvimento sustentável, alinhando a responsabilidade fiscal à responsabilidade social e ambiental.

Nosso país tem plenas condições de crescer a sua produção agropecuária, industrial, enquanto protege seus biomas e sua população. A natureza, aliás, nos presenteou com riquíssimas fontes de energias renováveis, uma indústria de enorme potencial econômico, que precisamos promover com progressiva intensidade.



Por falar em potencial de crescimento econômico, é fato que a pandemia afetou de maneira igualmente dura o terceiro pilar de atuação do Congresso Nacional. A inflação decorrente da quebra das cadeias globais de produção e distribuição de bens e serviços elevou de maneira contundente o custo de vida dos brasileiros, retirando seu poder de compra.

O problema precisa ser enfrentado com planejamento e medidas efetivas, entre as quais destaco a necessidade de reforma em nossa legislação tributária, a fim de simplificar, agilizar e baratear as atividades da iniciativa privada.

Ainda na perspectiva do crescimento econômico, é fundamental que dirijamos uma maior devoção ao tema da educação. O Brasil que merecemos precisa de um ensino de qualidade, com merenda escolar, cultura, artes, esporte, assistência social, assistência psicológica, assistência psiquiátrica, uma educação que forme cidadãos. Nada pode faltar à geração de zero a dezoito anos do Brasil. (*Palmas.*)

A educação é fator essencial para a propagação do respeito e da tolerância, para o desenvolvimento do espírito de cidadania, solidariedade, união. A polarização ideológica e a intolerância de qualquer espécie precisam urgentemente ser substituídas pelo espírito de união do nosso povo.

Hoje as famílias se encontram divididas; o país se encontra dividido; e como todos nós sabemos, senhoras e senhores, país dividido não cresce. Em toda a história da humanidade, nenhum país tomado por conflitos internos foi capaz de crescer e se desenvolver no cenário internacional, muito menos de atender as demandas sociais e econômicas de nosso povo.

Portanto, tenhamos nós Parlamentares responsabilidade. (*Palmas.*)

Precisamos promover a educação igualmente como arma de combate ao perverso fenômeno da desinformação. A disseminação maliciosa de informações falsas não pode ser enfrentada sem a efetiva educação de nossa gente. Para isso, julgo fundamental o incremento dos mecanismos de transparência passiva e ativa dos dados públicos. A independência e a harmonia entre os poderes públicos passam necessariamente pelo aumento da transparência administrativa e da educação voltada ao controle social da máquina estatal.

Julgo ser incumbência do Congresso Nacional, na qualidade de *locus* essencial de coabitação das divergências políticas, encampar o processo de superação do clima de intolerância e desunião que vem crescendo nos últimos anos. Precisamos ser exemplos de convivência pacífica entre ideias divergentes, convivência pacífica entre pessoas divergentes. Devemos mostrar aos brasileiros que discordar não significa odiar e que cada ponto de vista tem seu valor no processo de busca do bem comum.

É preciso estreitar os laços entre União, estados, Distrito Federal e municípios, a fim de propiciar a convergência de esforços necessária para garantir o efetivo resultado das políticas públicas. A tranquilidade política, a segurança jurídica, a estabilidade institucional são elementos indispensáveis à confiança externa no país e ao desenvolvimento nacional.

Renovo os agradecimentos aos meus colegas deste Congresso Nacional pela confiança em mim depositada para presidir as atividades parlamentares no próximo biênio. Não pouparei esforços para fazer jus à oportunidade e à honra que mais uma vez me foi conferida.

Tenho certeza de que, com a colaboração de cada um dos senhores e das senhoras, o Parlamento brasileiro manterá o ritmo de produção e a qualidade dos trabalhos legislativos na legislatura que ora se inicia.

Cumprida a finalidade desta sessão, agradecendo a presença de todos, declaro o seu encerramento. Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 07 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 1ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Mensagem do Poder Executivo



APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Parlamentares.

Vinte anos atrás, quando apresentei à esta Casa a primeira das oito mensagens presidenciais que tive a honra de assinar, exaltei a importância do Parlamento para a democracia e para a construção de um Brasil mais justo e inclusivo.

Durante meus oito anos como presidente, mantive uma relação de harmonia e independência com o Congresso Nacional. Todos os avanços que conquistamos dependeram, fundamentalmente, do profundo diálogo e da busca de convergências com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Honrado pelo povo brasileiro com um terceiro mandato, volto a me dirigir ao Parlamento para propor uma atuação harmônica, ainda que independente, em favor da reconstrução do Brasil. Reconstrução urgente e necessária porque o Brasil e o povo brasileiro foram submetidos, nos últimos quatro anos, a um estarrecedor processo de fragilização das instituições e de negação de direitos e oportunidades.

Tenho a mais absoluta certeza de que o diálogo, a parceria, a confiança mútua e a união de esforços pela reconstrução do País serão o norte de nossas relações nos próximos quatro anos. E o Congresso Nacional, recentemente, deu duas demonstrações cabais de seu compromisso com o povo brasileiro.

A primeira delas foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, que excluiu do Teto de Gastos o montante de R\$ 145 bilhões necessários para fazer frente ao pagamento de um Bolsa Família fortalecido e mais justo. Que ampliou recursos para ações urgentes na área da saúde. E abriu espaço orçamentário suficiente para, entre outras ações, retomarmos obras prioritárias em Estados e Municípios, a serem definidas a partir de um amplo diálogo federativo.

A aprovação da Emenda, ainda antes de minha posse, simboliza uma colaboração sem precedentes, na qual o Congresso Nacional foi extremamente aberto e cooperativo. Em conjunto com a Equipe de Transição, construiu respostas rápidas e consistentes ao caos orçamentário que nos foi deixado e que tanto prejudicou a vida da população brasileira.

A segunda demonstração do Congresso Nacional foi a reação célere, firme e determinada aos atos terroristas do dia 8 de janeiro. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados se levantaram contra a barbárie cometida pela tentativa de golpe. Aprovaram rapidamente os atos necessários para a garantia da segurança e da ordem institucional. E deram um claro recado: juntos, os três Poderes da República jamais permitirão que qualquer aventura autoritária vingue em nosso país. Não permitirão que se trilhe, no Brasil, qualquer caminho que não seja o da democracia e o da Constituição.

De minha parte, reafirmo o compromisso de defender e fortalecer nossa democracia, respondendo ao terror e à violência com a Lei e suas consequências. Reitero minha convicção de que o povo brasileiro rejeita a violência. Ele quer paz para estudar, trabalhar, cuidar da família e ser feliz. Quer de volta o direito de sonhar e as oportunidades para construir um futuro digno para si e para as gerações que virão.

A nós, como representantes eleitos pelo povo, cabe criarmos as condições necessárias para que isso seja possível. É urgente enfrentar a fome e as desigualdades. Mais do que governar, é preciso cuidar de todos e todas, mas olhando com atenção especial para as populações mais fragilizadas. É preciso



tirar o pobre da fila do osso e recolocá-lo no Orçamento. Caso contrário, jamais conquistaremos a verdadeira democracia.

Como as Senhoras e os Senhores poderão ver, o primeiro capítulo desta Mensagem reproduz muitos dos temas que registramos no programa de governo de nossa coligação, nas eleições de 2022. Desde o início do nosso Governo, estamos trabalhando de forma incansável e dialogando com parlamentares, governantes estaduais e municipais, trabalhadores, empresários e representantes da sociedade. Temos um país para reconstruir e isso só será possível com a contribuição de diferentes forças políticas e da sociedade como um todo.

Já o segundo capítulo desta Mensagem corresponde ao relatório síntese do Gabinete de Transição. Fiz questão de incluí-lo neste documento para explicitar, mais uma vez, a gravidade do processo de desmonte do Estado e desorganização das políticas públicas nos últimos anos.

O trabalho do Gabinete de Transição mostrou que a tragédia que se abateu sobre o Brasil tem múltiplas faces. A fome voltou e a pobreza e a exclusão explodiram. Faltam recursos para a saúde, a educação e a ciência e tecnologia. Os direitos dos povos originários foram duramente atacados, assim como nossa biodiversidade, provocando um retrocesso no combate às mudanças climáticas. O obscurantismo tomou conta da cultura. As políticas de direitos humanos e de enfrentamento das desigualdades foram propositalmente abandonadas. A gestão do Estado foi relegada e a transparência deu lugar ao sigilo despropositado. A governança na economia foi desorganizada, assim como as políticas de apoio ao produtor, de todos os setores e tamanhos.

Demos início, já no primeiro dia de Governo, a mudanças fundamentais. Estabelecemos uma política de controle de armas mais severa, revertendo a criminosa liberalização promovida no governo anterior, que tanta insegurança trouxe ao nosso País. Reinstituímos as políticas de combate ao desmatamento, reativamos o Fundo Amazônia e revimos a destinação das multas ambientais, porque é urgente retomar uma política responsável em relação à nossa biodiversidade. Vamos tornar o Brasil uma potência ambiental, com uma agropecuária e mineração sustentáveis, uma indústria mais verde, e o estímulo à bioeconomia e aos empreendimentos da sociobiodiversidade.

Os desafios da reconstrução são grandes. Sua superação exigirá vontade, determinação política e plena abertura ao diálogo com os demais poderes da República. Estejam cientes que, a mim e ao vice-presidente, Geraldo Alckmin, nenhum desses ingredientes faltará.

Nesta Casa, o trabalho e a busca pelo consenso começam desde já, com o debate que precede a deliberação sobre medidas provisórias que entendemos fundamentais neste início de Governo. São textos relativos à reestruturação do Estado e recriação de ministérios, além da retomada e do fortalecimento do Bolsa Família, tão urgente quanto a fome que afeta nossos irmãos e nossas irmãs de todo o Brasil. Lembro ainda as medidas de recuperação das contas públicas que apresentamos em 12 de janeiro, que também esperamos ver aprovadas pelo Congresso.

No curto e no médio prazo, vamos juntos debater outros temas estruturantes. Encontramos um Estado em profundo desequilíbrio fiscal. O Teto de Gastos teve efeitos destrutivos sobre as políticas sociais, ao mesmo tempo que se tornou absolutamente inócuo como instrumento de controle fiscal. Vamos construir um novo regime fiscal para o Brasil.

Ainda no primeiro semestre, antes mesmo da data prevista na Emenda Constitucional nº 126, de 2022, submeteremos à apreciação do Congresso Nacional novas regras fiscais que assegurem



previsibilidade e credibilidade ao nosso País. Também avançaremos na reforma tributária, essencial para a retomada sustentável do crescimento, e que deverá promover uma mudança capaz de distribuir a carga tributária de maneira mais justa.

É de nosso máximo interesse reorganizar, o mais breve possível, a situação fiscal para que possamos voltar a investir nas brasileiras e nos brasileiros. Queremos políticas públicas mais robustas, queremos atrair investimentos privados nacionais e externos. Por isso, reafirmo o compromisso e a disposição deste Presidente e da equipe do Governo para dialogar com o Congresso em favor da aprovação das medidas de reorganização fiscal.

Na educação, vamos apresentar à sociedade, ainda em 2023, propostas consistentes para elevar a qualidade da educação básica, assim como para ampliar a oferta de creches e expandir a educação em tempo integral. Já iniciamos a recuperação dos orçamentos das universidades e dos institutos federais de educação tecnológica. Apresentaremos, ainda em 2023, uma proposta para retomar a expansão das vagas nas redes federais de educação, com o fortalecimento das cotas, que será acompanhada de medidas consistentes para garantir a permanência dos estudantes.

Patrimônio do povo brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) terá recursos para reorganizar a atenção básica e retomar programas como o Farmácia Popular e as campanhas de vacinação. Daremos especial atenção à ampliação da oferta de atenção especializada, adotando, ainda nestes primeiros meses de 2023, medidas para enfrentar as filas de exames e tratamentos especializados.

Asseguro nosso compromisso de cuidar da saúde de todas e todos, sem exceção, para que situações como a de nossos irmãos Yanomami, deliberadamente abandonados pelo governo anterior, não se repitam nunca mais. O genocídio cometido contra o povo Yanomami exige de nós medidas mais drásticas, além do atendimento médico de urgência e do combate à desnutrição. É urgente a retirada de 20 mil garimpeiros que atuam de forma ilegal no território indígena, assassinando crianças, destruindo florestas e envenenando rios e peixes com mercúrio.

Reconstruir o Brasil exige que estejamos comprometidos com a geração de emprego, trabalho e renda. Vamos retomar o investimento público e estimular o investimento privado para que os empregos voltem a ser gerados. Os empreendedores voltarão a contar com crédito em condições adequadas.

Adotaremos uma nova política de valorização do salário mínimo. Criamos uma comissão para, até abril de 2023, elaborar uma proposta sobre o tema, que vamos encaminhar, em seguida, para análise do Parlamento. E, em breve, queremos também contar com a colaboração do Congresso para a construção negociada de regras para um novo sistema sindical e de proteção ao trabalho. As propostas serão elaboradas por meio de diálogo tripartite – governo, centrais sindicais e empresariais – e submetidas à apreciação e ao aperfeiçoamento pelos representantes do povo no Congresso. Haveremos de alcançar o equilíbrio entre a proteção ao trabalho, a liberdade de empreender e o estímulo ao investimento.

As filas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vão acabar. A garantia de direitos das cidadãs e dos cidadãos voltará a ser o parâmetro para medir a eficiência da gestão. Cada redução de desigualdade alcançada será medida de eficácia da gestão. O Estado brasileiro volta, a partir de agora, a atuar de forma obstinada contra o preconceito, a discriminação e o racismo. Assegurar igualdade de direitos e oportunidades a todas e todos exigirá políticas ativas e afirmativas. As mulheres, as negras e os negros, os povos indígenas e as pessoas com deficiência voltam a ter no Estado um parceiro para



suas lutas por igualdade.

O Brasil terá, em nossa gestão, uma política externa soberana, dedicada ao desenvolvimento sustentável e à construção de nova ordem global comprometida com o multilateralismo, o respeito à soberania das nações, a paz, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental. A cooperação com nossos vizinhos continentais voltará a ser central em nossa política exterior, com a reintegração à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a revitalização da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além das parcerias bilaterais.

Reassumiremos nossa posição histórica em defesa dos direitos humanos em todos os foros internacionais. Voltaremos a nos posicionar como um país comprometido com a defesa da biodiversidade e com o enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. As viagens internacionais, que incluirão igualmente o continente africano em clara demonstração da centralidade daquela região para o Brasil, voltarão a ser momentos da prática de uma política de um país que se reconhece como relevante no cenário internacional, que respeita e valoriza seus parceiros desenvolvidos e em desenvolvimento, mas principalmente defende e valoriza sua soberania.

O ano de 2023 será o início de um tempo de união e reconstrução, um tempo de reafirmação da democracia e de retomada do compromisso de cuidar do povo brasileiro. Trabalharemos de forma incansável, em profunda interlocução republicana com governantes estaduais e municipais, sem qualquer distinção partidária. Ouviremos, sempre, trabalhadores, empresários e representantes da sociedade.

Estaremos, sobretudo, trabalhando de maneira harmônica e independente com o Congresso Nacional. Temos uma agenda prioritária robusta neste ano legislativo que se inicia. Temos, sobretudo, a missão de deixar mais uma vez escrito na história desse País que é somente a partir do diálogo, da boa política e da busca pelos consensos que poderemos avançar no processo de reconstrução do Brasil.

É isso que o povo brasileiro espera de todos nós.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República



BRASIL BRASIL
BRASIL BRASIL



Mensagem ao Congresso Nacional | **2023**

BRASIL BRASIL
BRASIL BRASIL



Copyright © 2023 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total,
por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser
encontrado o original

[https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/
mensagem-presidencial-ao-congresso-nacional-2023](https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/mensagem-presidencial-ao-congresso-nacional-2023)

Publicação em formato digital.

Produzido no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidente (2023- : Lula)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2023 [recurso eletrônico] –
Brasília, DF : Presidência da República, 2023. – 124 p.

I. Mensagem Presidencial – Brasil, 2023. 1. Transformação social
- Brasil. 2. Desenvolvimento Social - Brasil. 3. Desenvolvimento
econômico - Brasil. 4. Democracia - Brasil. 5. Políticas públicas – Brasil.
6. Legislação - Brasil. 7. Organização Administrativa – Brasil. I. Lula,
1945-. II. Título

CDU 342.511.7(81)



Escaneie o **QR Code** e acesse a
versão completa da **Mensagem
ao Congresso Nacional 2023**.



**República Federativa do Brasil****Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Rui Costa dos Santos

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Flávio Dino de Castro e Costa

Ministro de Estado da Defesa

José Múcio Monteiro Filho

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Mauro Luiz Iecker Vieira

Ministro de Estado da Fazenda

Fernando Haddad

Ministro de Estado dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Ministro de Estado de Portos e Aeroportos

Márcio Luiz França Gomes

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

Carlos Henrique Baqueta Fávoro

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Ministra de Estado da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Ministro de Estado da Previdência Social

Carlos Roberto Lupi

Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

José Wellington Barroso de Araújo Dias

Ministra de Estado da Saúde

Nisia Verônica Trindade Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministro de Estado de Minas e Energia

Alexandre Silveira de Oliveira



Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

Ministro de Estado das Comunicações

José Juscelino dos Santos Rezende Filho

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministra de Estado do Esporte

Ana Beatriz Moser

Ministra de Estado do Turismo

Daniela Moté de Souza Carneiro

Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional

Antônio Waldez Góes da Silva

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Ministro de Estado das Cidades

Jader Fontenelle Barbalho Filho

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

André Carlos Alves de Paula Filho

Ministra de Estado das Mulheres

Aparecida Gonçalves

Ministra de Estado da Igualdade Racial

Anielle Franco

Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

Sílvio Luiz de Almeida

Ministra de Estado dos Povos Indígenas

Sônia Bone Guajajara

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Márcio Costa Macêdo

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Marco Edson Gonçalves Dias

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social

Paulo Roberto Severo Pimenta

Advogado-Geral da União

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

Vinicius Marques de Carvalho



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL	14
---	----

1. Vamos juntos pelo Brasil - Compromissos para a reconstrução do País	15
2. Desenvolvimento social e garantia de direitos	19
3. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática	31
4. Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania	46

O BRASIL AO FINAL DE 2022 – DESAFIOS À RECONSTRUÇÃO DO PAÍS E DO ESTADO	53
--	----

1. Radiografia do desmonte do Estado e das políticas públicas	62
1.1 Desenvolvimento social e garantia de direitos	67
1.2 Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática	103
1.3 Defesa da democracia, reconstrução do Estado e da soberania	128



2. Mapeamento das emergências fiscais e do orçamento público	143
2.1 Mapeamento das principais emergências orçamentárias	145
2.2 Ações para reconstrução do orçamento público: PEC do Bolsa Família e ajustes para o PLOA 2023	148
3. Sugestões de medidas para revogação e revisão	151
3.1 Revogações e revisões na área da política pública de armas	153
3.2 Revogações e revisões na área da política pública de meio ambiente	154
3.3 Revisão de atos que impuseram sigilo indevido de 100 anos em documentos de acesso público	156
3.4 Revogações de atos que avançam em processos de desestatização	157
3.5 Revogações e revisões de atos que prejudicam direitos sociais e econômicos	158
3.6 Revogações e revisões de atos contrários aos direitos de crianças, adolescentes e da juventude	160
3.7 Revogações e revisões na área das políticas públicas de cultura	161
3.8 Revogações e revisões de atos contrários à igualdade racial	162
3.9 Revogações e revisões de atos que limitam o direito de participação social	163
4. Proposta de nova estrutura organizacional dos ministérios	166
4.1 Nova dinâmica de Centro de Governo	168
4.2 Nova estrutura de ministérios	170
5. Conclusão	178



APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Parlamentares.

Vinte anos atrás, quando apresentei à esta Casa a primeira das oito mensagens presidenciais que tive a honra de assinar, exaltei a importância do Parlamento para a democracia e para a construção de um Brasil mais justo e inclusivo.

Durante meus oito anos como presidente, mantive uma relação de harmonia e independência com o Congresso Nacional. Todos os avanços que conquistamos dependeram, fundamentalmente, do profundo diálogo e da busca de convergências com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Honrado pelo povo brasileiro com um terceiro mandato, volto a me dirigir ao Parlamento para propor uma atuação harmônica, ainda que independente, em favor da reconstrução do Brasil. Reconstrução urgente e necessária porque o Brasil e o povo brasileiro foram submetidos, nos últimos quatro anos, a um estarrecedor processo de fragilização das instituições e de negação de direitos e oportunidades.

Tenho a mais absoluta certeza de que o diálogo, a parceria, a confiança mútua e a união de esforços pela reconstrução do País serão o norte de nossas relações nos próximos quatro anos. E o Congresso Nacional, recentemente, deu duas demonstrações cabais de seu compromisso com o povo brasileiro.

A primeira delas foi a aprovação da [Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022](#), que excluiu do Teto de Gastos o montante de R\$ 145 bilhões necessários para fazer



frente ao pagamento de um Bolsa Família fortalecido e mais justo. Que ampliou recursos para ações urgentes na área da saúde. E abriu espaço orçamentário suficiente para, entre outras ações, retomarmos obras prioritárias em Estados e Municípios, a serem definidas a partir de um amplo diálogo federativo.

A aprovação da Emenda, ainda antes de minha posse, simboliza uma colaboração sem precedentes, na qual o Congresso Nacional foi extremamente aberto e cooperativo. Em conjunto com a Equipe de Transição, construiu respostas rápidas e consistentes ao caos orçamentário que nos foi deixado e que tanto prejudicou a vida da população brasileira.

A segunda demonstração do Congresso Nacional foi a reação célere, firme e determinada aos atos terroristas do dia 8 de janeiro. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados se levantaram contra a barbárie cometida pela tentativa de golpe. Aprovaram rapidamente os atos necessários para a garantia da segurança e da ordem institucional. E deram um claro recado: juntos, os três Poderes da República jamais permitirão que qualquer aventura autoritária vingue em nosso país. Não permitirão que se trilhe, no Brasil, qualquer caminho que não seja o da democracia e o da Constituição.

De minha parte, reafirmo o compromisso de defender e fortalecer nossa democracia, respondendo ao terror e à violência com a Lei e suas consequências. Reitero minha convicção de que o povo brasileiro rejeita a violência. Ele quer paz para estudar, trabalhar, cuidar da família e ser feliz. Quer de volta o direito de sonhar e as oportunidades para construir um futuro digno para si e para as gerações que virão.

A nós, como representantes eleitos pelo povo, cabe criarmos as condições necessárias para que isso seja possível. É urgente enfrentar a fome e as desigualdades. Mais do que governar, é preciso cuidar de todos e todas, mas olhando com atenção especial para as



populações mais fragilizadas. É preciso tirar o pobre da fila do osso e recolocá-lo no Orçamento. Caso contrário, jamais conquistaremos a verdadeira democracia.

Como as Senhoras e os Senhores poderão ver, o primeiro capítulo desta Mensagem reproduz muitos dos temas que registramos no programa de governo de nossa coligação, nas eleições de 2022. Desde o início do nosso Governo, estamos trabalhando de forma incansável e dialogando com parlamentares, governantes estaduais e municipais, trabalhadores, empresários e representantes da sociedade. Temos um país para reconstruir e isso só será possível com a contribuição de diferentes forças políticas e da sociedade como um todo.

Já o segundo capítulo desta Mensagem corresponde ao relatório síntese do Gabinete de Transição. Fiz questão de inclui-lo neste documento para explicitar, mais uma vez, a gravidade do processo de desmonte do Estado e desorganização das políticas públicas nos últimos anos.

O trabalho do Gabinete de Transição mostrou que a tragédia que se abateu sobre o Brasil tem múltiplas faces. A fome voltou e a pobreza e a exclusão explodiram. Faltam recursos para a saúde, a educação e a ciência e tecnologia. Os direitos dos povos originários foram duramente atacados, assim como nossa biodiversidade, provocando um retrocesso no combate às mudanças climáticas. O obscurantismo tomou conta da cultura. As políticas de direitos humanos e de enfrentamento das desigualdades foram propositalmente abandonadas. A gestão do Estado foi relegada e a transparência deu lugar ao sigilo despropositado. A governança na economia foi desorganizada, assim como as políticas de apoio ao produtor, de todos os setores e tamanhos.

Demos início, já no primeiro dia de Governo, a mudanças fundamentais. Estabelecemos uma política de controle de armas mais severa, revertendo a criminosa liberalização promovida no governo anterior, que tanta insegurança trouxe ao nosso País. Restituímos as



políticas de combate ao desmatamento, reativamos o Fundo Amazônia e revimos a destinação das multas ambientais, porque é urgente retomar uma política responsável em relação à nossa biodiversidade. Vamos tornar o Brasil uma potência ambiental, com uma agropecuária e mineração sustentáveis, uma indústria mais verde, e o estímulo à bioeconomia e aos empreendimentos da sociobiodiversidade.

Os desafios da reconstrução são grandes. Sua superação exigirá vontade, determinação política e plena abertura ao diálogo com os demais poderes da República. Estejam cientes que, a mim e ao Vice-Presidente, Geraldo Alckmin, nenhum desses ingredientes faltará.

Nesta Casa, o trabalho e a busca pelo consenso começam desde já, com o debate que precede a deliberação sobre medidas provisórias que entendemos fundamentais neste início de Governo. São textos relativos à reestruturação do Estado e recriação de ministérios, além da retomada e do fortalecimento do Bolsa Família, tão urgente quanto a fome que afeta nossos irmãos e nossas irmãs de todo o Brasil. Lembro ainda as medidas de recuperação das contas públicas que apresentamos em 12 de janeiro, que também esperamos ver aprovadas pelo Congresso.

No curto e no médio prazo, vamos juntos debater outros temas estruturantes. Encontramos um Estado em profundo desequilíbrio fiscal. O Teto de Gastos teve efeitos destrutivos sobre as políticas sociais, ao mesmo tempo que se tornou absolutamente inócuo como instrumento de controle fiscal. Vamos construir um novo regime fiscal para o Brasil.

Ainda no primeiro semestre, antes mesmo da data prevista na [Emenda Constitucional nº 126, de 2022](#), submeteremos à apreciação do Congresso Nacional novas regras fiscais que assegurem previsibilidade e credibilidade ao nosso País. Também avançaremos na reforma tributária, essencial para a retomada sustentável do crescimento, e que deverá promover uma mudança capaz de distribuir a carga tributária de maneira mais justa.



É de nosso máximo interesse reorganizar, o mais breve possível, a situação fiscal para que possamos voltar a investir nas brasileiras e nos brasileiros. Queremos políticas públicas mais robustas, queremos atrair investimentos privados nacionais e externos. Por isso, reafirmo o compromisso e a disposição deste Presidente e da equipe do Governo para dialogar com o Congresso em favor da aprovação das medidas de reorganização fiscal.

Na educação, vamos apresentar à sociedade, ainda em 2023, propostas consistentes para elevar a qualidade da educação básica, assim como para ampliar a oferta de creches e expandir a educação em tempo integral. Já iniciamos a recuperação dos orçamentos das universidades e dos institutos federais de educação tecnológica. Apresentaremos, ainda em 2023, uma proposta para retomar a expansão das vagas nas redes federais de educação, com o fortalecimento das cotas, que será acompanhada de medidas consistentes para garantir a permanência dos estudantes.

Patrimônio do povo brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) terá recursos para reorganizar a atenção básica e retomar programas como o Farmácia Popular e as campanhas de vacinação. Daremos especial atenção à ampliação da oferta de atenção especializada, adotando, ainda nestes primeiros meses de 2023, medidas para enfrentar as filas de exames e tratamentos especializados.

Asseguro nosso compromisso de cuidar da saúde de todas e todos, sem exceção, para que situações como a de nossos irmãos Yanomami, deliberadamente abandonados pelo governo anterior, não se repitam nunca mais. O genocídio cometido contra o povo Yanomami exige de nós medidas mais drásticas, além do atendimento médico de urgência e do combate à desnutrição. É urgente a retirada de 20 mil garimpeiros que atuam de forma ilegal no território indígena, assassinando crianças, destruindo florestas e envenenando rios e peixes com mercúrio.



Reconstruir o Brasil exige que estejamos comprometidos com a geração de emprego, trabalho e renda. Vamos retomar o investimento público e estimular o investimento privado para que os empregos voltem a ser gerados. Os empreendedores voltarão a contar com crédito em condições adequadas.

Adotaremos uma nova política de valorização do salário mínimo. Criamos uma comissão para, até abril de 2023, elaborar uma proposta sobre o tema, que vamos encaminhar, em seguida, para análise do Parlamento. E, em breve, queremos também contar com a colaboração do Congresso para a construção negociada de regras para um novo sistema sindical e de proteção ao trabalho. As propostas serão elaboradas por meio de diálogo tripartite – governo, centrais sindicais e empresariais – e submetidas à apreciação e ao aperfeiçoamento pelos representantes do povo no Congresso. Haveremos de alcançar o equilíbrio entre a proteção ao trabalho, a liberdade de empreender e o estímulo ao investimento.

As filas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vão acabar. A garantia de direitos das cidadãs e dos cidadãos voltará a ser o parâmetro para medir a eficiência da gestão. Cada redução de desigualdade alcançada será medida de eficácia da gestão. O Estado brasileiro volta, a partir de agora, a atuar de forma obstinada contra o preconceito, a discriminação e o racismo. Assegurar igualdade de direitos e oportunidades a todas e todos exigirá políticas ativas e afirmativas. As mulheres, as negras e os negros, os povos indígenas e as pessoas com deficiência voltam a ter no Estado um parceiro para suas lutas por igualdade.

O Brasil terá, em nossa gestão, uma política externa soberana, dedicada ao desenvolvimento sustentável e à construção de nova ordem global comprometida com o multilateralismo, o respeito à soberania das nações, a paz, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. A cooperação com nossos vizinhos continentais voltará a ser central em nossa política exterior, com a reintegração à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Cari-



benhos (Celac), o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a revitalização da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além das parcerias bilaterais.

Reassumiremos nossa posição histórica em defesa dos direitos humanos em todos os foros internacionais. Voltaremos a nos posicionar como um país comprometido com a defesa da biodiversidade e com o enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. As viagens internacionais, que incluirão igualmente o continente africano em clara demonstração da centralidade daquela região para o Brasil, voltarão a ser momentos da prática de uma política de um país que se reconhece como relevante no cenário internacional, que respeita e valoriza seus parceiros desenvolvidos e em desenvolvimento, mas principalmente defende e valoriza sua soberania.

O ano de 2023 será o início de um tempo de união e reconstrução, um tempo de reafirmação da democracia e de retomada do compromisso de cuidar do povo brasileiro. Trabalharemos de forma incansável, em profunda interlocução republicana com governantes estaduais e municipais, sem qualquer distinção partidária. Ouviremos, sempre, trabalhadores, empresários e representantes da sociedade.

Estaremos, sobretudo, trabalhando de maneira harmônica e independente com o Congresso Nacional. Temos uma agenda prioritária robusta neste ano legislativo que se inicia. Temos, sobretudo, a missão de deixar mais uma vez escrito na história desse País que é somente a partir do diálogo, da boa política e da busca pelos consensos que poderemos avançar no processo de reconstrução do Brasil.

É isso que o povo brasileiro espera de todos nós.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL





PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

As forças democráticas e progressistas que compunham a frente "Vamos juntos pelo Brasil", formada por PT, PSB, PCdoB, PV, PSOL, REDE e SOLIDARIEDADE, submeteram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um programa que regeria, em caso de vitória, o governo Lula – Alckmin.

O documento orientava a implementação de um projeto justo, solidário, sustentável, soberano e criativo para um Brasil que pudesse ser, de fato, de todos os brasileiros e todas as brasileiras. Além disso, o programa visava mobilizar as forças sociais, políticas e econômicas comprometidas com a democracia, a soberania e o desenvolvimento, somando esforços para reconstruir e transformar o Brasil, resgatando as forças, o otimismo, a criatividade e a esperança do povo brasileiro.

Os compromissos apresentados naquele documento, transcritos e reafirmados no capítulo a seguir, guiarão a gestão federal no período 2023-2026, tempo que será de união e reconstrução.

1. Vamos juntos pelo Brasil - Compromissos para a reconstrução do País

Mais do que nunca, o Brasil precisava trazer de volta a esperança na reconstrução e na transformação de um País devastado por um processo de destruição que trouxe de volta a fome, o desemprego, a inflação, o endividamento e o desalento das famílias; que colocou em





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

xeque a democracia e a soberania nacional; que destruiu o investimento público e das empresas; e que dilapidou o patrimônio natural, aprofundando as desigualdades e condenando o País ao atraso e ao isolamento internacional.

Acima de tudo, a sociedade brasileira precisa voltar a acreditar na sua capacidade de mudar os rumos da História. Só assim será possível superar esta profunda crise social, humanitária, política e econômica, agravada por um governo negacionista, que negligenciou os efeitos de uma pandemia e foi o principal responsável por centenas de milhares de mortes. O Brasil merece e pode mudar para melhor, e o povo brasileiro já provou que é capaz disso. Portanto, o Poder Público deve ser o grande estimulador das parcerias multissetoriais e dos acordos necessários para a reconstrução do País.

A política econômica praticada no governo anterior é a principal responsável pela decomposição das condições de vida da população, da instabilidade e dos retrocessos na produção e no consumo. O desemprego e a subutilização da força de trabalho seguem extremamente elevados, enquanto a precarização avança e, a indústria, definha. Além disso, setores estratégicos do patrimônio público vinham sendo privatizados e desnacionalizados e bancos públicos e empresas de fomento ao desenvolvimento, destruídos, em um momento em que o quadro na infraestrutura é desolador.

As políticas sociais, conquistas civilizatórias de mais de uma geração, foram mutiladas. Mulheres, negros e jovens padecem com o des-





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

monte de políticas públicas, de modo a reforçar discriminações históricas. Populações indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais tiveram conquistas atacadas sem trégua. Saúde, assistência social e previdência sofreram ataques e retrocessos. Educação, ciência e tecnologia foram ameaçadas com cortes de investimentos e mudanças regressivas, enquanto a cultura era perseguida e, até mesmo, criminalizada.

Diante dessa situação, o primeiro e mais urgente compromisso que este Governo assume é com a restauração das condições de vida da imensa maioria da população brasileira: os que mais sofrem com a crise, a fome, o alto custo de vida, os que perderam o emprego, o lar e a vida em família. São esses brasileiros e essas brasileiras que devem ser primeiro socorridos, tanto por meio de ações emergenciais quanto por meio de políticas estruturantes, por um governo eleito para reconstruir o Brasil, superar a crise presente e resgatar a confiança no futuro.

O novo Governo está empenhado na defesa da igualdade, da democracia, da soberania e da paz, com respeito ao resultado das urnas, à qualificação da representação política, à humanização do Estado, à ampliação da representatividade e da participação popular e à reinserção do Brasil como protagonista global pela democracia, pela paz, pelo desenvolvimento e pela autodeterminação dos povos.

O Governo manterá o compromisso de campanha com o desenvolvimento econômico sustentável com estabilidade para superar a crise e conter a inflação, assegurando o crescimento e a competitividade,





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

bem como o investimento produtivo, em um ambiente de justiça tributária e transparência na definição e execução dos orçamentos públicos. O objetivo é garantir a ampliação de políticas públicas e investimentos fundamentais para a retomada do crescimento econômico.

Este Governo também reforça seu compromisso com a justiça social e inclusão com direitos, trabalho, emprego, renda e segurança alimentar para combater a fome, a pobreza, o desemprego, a precarização do trabalho e do emprego, e a desigualdade e a concentração de renda e de riquezas.

Também manterá o compromisso inabalável com os direitos humanos, a cultura e o reconhecimento da diversidade, que protejam as pessoas de todas as formas de violência, opressão, desigualdades e discriminações, garantindo, assim, o direito à vida, à liberdade, à memória e à verdade. A dignidade humana de todos os brasileiros e todas as brasileiras e a defesa da população historicamente privada de direitos no Brasil são prioridades na pauta deste Governo.

Além disso, o Governo eleito reforça preocupação e engajamento com a sustentabilidade social, ambiental e econômica, bem como com o enfrentamento das mudanças climáticas. Isso exigirá cuidar das riquezas naturais, produzir e consumir de forma sustentável e mudar o padrão de produção e consumo de energia no País, participando do esforço mundial para combater a crise climática. O Brasil somará esforços na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e no avanço da transição ecológica e energética para garantir o





PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

futuro do planeta, apoiando o surgimento de uma economia verde inclusiva, baseada na conservação, na restauração e no uso sustentável da biodiversidade de todos os biomas brasileiros.

O Brasil da esperança exige compromisso com o povo brasileiro, a maior riqueza deste País, em torno de um Estado de bem-estar social. Milhões de cidadãos e cidadãos criativos compõem essa sociedade tão plural. O Brasil possui ambiente acadêmico rico, um parque produtivo amplo e riquezas oriundas da biodiversidade em um país de dimensão continental. Apesar das desastrosas políticas ambientais e internacionais adotadas pelo governo anterior, o Brasil mantém posição e peso estratégicos na geopolítica e na geoeconomia mundiais, decorrentes de um histórico de cooperação multilateral em defesa da autodeterminação dos povos e da não intervenção em nações soberanas. Este Governo trabalhará para tornar o Brasil um grande país, socialmente justo, soberano, democrático e desenvolvido de forma sustentável tanto para esta geração como para as que estão por vir.

2. Desenvolvimento social e garantia de direitos

Incluir o povo no orçamento foi, durante os governos populares, uma decisão e prática política inovadora e coerente com a transformação que aconteceu no Brasil. Disputas em favor dos interesses e das demandas da população brasileira foram arbitradas, criando condições para o processo de crescente materialidade e acesso a direitos asso-





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

ciados às políticas inclusivas previstas pela Constituição Federal de 1988. Este Governo retomará essa estratégia, avançando ainda mais.

O novo Governo irá propor, a partir de um amplo debate e negociação, uma nova legislação trabalhista de extensa proteção social a todas as formas de ocupação, emprego e relação de trabalho, com especial atenção aos autônomos; aos que trabalham por conta própria; aos trabalhadores e às trabalhadoras domésticas; àqueles em tele-trabalho e em *home office*; e trabalhadores mediados por aplicativos e plataformas. Serão revistos os marcos regressivos da atual legislação trabalhista, agravados pela última reforma, e restabelecido o acesso gratuito à justiça do trabalho.

O Governo eleito incentivará o debate e as iniciativas de reestruturação sindical, que democratizam o sistema de relações de trabalho no setor público e privado, urbano e rural. A autonomia sindical será respeitada, visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, assegurar o direito à greve e coibir as práticas antissindicais. Serão respeitadas, também, as decisões de financiamento solidário e democrático da estrutura sindical.

O Brasil precisa criar oportunidades de trabalho e emprego. Para isso, o Governo irá propor a retomada dos investimentos em infraestrutura e habitação; a reindustrialização nacional em novas bases tecnológicas e ambientais; a reforma agrária; e o estímulo à economia solidária, à economia criativa e à economia verde inclusiva, baseada na conser-





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

vação, na restauração e no uso sustentável da biodiversidade brasileira. O apoio ao cooperativismo, ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas também será estendido.

A política de valorização do salário mínimo será retomada visando à recuperação do poder de compra de trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos beneficiários e das beneficiárias de políticas previdenciárias e assistenciais, essencial para dinamizar a economia, em especial dos pequenos municípios.

Será promovida a reconstrução da seguridade e da previdência social, para ampla inclusão dos trabalhadores e das trabalhadoras, por meio da superação das medidas regressivas e do desmonte promovido pelo antigo governo. Será proposto um modelo previdenciário que concilie o aumento da cobertura com o financiamento sustentável. A proteção previdenciária voltará a ser um direito de todos e todas. Frente aos milhares de trabalhadores e trabalhadoras hoje excluídos, o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a inclusão previdenciária serão centrais para a sustentabilidade financeira do Regime Geral de Previdência Social.

É estratégica a retomada da centralidade e da urgência no enfrentamento da fome e pobreza, assim como a garantia dos direitos à segurança alimentar e nutricional e à assistência social. O Brasil produz comida em quantidade suficiente para garantir alimentação de qualidade a todos. No entanto, a fome voltou ao País. Além da questão de soberania alimentar, o enfrentamento da fome exigirá mais empregos





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

e renda aos mais vulneráveis e será prioridade neste Governo, que trabalhará de forma incansável até que todos os brasileiros e todas as brasileiras tenham novamente direito a, ao menos, três refeições de qualidade por dia.

É imperativa a reconstrução e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a garantia de acesso a ações de inclusão produtiva no campo e nas cidades, em todos os territórios brasileiros, aliando escala e respeito às diversidades regionais.

Um programa Bolsa Família renovado e ampliado precisa ser implantado com urgência para garantir renda compatível com as atuais necessidades da população. Um programa que recupere as principais características do projeto que se tornou referência mundial de combate à fome e ao trabalho infantil e que inove ainda mais na ampliação da garantia de cidadania aos mais vulneráveis. Um programa que, orientado por princípios de cobertura crescente, baseados em patamares adequados de renda, viabilizará a transição por etapas, no rumo de um sistema universal e uma renda básica de cidadania.

O País voltará a investir em educação de qualidade, no direito ao conhecimento e no fortalecimento da educação básica, da creche à pós-graduação, coordenando ações articuladas e sistêmicas entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, retomando as metas do Plano Nacional de Educação e revertendo os desmontes do governo anterior. Para os alunos que ficaram defasados devido às inúmeras limitações – materiais, pedagógicas ou tecnológicas –, durante





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

a crise sanitária, o Governo eleito assume compromisso com um programa de recuperação educacional concomitante à educação regular, para que os atingidos possam superar esse grave déficit de aprendizagem. A educação é investimento essencial para fazer do Brasil um país desenvolvido, independente e igualitário, mais criativo e feliz.

Um dos objetivos deste Governo é resgatar e fortalecer os princípios do projeto democrático de educação, que foi desmontado e aviltado. Para participar da sociedade do conhecimento, é fundamental o resgate de uma proposta de educação que dialogue com o projeto de desenvolvimento nacional. Para isso, é preciso fortalecer a educação pública universal, democrática, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica e inclusiva, com valorização e reconhecimento público de seus profissionais.

A saúde, o direito à vida e o Sistema Único de Saúde (SUS) foram tratados com descaso pelo último governo. Faltam investimentos, ações preventivas, profissionais de saúde, consultas, exames e medicamentos. É urgente assegurar condições ao SUS para retomar o atendimento às demandas que foram represadas durante a pandemia, atender às pessoas com sequelas da Covid-19 e retomar o reconhecido programa nacional de vacinação. Não fossem o SUS e os corajosos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, a irresponsabilidade do último governo na pandemia teria custado ainda mais vidas.

Nos governos Lula e Dilma, a saúde foi tratada como uma política pública central, como um direito de todos os brasileiros e todas as bra-





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

sileiras e como um investimento estratégico para um Brasil soberano. Portanto, o Governo eleito reforça seu compromisso com o fortalecimento do SUS público e universal, o aprimoramento de sua gestão, a valorização e formação de profissionais de saúde, a retomada de políticas como o Mais Médicos e o Farmácia Popular, bem como a reconstrução e o fomento ao Complexo Econômico e Industrial da Saúde.

A cultura é uma dimensão estratégica do processo de reconstrução democrática do País e da retomada do desenvolvimento sustentável. O novo Governo defende o amplo direito à cultura, com o fortalecimento das instituições culturais e a recomposição do financiamento e do investimento, criando condições para a qualificação, ampliação e criação de políticas culturais. Tudo isso com o objetivo de oferecer melhores condições de vida e trabalho no mundo da cultura; dinamizar a economia da cultura; potencializar processos criativos; fortalecer a memória e a diversidade cultural; valorizar a arte e a cultura popular e periférica; garantir a plena liberdade artística; e, assim, qualificar as relações sociais por meio do fomento a valores civilizatórios e democráticos.

O Governo eleito defende a implantação do Sistema Nacional de Cultura e a adoção da política de descentralização de recursos para os estados e o maior número possível de municípios, além de políticas para reestruturar a cadeia produtiva cultural, severamente prejudicada durante a pandemia e duramente perseguida pelo último governo.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

A democratização e descentralização de acesso ao esporte e lazer promovem desenvolvimento; combatem à violência; e constroem a cidadania. Políticas universais de garantia dos direitos ao esporte e lazer, de acordo com a Constituição Federal de 1988, voltarão a ser implementadas. O fomento ao esporte e lazer será reinserido na agenda nacional, incentivando a atividade esportiva nas suas várias dimensões.

O Governo eleito incentivará o protagonismo dos atletas e o fortalecimento da gestão pública e transparente do sistema esportivo, contemplando os governos locais e regionais. O esporte e lazer, por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Esportes, serão instrumentos de resgate do orgulho nacional e da construção de uma cidadania democrática e plural, especialmente no combate à desigualdade social, na promoção da cultura da paz e na luta contra qualquer tipo de intolerância e preconceito.

Atualmente 85% da população reside nas cidades brasileiras. Este novo Governo retomará as políticas de garantia do direito à cidade, combatendo desigualdades territoriais, em direção a uma ampla reforma urbana, reduzindo, assim, as desigualdades socioterritoriais e promovendo a transição ecológica das cidades por meio de investimentos integrados em infraestrutura de transporte público, habitação, saneamento básico e equipamentos sociais. As cidades criativas e sustentáveis terão todo o apoio governamental.

O Brasil voltará a ter um amplo programa de acesso à moradia, com mecanismos de financiamento adequados a cada tipo de público. Ter





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

uma moradia digna, que assegura proteção às famílias, é um direito de todos e todas e um requisito para um Brasil desenvolvido e soberano.

A segurança pública é outro direito fundamental e sua conservação e promoção se dará por meio da implementação de políticas públicas interfederativas e intersetoriais pautadas pela valorização da vida e da integridade física, pela articulação entre prevenção e uso qualificado da ação policial, pela transparência e pela participação social. As políticas de segurança pública contemplarão ações de atenção às vítimas e priorizarão a prevenção, a investigação e o processamento de crimes e violências contra mulheres, juventude negra e população LGBTQIA+. É fundamental uma política coordenada e integrada nacionalmente para a redução de homicídios envolvendo investimento, tecnologia, enfrentamento do crime organizado e das milícias, além de políticas públicas específicas para as populações vulnerabilizadas pela criminalidade.

O Governo Federal vai implementar e aprimorar o Sistema Único de Segurança Pública, modernizando estratégias, instrumentos e mecanismos de governança e gestão. Serão realizadas reformas para ampliar a eficiência do Sistema de Segurança por meio da modernização das instituições de segurança, das carreiras policiais, dos mecanismos de fiscalização e supervisão da atividade policial e do aprimoramento das suas relações com o Sistema de Justiça Criminal.

A valorização do profissional de segurança pública será um princípio orientador de todas as políticas públicas da área. Serão implementa-





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

dos canais de escuta e diálogo com os profissionais, programas de atenção biopsicossocial e ações de promoção e garantia de respeito às suas identidades e diversidades.

O País precisa de uma nova política sobre drogas, intersectorial e focada na redução de riscos, bem como na prevenção, no tratamento e na assistência ao usuário. O atual modelo bélico de combate ao tráfico será substituído por estratégias de enfrentamento e desarticulação das organizações criminosas, baseadas em conhecimento e informação, com o fortalecimento da investigação e da inteligência.

A melhoria da qualificação técnica dos policiais será uma busca permanente a ser alcançada, dentre outras estratégias, pela reformulação dos processos de seleção, formação e capacitação continuada, pela atualização de doutrinas e pela padronização de procedimentos operacionais. Será aberto o diálogo sobre a modernização das carreiras, a qualificação e a autonomia dos peritos, a padronização de escalas e jornadas de trabalho e outras estratégias de implementação das diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos policiais.

O Brasil não será o país de todos e todas enquanto mulheres continuarem a ser discriminadas e submetidas à violência pelo fato de serem mulheres. O Estado brasileiro deve assegurar a proteção integral da dignidade humana das mulheres, assim como desenvolver políticas públicas de prevenção à violência e que garantam suas vidas. Está na agenda prioritária deste Governo construir um país que caminhe





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

rumo à equidade de direitos, a salários iguais para trabalhos iguais em todas as profissões e à promoção das mulheres na ciência, nas artes, na representação política, na gestão pública e no empreendedorismo.

É preciso que o País enfrente a realidade que faz a pobreza ter o "rosto das mulheres", principalmente "das negras", lhes assegurando autonomia. Este Governo investirá em programas que visem proteger vítimas, bem como seus filhos e filhas, e irá assegurar que não haja impunidade em casos de agressões e feminicídios. Com políticas de saúde integral, as condições para que todas as mulheres tenham acesso à prevenção de doenças e que possam ser atendidas segundo as particularidades de cada fase de suas vidas serão fortalecidas no SUS.

É imprescindível a implementação de um amplo conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural, indissociáveis do enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades, que garantam ações afirmativas para a população negra e o seu desenvolvimento integral nas mais diversas áreas. Este novo Governo construirá políticas que combatam e revertam a política de genocídio e perseguição à juventude negra, com o superencarceramento, e que combatam a violência policial contra as mulheres negras, contra a juventude negra e contra os povos e as comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro.

Este Governo também irá assegurar a continuidade das políticas de cotas sociais e raciais na educação superior e nos concursos públicos federais, bem como sua ampliação para outras políticas públicas.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

O Governo eleito está comprometido com a proteção dos direitos e dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. É dever do Estado assegurar a posse de suas terras, impedindo atividades predatórias, que prejudiquem seus direitos. É fundamental implementar políticas que lhes assegurem vida digna e cidadania, respeitando e valorizando sua cultura, tradições, modo de vida e conhecimentos tradicionais.

Não haverá democracia plena no Brasil enquanto brasileiras e brasileiros continuarem a ser agredidos, moral e fisicamente, ou até mesmo mortos por conta de sua orientação sexual. Para isso, serão propostas políticas que garantam os direitos, o combate à discriminação e o respeito à cidadania LGBTQIA+ em suas diferentes formas de manifestação e expressão. Políticas estas que assegurem o direito à saúde integral dessa população, a inclusão e permanência na educação, no mercado de trabalho, bem como o reconhecimento do direito das identidades de gênero e suas expressões.

No processo de reconstrução do Brasil, a juventude, na sua pluralidade, merece respeito, reconhecimento de seu protagonismo e demandas políticas transversais. O País enfrentará o cenário de desemprego elevado, conjuntural e estrutural, agravado pela disseminação de sistemas complexos de tecnologia da informação. O desemprego, a fome, a insegurança e a falta de perspectiva são realidades comuns nas juventudes brasileiras neste momento. O novo Governo quer um projeto de país que viabilize novas e mais oportunidades para esse segmento, com acesso à educação e à cultura, bem como a promo-





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

ção, qualificação e geração de empregos de qualidade. Um país que assegure a todos e todas o direito à vida, com dignidade e liberdade, e aos sonhos.

Um Brasil inclusivo e acessível, com a garantia de direitos e respeito às pessoas com deficiência, é uma das metas deste Governo. Para tanto, é preciso assegurar às pessoas com deficiência e suas famílias o acesso à saúde, à educação, à cultura e ao esporte, e a inserção no mundo do trabalho. O compromisso firmado com os brasileiros e as brasileiras é romper as barreiras do capacitismo e assegurar inserção social, oportunidades e autonomia a todos e todas. Para tanto, o novo Governo irá trabalhar com a comunicação acessível e inclusiva; investir em pesquisa e inovação; assegurar à pessoa com deficiência o acesso a tecnologias assistivas; e, sobretudo, integrar todas as esferas de governo e da sociedade para que seja garantida a premissa de cidadania das pessoas com deficiência – de que não há "nada sobre nós, sem nós".

É necessário que se promova a defesa das famílias, com proteção e cuidado prioritário às crianças e suas infâncias, em especial por meio do combate à pobreza, da garantia de acesso integral às políticas públicas e do direito ao brincar, assegurando proteção, saúde, alimentação, educação e bem-estar para a primeira infância. O Governo Federal dará prioridade absoluta à promoção, à proteção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, erradicando a fome, combatendo a miséria, garantindo perspectivas para as crianças e os adolescentes, enfrentando a exploração do trabalho infantil, a violência, a ex-





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

ploração sexual e todas as formas de preconceitos e discriminações, assegurando a garantia do direito ao brincar. Terão atenção especial as milhares de crianças e adolescentes em situação de orfandade decorrentes da Covid-19.

O novo Governo atuará para construir políticas que assegurem os direitos dos idosos com envelhecimento ativo, saudável e participativo, bem como a ampliação e o fortalecimento dos serviços necessários por meio de uma rede de cuidados.

Por fim, o compromisso com a afirmação de direitos é amplo e inclui a proteção e a garantia dos direitos dos animais, domésticos e selvagens, por meio de campanhas educativas e o apoio a iniciativas públicas e da sociedade que tenham eficácia no cuidado animal.

3. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

A retomada do crescimento, dos empregos e da renda, bem como a busca pela estabilidade de preços, serão tarefa prioritária neste Governo. É necessário restabelecer um ambiente de estabilidade política, econômica e institucional que proporcione confiança e segurança aos investimentos que interessam ao desenvolvimento do País.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

O Brasil irá adotar uma estratégia nacional de desenvolvimento justo, solidário, sustentável, soberano e criativo, buscando superar o modelo neoliberal que levou o País ao atraso. Os investimentos na infraestrutura urbana, de comunicações e de mudanças dos padrões de consumo e produção de energia, abrem enormes possibilidades de novos tipos de indústrias e serviços, bem como de oportunidades de inserção ocupacional.

Este Governo irá combater o uso predatório de recursos naturais e estimular as atividades econômicas com menor impacto ecológico. Para isso, será necessário recuperar as capacidades estatais, o planejamento e a participação social, fortalecendo o Sistema Nacional de Meio Ambiente e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). O Governo eleito reafirma seu compromisso com as instituições federais, que foram desrespeitadas e sucateadas por práticas recorrentes de assédio moral e institucional.

Serão mobilizadas, de maneira virtuosa, as potencialidades da economia brasileira e suas principais frentes de expansão: o mercado interno com potencial de produção e consumo em massa; as capacidades estatais com potencial de gasto social e investimento público; as infraestruturas econômicas, urbanas e sociais; além do uso ambientalmente sustentável de recursos naturais estratégicos com inovações industriais e proteção dos bens de uso comum.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

O novo Governo irá recolocar os pobres e os trabalhadores no orçamento. Para isso, é preciso revogar o teto de gastos e rever o atual regime fiscal brasileiro, atualmente disfuncional e sem credibilidade.

O Brasil construirá um novo regime fiscal, que disponha de credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade. Ainda, que possua flexibilidade e garanta a atuação anticíclica; que promova a transparência e o acompanhamento da relação custo-benefício das políticas públicas; que fortaleça o Sistema de Planejamento e Orçamento Federal e a articulação entre investimentos públicos e privados; que reconheça a importância do investimento social, dos investimentos em infraestrutura; e que esteja vinculado à criação de uma estrutura tributária mais simples e progressiva. Este Governo colocará os pobres outra vez no orçamento e os super-ricos pagando impostos.

Será proposta uma reforma tributária solidária, justa e sustentável, que simplifique tributos e que assegure que os pobres paguem menos e os ricos, mais. Essa reforma será construída na perspectiva do desenvolvimento, "simplificando" e reduzindo a tributação do consumo; corrigindo a injustiça tributária ao garantir a progressividade tributária; preservando o financiamento do Estado de bem-estar social; restaurando o equilíbrio federativo; contemplando a transição para uma economia ecologicamente sustentável; aperfeiçoando a tributação sobre o comércio internacional; e desonerando, progressivamente, produtos com maior valor agregado e tecnologia embarcada. O Governo Federal, também, irá corrigir um mecanismo que historicamente transfere





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

renda das camadas mais pobres para as de maior renda da sociedade: a sonegação de impostos.

No Brasil, os mais ricos pagarão imposto de renda, de maneira que os recursos arrecadados sejam voltados para o investimento, de forma inteligente, em programas e projetos com alta capacidade de induzir o crescimento, promover a igualdade e gerar ganhos de produtividade.

É tarefa prioritária coordenar a política econômica para combater a inflação e enfrentar a carestia, em particular a dos alimentos, a dos combustíveis e da eletricidade.

O governo anterior renunciou ao uso de instrumentos importantes no combate à inflação, a começar pela política de preços de combustíveis, além de ter abandonado as políticas setoriais indutoras do aumento da produção de bens críticos. Em contrapartida, implementou uma política de juros altos, que freou a recuperação econômica e agravou o desemprego, mas com pouco impacto na inflação, gerada basicamente por um choque de custos.

O Governo eleito irá estabelecer uma política nacional de abastecimento, que inclui a retomada dos estoques reguladores e a ampliação das políticas de financiamento e de apoio à produção de alimentos, aos pequenos agricultores e à agricultura orgânica.

O País precisa de uma transição para uma nova política de preços dos combustíveis e do gás, que considere os custos nacionais e que seja





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

adequada à ampliação dos investimentos em refino e distribuição e à redução da carestia. Os ganhos do pré-sal não podem se esvair por uma política de preços internacionalizada e dolarizada: é preciso abrasileirar o preço dos combustíveis e ampliar a produção nacional de derivados, com expansão do parque de refino.

Reduzir a volatilidade da moeda brasileira por meio da política cambial também é uma forma de amenizar os impactos inflacionários de mudanças no cenário externo. A orientação passiva para a política cambial dos últimos anos acentuou a volatilidade da moeda brasileira em relação ao dólar, com consequências perversas para o índice de preços.

Como a renda familiar dos brasileiros e das brasileiras desabou e o endividamento das famílias explodiu, já são mais de 66 milhões de pessoas inadimplentes. Este Governo irá promover a renegociação das dívidas das famílias e das pequenas e médias empresas por meio dos bancos públicos e incentivos aos bancos privados para oferecer condições adequadas de negociação com os devedores. Também serão promovidos avanços na regulação e incentivos em medidas para ampliar a oferta e reduzir o custo do crédito, ampliando a concorrência no sistema bancário.

É preciso fortalecer e modernizar a estrutura produtiva por meio da reindustrialização, do fortalecimento da produção agropecuária e do estímulo a setores e projetos inovadores. O Brasil precisa fortalecer a empresa nacional, pública e privada, com instrumentos como financiamento, compras governamentais e investimento público, amplian-





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

do e agregando valor à produção, com ênfase em inovações orientadas para a transição ecológica, energética e digital.

O País irá reverter o processo de desindustrialização e promover a reindustrialização de amplos e novos setores e daqueles associados à transição para a economia digital e verde. É imperativo elevar a taxa de investimentos públicos e privados e reduzir o custo do crédito a fim de avançar com uma reindustrialização nacional de novo tipo, acoplada aos novos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia. Faz parte desse esforço o desafio de reverter a desnacionalização do parque produtivo brasileiro, e modernizá-lo.

A principal missão da política industrial será promover o engajamento da indústria na transição tecnológica, ambiental e social. Para isso, a política industrial deve manter o foco nas prioridades do País e alavancar a capacidade tecnológica nacional e a inovação. Será também estimulada pelo poder de compra governamental em complexos industriais estratégicos, como saúde, energia, alimentos e defesa.

Elevar a competitividade brasileira será uma prioridade do novo Governo, que construirá medidas efetivas de desburocratização; redução do custo do capital; ampliação dos acordos comerciais internacionais relevantes ao desenvolvimento brasileiro; avanço na digitalização; investimentos na inovação e na pesquisa científica e tecnológica; e defesa do meio ambiente e aproveitamento industrial e comercial dos diferenciais competitivos como, por exemplo, a biodiversidade da Amazônia.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

O Brasil estará comprometido com a soberania alimentar, por meio de um novo modelo de ocupação e uso da terra urbana e rural, com reforma agrária e agroecológica; e construção de sistemas alimentares sustentáveis, incluindo a produção e o consumo de alimentos saudáveis. O novo Governo dará apoio às pequenas e médias propriedades agrícolas, em especial à agricultura familiar. Políticas de compras públicas podem servir de incentivo à produção de alimentos saudáveis e de qualidade – que têm tido sua área plantada reduzida nos últimos anos por falta de apoio do Estado –, e de estímulo à ampliação das relações diretas dos pequenos produtores e consumidores no entorno das cidades.

O fortalecimento da produção agrícola, nas frentes da agricultura familiar, agricultura tradicional e do agronegócio sustentável, é estratégico para repensar o padrão de produção e consumo e a matriz produtiva nacional, com vistas a oferecer alimentação saudável à população. A experiência brasileira já demonstrou que esse é o caminho para superar a crise alimentar e ampliar a produção de alimentação adequada e saudável, por meio de medidas que reduzam os custos de produção e o preço de comercialização de alimentos frescos e de boa qualidade; fomentem a produção orgânica e agroecológica; e incentivem sistemas alimentares com parâmetros de sustentabilidade, de respeito aos territórios e de democratização na posse e uso da terra.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) será fortalecida para identificar potencialidades dos agricultores e assegurar mais avanços tecnológicos no campo, essenciais para a competitividade e sustentabilidade tanto dos pequenos quanto dos grandes produtores.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

A produção agrícola e pecuária é decisiva para a segurança alimentar e a economia brasileira, um setor estratégico para a balança comercial do País. O Brasil precisa avançar rumo a uma agricultura e uma pecuária comprometidas com a sustentabilidade ambiental e social. Sem isso, perderá espaço no mercado externo e não contribuirá para superar a fome e o acesso a alimentos saudáveis dentro e fora das fronteiras brasileiras.

É imprescindível agregar valor à produção agrícola, com a constituição de uma agroindústria de primeira linha, de alta competitividade mundial, e fortalecer a produção nacional de insumos, máquinas e implementos agrícolas, fomentando o desenvolvimento do complexo agroindustrial.

O Brasil é um grande produtor mineral. Por isso, a atividade minerária deverá ser estimulada por meio de maiores encadeamentos industriais internos e do compromisso com a proteção ao meio ambiente, aos direitos dos trabalhadores e ao respeito às comunidades locais. O padrão de regulação minerária deve ser aperfeiçoado e a mineração ilegal, particularmente na Amazônia, será duramente combatida.

É preciso garantir a modernização e a ampliação da infraestrutura de logística de transporte, social e urbana, com um vigoroso programa de investimentos públicos. Este Governo irá assegurar a imediata retomada do investimento em infraestrutura, fundamental para a volta do crescimento e decisivo para reduzir os custos de produção.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

O investimento privado também será parte importante da reconstrução do Brasil e será estimulado por meio de créditos, concessões, parcerias e garantias.

Tais investimentos estarão comprometidos com missões socioambientais e orientados para garantir maior eficiência na produção e na circulação de mercadorias, assim como para aumentar o bem-estar da população e para a construção de cidades mais inclusivas, seguras, justas, resilientes e sustentáveis. O Brasil retomará obras importantes que foram paralisadas pelo último governo, que buscou, em inúmeros momentos, se apropriar de obras que recebeu praticamente concluídas.

O novo Governo irá assegurar o fortalecimento de uma política pública para a coleção das águas do País, promovendo a progressiva melhoria de sua qualidade e disponibilização para utilização racional e integrada com vistas ao desenvolvimento sustentável social e econômico. É importante garantir o direito à água e ao saneamento, por meio do reconhecimento da responsabilidade das esferas administrativas federal, estaduais e municipais na universalização dos serviços de saneamento básico à população brasileira e garantir a atuação das entidades públicas e das empresas estatais na prestação dos serviços de saneamento básico.

É imprescindível garantir a soberania e a segurança energética do País, com ampliação da oferta de energia, aprofundando a diversificação da matriz, com expansão de fontes renováveis a preços compatíveis à realidade brasileira. Além disso, é necessário expandir a capacidade





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

de produção de derivados no Brasil, aproveitando-se da grande riqueza do pré-sal, com preços que levem em conta os custos de produção no País.

Será necessário proteger o patrimônio do Brasil e recompor o papel indutor e coordenador do Estado e das empresas estatais para que cumpram, com agilidade e dinamismo, seu papel no processo de desenvolvimento econômico e progresso social, produtivo e ambiental do País.

O Governo eleito se opõe fortemente à privatização, em curso, da Petrobras e da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA). A Petrobras terá seu plano estratégico e de investimentos orientados para a segurança energética, a autossuficiência nacional em petróleo e derivados e a garantia do abastecimento de combustíveis no País. Portanto, voltará a ser uma empresa integrada de energia, investindo em exploração, produção, refino e distribuição, mas também atuando nos segmentos que se conectam à transição ecológica e energética, como gás, fertilizantes, biocombustíveis e energias renováveis. É preciso preservar o regime de partilha, e o fundo social do pré-sal deve estar, novamente, a serviço do futuro.

O novo Governo também se opõe à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), maior empresa de geração de energia elétrica da América Latina, responsável por metade das linhas de transmissão do País. É preciso que a Eletrobras recupere seu papel como patrimônio do povo, preservando a soberania energética brasileira e





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

viabilizando programas como o Luz para Todos, que terá continuidade, e uma política sustentável de modicidade tarifária.

Por fim, o Governo eleito se opõe à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), uma empresa com importante função social, logística e capilaridade em todo o território nacional.

O novo Governo Federal reassume seu compromisso com os bancos públicos – como Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (BASA) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – em sua missão de fomento ao desenvolvimento econômico, social e ambiental e na oferta de crédito a longo prazo e garantias em projetos estruturantes, compromissados com a sustentabilidade financeira dessas operações.

A Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) tem um caráter estratégico e central para o Brasil se transformar em um país efetivamente desenvolvido e soberano, no caminho da sociedade do conhecimento. Essa diretriz é fundamental para o Governo eleito e implica combinar educação universal de qualidade, pesquisa científica básica e tecnológica, inovação e inclusão social. Para tal, é necessário recompor o sistema nacional de fomento do desenvolvimento científico e tecnológico, via fundos e agências públicas, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

É preciso assegurar a liberdade de pesquisa, em suas distintas dimensões, e usar a CTI para as políticas públicas e para a gestão em todos os níveis, integrando o território nacional. A ciência é essencial para a inovação tecnológica e social, bem como para o aproveitamento sustentável das riquezas do País, a geração de empregos qualificados e o enfrentamento das mudanças climáticas e das ameaças à saúde pública.

Na mesma dimensão, é fundamental inovar para enfrentar o desafio da transformação tecnológica em curso, ecológica, energética e digital, com políticas de Estado que busquem garantir qualidade de vida, em dimensões que ultrapassam o mundo da produção. É necessário fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) para que a sociedade usufrua dos benefícios do processo de geração de conhecimento.

Para o Brasil entrar na era do conhecimento, será necessária, também, uma estratégia econômica que contemple, junto ao fomento à ciência, à tecnologia e à inovação, os elementos da economia criativa e da economia da cultura, que acelere a transição digital, o uso da inteligência artificial, a biotecnologia e a nanotecnologia, em processos produtivos sofisticados com maior valor agregado.

O Brasil iniciará um grande processo de transformação digital no País, assegurando Internet de qualidade em todo o território e para todos e todas. O direito à inclusão no ambiente da conectividade também será garantido.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

O País voltará a estimular a indústria do turismo, grande fonte de geração de empregos, por meio da valorização da cultura, do patrimônio histórico e da biodiversidade brasileiras e do ecoturismo. Investimentos em infraestrutura turística, segurança e qualificação dos trabalhadores e das empresas do segmento e a promoção do Brasil no mercado interno e externo serão todos retomados.

Em um país continental como o Brasil, é necessário combater as desigualdades regionais, fortalecendo o desenvolvimento das regiões e estimulando novas experiências de cooperação e organização territorial. O desenvolvimento regional passa pela inovação, pelo conhecimento, por investimentos, pela articulação de políticas públicas e pelo compartilhamento de boas práticas.

Será preciso criar um ambiente em que empreendedores individuais, sociais e o cooperativismo em geral contem com um mosaico de oportunidades que assegure crédito facilitado, assistência técnica e, em gestão, acesso à tecnologia, prioridades em compras públicas e superação de burocracia.

O novo Governo irá estimular a economia solidária, a economia criativa e o empreendedorismo social, que têm elevado potencial de inclusão produtiva, geração de renda e inovação social. Serão construídas políticas de fomento e fortalecimento de redes e cadeias produtivas e outras iniciativas de cooperativismo, de facilitação do acesso a mercados e ao crédito e de estímulo à inovação.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

O Brasil precisa construir sua trajetória de transição ecológica com base no conhecimento tradicional e científico. A emergência climática se impõe, e a ciência não deixa margem para dúvidas: o aquecimento global é inequívoco, promovido pelo atual padrão de produção e consumo, com resultados cada vez mais catastróficos.

Os custos de não se enfrentar o problema climático são inaceitáveis, com projeções de forte redução do Produto Interno Bruto (PIB), perdas expressivas na produção nacional no médio prazo e, principalmente, a perda de vidas e o sofrimento humano, somado às constantes tragédias ambientais. O compromisso deste Governo será de cumprir, de fato, as metas de redução de emissão de gás carbono que o País assumiu na Conferência de 2015 em Paris e ir além, garantindo a transição energética; a transformação das atividades produtivas para um paradigma de sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica; a recuperação de terras degradadas por atividades predatórias; o reflorestamento das áreas devastadas; e um amplo processo de conservação da biodiversidade e dos ecossistemas brasileiros.

O Governo Federal deve ser protagonista dessa transformação, liderando e induzindo a construção de novas capacidades da estrutura produtiva nacional na fronteira do conhecimento e gerando tecnologia e inovação em conjunto com a sociedade brasileira. Deve, também, dirigir os benefícios sociais dos investimentos para as populações indígenas, quilombolas, ciganas, tradicionais, vulneráveis e marginalizadas, tanto no contexto urbano quanto no campo.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

É imperativo defender a Amazônia da política de devastação posta em prática pelo governo anterior. Nos governos Lula e Dilma, o desmatamento da Amazônia foi reduzido em quase 80%, a maior contribuição já realizada por um país para a mitigação das mudanças climáticas entre 2004 e 2012. O Governo eleito reassumirá o compromisso com a Amazônia.

O Brasil também irá combater o crime ambiental promovido por milícias, grileiros, madeireiros e qualquer organização econômica que aja ao arrepio da lei. O compromisso estabelecido é com o combate implacável ao desmatamento ilegal e a promoção do desmatamento líquido zero, ou seja, com a recomposição de áreas degradadas e o reflorestamento dos biomas.

O Brasil tem uma das maiores biodiversidades do planeta. É dever do Estado conservar a Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pantanal, os Pampas e os outros biomas e ambientes. Igualmente indispensável é conhecer e conservar a zona econômica exclusiva brasileira, no Oceano Atlântico; a Amazônia Azul; e as zonas costeiras. Esse projeto harmonizará a proteção dos ecossistemas que estão em risco com a promoção do desenvolvimento sustentável, bem como exigirá o enfrentamento e a superação do modelo predatório de exploração e produção, atualmente, agravado pela completa omissão do último governo.

O Brasil terá como agenda o destravamento do potencial econômico e social da economia da biodiversidade, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento de capacidades científicas, tecnológicas e inovadoras nacionais.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

4. Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

A Constituição brasileira enumera os fundamentos do Estado Democrático de Direito. No entanto, a soberania e a democracia do País foram constantemente atacadas pela política irresponsável e criminoso do governo anterior.

O grave momento que o País atravessa obriga todos a superarem eventuais divergências para que se possa construir, juntos, uma via alternativa à incompetência e ao autoritarismo que governou o Brasil nos últimos anos.

O Governo eleito defende os direitos civis, as garantias e as liberdades individuais, entre os quais se destacam o respeito à liberdade religiosa e de culto e o combate à intolerância religiosa, que se tornaram ainda mais urgentes para a democracia brasileira. A ameaça totalitária, o ódio, a violência, a discriminação e a exclusão que pesaram sobre o País serão enfrentados e vencidos, em um amplo movimento em defesa da democracia.

Defender a soberania brasileira exige recuperar a política externa ativa e altiva que alçou a nação à condição de protagonista global. O Brasil era um país soberano, respeitado no mundo inteiro. Ao mesmo tempo, contribuía para o desenvolvimento dos países pobres, por meio de cooperação, investimento e transferência de tecnologia. Será reconstruída a cooperação internacional Sul-Sul com América Latina e





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

África. Este Governo defende a ampliação da participação do Brasil nos assentos de organismos multilaterais.

Além disso, defender a soberania brasileira é defender a integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe, com vistas a manter a segurança regional e a promoção de um desenvolvimento integrado do continente, com base em complementaridades produtivas potenciais entre os países. É fortalecer novamente o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e os Brics. É estabelecer livremente as parcerias que forem as melhores para o País, sem submissão a quem quer que seja. É trabalhar pela construção de uma nova ordem global comprometida com o multilateralismo, o respeito à soberania das nações, a paz, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, que contemple as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento, com novas diretrizes para o comércio exterior, a integração comercial e as parcerias internacionais.

O Governo eleito irá defender os direitos de brasileiras e brasileiros também no exterior. São milhões de pessoas que trabalham, estudam e vivem fora do País e contribuem para a economia e desenvolvimento do Brasil. Serão retomadas e ampliadas as políticas públicas para a população brasileira no exterior e seus direitos de cidadania a partir de acordos bilaterais, em condições de reciprocidade, para reconhecimento de direitos e uma vida melhor para as populações migrantes.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

A plena projeção dos interesses estratégicos do Brasil no cenário internacional não pode prescindir de políticas de defesa e inteligência. As Forças Armadas atuarão na defesa do território nacional, do espaço aéreo e do mar territorial, cumprindo estritamente o que está definido pela Constituição.

É necessário superar o autoritarismo e as ameaças antidemocráticas. Para sair da crise e voltar a crescer e se desenvolver, o Brasil precisa de normalidade e respeito institucional, com observância integral à Constituição Federal, que estabelece os direitos e as obrigações de cada poder, de cada instituição, de cada um de nós.

O compromisso democrático pressupõe o diálogo permanente e respeitoso entre os poderes da República e entre os entes da Federação. O novo Governo repudia qualquer espécie de ameaça ou tutela sobre as instituições representativas do voto popular e que expressam a Constituição Federal do Brasil.

Além disso, reafirma que está comprometido com a retomada do diálogo com todos os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as representações populares, compreendendo-os como importantes protagonistas na reconstrução do Brasil.

Mais do que nunca é preciso uma reforma política que fortaleça as instituições da democracia representativa e, ao mesmo tempo, amplie os instrumentos da democracia participativa. Este Governo anseia por fortalecer a democracia brasileira, o que exige a abertura de um am-





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

plo debate nacional. Um déficit democrático alarmante é a absurda discrepância da representação feminina e negra nas instituições.

É preciso retomar o processo coletivo e participativo de construção de políticas públicas por meio da restauração de todas as instâncias de participação social extintas pelo governo anterior, aprimorando sua composição e fortalecendo sua institucionalidade.

Serão constituídas novas instâncias de participação popular direta para assegurar ainda maior participação social, inclusive na elaboração do orçamento federal, incorporando os recursos digitais para democratizar o acesso à informação. As parcerias com entidades da sociedade civil para o fomento de atividades de interesse social e para a execução de políticas públicas serão retomadas.

Este Governo reitera seu compromisso com o respeito e o fortalecimento de um novo federalismo. É impossível garantir direitos e políticas públicas desconsiderando estados e os 5.570 municípios. Será dado completo apoio ao fortalecimento das capacidades de planejamento e gestão municipal e estadual, a celebração de consórcios públicos e a integração entre as políticas públicas setoriais e transversais, resgatando a construção fraterna, respeitosa e republicana, baseada em critérios objetivos e na garantia de direitos e justiça social, na relação com estados e municípios.

Os governos populares instituíram, de forma inédita no Brasil, uma política de Estado de prevenção e combate à corrupção e de pro-





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

moção da transparência e da integridade pública. Foram criadas a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), bem como fortalecida a Polícia Federal, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a Receita Federal e diversos órgãos e carreiras de auditoria e fiscalização.

O Governo eleito irá assegurar, com base nos princípios do Estado Democrático de Direito, que os instrumentos de combate à corrupção sejam restabelecidos, respeitando o devido processo legal, de modo a impedir a violação dos direitos e das garantias fundamentais e a manipulação política. De forma colaborativa com as instituições nacionais de controle interno e externo, este Governo fará com que o combate à corrupção se destine àquilo que deve ser: instrumento de controle das políticas públicas para que os serviços e recursos públicos cheguem aonde precisam chegar.

A transparência será resgatada e a Lei de Acesso à Informação, cumprida. O governo eleito fará com que o combate à corrupção se destine àquilo que deve ser: instrumento de controle das políticas públicas para que os serviços e recursos públicos cheguem aonde precisam chegar.

É preciso uma reforma do Estado, que traga mais transparência aos processos decisórios, no trato da coisa pública de modo geral, direcionando a esfera pública e a ação governamental para as entregas públicas que realizem os direitos constitucionais.





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

Por fim, o Governo eleito reitera o respeito e compromisso com as instituições federais, que foram desrespeitadas e sucateadas e com a retomada das políticas de valorização dos servidores públicos.

Cabe considerar o papel central que o Poder Judiciário cumpre. É necessário que seja estabelecido diálogo permanente com os atores desse Poder, com respeito a sua independência, para estimular o aperfeiçoamento, em todos os níveis do sistema de justiça, da prevalência da cidadania e da soberania democrática.

O direito de acesso à informação e aos meios de comunicação é essencial em uma sociedade democrática, orientada pelos direitos humanos e para a soberania. A liberdade de expressão não pode ser um privilégio de alguns setores, mas um direito de todos, dentro dos marcos legais previstos na Constituição – que até hoje não foram regulamentados. Esse tema demanda um amplo debate no Legislativo, garantindo a regulamentação dos mecanismos protetores da pluralidade e da diversidade, com a defesa da democratização do acesso aos meios de comunicação.

É preciso, ainda, fortalecer a legislação, dando mais instrumentos ao Sistema de Justiça para atuação junto às plataformas digitais no sentido de garantir a neutralidade da rede, a pluralidade e a proteção de dados, bem como coibir a propagação de mentiras e mensagens antidemocráticas ou de ódio. Paralelamente, é dever do Estado universalizar o acesso à Internet de qualidade, garantindo a democratização





PROGRAMA DE
RECONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO
DO BRASIL

de seu uso por toda a população, especialmente na rede pública de educação básica.

Este Governo atuará para que o Brasil volte a ser considerado um país no qual o livre exercício da atividade profissional do jornalismo seja considerado seguro, onde a violência contra jornalistas, meios de comunicação, comunicadores e todos os profissionais de imprensa sejam coibidas e punidas. A democracia clama pela mais ampla liberdade de imprensa.

No ano em que o Brasil celebrou 200 anos de luta pela independência nacional a mensagem deve ser clara: golpes e ditaduras nunca mais, democracia sempre.





O BRASIL AO FINAL
DE 2022 – DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO DO
PAÍS E DO ESTADO





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Este é o momento de resgatar as esperanças. O desejo popular expresso pelo resultado das urnas elegeu um projeto de reconstrução e transformação nacional. Para o Governo eleito, o horizonte será voltado à criação de um país justo, inclusivo, sustentável, criativo, democrático e soberano para todos os brasileiros e as brasileiras. Trata-se de um grande desafio e uma obra de muitos. Contudo, a esperança do povo brasileiro será o motor das mudanças que serão realizadas nos próximos anos.

Neste capítulo é apresentado o relatório final do Gabinete de Transição da Presidência da República, ponto de partida para este novo ciclo. Trata-se do registro histórico de um amplo processo de consulta e construção coletiva dos princípios orientadores da agenda do novo Governo.

O presente texto sintetiza a real situação em que o País se encontra. A ampla radiografia aqui realizada lança luz sobre o desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas durante os quatro anos do governo anterior.

A produção deste relatório foi orientada pelo compromisso fundamental com a transparência, a participação e o diálogo social, presente desde a campanha eleitoral. O trabalho do Gabinete de Transição deu continuidade à mobilização realizada pela Coligação Brasil da Esperança ao longo de 2022. A construção programática para as saídas da grave crise que o Brasil atravessa foi realizada a partir de um amplo e participativo processo público, no qual foram recebidas mais de 13 mil contribuições, durante a campanha presidencial, por meio de uma





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

plataforma digital especialmente criada para essa finalidade. Outra iniciativa de grande relevância foi a participação de representantes de cerca de 500 organizações em mais de 50 mesas de diálogo realizadas no âmbito da construção do programa de governo.

Em consonância com esse compromisso, o Gabinete de Transição inovou ao incorporar a participação social ao processo de transição governamental, com a criação de Grupos Técnicos (setoriais e transversais) para elaboração do relatório final. Ao longo de 34 dias de intenso trabalho, entre 8 de novembro de 2022 e 12 de dezembro de 2022, cerca de mil pessoas estiveram envolvidas nas atividades de 32 Grupos Temáticos, cujo esforço se somou ao do Conselho Político e do Conselho de Participação Social do Gabinete de Transição.

Essa intensa mobilização foi marcada pela pluralidade de visões de mundo e pela diversidade regional, de gênero e raça, além de um forte viés técnico. A riqueza de olhares e percepções contribuiu para a construção de um abrangente mapa situacional do Estado brasileiro e de suas políticas públicas.

O resultado é uma fotografia contundente da situação dos órgãos e das entidades que compõem a Administração Pública Federal. Ela mostra a herança socialmente perversa e politicamente antidemocrática deixada pelo governo anterior, principalmente para os mais pobres. A desconstrução institucional, o desmonte do Estado e a desorganização das políticas públicas são fenômenos profundos e generalizados, com impactos em áreas essenciais para a vida das pes-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

soas e os rumos do País. Isso tem trazido consequências graves para a saúde, a educação, a preservação ambiental, a geração de emprego e renda, o combate à pobreza e à fome, entre outras.

O governo anterior chegou ao fim do mandato em meio à ameaça real de colapso dos serviços públicos. Os livros didáticos que deverão ser usados no ano letivo de 2023 ainda não haviam começado a ser editados; faltavam remédios na Farmácia Popular; não havia estoques de vacinas para o enfrentamento das novas variantes da Covid-19; faltavam recursos para a compra de merenda escolar; as universidades corriam o risco de não concluírem o ano letivo; e não existiam recursos para a Defesa Civil e a prevenção de acidentes e desastres. E quem está pagando a conta desse apagão é o povo brasileiro.

Este relatório, portanto, delineia o caminho para as primeiras medidas que o novo Governo deverá adotar, com sugestões de atos normativos a serem revogados ou reformulados, a partir de janeiro de 2023, a exemplo das legislações que flexibilizam o controle e a compra de armas; o garimpo em terras indígenas; a Lei de Acesso à Informação, entre outras.

O Conselho Político do Gabinete de Transição contribuiu de modo efetivo na construção da proposta de Emenda Constitucional do Bolsa Família, além de debater e pavimentar o caminho para o início do novo Governo.

O presente relatório também apresenta uma nova estrutura ministerial, mais adequada à agenda do Governo eleito e ao seu compromis-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

so com a reconstrução e transformação do País. Essa nova estrutura contempla, ainda, a necessidade de recuperação e otimização de órgãos da Administração Pública direta e indireta, de maneira a criar condições mais apropriadas à implementação de políticas públicas e à melhoria dos serviços prestados à população.

Por fim, este relatório oferece à Presidência da República, aos novos ministros e ministras e ao governo em geral um ponto de partida para a reconstrução e a transformação do País. O projeto para o qual foram reunidas tantas contribuições é o do respeito à vida, à democracia, à justiça, à inclusão social. É o projeto do emprego digno, do salário decente, da comida no prato de todos os brasileiros e todas as brasileiras, da proteção previdenciária, dos direitos e das oportunidades para todas e todos. É o projeto da valorização da saúde, da educação, da preservação ambiental, do respeito às mulheres, à população negra e à diversidade brasileira. É o projeto da ciência e tecnologia, da inovação, da reindustrialização, do desenvolvimento sustentável e da reintegração soberana do Brasil no mundo.

Ao final de 2022, momento em que o País celebrou o Bicentenário da Independência, foi devolvida, ao povo brasileiro, a oportunidade de voltar a sonhar e de construir uma vida melhor para todas e todos. É a oportunidade do reencontro histórico com um projeto de Nação alicerçado no compromisso com a paz, o diálogo, a democracia, a inclusão e a justiça social.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Inovação no processo de transição: a experiência dos grupos técnicos e a participação social como método

A alternância de poder é elemento central da democracia. Um processo de transição institucionalizado e orientado por normas e procedimentos claros cria as condições necessárias para que o Governo eleito possa ter conhecimento da situação dos serviços públicos e da máquina pública e implementar mais rapidamente as diretrizes e propostas que foram referendadas nas urnas pelo voto popular.

A institucionalização do processo de transição de governo foi inaugurada na passagem de poder de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, com a criação de um arcabouço legal e um conjunto de regras que permitiram uma passagem de poder ordenada e republicana. Na ocasião, foram estabelecidos prazos, regras e procedimentos para disciplinar o processo democrático de transição governamental. Além de pôr à disposição da equipe de transição do governo eleito recursos, infraestrutura e cargos da Administração Federal, custeados pelo Tesouro Nacional, o governo de FHC viabilizou o acesso a informações indispensáveis para o início da atuação do novo governo. Havia um claro intuito de não apenas disciplinar aquela passagem de poder, mas também de conferir caráter institucional ao processo, de maneira a assegurar futuras transições governamentais.

Na atual conjuntura, o Gabinete de Transição do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e do Vice-Presidente Geraldo Alckmin inova ao





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

incorporar e trazer a participação social para o centro do processo de transição ocorrido em 2022. Foram criados 32 Grupos Técnicos (GTs), de maneira a contemplar a participação de diversos setores sociais e grupos de interesse nas suas respectivas áreas de atuação. Também participaram da transição profissionais com reconhecida trajetória e conhecimento técnico, além de parlamentares com atuação nas mais diversas temáticas sob análise. A composição dos GTs teve como diretriz a valorização da diversidade regional, de gênero e de raça, de maneira a estimular olhares diversos e plurais para um diagnóstico mais abrangente possível.

Os Grupos Técnicos foram organizados pelos seguintes temas: i) agricultura, pecuária e abastecimento; ii) centro de governo; iii) cidades; iv) ciência, tecnologia e inovação; v) comunicações; vi) comunicação social; vii) cultura; viii) desenvolvimento agrário; ix) desenvolvimento regional; x) desenvolvimento social e combate à fome; xi) direitos humanos; xii) economia; xiii) educação; xiv) esportes; xv) igualdade racial; xvi) indústria, comércio e serviços; xvii) infraestrutura; xviii) inteligência estratégica; xix) justiça e segurança pública; xx) juventude; xxi) meio ambiente; xxii) minas e energia; xxiii) mulheres; xxiv) pesca; xxv) planejamento, orçamento e gestão; xxvi) povos originários; xxvii) previdência social; xxviii) relações exteriores; xxix) saúde; xxx) trabalho; xxxi) transparência, integridade e controle; e xxxii) turismo.

Os GTs tiveram a missão de produzir relatórios com informações acerca do funcionamento e da atuação de praticamente todos os órgãos da Administração Pública Federal. Os 32 relatórios setoriais produzi-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

dos pelos GTs foram entregues aos respectivos ministros e ministras empossados, sendo que alguns dos documentos contêm informações reservadas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), como no caso de Defesa e Inteligência. Os documentos produzidos, elaborados com base nesse princípio orientador, cumpriram dois objetivos básicos. Em primeiro lugar, formular diagnósticos setoriais em suas respectivas áreas de abrangência, cujos principais resultados estão sintetizados no Relatório Final da Transição. Em segundo lugar, reunir e sistematizar informações essenciais para o início do trabalho dos ministros e das ministras e de suas equipes, incluindo principais emergências orçamentárias, alertas acerca de programas e políticas que demandariam ação imediata, atos normativos que deveriam ser revogados ou reformulados, avaliação de programas e políticas de cada área de atuação governamental, e sugestões de estruturas organizacionais mais adequadas para os desafios do novo Governo.

Historicamente, esses diagnósticos eram elaborados por equipes de transição compostas basicamente por servidores públicos requisitados e por profissionais indicados pelo novo Governo. O Gabinete de Transição não apenas inovou ao incorporar a participação social nas discussões promovidas pelos GTs, como também estimulou o envolvimento desses atores políticos no processo de construção das análises acerca do Estado brasileiro e de suas políticas públicas. A pluralidade de demandas e perspectivas que emergiram nas reuniões dos Grupos Técnicos permitiu a produção de diagnósticos mais representativos e socialmente orientados.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Além dos membros designados formalmente para composição dos GTs, cada Grupo contou com participação de servidores e colaboradores voluntários, que contribuíram com seus olhares, suas experiências e seus conhecimentos específicos. Adicionalmente, muitos GTs promoveram escutas e rodadas de reuniões com organizações da sociedade civil, representantes de entidades, movimentos sociais, sindicatos e associações de trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais, organizações internacionais, entre outros.

Foi o caso, por exemplo, do GT de Igualdade Racial, que realizou webinar nacional para colher sugestões e contribuições para o trabalho do grupo, com participação de 1.200 pessoas. O GT de Meio Ambiente também realizou plenária com a sociedade civil, que contou com a participação de mil pessoas. Além dessas reuniões e escutas, foram recebidos diversos insumos para as discussões dos GTs, em forma de cartas abertas, ofícios, relatórios e listas de alertas que compõem um repositório de diretrizes, orientações e sugestões de ações emanadas da sociedade para o Governo eleito.

Esse trabalho realizado com comprometimento político e competência técnica foi empreendido sem que houvesse reajuste no orçamento disponível para a transição governamental. Apesar dos valores defasados, os recursos não foram integralmente executados e o custo desta transição foi exponencialmente menor do que a anterior. Dos 50 cargos disponíveis foram utilizados apenas 22; a ampla maioria do trabalho foi voluntário, o que evidencia a disposição republicana de centenas de brasileiros e brasileiras para a reconstrução do País.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Além dos Grupos Técnicos, o Gabinete de Transição criou outras duas instâncias de participação, que também contribuíram para a pluralidade do processo: o Conselho Político e o Conselho de Participação Social. O Conselho Político auxiliou na coordenação dos trabalhos do Gabinete, analisando o cenário geral e dando contribuições acerca dos desafios políticos, como no caso da elaboração e tramitação da PEC do Bolsa Família. O Conselho de Participação Social, por sua vez, reuniu mais de 50 entidades e contribuiu com a formulação da futura política nacional de participação social e sua relação com a sociedade civil.

Neste momento, em que a democracia e a participação estiveram ameaçadas e desafiadas, o fortalecimento institucional do processo de transição de governo, com a participação efetiva de diversos setores sociais, é instrumento indispensável à promoção do diálogo social e à valorização das práticas democráticas, tão essenciais para o desenho e a implementação das políticas públicas para a construção de um Brasil mais plural, democrático, justo, inclusivo e solidário.

1. Radiografia do desmonte do Estado e das políticas públicas

Nesta seção, será apresentada uma caracterização geral do processo de desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas em âmbito federal, considerando as contribuições reunidas nos relatórios setoriais elaborados pelo GTs da Transição de Governo.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A herança do governo anterior é a desorganização do Estado e o desmonte dos serviços públicos essenciais. Esses processos foram contínuos, abrangentes e sistemáticos, sendo parte do seu projeto político-ideológico de redução e enfraquecimento institucional do Estado. O desmonte respondeu a uma lógica de menos direitos para a maioria e mais privilégios para uma minoria.

Durante o governo anterior, sob a égide da [Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016](#), exacerbou-se um processo de enrijecimento dos gastos reais primários, no que diz respeito ao desfinanciamento das políticas públicas de saúde, previdência, assistência social, dentre outras. No entanto, para atender às próprias necessidades de sustentação política, o último governo furou, em quatro anos, o Teto de Gastos por cinco vezes, gerando despesas no valor de cerca de R\$ 800 bilhões.

As consequências são bastante perniciosas, não apenas no que diz respeito às estruturas do Estado, mas também no que toca ao comprometimento de direitos e políticas públicas de modo geral. Ao final, é a própria população brasileira, em especial a parcela mais vulnerável, que mais vem sofrendo com a ausência ou precarização dos serviços públicos.

O legado dos últimos quatro anos do governo anterior é perverso. Ele deixa para a população o reingresso do Brasil no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU): hoje, 33,1 milhões de brasi-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

leiros passam fome e 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da população do país, vivem com algum grau de insegurança alimentar.

Os cortes no orçamento da saúde para 2023 são da casa de R\$ 10,47 bilhões, o que inviabiliza programas e ações estratégicas do Sistema Único de Saúde (SUS), tais como Farmácia Popular, saúde indígena e o programa HIV/Aids. Tudo isso sem contar a fila dos atendimentos especializados, que cresceu de forma vertiginosa após a pandemia.

Na educação, o governo anterior mostrou seu descompromisso com o futuro. Cortou deliberadamente recursos, não contratou a impressão de livros didáticos e colocou em risco a qualidade do ano letivo em 2023. E contribuindo para ampliar a evasão escolar que cresceu com a pandemia, o governo anterior congelou durante quatro anos, em R\$ 0,36 centavos por aluno, a parte da União para a merenda escolar.

Também sob o governo anterior, o Brasil bateu recordes de feminicídios. As políticas de igualdade racial sofreram severos retrocessos; produziu-se um desmonte das políticas de juventude; e os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados na história recente do País.

Na estrutura ocupacional no setor público federal, o assédio institucionalizado, a precarização laboral, a redução de pessoal e os sete anos sem reajuste para o funcionalismo tornaram mais precário o serviço prestado à população.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A falta de planejamento impediu a modernização da gestão pública, que sofreu com o esvaziamento completo do Plano Plurianual (PPA) e suas estruturas e funções de gestão e burocracias correlatas.

A dimensão da participação social em âmbito governamental enfrentou paralisações e retrocessos institucionais. Em praticamente todas as três grandes áreas de políticas públicas para o desenvolvimento nacional – desenvolvimento social e garantia de direitos; desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania – houve claro retrocesso participativo e o desmonte dos principais instrumentos e mecanismos de relacionamento Estado/sociedade.

Quanto ao legado do governo anterior no âmbito das políticas ambientais e climáticas, é notório o rebaixamento organizacional e a falta de compromissos com os acordos internacionais. A destruição ambiental nos dois últimos anos foi a maior em 15 anos. Em quatro anos, o governo anterior destruiu 45 mil km² com desmatamento só na Amazônia.

O programa de desestatização caracterizou-se por decisões erráticas que implicaram em desnacionalização patrimonial e perda de soberania nacional, bem como na desarticulação dos investimentos públicos indutores e multiplicadores dos investimentos privados e do próprio crescimento econômico. Os consumidores de energia elétrica poderão pagar uma conta que pode chegar a R\$ 500 bilhões nos próximos anos, em razão de uma série de ações tomadas pelo governo anterior no setor elétrico.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

No tocante às relações federativas, o governo anterior foi responsável pela maior crise do sistema federativo desde a redemocratização. A União provocou desunião. Observou-se o enfraquecimento dos elos federativos em torno das principais políticas setoriais da área de desenvolvimento social e garantia de direitos. O maior exemplo foi o papel desarticulador do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

No que diz respeito à relação entre os três Poderes e o respeito aos preceitos constitucionais, a Presidência da República anterior adotou atitude de enfrentamento aos demais poderes, bem como ação contínua de afronta aos marcos legais do regime democrático.

Em relação à política externa brasileira, o Governo isolou o país de seus vizinhos e dos âmbitos multilaterais, e não pagou cotas a organismos internacionais, deixando o Brasil sem voto nesses fóruns. Sob a égide do governo anterior, constata-se um profundo rebaixamento e desprestígio internacional do País no concerto das nações.

Na sequência, com base nas contribuições provenientes dos GTs setoriais, será possível compreender a extensão e a complexidade desse processo de desmonte do Estado brasileiro e o quanto ele é nefasto para a população, em particular a mais necessitada.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

1.1 Desenvolvimento social e garantia de direitos

Desenvolvimento social

A volta do flagelo da fome ao País é o indicador mais relevante do desmonte das políticas de desenvolvimento social ocorrido nos últimos quatro anos. Um futuro com comida na mesa e mais dignidade para as 33 milhões de pessoas em situação de grave insegurança alimentar demandam a imediata retomada do conjunto de políticas públicas que o Brasil implementou com sucesso nos governos do PT.

Para isso, o Governo eleito precisará reverter o quadro encontrado, no qual as políticas de transferência de renda, os programas de segurança alimentar e nutricional e a oferta de serviços sociais estão completamente desorganizadas e contam com previsão orçamentária reduzida ou, por vezes, quase inexistentes.

A implementação improvisada do Auxílio Brasil desarranjou todo o sistema de transferência de renda em funcionamento há quase 20 anos e trouxe o caos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em razão de sucessivas mudanças, o programa perdeu o foco, tratou de maneira igual os desiguais e levou milhões de pessoas para as filas nas portas dos serviços socioassistenciais. As condicionalidades em saúde e educação foram alteradas e estão fragilizadas. Por exemplo, o total de crianças menores de 7 anos com acompanhamento vacinal passou de 68%, em 2019, para 45%, em 2022.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Apenas 60% dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) estão atualizados. O Cadastro também está desfigurado: das cerca de 40 milhões de famílias inscritas, 13,9 milhões compõem arranjos unipessoais. Isso tem impacto não apenas na concessão do Auxílio Brasil, mas também em outros 30 programas que utilizam o Cadastro, inclusive os programas de transferência de renda de estados e municípios. O governo anterior incluiu milhares de pessoas no CadÚnico e ameaçou retirá-las em função da má gestão e da falta de recursos.

Dados do Ministério da Cidadania informam que R\$ 9,5 bilhões de empréstimos consignados para beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) foram concedidos nas vésperas da eleição. A Caixa Econômica Federal o fez sem respeitar a Lei das Estatais, com taxas de juros exorbitantes. Nenhum dos grandes bancos do País aderiram ao programa dado seu risco, o que foi viabilizado por medida provisória, convertida na [Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022](#). Assim, um a cada seis beneficiários do Auxílio Brasil contraiu empréstimo consignado. Essas pessoas terão até 40% do valor de seu benefício comprometido, mesmo que não permaneçam no programa. A medida, claramente eleitoreira, vai na contramão das políticas de proteção social, colocando em risco benefícios futuros.

O SUAS viu seu financiamento minguar e sofrer redução de 96% no orçamento para 2023, comparado ao de 2022, que já era bem menor do que o de 2018. O valor previsto para o financiamento do SUAS era de apenas R\$ 50 milhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Esse valor não é suficiente sequer para um mês de funcionamento





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

dos equipamentos de proteção básica e especial, bem como das unidades de acolhimento. Com esse cenário, há risco real de paralisação do SUAS.

A rede física de equipamentos é praticamente a mesma de 2016, e a oferta de serviços socioassistenciais encolheu justamente no momento em que se observou o empobrecimento do País. O número de pessoas em situação de rua aumentou nas grandes e pequenas cidades, mas os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop) estão concentrados apenas nas cidades de grande porte. Até o momento, a quantidade de equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social tem sido insuficiente.

A maior parte das alterações dos programas de transferência de renda e dos serviços socioassistenciais foi feita sem qualquer tipo de pactuação com órgãos colegiados, como o Conselho Nacional de Assistência Social e a Comissão Tripartite, e houve grande fragilização da relação com estados e municípios. A rede SUAS está sobrecarregada, com sistemas administrativos defasados, alta rotatividade de profissionais e baixos salários, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento da demanda pelos serviços socioassistenciais.

A fila de espera para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) contava, em dezembro de 2022, com mais de 580 mil pessoas; o tempo médio para a concessão do benefício passou de 78 para 311 dias, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU).





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Em relação à política de segurança alimentar e nutricional, houve um completo desmantelamento. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi desativado e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) não teve nenhum papel relevante durante todo esse período. Quase todos os programas tiveram orçamento reduzido, dependentes cada vez mais de emendas parlamentares para garantir alguma execução.

O Programa Cisternas, que já atendeu mais de 1 milhão de famílias com tecnologias sociais de acesso à água, não chegou em 2022 nem próximo a 1 mil cisternas entregues. O Programa Fomento Rural teve orçamento reduzido e desvios de função. Foram adotados mecanismos de compra ineficientes para a aquisição de cestas básicas e existe um passivo enorme de prestação de contas, a partir de 2023. Por outro lado, os equipamentos públicos de segurança alimentar, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e centrais de distribuição de alimentos da agricultura familiar, vêm sendo desmontados. Os recursos são irrisórios para 2023.

Diante do desmonte verificado, a tarefa de reconstruir toda a rede de proteção social representa um enorme desafio. Será necessário retomar a atuação coordenada entre os ministérios para promover o desenvolvimento social com redução da pobreza e das desigualdades e a erradicação da fome no País.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Educação

Desde o início do governo anterior a política de educação foi negligenciada, tratada como instrumento para a guerra cultural e com aparelhamento ideológico. Trocas de ministros, denúncias de corrupção e crises na oferta dos serviços públicos foram a tônica desse mandato.

Nos dois primeiros mandatos do Presidente Lula, houve um forte investimento em educação, com iniciativas de creche a pós-graduação. Antigos programas foram ampliados e aperfeiçoados e novos foram criados. As conquistas observadas nesse período foram comprometidas a partir de 2016, tendo sido intensificado o processo de desmonte das políticas educacionais, bem como os ataques às universidades, aos institutos federais, aos professores e aos estudantes, durante o governo anterior.

De 2019 a 2022, o Ministério da Educação (MEC) e suas autarquias sofreram retrocessos institucionais, orçamentários e normativos, observando-se falta de planejamento; descontinuidade de políticas relevantes; desarticulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais e da rede federal de ensino; incapacidade de execução orçamentária; e omissões perante os desafios educacionais. Além disso, houve graves indícios de corrupção que precisam ser investigados.

O descaso com a educação atingiu diversos programas, como os de alimentação escolar; construção de creches e escolas; organização curricular; ampliação do tempo integral; iniciação à docência, entre





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

outros. As poucas iniciativas adotadas foram tardias, beneficiaram um limitado número de estudantes e estiveram desconectadas das necessidades reais, como no caso da estratégia de formação de professores por meio de plataformas de educação a distância, sem coordenação nacional, incentivo e valorização dos educadores.

Em consonância com a forte tradição de participação social na área de educação, destaca-se a importância da recriação de uma série de comissões e comitês que foram extintos desde 2019, como o Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Também constituem desafios a retomada de comissões paralisadas, a exemplo do CGProuni; o aperfeiçoamento de conselhos em funcionamento, como o Conselho de Acompanhamento e de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); e a criação de novos conselhos, como o Conselho Consultivo de Regulação, Avaliação e Supervisão da Educação Superior, com ampla participação de organizações que militam na área educacional.

Outras questões preocupantes dizem respeito ao não cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e a não instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE), cuja implementação é urgente. Também merecem atenção a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); a reforma do ensino médio; a concessão de bolsas de pós-graduação, iniciação à docência, iniciação científica e ensino médio e técnico; as políticas de cotas para estudantes do ensino superior; a educação profissional e tecnológica; a estrutura das





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

autarquias vinculadas ao MEC; e as ações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como o Censo Escolar e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

É importante lembrar que, nos últimos anos, as políticas e os programas educacionais foram afetados por sucessivos e sistemáticos cortes de recursos. O valor previsto no orçamento de 2023, descontadas as transferências obrigatórias aos entes subnacionais para a educação básica, é inferior em R\$ 18,5 bilhões à média do valor comprometido no período 2015-2021, e inferior em R\$ 9,2 bilhões ao de 2021, que já havia sido o pior ano de toda a série. É urgente, portanto, recompor o orçamento do MEC, considerando as prioridades do novo Governo e as principais emergências orçamentárias identificadas.

Um ponto que merece destaque é que, nos últimos anos, o MEC implementou diversas ações educacionais alinhadas a uma pauta atrasada e com uma visão divergente das políticas que, comprovadamente, asseguram uma educação pública de qualidade a todas e todos. As normas educacionais mais recentes refletem esse movimento de ideologização, precarização e constrangimento da educação pública.

Além da necessidade de revogação de normas em desconformidade com um projeto de educação pública, gratuita, laica e democrática – sem gerar insegurança jurídica e desorganização das redes de ensino –, é indispensável recuperar a capacidade operacional em áreas críticas para a execução das políticas, seja no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), seja no MEC ou em outras autarquias,





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

a exemplo das áreas de licitação, empenho, contratos, pagamento e tecnologia da informação, sob risco de comprometer ações de grande relevância, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), além da dificuldade de recursos para o pagamento de bolsas, como evidenciado pelo caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Saúde

A primeira constatação na área de saúde é que o País ainda convive com uma grave crise sanitária. Além das quase 700 mil mortes pela Covid-19, a pandemia exacerbou o quadro de deterioração da saúde, na contramão de melhorias substantivas que estavam em curso no País, com base na Constituição de 1998, a qual definiu a saúde como direito universal e possibilitou a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) para a sua efetivação. Desde 2016, observa-se a piora generalizada em indicadores de saúde, tais como: i) redução da taxa de coberturas vacinais, com alto risco de reintrodução de doenças como a poliomielite; ii) queda acentuada de consultas, cirurgias e procedimentos diagnósticos e terapêuticos realizados pelo SUS, na atenção básica, especializada e hospitalar, atrasando o início do tratamento de doenças crônicas, tais como cânceres e doenças cardiovasculares, entre outras; iii) retorno de internações por desnutrição infantil provocadas pela fome; iv) estagnação na trajetória de queda da mortalidade infantil; e v) aumento de mortes maternas.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

O grave quadro sanitário brasileiro decorre de um conjunto de retrocessos institucionais, orçamentários e normativos que levaram ao desmonte das políticas de saúde e que afetaram o funcionamento de diversas áreas do SUS. A degradação da autoridade sanitária nacional e do papel de coordenação e articulação do Ministério da Saúde (MS) foram fatores-chave na desestruturação de políticas e programas até então bem-sucedidos, como o Programa Nacional de Imunizações (PNI), o Mais Médicos, a Farmácia Popular, a IST-Aids e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Também foram seriamente afetados os serviços que compõem as redes assistenciais do SUS, como atenção básica, saúde mental, saúde da mulher, urgência, pessoa com deficiência, entre outros.

De 2018 a 2022, estima-se que as perdas do SUS, em decorrência da [EC nº 95/2016](#), chegaram a quase R\$ 60 bilhões, descontando-se os gastos autorizados por medida provisória relacionados à Covid-19. Além disso, para 2023, a saúde sofreu o impacto da desorganização provocada pela proposta de orçamento do Governo, com consequências deletérias para programas como o Farmácia Popular e o Mais Médicos/Médicos pelo Brasil e para a saúde indígena, entre outros. Também é altíssimo o risco de colapso de serviços essenciais por falta de financiamento federal e por comprometimento da compra de insumos essenciais, incluindo vacinas e medicamentos em geral.

Diante desse quadro crítico, é urgente recuperar o orçamento da área de saúde, bem como estabelecer medidas de resgate da autoridade sanitária e da capacidade técnica do MS para a coordenação nacional,





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

tripartite e participativa da gestão do SUS. Isso é essencial para que as demais prioridades da área possam ser efetivadas, como o resgate das altas coberturas vacinais por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI); o fortalecimento da capacidade de resposta à Covid-19 e outras emergências de saúde pública; e o enfrentamento das filas na atenção especializada.

Nesse sentido, é premente um esforço concentrado nacional para reduzir as filas de espera para diagnósticos e tratamentos de doenças cardiovasculares, cânceres e cirurgias de baixa e média complexidade – todas muito afetadas pela pandemia. Esse esforço deve estar articulado a ações estruturantes para a reorganização da atenção básica resolutiva e integrada nas diferentes regiões do País. Também é importante conferir prioridade à recuperação das áreas de saúde mental, da mulher, da criança e do adolescente, da população indígena, bem como a adoção de uma diretriz antirracista na política nacional de saúde no Brasil. O mesmo olhar deve recair sobre alguns programas bem-sucedidos, que foram desmantelados nos últimos anos. É o caso da recuperação da Farmácia Popular, como parte da assistência farmacêutica do SUS; da retomada do estímulo ao desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde; e da transformação digital do SUS. Da mesma maneira, é urgente a verificação das condições de suporte, insumos e contratos em geral, seriamente comprometidas sob a gestão do governo anterior. Essas medidas são fundamentais para a retomada do desenvolvimento do sistema de saúde brasileiro público, universal, integral e gratuito.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Com relação aos colegiados de participação social, que foram desarticulados e desacreditados, impõe-se o resgate do compromisso com o fortalecimento do Conselho Nacional de Saúde (CNS), indispensável ao controle social e à gestão participativa no SUS; a retomada das conferências nacionais de saúde; e a recriação de diversas instâncias de participação social, como o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) e a Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde.

Trabalho

A situação atual da área de trabalho e emprego reflete o descaso e a ação deliberada do governo anterior em subordinar a sua atuação à agenda ultraliberal da área econômica, aprofundar o processo de flexibilização da proteção ao trabalho, desmontar e combater a organização sindical e coibir as práticas de negociação tripartite e diálogo social.

Mesmo com a recriação, em 2021, do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), não se alterou o caráter secundário e subordinado conferido às questões trabalhistas. Além da estrutura precária do MTP, alguns instrumentos de gestão continuaram nas mãos do Ministério da Economia, do qual o MTP depende para contratos administrativos e até mesmo para a gestão de pessoas.

Alterar esse quadro de degradação institucional é indispensável para que as políticas de trabalho voltem a ter centralidade no processo de desenvolvimento do País. Isso passa pela reestruturação da área como





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

unidade institucional autônoma, bem como pelo restabelecimento da parceria com estados e municípios e a reorganização de estruturas descentralizadas que compõem o sistema público de trabalho, emprego e renda, sucateadas nos últimos anos.

Da mesma forma, o orçamento destinado às políticas na área do trabalho foi continuamente reduzido na gestão anterior, chegando a irrisórios R\$ 397 milhões, em 2022. Ao mesmo tempo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem registrado seguidos superávits, deixou de cumprir a sua finalidade constitucional no financiamento das políticas de trabalho. Outra importante fonte de recursos, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) também foi enfraquecido e descapitalizado.

Todas as políticas ativas de emprego estão fragilizadas em decorrência do contínuo subfinanciamento a que foram submetidas nos últimos quatro anos. O sistema público de intermediação de mão de obra está sucateado, com limitada capacidade de apoiar a recolocação de trabalhadores, e a mudança no sistema de repasse de recursos para os estados, por meio do modelo fundo a fundo, ainda não se completou.

Na área de qualificação social e profissional, o quadro é de ausência completa de política. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi abandonado e o Programa Novos Caminhos não saiu do papel, ou se limitou a ações pontuais e discutíveis, como o Caminho Digital. Registrou-se ainda a paralisia da política de aprendizagem profissional, fundamental para a prevenção e erradica-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

ção do trabalho infantil e para a inserção profissional de jovens, praticamente zerando as oportunidades nesse âmbito.

O governo anterior também não poupou a inspeção do trabalho. Houve perda de autonomia normativa, técnica, financeira e de gestão nos últimos quatro anos. Quase metade do quadro de auditores fiscais do trabalho autorizados em lei estão vagos. E o orçamento destinado às funções de fiscalização é insuficiente para a manutenção das unidades regionais, responsáveis pelas ações de fiscalização.

A reversão desse quadro é necessária para assegurar o enfrentamento aos descumprimentos da legislação trabalhista, a garantia de direitos de saúde e segurança no trabalho, o cumprimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência, o combate às fraudes e a todas as formas de discriminação no emprego e na ocupação, bem como o fortalecimento das políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo que eram, até recentemente, referência mundial.

Entusiasta da reforma trabalhista de 2017, o governo anterior avançou ainda mais no desmonte da legislação do trabalho, utilizando todos os instrumentos normativos à sua disposição para flexibilizar a regulação laboral e enfraquecer as entidades sindicais. Frente ao aumento do trabalho por meio de plataformas digitais, não houve qualquer iniciativa para proporcionar um mínimo de proteção trabalhista e previdenciária. Também foi abandonada a política de valorização do salário míni-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

mo, instrumento fundamental para a elevação da renda do trabalho, a redução das desigualdades e a dinamização da economia.

Outros problemas recorrentes foram a perseguição a lideranças sindicais e a asfixia financeira de suas entidades, prevalecendo uma política antissindical, o esvaziamento de fóruns tripartites e a recusa ao diálogo social. Além disso, o Brasil assumiu posições regressivas em matéria trabalhista na área internacional, abandonou o diálogo sobre trabalho no âmbito da cooperação Sul-Sul e se juntou a países que buscam enfraquecer a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seus mecanismos de regulação.

Previdência Social

A Previdência Social e a Seguridade Social são um dos mais importantes mecanismos de proteção e desenvolvimento social do País. Os benefícios monetários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sustentam, direta ou indiretamente, mais de 90 milhões de brasileiros, e a Seguridade é fonte de renda para cerca de 140 milhões de cidadãos. Atualmente, 78% dos idosos têm nos benefícios previdenciários e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) uma de suas principais fontes de rendimento familiar.

Os avanços sociais expressos na Constituição de 1988 proporcionaram a inclusão dos idosos rurais e urbanos; o combate ao êxodo rural; o apoio à agricultura familiar; e a promoção da economia regional, especialmente por seu papel redistributivo nos municípios mais pobres.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Também foram reduzidas a desigualdade de renda e a situação de pobreza dos mais velhos. As medidas adotadas pelo Governo Federal, a partir de 2016, ameaçam essas conquistas e colocam o Governo eleito diante do desafio de reconstruir a Seguridade Social e a Previdência Social.

Um dos principais desafios nesse âmbito consiste no enfrentamento da dramática exclusão do RGPS, que se ampliou nos últimos anos. Isso requer crescimento econômico e geração de emprego com carteira assinada. Também é necessária a revisão dos marcos regressivos das reformas trabalhista e previdenciária, que criaram regras de acesso ao Regime Geral equivalentes ou mesmo superiores às praticadas por países desenvolvidos e que desconsideram a dramática realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Nesse sentido, merecem especial atenção as questões relativas à inclusão previdenciária dos cerca de 50% dos trabalhadores que não participaram do mercado formal de trabalho durante a maior parte ou de toda a sua vida laboral; que não conseguem integralizar as carências contributivas mínimas para a aposentadoria; e que não se enquadram nas exigências para acesso ao BPC. Outro ponto importante diz respeito à atenção às vítimas da Covid-19 e suas famílias, que sofreram perda de renda em decorrência da pandemia.

O enfrentamento adequado desses desafios remete a outro problema: a desestruturação institucional do setor, iniciada em 2016, que, sob o governo anterior, culminou na extinção do Ministério da Previdência e





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

a transferência de suas atribuições para a Secretaria de Previdência do Ministério da Economia. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi transferido para o extinto Ministério do Desenvolvimento Social, e, depois, para o Ministério da Economia e o Ministério do Trabalho e Previdência. A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e a perícia médica continuaram vinculadas ao Ministério da Economia.

Assistiu-se também a uma política que se traduziu no represamento de direitos para a redução forçada de gastos, com graves consequências administrativas e sociais. Os casos mais paradigmáticos foram: a redução do quadro de servidores do INSS; o fechamento de agências físicas; a desatualização cadastral que limita a concessão automática de direitos; a precariedade do serviço de teleatendimento; a migração do atendimento presencial para canais remotos; as dificuldades com o uso dos canais *on-line*; as limitações técnicas do canal digital; e o uso de automatização na concessão de benefícios com base em protocolos imprecisos, levando a indeferimentos desnecessários.

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) também sofreram mudanças em decorrência da última reforma previdenciária, a qual trouxe o risco de financeirização dos planos de benefícios e menor proteção previdenciária, com prejuízos aos servidores públicos. O novo Governo terá que reorganizar as regras de funcionamento desse segmento, em sintonia com as melhorias introduzidas nos regimes próprios no período de 2003 a 2015. Também é necessária a melhoria na gestão do RPPS, com a implantação de um Sistema Integrado de Dados e do eSocial e o





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

tratamento mais adequado da Compensação Previdenciária (Comprev), além de outras medidas de natureza tributária sobre normas gerais aplicáveis a todos os entes federados e acerca do Regime de Previdência Complementar do setor público, a Funpresp.

Nos últimos anos, houve ainda a tentativa de sucateamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com ataques sistemáticos à imagem e à credibilidade do sistema e de seus dirigentes, e o favorecimento de bancos e seguradoras. Tiveram lugar diversas resoluções do Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPC), para flexibilizar os direitos dos participantes, facilitar a retirada de patrocínio, alterar benefícios e critérios de reajuste de assistidos por esses planos, instituir planos com baixo nível de contribuição e benefícios reduzidos, dentre outras medidas que punem os participantes e assistidos em vez de proteger seus direitos, como é dever do Estado.

Em suma, é extensa a lista de questões e demandas que deverão exigir máxima atenção do ponto de vista legislativo, orçamentário e de garantia de direitos aos cidadãos, tanto no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), como também dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e do Regime de Previdência Complementar (RPC).

Cidades

O Ministério das Cidades foi essencial para a formulação da nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a implementação do Estatuto das Cidades. De 2003 a 2016, o governo investiu R\$ 715 bilhões





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

nas políticas urbanas (média de R\$ 50 bilhões por ano), com destaque para o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que contratou 4,2 milhões de moradias até 2016, sendo 1,6 milhão para famílias de baixíssima renda.

A partir de 2016, o investimento na área foi drasticamente reduzido, tendência que se aprofundou sob o governo anterior, quando foram extintos o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades. No PLOA de 2023, registrou-se uma redução de recursos para o setor urbano da ordem de 90% em relação a 2022, o que deverá provocar a paralisação de obras em andamento com recursos do Orçamento Geral da União.

O MCMV foi transformado no Programa Casa Verde Amarela, que zerou as contratações para a baixa renda, afetando sobretudo a população mais carente e vulnerável em termos habitacionais. O corte de recursos destinados à produção habitacional e às obras de infraestrutura urbana, além dos prejuízos às famílias e às cidades, representa uma perda de oportunidade para a promoção do crescimento econômico. O recurso público aplicado no setor contribui para um ciclo virtuoso, que aumenta a arrecadação tributária, gera emprego e renda e movimentam a cadeia da construção civil e outros setores da economia. Os programas de habitação têm potencial de gerar 1,5 milhão de empregos anuais, considerando a média do MCMV, observada no período 2009-2022, além de responder às necessidades habitacionais da população de baixa renda.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Na habitação, os reflexos do desmonte são percebidos no aumento em mais de 32 mil pessoas em situação de rua, somente nos últimos dois anos, totalizando mais de 178 mil pessoas; nas mais de 1 milhão de pessoas despejadas ou ameaçadas de despejo, durante a pandemia; no déficit habitacional de 5,9 milhões de domicílios; e nos mais de 5,1 milhões de domicílios em aglomerados subnormais (IBGE, 2019).

Na área de mobilidade urbana, foi interrompida a expansão dos sistemas de média e alta capacidades de transporte público. Há uma crise de demanda e esgotamento do atual modelo de remuneração dos serviços pela tarifa, com sucessivos aumentos de tarifas e perda da capacidade de pagamento dos usuários. Esse cenário foi agravado pela pandemia: o déficit estimado entre a receita e os custos operacionais dos prestadores, no período de março de 2020 a junho de 2021, correspondeu a R\$ 16,7 bilhões, nos sistemas de ônibus, e R\$ 12,5 bilhões, nos sistemas sobre trilhos (Agência Nacional de Transportes Públicos – ANTP). Assim, houve a deterioração das condições de mobilidade urbana nas cidades, com o sucateamento das infraestruturas de transporte urbano.

A gestão de riscos e prevenção a desastres climáticos também foi desarticulada, mesmo diante de um cenário de aumento de eventos climáticos extremos. Houve ainda uma redução de 99,5% na previsão orçamentária para saneamento, em 2023, o que deve afetar obras em andamento, o início de obras aprovadas e/ou licitadas pela Caixa Econômica e a retomada de obras paralisadas nos últimos anos.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Diante do claro desmonte das políticas públicas até então conduzidas pelo Ministério das Cidades, o novo Governo se vê diante da necessidade de redesenhar e retomar os programas considerados necessários à reconstrução da política habitacional do País, tendo como diretriz a redução das desigualdades urbanas e a promoção da transição ecológica nas cidades.

Cultura

A área da cultura foi um dos principais alvos do desmonte promovido pelo governo anterior, com impactos negativos sobre o orçamento destinado à pasta, as estruturas públicas de gestão da cultura, o acesso e o exercício dos direitos culturais e as atividades artísticas e dos trabalhadores da cultura. O governo anterior amplificou o discurso de criminalização das artes e da cultura, com impactos agudos sobre artistas, trabalhadoras e trabalhadores do setor cultural.

O governo anterior promoveu o maior retrocesso dos últimos 20 anos na execução do orçamento destinado à cultura. A partir da extinção do Ministério da Cultura (MinC), em 2019, o então Governo Federal reduziu em quase metade a execução orçamentária da área cultural, que já era declinante. Desde 2016, houve uma perda de 85% no orçamento da administração direta e de 38% no da administração indireta. O Fundo Nacional de Cultura (FNC), principal mecanismo de financiamento governamental do setor, teve seu orçamento reduzido em 91%. O corte foi tão acentuado que a maior parte do que restou foi canalizada para manutenção, tornando inviável qualquer atividade finalística.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

As estruturas públicas de gestão da cultura também foram destruídas ou desmontadas. O MinC deixou de existir em 2019, passando a ser uma Secretaria Especial vinculada, primeiro, ao Ministério da Cidadania e, depois, ao Ministério do Turismo. Ao mesmo tempo, a estrutura de cargos exclusiva da cultura foi absorvida por outras áreas governamentais e se reduziu para pouco mais de um terço da que existia em 2016.

Além da drástica redução de tamanho, a Secretaria virou as costas para a área cultural, cancelando editais, extinguindo políticas, descontinuando projetos, reduzindo sistematicamente o seu orçamento, perseguindo servidoras(es), sucateando instituições e publicando atos normativos autoritários que violam direitos e a diversidade cultural. O Sistema Nacional de Cultura foi negligenciado, tendo sido parcialmente desmantelado.

Como consequência do desmonte das políticas culturais, quadro agravado pela pandemia da Covid-19, a economia criativa e da cultura foi duramente impactada, provocando desemprego, fechamento de empreendimentos, precarização e vulnerabilização de trabalhadores e trabalhadoras do setor. A perda do setor cultural estimada para o biênio 2020-2021 foi de R\$ 69 bilhões.

As estimativas de participação do setor cultural na economia brasileira, em 2019, variavam de 1,2% a 2,7% do PIB, sendo que o conjunto de ocupados no setor cultural representava 5,8% do total (5,5 milhões de pessoas), atuando em mais de 300 mil empresas. Com a pandemia,





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

o faturamento do setor se aproximou de zero, já que as únicas atividades que continuaram faturando foram as relacionadas a serviços digitais, como *streaming* de vídeo e música.

Enquanto outros governos lançavam pacotes de auxílio aos seus setores culturais, quem assumiu essa tarefa no Brasil foi a oposição, com a Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020). Somente ao final de 2022, o setor voltaria ao patamar de geração de riqueza de 2019. Mesmo assim, o cenário ainda é incerto, dada a omissão e inoperância do governo anterior na área.

Com relação à participação social, o diagnóstico da área cultural reforça a tendência geral de restrição e redução da participação de setores da sociedade nas políticas públicas. Dos 25 colegiados associados às políticas culturais, dez foram extintos; três estão paralisados ou aguardando composição; um está ativo, mas com problemas na formalização e na composição; e apenas 11, ou seja, 41%, estão em funcionamento.

Enfim, é inegável o papel que a cultura deverá ter, no novo Governo, como área fundamental de apoio e estímulo à diversidade de manifestações culturais do povo brasileiro; como meio para propiciar o mais amplo acesso aos bens e serviços culturais; como instrumento indispensável ao fomento da produção cultural e à promoção de uma economia da cultura; e como parte da estratégia de retomada de desenvolvimento sustentável do País.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Esporte

O governo anterior interrompeu uma longa trajetória de valorização das políticas públicas para o esporte no País. Desde 2003, o setor vinha experimentando a ampliação de recursos e da capacidade de organização e execução de políticas públicas, além de ter ganhado maior relevância no debate público, principalmente com a realização dos dois maiores eventos esportivos do mundo no País, a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

A extinção do Ministério do Esporte, que se tornou uma Secretaria Especial e foi absorvida pelo Ministério da Cidadania, levou ao rebaixamento da pauta do esporte, à redução de seu orçamento e à perda de relevância no âmbito do Governo Federal. O orçamento do esporte caiu de R\$ 3,4 bilhões, em 2016, para R\$ 890 milhões em 2022. O PLOA 2023 prevê apenas R\$ 193 milhões para a pasta.

Políticas e programas voltados à prática desportiva foram descontinuados ou perderam importância. É o caso do Programa Segundo Tempo e do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut). A carência de infraestrutura esportiva nos municípios é um diagnóstico conhecido, que motivou a inclusão do esporte nos programas de investimento dos governos Lula e Dilma. Essa política de investimento em infraestrutura esportiva também foi paralisada. Da mesma forma, a Secretaria passou ao largo do crescente debate acerca dos atos discriminatórios ocorridos em atividades desportivas.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Sem uma visão estratégica clara para o setor, a Secretaria do Esporte realizou ações fragmentadas e isoladas, sem capacidade de incluir a agenda do esporte nas prioridades do País, em que pese o potencial econômico do setor e o papel que o esporte pode desempenhar na educação, na saúde, na inclusão social e no bem-estar físico e mental das pessoas.

O diagnóstico da área sinaliza para a necessidade de reinserir o fomento ao esporte na agenda nacional, com a recuperação ou redesenho de programas que já demonstraram a sua relevância para o esporte brasileiro, e, especialmente, com a ampliação e democratização da prática esportiva, sobretudo no ambiente escolar, promovendo, assim, uma cultura de paz.

Direitos humanos

No período de 2019 a 2022, o revisionismo do significado histórico e civilizatório dos direitos humanos, a restrição à participação social e a baixa execução orçamentária foram a tônica da gestão da política de direitos humanos do governo. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) pautou a sua atuação na negligência de populações vulnerabilizadas, na negação da existência de graves violações a direitos e no desmonte de políticas públicas arduamente conquistadas até 2015.

O MMFDH foi instrumentalizado para o cumprimento da tarefa de subverter o significado histórico dos direitos humanos, por meio do uso





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

deturpado de estruturas e recursos públicos; da celebração de parcerias com entidades estranhas à agenda do Ministério; e do comprometimento de áreas já consolidadas de enfrentamento a violações de direitos humanos.

A condução do Disque 100 é exemplo desse desmonte. Além de ter sido fragilizado pela péssima gestão contratual, o Disque 100 foi aparelhado para assediar educadores e estabelecimentos comerciais que exigiam certificado vacinal contra a Covid-19, atendendo denúncias de sujeitos identificados com a chamada "escola sem partido" e com o negacionismo da crise sanitária recente. Toda a rede de proteção, antes acionada para dar resposta a denúncias de violações, foi desarticulada. Os dados do Disque 100, que são fonte de informações para o desenvolvimento de políticas públicas, deixaram de ser divulgados.

As estruturas de participação social foram o alvo preferencial do desmonte ou da desconfiguração de políticas públicas no governo anterior. Na pasta dos direitos humanos, foram desarticulados ao menos 14 colegiados com participação social efetiva, sendo 12 alterados, com o objetivo de precarizar ou desconfigurar a participação da sociedade, e dois simplesmente extintos por revogação normativa sumária.

O orçamento dedicado às políticas de direitos humanos reforça o cenário de desprezo pelo setor. A despesa discricionária em 2022 chegou ao valor de R\$ 238 milhões, aproximadamente um terço da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2015. O PLOA 2023 replicou o estado de





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

penúria do orçamento, elevando o desmonte das políticas da área a um patamar crítico.

Além dos cortes, houve baixa execução orçamentária. Até o início de dezembro de 2022, apenas 40% do orçamento da área havia sido empenhado e cerca de 21% havia sido executado. O cenário orçamentário-financeiro da pasta indica a inviabilidade da política de direitos humanos, caso não haja recomposição orçamentária a partir de 2023.

Essas três principais dimensões do desmonte – o revisionismo do significado histórico dos direitos humanos, as restrições à participação social e a precarização orçamentária –, culminaram na descontinuidade de políticas públicas importantes para a promoção e defesa de direitos humanos, como foi o caso do “Plano Viver Sem Limite” e das políticas à população LGBTQIA+ e à população em situação de rua.

Mulheres

A dimensão do desmonte provocado pelo governo anterior nas políticas para as mulheres é a expressão de um projeto político de invisibilização e sujeição da mulher. Tal projeto começa na esfera simbólica, mas tem consequências concretas na desorganização e no esvaziamento das políticas públicas, na desidratação do orçamento, na desestruturação institucional e, conseqüentemente, na perda de direitos e até da própria vida das brasileiras.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

No primeiro semestre de 2022, o Brasil bateu recorde de feminicídios, registrando cerca de 700 casos no período. Em 2021, mais de 66 mil mulheres foram vítimas de estupro e mais de 230 mil brasileiras sofreram agressões físicas por violência doméstica. Os dados são do mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Embora todas as mulheres estejam expostas a essas violências, fica evidente o racismo: as mulheres negras são 67% das vítimas de feminicídios e 89% das vítimas de violência sexual.

Essas tragédias ocorrem no mesmo compasso do desmonte das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. No caso do Programa Mulher Viver Sem Violência, os principais eixos que garantiam a capacidade de execução foram retirados da legislação, desobrigando o Estado de cumpri-los. O orçamento do Programa foi desidratado em 90%, e a construção de Casas da Mulher Brasileira, paralisada.

O Disque 180 foi desmantelado. Esse serviço foi transferido para a Ouvidoria de Direitos Humanos e, com isso, seu papel de orientação, informação, denúncia e gestão de informação da rede de atendimento no País ficou restrito apenas a denúncias. O orçamento para esse serviço, em 2023, é de apenas R\$ 6 milhões, o que implica na paralisação do Disque-180 já nos primeiros meses do novo Governo.

Na gestão anterior, o feminicídio foi gravemente intensificado pela flexibilização da posse e do porte do uso de armas. De 2019 a março de 2022, mais de 400 mil novas armas de fogo foram registradas no País, segundo dados da Polícia Federal. Desse total, mais de 96% es-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

tão em nome de homens e 4% em nome de mulheres. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, quando se considera que mais da metade dos casos de violência contra mulheres são cometidos por companheiros, ex-companheiros, pais ou padrastos e dentro de casa, é possível afirmar que isso eleva tanto o grau de escala de opressão, silenciamento e repressão sobre as mulheres, como o grau de letalidade dos homens sobre elas.

Os recursos direcionados para financiar as políticas públicas da Secretaria de Políticas para as Mulheres, de 2015 a 2022, demonstram a dinâmica orçamentária perversa iniciada em 2016, com fortes cortes no orçamento da pasta. O PLOA 2023 trouxe uma redução de 90% no orçamento da área quando comparado ao de 2015.

O cenário trágico de desmantelamento das políticas para as mulheres também foi intensificado pela gestão irresponsável da pandemia da Covid-19. Para as trabalhadoras domésticas, a pandemia representou o aumento do risco à própria saúde, a queda na renda e a perda de direitos. Elas foram as primeiras a serem infectadas e as mais impactadas pelo coronavírus. A formalização dos vínculos laborais dessa categoria começou a declinar após 2016, tendência agravada na pandemia. Mesmo diante do aumento da fome, da perda de renda e direitos, o MMFDH não viabilizou ação alguma para incentivar e implementar a PEC das trabalhadoras domésticas, deixando-as ainda mais desprotegidas e vulneráveis.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A fome e a insegurança alimentar também afetam desproporcionalmente mulheres, negras e negros: um em cada cinco lares chefiados por mulheres não tem o que comer no dia a dia. Nos domicílios em que a responsável é negra ou negro, a fome aumentou de 10,4% para 18%. A fome em famílias com crianças quase dobrou.

Para além do aumento do desemprego generalizado, a taxa de desalento entre as mulheres é mais que o dobro do que entre os homens. A sobrecarga doméstica, as tarefas de cuidado e a falta de oferta de serviços públicos, como creches, prejudicam o retorno da mulher ao mercado de trabalho.

Ou seja, mesmo diante de um contexto de retomada econômica, se não houver políticas efetivas com recortes de gênero e raça, elas são as últimas a serem incorporadas – principalmente em postos mais precários, desvalorizados e informais.

Igualdade racial

As políticas de promoção da igualdade racial sofreram severos retrocessos durante a gestão anterior: estrangulamento orçamentário; desmonte de estruturas executivas e colegiadas relativas à temática; descumprimento de dispositivos legais; descontinuidade de programas; ausência de monitoramento das ações; e desarticulação de agendas intersetoriais.

Com relação ao orçamento, houve uma drástica redução de 93% desde 2015, o que reflete um processo mais amplo de esvaziamento or-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

çamentário das políticas de promoção da igualdade racial no conjunto das ações relacionadas à temática, em diferentes órgãos e entes da Administração Pública Federal. Entre os principais cortes, destacam-se a redução no programa de regularização fundiária de territórios quilombolas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o estrangulamento das ações finalísticas da Fundação Cultural Palmares e as previsões irrisórias para a implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).

O desmonte orçamentário é também político. A antiga Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) foi rebaixada para a condição de secretaria nacional dentro do MMFDH, com o consequente enfraquecimento das estruturas institucionais dedicadas à gestão do setor.

Em um balanço geral acerca do percurso de programas e ações em curso nos últimos anos, avalia-se que dos 18 programas/ações que compunham o repertório prioritário da Seppir, em 2015, seis foram descontinuados, cinco desmantelados, seis enfraquecidos e um deles não passou por qualquer aprimoramento.

Entre os principais desmontes constatados, destacam-se:

- ausência de monitoramento da Lei de Cotas do Ensino Superior (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) e da Lei de Cotas de Ingresso para o Serviço Público (Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014);





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- ausência de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Lei sobre o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Indígena (Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008);
- desarticulação do esforço intersetorial da Agenda Social Quilombola e enfraquecimento das ações componentes da Agenda, resumindo-se o Programa Brasil Quilombola a ações pontuais e assistencialistas, em descumprimento inclusive das determinações judiciais da ADPF 742 (quilombolas e pandemia);
- paralisação dos esforços de regularização fundiária de territórios quilombolas, com falta de recursos, falta de pessoal e paralisação decisória no Incra;
- descontinuidade de ações fundamentais para enfrentamento à violência letal contra a juventude negra;
- enfraquecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- desmantelamento dos esforços de articulação intersetorial das agendas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana e terreiros e dos povos ciganos; e





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- tentativa de destruição da Fundação Cultural Palmares por meio de medidas administrativas e manobras discursivas que visavam a ruptura do órgão com sua própria missão institucional.

Juventude

Com relação à política nacional para a juventude, o governo anterior representou o desmonte e o enfraquecimento de sua capacidade de articulação com as demais políticas públicas e de diálogo com a sociedade civil.

O setor perdeu orçamento de maneira crítica e sistemática desde 2016, o que se agravou durante a gestão anterior. O pico de investimentos na área aconteceu no período de 2005 a 2014. Desde então, a área sofreu sucessivos cortes orçamentários. Isso acarretou a desarticulação, a descontinuidade e o desmonte de políticas, programas e iniciativas importantes destinadas à população jovem.

Chama atenção o fato de que o Plano Plurianual (PPA) atual não contém um programa e ação orçamentária específicos para a juventude. A questão fica ainda mais evidente ao se analisar a execução orçamentária, em que se observa um padrão decrescente, tendo havido queda de quase 95% na execução orçamentária ao final dos últimos quatro anos.

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), incorporada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), contava com uma es-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

estrutura organizacional precária, com baixa capacidade de articulação política, de diálogo com setores organizados e de execução de políticas públicas. Ela exerceu um papel lateral e desvinculado de quaisquer objetivos estratégicos. Comparado ao papel político desempenhado pela SNJ em períodos anteriores, percebe-se uma diminuição drástica em sua relevância na estrutura da Administração Federal.

Muitos programas voltados para a juventude foram esvaziados e desarticulados, a partir de 2016, com especial ênfase no governo anterior. É o caso do Estação da Juventude, que foi sendo paulatinamente diminuído e desfigurado. Também é o caso do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, descontinuado em 2017, apesar de seus resultados positivos. Programas de outros setores, voltados à juventude, também sofreram revezes, como é o caso do Projovem Urbano, atrelado ao Ministério da Educação, que perdeu estrutura e orçamento nos últimos quatro anos.

Povos indígenas

Os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados e ignorados na história recente do Brasil como no governo anterior. Os cortes orçamentários; o desmonte das estruturas administrativas; a completa paralisação dos processos demarcatórios, somados ao aumento das invasões de terras e territórios indígenas; além da ausência de ações de prevenção e enfrentamento durante a crise sanitária da Covid-19, representam um desmonte sem precedentes na política indigenista brasileira.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A invasão das terras e dos territórios indígenas se acentuou exponencialmente nesse período, em razão de políticas de incentivo à grilagem e à exploração ilícita e indevida de recursos naturais por garimpeiros, madeireiros, pecuaristas, pescadores, caçadores ilegais e narcotraficantes. Isso produziu um aumento expressivo de conflitos e violências contra os povos indígenas. Ameaças e mortes de lideranças e defensores indígenas (e não indígenas) têm sido crescentes em razão da impunidade, como mostrou o caso do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, na região do Vale do Javari (AM), que chocou o País e provocou grande e compreensível comoção internacional.

Outra consequência dessa política devastadora é a grave situação de calamidade que vem se perpetuando na terra indígena Yanomami, onde vivem, em 371 comunidades, mais de 28,1 mil indígenas, incluindo povos indígenas isolados. Configura-se, ali, uma situação de emergência humanitária, com violências sistemáticas, mortes de crianças e mulheres, destruição ambiental e adoecimento. O garimpo ilegal avançou 46% nessa região, em 2021.

A criminosa omissão do Estado na fiscalização das terras indígenas afetou os povos originários em todas as regiões. Ao paralisar completamente as demarcações, o governo anterior agravou o contexto de insegurança e as violações de cerca de 40% da população indígena, que vive em pouco mais de 1% do total da superfície demarcada atualmente no Brasil. Além de expor povos indígenas a situações de violên-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

cia e racismo, esse cenário contribui para a aceleração da destruição ambiental e a degradação dos biomas.

Durante o governo anterior, o Brasil registrou as maiores taxas de desmatamento na Amazônia desde 2006. Em contrapartida, as terras indígenas continuam apresentando os menores índices de desmatamento na Amazônia Legal, com taxas que representam apenas 1% do total desmatado na região.

Soma-se a isso o fato de que as terras indígenas são áreas protegidas que abrigam a maior parte da biodiversidade do planeta, e que as populações que nelas habitam detêm o conhecimento milenar e ancestral sobre formas de manejo e relacionamento com o universo não humano. Por isso, a paralisação das demarcações e demais ações de proteção das terras indígenas não só compromete seriamente a vida dos povos indígenas, em especial a dos isolados, mas também coloca em risco a sua própria subsistência na Terra.

Esse cenário devastador foi acompanhado e intensificado pela desorganização e pelo desmonte das estruturas administrativas relacionadas às políticas públicas indigenistas. Nos últimos cinco anos, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) foi desmantelada e sofreu drástica redução orçamentária. Nota-se que apenas 30% do orçamento do órgão financiou atividades finalísticas. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023, apresentado ao Congresso Nacional, o orçamento da Funai sofreu corte de R\$ 34 milhões. Para 2023, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) conta com a previsão do





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

menor orçamento do órgão desde sua criação, tendo sofrido redução de 59% em relação ao orçamento de 2022.

A nomeação de profissionais sem experiência nos assuntos indígenas para ocupar cargos na Funai, bem como o aparelhamento do órgão por representantes de setores contrários aos direitos indígenas, contribuíram para a desestruturação total da política indigenista pública.

Políticas conquistadas ao longo de décadas nas áreas de gestão territorial e ambiental, saúde, educação, agricultura familiar e cultura foram sucateadas. Povos indígenas que vivem fora de seus territórios ou em terras não regularizadas, retomadas ou mesmo em contexto urbano, foram relegados à invisibilidade e total desassistência.

As instâncias representativas dos povos indígenas foram excluídas dos espaços de participação e controle social de políticas públicas, em razão da extinção ou paralisação do funcionamento de diversos Conselhos Participativos criados e implementados até 2016, incluindo o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

A gestão irresponsável da pandemia da Covid-19 levou à morte de mais de mil indígenas, pertencentes a 165 povos, pelo coronavírus. Dentre essas, destaca-se a morte de anciões e anciões, detentoras/es do conhecimento tradicional de seus povos, impactando na transmissão e continuidade desses saberes e tradições ancestrais.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

1.2 Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socio-ambiental e climática

Economia

No campo econômico, o legado dos últimos anos foi marcado por baixo crescimento, inflação alta, diminuição do poder de compra do salário e perda de credibilidade do arcabouço fiscal, que culminou em uma proposta irrealista de lei orçamentária para 2023.

O crescimento médio do PIB, no período 2019-2021, foi próximo de 1% ao ano até 2021. Na média, a expectativa é que o governo anterior tenha terminado o seu mandato com um crescimento médio próximo a 1,5%, inferior inclusive à média verificada no governo Temer. Para 2023, a expectativa de crescimento do Brasil é de 0,6%, enquanto no resto do mundo é de 2,7%.

A inflação acumulada no Brasil durante a gestão anterior supera 26%, uma das maiores do mundo, atrás apenas da inflação da Argentina, Rússia e Turquia. Em dois dos quatro anos do governo anterior, o Brasil estourou o limite superior da meta de inflação. Mesmo com as custosas desonerações para reduzir o preço dos combustíveis, a inflação acumulada em 12 meses é de 5,9%.

Em parte, o repique inflacionário pode ser explicado pela desvalorização cambial verificada no período. No governo anterior, a taxa de





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

câmbio do real com o dólar saiu de R\$ 4 / 1 US\$, em 2019, para R\$ 5,6 / 1 US\$, em 2021. Atualmente, está próxima de R\$ 5,3 / 1 US\$.

Na esteira do baixo crescimento e da elevada inflação, o salário mínimo praticamente não teve ganho real. O rendimento médio real caiu nos três primeiros anos do governo anterior, saindo de R\$ 2.471 para R\$ 2.265, em 2021. O rendimento real per capita de todas as fontes, em 2021, foi de R\$ 1.353, também o menor da série histórica. Em 2019, o salário mínimo comprava duas cestas básicas; agora, compra 1,6.

Por fim, o presidente anterior deixa um legado de perda de credibilidade na política fiscal e orçamentária. Após alterar por cinco vezes o arcabouço fiscal vigente para permitir gastos que totalizam R\$ 800 bilhões acima do originalmente previsto pelo Teto de Gastos, o último governo apresentou uma proposta de lei orçamentária irrealista para 2023, incapaz de garantir a continuidade das políticas públicas necessárias à garantia da cidadania da população. Ao final de 2022, os sinais de escassez de recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para o funcionamento da máquina pública se fizeram visíveis, como nos casos de atraso no pagamento de bolsas de estudo, corte de verbas para educação e falta de recursos para emissão de novos passaportes.

Indústria, comércio exterior e serviços

Ao longo dos últimos anos o País atravessou severo período de desindustrialização e ausência de políticas de desenvolvimento de um





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

modo geral, o que implicou em um decréscimo persistente da participação da indústria de transformação no PIB nacional. Além disso, o desmonte da política nacional de exportações no último governo também impactou fortemente na redução da participação da indústria de transformação no total das exportações brasileiras, caindo de 66%, em 2016, para cerca de 50%, em 2022. Esse cenário se agravou com os efeitos da pandemia e da nova geopolítica mundial sobre a desindustrialização e foi amplificado pela ausência de políticas industriais e de comércio exterior para virar o jogo e transformar uma ameaça em oportunidades para o setor produtivo do país.

A falsa premissa de que os mercados são autorreguláveis, sem a necessidade de ações coordenadas dos agentes públicos e privados, levou a equívocos de orientação e condução de políticas que foram danosas ao setor produtivo, deixando-o mais frágil e vulnerável à competição. A fragilidade se deu em termos financeiros e tecnológicos, resultando em uma grande estagnação da produtividade, especialmente no amplo universo de empresas da indústria de transformação.

Como o sistema industrial moderno é altamente complexo, envolvendo cadeias de valor de centenas de atividades de comércio e serviços integrados às atividades industriais propriamente ditas, o efeito contágio de fragilidades financeiras e tecnológicas no núcleo da indústria afeta todo sistema produtivo e de inovação. As repercussões foram especialmente graves nos segmentos de bens de capital e serviços altamente especializados de exportação e geração de conhecimento. Foram afetadas as áreas de comércio exterior, de *funding* e financia-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

mento para investimento – especialmente pela descapitalização intencional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) –, de apoio à produção e aos serviços e de proteção sistemática à população mais vulnerável.

Essas ações (ou falta de outras) dificultaram uma retomada econômica pós-pandemia ambientalmente responsável, que propiciasse empregos formais e melhor remunerados. Dado o tamanho econômico do Brasil, a criação de oportunidades poderia ser facilitada pela exploração do potencial de investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica por meio de uma ação coordenada entre os setores público-privado, principalmente em um cenário internacional que abre novas janelas de oportunidades com a propagada Indústria 4.0 e a sustentabilidade.

Portanto, a recriação do MDIC deve ser a primeira ação concreta do novo Governo para reverter o quadro no setor produtivo e na inserção externa brasileira, de maneira a impulsionar a inovação tecnológica, o aumento de produtividade e competitividade e a promoção de uma economia verde e limpa, não apenas na indústria, mas também no comércio e serviços. A missão precípua do novo MDIC é reindustrializar o Brasil e promover uma inserção internacional mais competitiva.

Infraestrutura

Na infraestrutura logística, os principais retrocessos a serem revertidos pelo novo Governo são a brutal queda do investimento público e a





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

falta de mecanismos de governança dos programas de investimentos estratégicos para o País, nos mesmos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Investimentos em Logísticas (PIL).

A queda brutal do investimento e o desmantelamento dos mecanismos de planejamento – somados à implementação de modelos de concessão voltados apenas para criar oportunidades de negócios privados, sem dar sustentabilidade aos projetos e reais benefícios aos usuários –, fizeram com que a infraestrutura logística perdesse capacidade e se degradasse ao longo dos últimos anos.

Todos os modais tiveram redução de gastos e precisam de um esforço de recomposição de suas médias históricas de investimentos. Sem isso, é impossível implementar um programa de investimento que entregue ao País uma infraestrutura condizente com os desafios do desenvolvimento econômico e com a geração de milhões de empregos de qualidade.

O investimento público em transportes atingiu seu pico em 2011, com a autorização de R\$ 35,8 bilhões do orçamento federal. Em 2023, o montante previsto no orçamento é de apenas R\$ 6,8 bilhões, míseros 19% do valor autorizado dez anos antes.

A gestão das rodovias encontra-se em patamar de manutenção, que não repõe o desgaste observado, resultando em péssimas condições de tráfego nas vias públicas. Também têm sido frequentes as notícias





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

de desabamentos de pontes e deslizamentos, revelando a baixa resiliência climática e estrutural das rodovias. Da mesma forma, recursos ínfimos foram aplicados na ampliação da malha rodoviária, com resultados medíocres, como a entrega de pontes de madeira e pequenos trechos de duplicação ou construção de rodovias.

Na área de ferrovias, os retrocessos são ainda mais contundentes. As obras públicas no setor restringem-se a duas pequenas obras de segurança ferroviária em áreas urbanas e apenas alguns segmentos do trecho II da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) – mesmo assim em ritmo muito lento.

Na área de portos, os recursos destinados às intervenções necessárias se restringem às receitas das próprias empresas, por determinação imposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com isso, apenas as companhias que dispõem de receitas estão autorizadas a realizar investimentos, deixando os portos de menor competitividade sem capacidade de realizar intervenções.

No setor aeroportuário, a maior parte dos aeroportos de médio e grande porte estão concedidos ao setor privado, processo iniciado em 2011. Nos últimos anos, porém, o governo perdeu a capacidade de fazer obras de melhoria e ampliação dos aeroportos remanescentes.

O setor aquaviário, por sua vez, não conta com um programa de gestão das hidrovias e de instalações portuárias que seja consistente com a necessidade do País, principalmente quando se considera como





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

objetivo estratégico o estabelecimento de uma matriz de transporte ambientalmente sustentável.

É preciso considerar a possibilidade de reavaliação de modelos de concessão, como o critério de julgamento nas licitações de rodovias, o modelo de privatização das autoridades portuárias com exploração dos portos organizados e a regulamentação das autorizações ferroviárias.

É necessária, ainda, a adoção de medidas para a retomada de obras paralisadas, bem como a implementação de novos projetos. De igual maneira, se faz necessário adequar as previsões orçamentárias e capacidade de investimento no setor, fator indispensável para a recuperação e melhoria da infraestrutura logística do País, o crescimento econômico sustentável e a geração de emprego e renda.

Comunicações

A situação atual do Ministério das Comunicações denota a ausência de centralidade conferida ao setor, nos últimos anos, apesar de seu papel estruturante nas relações políticas, econômicas e sociais contemporâneas.

No âmbito da radiodifusão, o governo anterior atuou para reduzir a pluralidade e a diversidade nos meios de comunicação. Como exemplo, houve diminuição considerável de editais para radiodifusão educativa e comunitária, além da não conclusão dos processos de outorga do Canal da Cidadania.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Nos últimos quatro anos, assistiu-se ao desmonte do sistema de comunicação pública, previsto na Constituição Federal. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi reduzida ao papel de mera produtora de conteúdos governamentais, com a mobilização de suas rádios, agência e emissora de TV para essa finalidade. Casos de censura também foram denunciados por trabalhadores, evidenciando a instrumentalização política que privou a população brasileira do direito de acesso à informação pelos canais públicos de comunicação.

No campo das telecomunicações, as políticas continuaram focadas na expansão da infraestrutura, sem a existência de iniciativas que buscassem reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de telecomunicações e garantissem o pleno acesso da população de menor renda à Internet, com dispositivos adequados e pacotes de serviços menos limitados em termos de volume de dados e utilização.

Além disso, nos últimos quatro anos, não houve qualquer formulação de ações estratégicas sobre as comunicações, apesar da crescente centralidade dos meios e ambientes digitais na sociedade e na atual fase de desenvolvimento econômico, ignorando a percepção internacional sobre o tema, cada vez mais associado à geopolítica, à democracia, à redução das desigualdades e à necessidade de medidas para enfrentar a crise climática.

Como resultado dessa visão restrita das telecomunicações, o governo anterior também incluiu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o Serviço Federal de Pro-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

cessamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) no Programa Nacional de Desestatização.

A atuação governamental na área de comunicação foi, assim, presidida por uma lógica privatista, de instrumentalização dos meios públicos de comunicação, e de ausência completa de políticas públicas de inclusão digital e de promoção do acesso à informação, especialmente para a população de baixa renda.

Ciência, tecnologia e inovação

O governo anterior também desmantelou o sistema científico e tecnológico nacional. Em meio a um discurso oficial de negação da ciência, o sistema federal de fomento da área de CT&I entrou em virtual colapso. As instâncias de diálogo entre o Governo Federal e seus parceiros nas áreas de ciência, tecnologia e inovação foram desvirtuados ou esvaziados, substituídos pela imposição unilateral de prioridades e programas por meio de decretos ou portarias, em geral para tentar legitimar um quadro de retração de investimentos ou para atender interesses isolados de ocupantes de cargos na cadeia de comando do Ministério da área. Como resultado, houve grande pulverização de iniciativas e sobreposição de ações, com relevância e impacto limitados.

Dado o grau de desmonte nessa área, impõe-se a necessidade de reorganização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). É necessário, em primeiro lugar, recompor e ampliar o financiamento de CT&I, garantindo a liberação integral dos recursos





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cuja Secretaria Executiva é exercida pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A destinação desses recursos deve se voltar para projetos nacionais estruturantes e mobilizadores, em complemento (e não substituição) à recuperação e ampliação do orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e de suas unidades e agências, especialmente os recursos próprios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

É necessário combinar e integrar variados atores e instrumentos na estruturação de uma Estratégia Nacional de CT&I, concebida como política de Estado de longo prazo, apoiada em incentivos à Pesquisa e ao Desenvolvimento (P&D); crédito e investimento para tecnologias críticas; e formação de recursos humanos, subvenções e uso do poder de compra governamental. Para isso, é fundamental remontar a estrutura organizativa do MCTI, tendo por objetivo a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico nacional, além da redução das desigualdades sociais brasileiras. É necessário, igualmente, recompor e revitalizar as instâncias de diálogo e participação da sociedade civil na construção das políticas públicas para a área, como o Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT) e o Conselho Diretor do FNDCT, além de realizar nova Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja última edição ocorreu em 2010.

No contexto de expansão acelerada da sociedade do conhecimento, a área de ciência, tecnologia e inovação torna-se um pilar central para





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

a reconstrução, a reindustrialização e o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País.

Minas e energia

De forma geral, nos últimos quatro anos, a política de minas e energia sofreu um forte desmonte regulatório, combinado com uma abertura de mercado, que, em última instância, reduziu o espaço de atuação estatal. Essa redução ocorreu de várias formas, seja pela menor regulação do setor, como no caso da mineração e do setor de combustíveis, seja pela transferência patrimonial de ativos públicos para o setor privado, a exemplo da privatização da Eletrobras e da venda de refinarias da Petrobras.

No setor de minas, foram promulgadas medidas, por meio de portarias e decretos, para desregular o setor e fomentar atividades predatórias, como o Código de Mineração e a Política Pró-Minerais Estratégicos. A reversão desse quadro demanda uma nova organização institucional, concentrada na resolução de questões graves no setor. É necessário incentivar o desenvolvimento do conhecimento geológico e da mineração, tendo claro, porém, o potencial para geração de conflitos na área de mineração, pelos seus impactos ambientais e sobre os valores culturais e modos de vida próprios das populações de regiões onde estão ou devem se instalar grandes empreendimentos.

Na energia elétrica, a principal preocupação diz respeito à mitigação das consequências negativas da privatização da Eletrobras sobre as





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

tarifas do setor elétrico, em função do processo de "descotização" e da concentração de poder de mercado em uma empresa privada. Causam, igualmente, preocupação e impacto negativo sobre as tarifas as emendas inseridas na lei de privatização da Eletrobras. Tornou-se obrigatória a contratação de termelétricas caras e desnecessárias, o que criou uma reserva de mercado para as pequenas centrais hidrelétricas e levou à renovação de contratos de usinas antigas, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Também inquieta e deve ser foco de atenção a perda por parte da União da capacidade de influenciar os rumos da Eletrobras, apesar de continuar a ser o maior acionista da empresa.

Na indústria de petróleo, gás e biocombustíveis, as medidas de abertura e as constantes mudanças de políticas do setor geraram uma série de distorções. De modo geral, tais medidas caminharam no sentido de reduzir a participação da Petrobras no abastecimento e no mercado de gás natural, bem como de diminuir a previsibilidade em relação às ações de descarbonização. É o caso do Programa Renovabio e do percentual de mistura dos biocombustíveis, que tiveram suas metas e seus objetivos alterados de maneira frequente.

Para os próximos anos, o cenário tende a se agravar, uma vez que ainda está em curso um conjunto amplo de desinvestimentos da Petrobras, bem como iniciativas de desregulamentação e descoordenação, como o Abastece Brasil. Além disso, o Renovabio continuou a reduzir suas metas de descarbonização e há previsão de maior abertura do setor de biocombustíveis, o que pode fragilizar ainda mais a indústria brasileira.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Diante desse cenário, as atenções do novo Governo devem se voltar para leis, decretos e outros atos normativos que representam um risco de perpetuação do desmonte da área de minas e energia, bem como para a necessidade de medidas de reconstrução das políticas públicas do setor, especialmente nas áreas de mineração, energia elétrica, petróleo, gás e biocombustíveis – todas elas de grande importância para a retomada do desenvolvimento sustentável do País.

Agricultura, pecuária e abastecimento

Nos últimos quatro anos, houve uma redução de 31% no orçamento discricionário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O descaso ambiental do governo anterior prejudicou a imagem da agropecuária brasileira e seus investimentos em sustentabilidade. Os estoques públicos de alimentos foram reduzidos – no caso do arroz, em 95% –, havendo um déficit de capacidade de armazenamento de 89 milhões de toneladas no Brasil.

A pesquisa agropecuária foi fragilizada: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) perdeu 27% de seus recursos. Houve postergação na adoção de maiores percentuais de biocombustíveis. O seguro rural tornou-se insuficiente para as necessidades dos agricultores, e a área de plantio de arroz, feijão e mandioca são hoje as menores da série histórica. O desmonte também foi sentido nas ações de defesa agropecuária, com redução real de 31% no orçamento para sanidade e qualidade de insumos. A política agrícola, por sua vez, sofreu as consequências do aumento nas taxas de juros, sendo





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

que o financiamento de tratores que pagava 7,5%, em 2018, hoje está pagando 12%. Na área de comércio internacional, o número de adidos agrícolas é inferior às necessidades de abertura de mercado.

No rol de questões na área de agricultura, pecuária e abastecimento que devem merecer atenção especial, destacam-se: o enfrentamento de emergências em defesa da agropecuária (peste suína clássica, influenza, aftosa, monilíase, mosca da carambola, fusário 4 da banana, médicos veterinários temporários); a implementação do Plano Nacional de Fertilizantes; o financiamento para armazenamento e compra de máquinas; o fortalecimento da área de sustentabilidade da produção, do Incra e da plataforma de gestão territorial; a continuidade da digitalização dos serviços da área; e o fortalecimento da atuação dos adidos agrícolas.

Além disso, é importante considerar a necessidade de fortalecimento da participação social nos conselhos e nas estruturas do MAPA, especialmente no que diz respeito às chamadas políticas transversais, como o combate ao desmatamento ilegal, a segurança hídrica e a governança fundiária.

Para enfrentar as emergências postas, impõe-se o enfrentamento das atuais restrições orçamentárias, de maneira a assegurar recursos para: i) o Plano Safra, nas linhas de custeio e investimento; ii) o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); iii) a assistência técnica e extensão rural; iv) as aquisições do Governo Federal; v) a transferência de tecnologia agropecuária; vi) o cadastro ambiental rural; vii) a manu-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

tenção e modernização da Embrapa; viii) o cooperativismo; ix) a agricultura orgânica; e x) a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Desenvolvimento agrário

A irresponsabilidade do então Governo Federal no âmbito das políticas públicas voltadas à agricultura familiar afetou, de forma desigual, os diferentes sujeitos que produzem alimentos, relegando ao esquecimento mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades tradicionais envolvidas com a atividade agrícola.

O desmonte das políticas públicas nessa área passou, também, pela reformulação de seus marcos legais, visando à privatização dos territórios de povos indígenas e de comunidades tradicionais, aliada à eliminação da participação e do controle social e ao ataque aos direitos socioambientais. Sob esse aspecto, Executivo e Legislativo se uniram no Congresso Nacional em defesa de projetos de lei que visassem flexibilizar o registro de agrotóxicos (PL nº 6.299/2002) e a regularização fundiária por meio de autodeclaração (PL nº 2633/2020 e PL nº 510/2021).

A desestruturação teve impacto negativo na produção agrícola, principalmente na produção local e nos circuitos curtos. Isso prejudicou o acesso a alimentos e elevou seu preço, culminando em alterações de hábitos alimentares, diante do menor poder de compra dos consumidores e da queda na oferta de alimentos saudáveis. Mesmo no caso do crédito e do seguro, que tiveram seus valores aumentados, a





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

concentração e a desigualdade de acesso permitiram que esses benefícios fossem aproveitados pela maior parte das agricultoras e dos agricultores com menores condições.

À exceção dos recursos orçamentários e não orçamentários relacionados ao crédito e ao seguro produtivo – cada vez mais concentrados em menos agricultores, menos produtos e um número menor de estados –, os demais recursos foram reduzidos, em geral, a menos de 10% dos valores históricos deflacionados do fim do segundo governo Lula e do primeiro governo Dilma, algumas vezes chegando a menos de 1%. A situação foi ainda pior no PLOA 2023.

A Constituição de 1988 define a diretriz acerca do cumprimento da função social da propriedade rural, bem como o regime de destinação de terras públicas compatível com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. Apesar disso, o governo anterior não mediu esforços para esvaziar, descaracterizar e subverter tanto a aplicação do texto constitucional quanto o funcionamento do Incra no cumprimento de sua missão institucional.

De forma perversa, não houve destinação de novas áreas públicas para a reforma agrária e caminhou-se a passos lentos até mesmo no assentamento de famílias em áreas já obtidas. Além disso, o governo anterior propagou a ideia de que entregou títulos de domínio de terra, quando na verdade trata-se apenas de documentos provisórios e precários.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Esse ciclo contribuiu para levar o Brasil de volta ao Mapa da Fome da ONU. A pobreza aumentou em 22,7%, de 2020 a 2021 (ou em mais 11,6 milhões de pessoas), e a extrema pobreza em 48,2% (ou em mais 5,8 milhões de pessoas), pelos critérios do Banco Mundial. Ao fim, são 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população do Brasil) na pobreza, das quais 17,9 milhões (8,4% da população) vivem em extrema pobreza. Também se observou um aumento estimado de 38% da população em situação de rua, de 2019 para 2022.

Diante desse quadro, é central implementar programas e ações que tanto reconheçam o trabalho do produtor agrícola quanto fortaleçam a autonomia econômica, social, cultural e ambiental desse segmento, além de preservar seus modos de vida nos campos, nas florestas e nas águas. É preciso também garantir estrutura, equipe e orçamento para assistência técnica específica, acesso à terra, território e água, fortalecimento da organização produtiva e dos quintais agroecológicos com crédito e fomento produtivo, acesso à cidadania, à cultura, à educação e a documentos básicos, bem como o enfrentamento de diferentes formas de violência e discriminação, como a vivida pelas mulheres, pelas juventudes e pelas diversidades sexuais e de gênero.

Desenvolvimento regional

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) é produto de uma fusão mal planejada das antigas estruturas do Ministério da Integração e do Ministério das Cidades, ocorrida em 2019.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Principal macropolítica formulada no extinto Ministério da Integração, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional encontra-se hoje desprestigiada e, por isso, incapaz de cumprir um papel orientador. Os Fundos de Desenvolvimento Regionais tiveram suas estruturas de governança desmontadas e seus conselhos deliberativos esvaziados. A desarticulação entre as fontes de financiamento (fundos e orçamento fiscal da União) e as políticas e os planos nacionais de desenvolvimento regional afetam a capacidade de enfrentamento das desigualdades regionais, o que fica evidenciado pelo fato de 80% do montante destinado a estados e municípios ter sido direcionado a municípios com alto nível de desenvolvimento econômico.

O MDR é um dos órgãos mais dependentes de emendas parlamentares para manter-se em funcionamento e realizar investimentos, o que agrava a fragmentação de suas intervenções, já historicamente marcadas pelas dificuldades de coordenação horizontal e vertical.

Desde 2020, quando as emendas de relator se somaram as de bancada, individuais e de comissões, um volume relevante do orçamento passou a ser aplicado em ações locais sem relação com os objetivos das políticas públicas. O MDR tem sido um dos principais destinatários e executores dessas emendas, o que, em contrapartida, tem subtraído recursos de obras e projetos estruturantes para o desenvolvimento regional e comprometido o orçamento discricionário do Ministério.

O orçamento previsto para 2023 é de R\$ 3,5 bilhões, cerca de 45% da dotação atualizada de 2022. Diante dessa significativa redução é





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

evidente a necessidade de complementação orçamentária para a execução de projetos estruturantes do Ministério, especialmente nas áreas de recursos hídricos, defesa civil e irrigação, sob risco de paralisação de obras e ações prioritárias para o desenvolvimento regional.

Meio ambiente

Nos últimos quatro anos, as instituições federais de conservação ambiental e uso sustentável de recursos ecológicos passaram por um processo inédito de intimidação. O objetivo foi claro: geração de riqueza monetária para poucos em prejuízo do direito constitucional de todos ao "meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida".

O governo anterior promoveu um desmantelamento deliberado e ilegal das políticas públicas, marcos regulatórios, espaços de controle e participação social, e órgãos e instituições públicas ligadas à preservação das florestas, da biodiversidade, do patrimônio genético e da agenda climática e ambiental.

Como consequência, as taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado atingiram picos nunca vistos há 15 anos. Houve aumento de 60% do desmatamento na Amazônia durante o governo anterior, a maior alta percentual que já ocorreu em um mandato presidencial, desde o início das medições por satélite, em 1988.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Houve também graves danos à população e prejuízos de reputação do setor produtivo nacional, ocasionando a imposição de barreiras aos produtos brasileiros no comércio internacional, a restrição de acesso ao crédito, a perda de credibilidade do Brasil perante o resto do mundo, além do comprometimento da soberania nacional em relação à Amazônia. As comunidades e os povos tradicionais foram perseguidos ou esquecidos, em total desconhecimento acerca de sua importância para a proteção da biodiversidade brasileira e a atração de financiamentos e doações internacionais com foco em sustentabilidade ambiental e social.

O desmonte das políticas ambientais está expresso na escassez de recursos para o setor, na falta de pessoal e de gestão competente da área. Dos R\$ 4,6 bilhões de despesas previstas no orçamento de 2022, menos de R\$ 3 bilhões foram utilizados para políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de instituições vinculadas à pasta.

Não obstante, o Fundo Amazônia conta hoje com mais de R\$ 3,3 bilhões paralisados, conforme alerta do Supremo Tribunal Federal (STF) e de relatórios da sociedade civil.

O quadro de servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) encontra-se com 2.103 cargos existentes vagos. Enquanto o Ibama tinha 1.800 servidores atuando na fiscalização ambiental em 2008, agora são





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

apenas cerca de 700 – nem todos em campo. Houve efetivo aparelhamento e ocupação de cargos gerenciais e de direção sem capacidade técnica e política de atuação na área de proteção e gestão ambiental. São contundentes os casos de perseguição e assédio aos servidores dos órgãos.

Apenas 0,4% do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi validado, o que compromete a implementação do Código Florestal. Além disso, o CAR não registra informações essenciais sobre a situação ambiental das propriedades, conforme alertado pelo TCU. Para completar, o sistema de lavratura de autos eletrônicos foi desmontado e os processos tramitam em papel. Vale destacar também as medidas deliberadas para aumentar a impunidade para criminosos ambientais.

O desmonte das políticas ambientais foi reforçado com o esvaziamento da agenda ambiental por meio da transferência de estruturas e órgãos vinculados ao MMA a outros ministérios e pela desestruturação da governança colegiada e aguda restrição à participação social.

A criação de Unidades de Conservação (UC) foi paralisada em nível federal. Como se não bastasse, os anúncios de retificação, cancelamento e mudança de categoria das UCs já existentes, houve incentivos à invasão e destruição de muitas delas. O desmatamento incentivado pelo governo anterior se traduz em redução significativa da rica biodiversidade, bem como na queda dos níveis de captura de carbono nas contas do inventário nacional de gases de efeito estufa.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

O Brasil perdeu seu protagonismo na agenda internacional sobre clima, florestas, biodiversidade, povos indígenas e populações tradicionais, água, Amazônia, oceano, energia limpa e descarbonização das cadeias produtivas. É preciso que o País volte a ocupar assento privilegiado e recupere a credibilidade na discussão global sobre as questões socioambientais.

Agora, o grande desafio é reverter o cenário deixado pelo governo anterior. A transição para a economia de baixo carbono é entendida como uma vantagem competitiva para o País, que tem condições de gerar negócios, produtos e serviços com menores emissões de carbono, além de oferecer soluções para as necessidades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O desafio do Governo eleito é o da reconstrução do desmonte das instituições e o reencontro do País com seu futuro como potência ambiental.

Pesca

Pesca e aquicultura são atividades com grande relevância socioeconômica, responsáveis por alimentar mais de dois milhões de pessoas na pesca artesanal, pelo trabalho de mais de 300 mil famílias de aqüicultores, dez mil trabalhadores na indústria e uma produção de 1,5 milhões de toneladas de pescado.

O desmonte provocado pelo então governo atingiu fortemente a atividade, especialmente a pesca artesanal e a aquicultura familiar. O orçamento, que, em 2015 – último ano do Ministério da Pesca – foi de





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

R\$ 655 milhões, não superou R\$ 19 milhões em 2022. Todos os programas tiveram uma redução acima de 70% em sua dotação, com impactos na prestação de serviços básicos e ampliação das consequências nefastas com a falta de investimentos para segmentos sensíveis, como a pesca artesanal e a aquicultura familiar.

Com isso, as políticas públicas e as ações de fomento à atividade foram aniquiladas, deixando milhares de famílias de pescadores e aquicultores desassistidos, além de comprometer a prestação de serviços básicos ao setor.

Em relação às ações e aos programas descontinuados, recomenda-se retomar programas como o de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, de infraestrutura, da compra de pescado por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Subsídio ao Óleo Diesel, além de criar melhores condições de acesso às linhas de crédito para pescadores e aquicultores. É preciso revisar e corrigir deficiências graves do Registro Geral da Pesca, do Sistema de Recadastramento de Pescadores (SISRGP), do Programa de Monitoramento de Embarcações por Satélite (PREPS) e de Mapas de Bordo. Além disso, recomenda-se reestruturar o modelo de gestão da pesca, reformulando os Comitês de Gestão (CPGs) com o objetivo de ampliar a participação dos pescadores artesanais.

É preciso recriar o Ministério da Pesca e Aquicultura, com estrutura enxuta, operacional e permeável à participação, como medida de caráter estratégico para o desenvolvimento do setor. O Conselho Na-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

cional de Aquicultura e Pesca (Conape) deve ser reativado e a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil) reestruturada, visando ampliar a participação do setor.

Em relação aos pontos de alerta, faz-se necessária atenção especial para o Sistema de Recadastramento de Pescadores (SIS-RGP 4.0), para problemas relacionados ao Seguro Defeso, para a urgência de realização da Estatística Pesqueira e para a Reestruturação do Modelo de Gestão da Pesca, consubstanciada no Programa Rede Pesca Brasil.

Turismo

A brutal descontinuidade de políticas públicas pelo governo anterior no Ministério do Turismo e na Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), nos últimos anos, impactou negativamente o turismo brasileiro. O legado que se recebe é de um turismo que perdeu quase todas as conquistas obtidas nas últimas duas décadas, desde a criação do Ministério do Turismo e a transformação da Embratur na instituição responsável pelo marketing, pela promoção e pelo apoio à comercialização do Brasil no mercado internacional, em 2003.

O Ministério do Turismo dispõe de previsão orçamentária total de R\$ 691,9 milhões para 2023, incluindo turismo e cultura. Desses, R\$ 372,9 milhões são recursos destinados às emendas de relator geral. Dos R\$ 319 milhões restantes, estão incluídos gestão, pessoal e programas de turismo e cultura. Com a possível separação das pastas,





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

há que se fazer uma reestruturação orçamentária e de governança para o bom funcionamento do Ministério do Turismo. O potencial de impacto econômico e social (geração de negócios, empregos, renda e divisas) do turismo pode ser um diferencial do novo Governo.

A Embratur passa a ter um papel fundamental a cumprir na recomposição da imagem e no reposicionamento do Brasil como destino turístico internacional. Alinhada com a política externa brasileira, a empresa será estratégica na nova gestão. Entende-se que a mudança no modelo jurídico-institucional da Embratur, ocorrida entre 2019 e 2020, passando de um órgão da Administração Pública indireta para um serviço social autônomo (MP nº 907, de 26 de novembro de 2019), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, deveria ter oferecido maior agilidade e eficiência para sua atuação, mas resultou em uma instituição disfuncional e sem fonte financiadora. Recomenda-se a revisão do modelo jurídico e a revisão do contrato com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), hoje a principal fonte de financiamento das ações da instituição.

É fundamental a reconstrução da governança, com a retomada das ações do Conselho Nacional de Turismo (CNT) e a elaboração de um novo Plano Nacional de Turismo (PNT) e da Política Nacional de Turismo. Igualmente, é necessário reaproximar-se do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Turismo (Fornatur) e dos dirigentes municipais do setor (Anseditur), bem como estabelecer diálogo propositivo com o *trade* turístico, revendo ações relacionadas ao Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), às isenções concedidas





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

ao setor e ao fomento às atividades econômicas e de qualificação de mão de obra.

1.3 Defesa da democracia, reconstrução do Estado e da soberania

Centro de Governo

O Centro de Governo (CdG) reúne o conjunto das unidades da Presidência que atuam na coordenação dos órgãos e das entidades do Poder Executivo, direcionando as áreas setoriais para o alcance dos objetivos definidos pelo Presidente. Embora haja muita variação na organização do Centro de Governo entre os países e também ao longo da própria história da Nova República, em geral, algumas funções estão presentes nos diferentes arranjos institucionais e são fundamentais para a coerência da ação governamental.

Por um lado, o Centro de Governo busca garantir a sustentação política e social para a consecução do programa governamental, realizando a coordenação política, a articulação social e a comunicação com a sociedade, além de oferecer mecanismos de transparência e responsividade. Por outro, o Centro de Governo precisa garantir os resultados e as entregas de bens e serviços públicos. Nesse sentido, o CdG deve ser capaz de definir prioridades, coordenar o processo de produção de políticas públicas (especialmente as prioritárias e as transversais), mediar e equacionar eventuais conflitos, acompanhar e monitorar as





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

ações e os programas de governo e oferecer suporte jurídico e político para as decisões do Presidente.

Durante o governo anterior, foi comprometido o esforço coletivo e cumulativo de construção de um Centro de Governo capaz de promover uma coordenação em rede, de responder às demandas da sociedade e de prover políticas e serviços públicos de qualidade à população do País. Em primeiro lugar, a exoneração e devolução em massa de servidores anteriormente cedidos para a Presidência resultou na redução de capacidades e na perda de conhecimento acumulado ao longo de anos. Em segundo lugar, a extinção das instâncias colegiadas de participação e coordenação das ações governamentais dificultou na cooperação intersetorial em torno de políticas e programas de governo. Além disso, inviabilizou-se o processo de escuta e diálogo com a sociedade civil na construção de consensos e soluções para problemas públicos.

O Centro de Governo foi, portanto, seriamente desorganizado, rebaixando a capacidade de comando geral da Presidência sobre as suas próprias prioridades programáticas, bem como a capacidade de coordenação e articulação das diversas áreas de governo. Isso reduziu o grau de coerência – em termos de eficiência, eficácia e efetividade – intergovernamental e afetou negativamente o desempenho institucional agregado do setor público federal, notadamente as entregas efetivas de bens e serviços públicos à população.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A Casa Civil foi enfraquecida e esvaziada como órgão de coordenação de políticas públicas. A Subchefia de Assuntos Jurídicos, responsável pela análise da produção normativa do Poder Executivo, foi transferida da Casa Civil para a Secretaria-Geral da Presidência, fragmentando a função de análise e elaboração de atos normativos. A Secretaria de Assuntos Estratégicos se tornou uma unidade de assessoria direta ao Presidente, atuando de forma descoordenada com as instâncias de planejamento preexistentes. A capacidade de proposição de projetos de lei e articulação no Congresso caiu a patamares nunca antes vistos. Uma das poucas unidades criadas, a Secretaria de Relações Institucionais passou a se dedicar à liberação de emendas orçamentárias.

Ou seja, o modelo de coordenação governamental em rede foi substituído por um modelo disfuncional, com ministérios enormes e com mais níveis hierárquicos, que cooperam pouco e não dialogam com a sociedade civil. Como resultado, a capacidade de resposta do Estado às crises e às demandas sociais foi severamente comprometida, produzindo impactos graves na vida das pessoas. A acefalia do então Governo Federal resultou no desmantelamento de diversas políticas públicas e no aprofundamento de crises, como a pandemia da Covid-19.

Entre os principais retrocessos do período, destacam-se: i) a ausência de um conjunto claro de prioridades compartilhadas em todo o governo; ii) a fragmentação institucional de unidades dentro do CdG; iii) a fragilidade das funções de monitoramento e avaliação das prioridades do governo e de programas transversais; iv) o enfraquecimento dos canais de diálogo e dos arranjos de governança do então Gover-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

no Federal com estados, Distrito Federal e municípios; v) o desmonte das instâncias de participação social e interlocução com a sociedade dentro e fora do CdG; vi) a alta rotatividade de dirigentes e baixo grau de capacidades técnicas e políticas do alto escalão do quadro burocrático nas unidades do CdG; e vii) o desmonte da Política Nacional de Participação Social e das suas instâncias e mecanismos institucionais.

Planejamento, orçamento e gestão

Um dos principais retrocessos institucionais do governo anterior foi a reunião de grandes ministérios em uma única pasta: o Ministério da Economia. Diversas funções essenciais ficaram enfraquecidas, entre elas as do Planejamento, Orçamento e Gestão, fundamentais para estruturar de modo adequado as ações setoriais, transversais e territoriais do Governo Federal.

No que diz respeito ao Planejamento Governamental, os “sistemas” de planejamento federal e nacional foram completamente sucateados, tanto em termos de pessoal como em termos organizacionais (posição rebaixada e hipersubordinada na estrutura de governo) e institucionais (fragmentação e burocratização dos processos e precariedade das legislações pertinentes).

O esvaziamento do sistema de planejamento levou ao enfraquecimento de instrumentos como o Plano Plurianual (PPA), a estratégia nacional de desenvolvimento, o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os planos de desenvolvimento





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

regional, os planos setoriais e demais programas de promoção do desenvolvimento nacional. As empresas estatais passaram a ser vistas apenas como ativos a serem vendidos para gerar receitas, com perda de importância estratégica para o desenvolvimento do País. Na área internacional, prevaleceu a agenda de representação nos fóruns financeiros internacionais em detrimento dos demais fóruns.

No que diz respeito à governança orçamentária, observou-se as seguintes ocorrências: i) aumento da rigidez e insuficiência orçamentária causada, sobretudo, pela [EC nº 95/2016](#) do Teto de Gastos e demais restrições fiscais autoimpostas; ii) diminuição ou empobrecimento da participação, da transparência e da representatividade social e territorial do gasto; iii) maior empoderamento do Poder Legislativo a partir da implementação de emendas individuais impositivas e das emendas secretas do relator; e iv) piora na relação do orçamento federal com a dimensão macroeconômica e sobrevalorização das formas financeiras (diga-se, estéreis) de captura dos fluxos orçamentários correntes.

Além disso, foram desarticulados os mecanismos de participação e controle social na formulação e no acompanhamento de políticas públicas, bem como na elaboração e execução do orçamento. Os investimentos públicos caíram brutalmente, seja pela desarticulação do planejamento, seja pela orientação fiscalista do governo ou pela escassez de recursos orçamentários, visto que desde a instituição do Teto de Gastos os investimentos discricionários se tornaram sua principal variável de ajuste.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Por fim, a gestão pública permaneceu à deriva, distante de uma concepção de Estado republicano, democrático e desenvolvimentista. Ao contrário, essa agenda foi fortemente dominada pelas más intenções da PEC nº 32/2020, que mais atrapalharam que ajudaram a identificar os verdadeiros problemas estruturais do setor público brasileiro, a saber: o autoritarismo, o burocratismo, o privatismo, o fiscalismo e o corporativismo.

Durante o governo anterior, a gestão pública sofreu com diversas ações de desconstrução e descontinuidade em quase todas as áreas governamentais. Isso se refletiu na desvalorização e escassez generalizada de servidores; em riscos de segurança cibernética e de apagões na agenda de governo digital; na governança precária dos imóveis da União; e no atraso na normatização e preparação dos órgãos públicos para a nova lei de licitações, que entra em vigor em abril de 2023.

As entidades vinculadas – Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – sofreram com o fenômeno do assédio institucional e com cortes orçamentários que chegaram a 50% nos últimos quatro anos, prejudicando as políticas de desenvolvimento dos servidores, bem como a produção de informações fundamentais para a formulação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas, com o risco de um apagão generalizado de dados e análises.

Justiça

As políticas de justiça e segurança pública na gestão anterior foram marcadas por inúmeros retrocessos. Durante esse período, diversas





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

vezes, o Ministério da Justiça e Segurança Pública deixou de lado seu papel institucional para se colocar a serviço dos ataques à democracia e às instituições promovidos pelo Presidente da República.

O desmonte das políticas públicas construídas pelos governos anteriores, a ausência de diálogo com a sociedade civil e de políticas nacionais integradas na área de justiça e segurança pública marcaram o Ministério na então gestão e levaram a retrocessos, como o desmonte da política de controle de armas, área na qual muitas das mudanças promovidas pelo Poder Executivo invadiram a competência do Legislativo.

O então governo foi marcado por uma baixa implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social apresentou várias fragilidades, que foram reforçadas com a falta de valorização do trabalho dos policiais.

As organizações criminosas tiveram um grande crescimento, particularmente na região Amazônica e nas áreas de fronteira, com a explosão de crimes como a extração ilegal de madeira e o garimpo ilegal. Dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indicaram mais de 10 mil km² de floresta derrubada somente em 2022. O mandato anterior terminou com um inaceitável aumento de 60% da taxa de desmatamento na Amazônia em relação aos quatro anos anteriores.

Já a política prisional foi marcada pelo reconhecimento pelo STF do "estado de coisas inconstitucional" do sistema penitenciário, caracteri-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

zado pela violação generalizada de direitos fundamentais dos presos (ADPF 347). O Tribunal determinou a liberação pela União do saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e recomendou a não realização de novos contingenciamentos de seus recursos.

Em relação às políticas de defesa do consumidor, destaca-se o retrocesso com o estabelecimento do mínimo existencial em 25% do salário mínimo, dificultando a solução do problema do superendividamento.

Para mudar esse cenário, e cumprir as metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU de n° 16 – “Paz, justiça e instituições eficazes” – é imprescindível que o Ministério da Justiça e Segurança Pública volte a ocupar seu papel na defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito, retomando sua responsabilidade pela promoção do diálogo e da participação, para implementar as políticas de segurança pública e de acesso à justiça que a população espera do Governo eleito.

Transparência, integridade e controle

No Brasil, as áreas de transparência, integridade e controle, embora não estejam a cargo de um órgão único de Estado, compõem uma seara que abarca funções da Advocacia-Geral da União (AGU), da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da Controladoria-Geral da União (CGU), da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

(COAF) e perpassa todos os demais órgãos da Administração Pública Federal no Brasil.

A partir desse entendimento, o eixo principal de atuação consiste em estabilizar e rearticular as instituições do Poder Executivo Federal situadas no âmbito da governança jurídica e da promoção da integridade, buscando o resgate dos esforços em prol da transparência como ferramenta indispensável para uma administração eficiente e aberta às contribuições da sociedade civil e da cidadania.

Neste sentido, pode-se afirmar que o governo anterior, reticente com relação aos preceitos e às boas práticas internacionais no campo da transparência, da integridade e do controle, agiu para fragmentar e constranger a ação de órgãos cruciais ao bom desempenho desse campo. Até mesmo o relacionamento interinstitucional desses órgãos com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Ministério Público Federal (MPU) padeceram dos mesmos problemas.

No caso da AGU, em que pese a instituição de um Sistema de Governança Corporativa, verifica-se que diversos temas de alta relevância institucional ainda são decididos sem debate pelas estruturas de governança da instituição. É importante destacar que o Sistema ainda não prevê a participação da PGFN, órgão administrativamente subordinado ao Ministério da Fazenda, mas tecnicamente atrelado ao Advogado-Geral da União. Ademais, as atividades administrativas da AGU têm sido desenvolvidas por servidores cedidos e requisitados de outros órgãos e empresas públicas, portanto, sem vínculo efetivo com a





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

instituição e sem as habilidades e competências necessárias ao apoio dos membros da instituição, situação de risco reconhecida, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União.

Em relação à CGU, merece destaque a implantação de mecanismos efetivos de transparência e acesso à informação durante os governos Lula e Dilma, os quais enfrentaram a opacidade e a cultura do sigilo que, historicamente, predominaram na Administração Pública. Emanam da CGU iniciativas que encontraram grandes resistências políticas e obstáculos institucionais no governo anterior, tais como: i) o Portal da Transparência; ii) a Lei de Acesso à Informação; iii) o plano de Dados Abertos do Governo Federal; iv) a Lei de Conflito de Interesses; e v) a Lei Anticorrupção etc., que juntos aprimoraram a execução e o controle dos recursos públicos no País.

A lista de retrocessos nessas áreas inclui interferência e dismantelamento dos órgãos de controle e defesa do Estado; extinção dos conselhos e outros mecanismos de participação social; recorrentes e conhecidos ataques à LAI; e o "Decreto do Sigilo" ([Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019](#)), inclusive com a volta do sigilo inibidor da transparência e com o uso indiscriminado e indevido da proteção de dados pessoais. O recurso à imposição de sigilos foi usado como forma de manter ocultas circunstâncias vinculadas à conduta de autoridades e integrantes próximos ao círculo do poder, sob falso pretexto de proteção da segurança nacional e segurança do Presidente da República à época, seus familiares, apoiadores e auxiliares diretos.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Já no que tange à Comissão de Ética Pública (CEP/PR) e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), instâncias compostas por membros que necessitam de independência político-partidária e autonomia operacional para o bom desempenho de suas funções, sabe-se que durante a gestão anterior houve diversos atritos entre as comissões de éticas localizadas nos diversos órgãos e entidades e os novos dirigentes dessas instituições. Com o passar do tempo e o consequente fim dos mandatos dos conselheiros, as substituições foram realizadas de modo a tornar os seus membros mais alinhados com o governo. No que se refere ao COAF, a [Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020](#), que vinculou o Conselho administrativamente ao Banco Central do Brasil (BC), alterou o escopo de suas atribuições e estrutura de governança, após integrantes do governo anterior não terem tido êxito na tentativa de transferência do órgão do antigo Ministério da Fazenda para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tais alterações parecem inadequadas e resultaram em impactos negativos no funcionamento do COAF.

Por fim, cabe ressaltar que seguiu sem avanços significativos, durante o governo anterior, as relações institucionais dos órgãos do sistema nacional de transparência, integridade e controle com o terceiro setor, a participação social e o controle público dos atos e processos de governo em âmbito federal.

Participação social

O governo anterior destruiu o que pôde e neutralizou o alcance de todo o sistema nacional de participação social, legado da Constitui-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

ção de 1988 levado a sério de forma diligente pelos governos Lula e Dilma. O [Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019](#), pior expressão dessa política, extinguiu e/ou mutilou colegiados em todos os órgãos do serviço público.

Nos últimos quatro anos não houve participação social alguma na Presidência da República. Conferências e fóruns interconselhos foram desmobilizados, plataformas digitais foram extintas, consultas e audiências públicas deixaram de ser realizadas, com consequências danosas para as políticas públicas. Casos emblemáticos foram a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), criado em 1993, ou o esvaziamento do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), criado em 1981. A volta do Brasil ao Mapa da Fome e a uma situação de pária internacional em matéria ambiental são consequências diretas desse desmonte, com graves repercussões para a vida do povo brasileiro.

O contraponto pode ser verificado, por exemplo, no papel relevante exercido pelo Conselho Nacional de Saúde, ao defender a vida contra o negacionismo que levou a centenas de milhares de mortes por Covid-19, ou pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, ao resistir a um governo autoritário e violento. Participação social é essencial para o Estado Democrático de Direito, a qualidade do serviço público e o exercício da cidadania.

Para reverter esse cenário, é preciso resgatar a Secretaria-Geral da Presidência da República como órgão central da política nacional de





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

participação social, espalhada pelos ministérios, impulsionando processos de caráter federativo e territorial, com inovações no legado virtuoso do ciclo de governos democráticos pós-Constituição de 1988.

Comunicação social

Um dos maiores retrocessos na área de Comunicação foi o esvaziamento administrativo, funcional e de gestão da Secretaria de Comunicação (Secom), que perdeu status de ministério e, logo depois, foi transferida pelo governo anterior para o Ministério das Comunicações. Esse sistema reunia as áreas de comunicação dos órgãos da administração direta e indireta, fixando diretrizes e articulando ações integradas do Poder Executivo.

A desarticulação atingiu também a área de publicidade, de modo que as campanhas institucionais e de utilidade pública dos ministérios passaram a ser feitas sem a supervisão da Secom. A babel instalada no setor gerou denúncias e interpelações do TCU – que determinou recentemente à Secretaria que não aplicasse mais recursos publicitários em canais e sítios que veiculam *fake news*. Foram grandes os prejuízos à sociedade, causados pela desinformação e pela falta de campanhas de utilidade pública, como vacinação infantil e combate ao HIV.

Do ponto de vista orçamentário, a Secom fez baixos investimentos publicitários nos dois primeiros anos do governo anterior, verificando-se crescimento significativo nos últimos dois anos. Ainda assim, o PLOA de 2023 reduz em 48% o orçamento da Secretaria em relação à LOA 2022.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

A EBC foi uma das instituições mais impactadas pelo ciclo de retrocessos do governo passado, que já na campanha eleitoral de 2018 ameaçava extinguir a EBC. Empossado, militarizou a empresa e incluiu-a no Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e depois no Plano Nacional de Desestatização (PND). Diante da inviabilidade da privatização, e percebendo a utilidade dos canais para sua guerra cultural e projeto de reeleição, passou à fase do aparelhamento. Nomeou gestores de perfil inadequado ou claramente hostis à democracia para a emissora.

A TV Brasil teve sua programação desfigurada, com a descontinuação de muitos programas. A TV governamental NBR, por sua vez, perdeu a identidade própria, tornando-se um subcanal da TV pública, com a programação interrompida para as transmissões oficiais, que incluíam atos militares e até religiosos. Casos de censura, assédio e perseguição foram registrados nas TVs e nas rádios, na Radioagência Nacional e na Agência Brasil. A EBC adotou uma série de práticas antissindicaís e chegou a ser condenada judicialmente por assédio moral coletivo. A Ouvidoria Cidadã e a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública elaboraram dossiês que apontam, entre os temas mais censurados: direitos da população negra e indígena; demandas das mulheres negras; e investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, bem como matérias sobre reforma agrária, desmatamento, meio ambiente, mudanças climáticas e referências à ditadura militar. A cobertura da pandemia da Covid-19 sofreu interferência, e a EBC foi citada no relatório final da CPI da Pandemia por difusão de conteúdo negacionista.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

O canal internacional da TV Brasil foi extinto e a produção própria de conteúdos, bem como as coproduções com produtores independentes, foram drasticamente reduzidos.

Relações exteriores

A combinação entre o desmonte de políticas públicas, em nível interno, e o predomínio de visão isolacionista do mundo, em nível externo, afetou a imagem do País e prejudicou a capacidade brasileira de influir sobre temas da agenda global.

Ao assumir posturas negacionistas, o Brasil perdeu protagonismo em temas ambientais, desafiou esforços de combate à pandemia e promoveu visão dos direitos humanos inconsistente com sua ordem jurídica. Na América Latina, tornou-se fator de instabilidade. A política africana foi abandonada e pouca atenção foi dada às comunidades brasileiras no exterior.

O estímulo a processos de integração política, comercial e de infraestrutura com os países vizinhos sempre foi uma marca da diplomacia brasileira, além de um preceito constitucional. No governo anterior, predominou postura diametralmente oposta, que redundou no desmonte da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), na saída da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e no crescimento de forças favoráveis ao desmantelamento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) enquanto união aduaneira. Ao apostar no isolamento da Venezuela, o Brasil cometeu erro estratégico de transformar a América do Sul em palco da disputa geopolítica entre Estados





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Unidos da América (EUA), Rússia e China. De catalisador de processos de integração, o País passou a ser fator de instabilidade regional.

O governo anterior abandonou o protagonismo em agendas internacionais caras aos interesses de desenvolvimento nacional, como direito à saúde, direito à alimentação adequada, igualdade de gênero e racial, e enfrentamento a todas as formas de violência e discriminação. A mudança no discurso diplomático e a participação desastrosa em alianças ultraconservadoras caminharam de mãos dadas com o desmonte de políticas públicas domésticas, em especial no que se refere à igualdade de gênero, aos direitos sexuais e reprodutivos e aos direitos de minorias.

A dívida com organizações internacionais representa grave prejuízo à imagem do País e à sua capacidade de atuação, comprometendo severamente sua política externa. O Brasil deve atualmente cerca de R\$ 5,5 bilhões. Se um valor mínimo dessa dívida não for pago ainda no atual exercício, haverá perda de voto em organizações como a ONU, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras.

2. Mapeamento das emergências fiscais e do orçamento público

O período 2016-2022 foi marcado por uma forte deterioração nas finanças públicas e no orçamento. A irresponsabilidade do governo anterior culminou em um apagão fiscal no final de 2022 e em uma proposta





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

orçamentária para 2023 incapaz de garantir a manutenção dos serviços públicos essenciais e o funcionamento da máquina pública. Enfrentar esse cenário adverso foi parte do processo de transição governamental.

Com a instituição do Novo Regime Fiscal – [EC nº 95/2016](#), o crescimento da despesa primária foi limitado, até 2036, à inflação do período anterior. Na prática, mesmo diante de qualquer nível de crescimento real do PIB, a regra implica em uma redução da despesa primária em relação ao tamanho da economia, e também independente do comportamento da arrecadação.

Ademais, o Teto de Gastos se somou a outras regras existentes, criando uma sobreposição que engessou ainda mais o uso da política fiscal para suavizar os ciclos econômicos e viabilizar despesas essenciais do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Como se pôde constatar, o Teto de Gastos determinou forte redução de investimentos públicos, gastos sociais e em ciência e tecnologia. Desde então, observou-se o esvaziamento do orçamento público como instrumento do planejamento e financiamento de políticas públicas, bem como da capacidade estatal de processar demandas da sociedade por serviços essenciais e induzir o crescimento sustentável da economia.

Além disso, o governo anterior promoveu um desmonte deliberado de políticas públicas, inclusive por meio de expressivos cortes orçamentários. No contexto do acirramento do conflito distributivo, a base de apoio do governo no Congresso Nacional aprovou frequentes fle-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

xibilizações ao regime fiscal, particularmente no período eleitoral, de modo que a austeridade passou a ser administrada seletivamente. Inclusive, por meio da edição de atos para desobrigar o governo a aplicar recursos em áreas estratégicas como C,T&I, esvaziando decisões anteriores do Congresso.

A combinação entre rigidez orçamentária em geral e flexibilização seletiva de regras agregou incertezas ao cenário econômico, ao mesmo tempo que implicou em redução de recursos públicos para áreas essenciais, conforme expresso no projeto orçamentário para 2023.

O desafio, portanto, consiste em reconstruir e redemocratizar as instituições e normas fiscais e orçamentárias, de modo que elas sejam um instrumento efetivo para o atendimento pleno das demandas da sociedade dirigidas ao Estado.

É nesse contexto que se coloca a PEC do Bolsa Família, que serviu, no curto prazo, como um instrumento para garantir investimentos e gastos essenciais à população, especialmente a mais vulnerável. Além disso, a medida aponta para a necessidade de revisão e reconstrução das instituições e normas fiscais e orçamentárias do país, combinando estabilização econômica, sustentabilidade fiscal e redução das desigualdades.

2.1 Mapeamento das principais emergências orçamentárias

Um dos eixos centrais da transição de governo foi o orçamento público, com a identificação dos principais gargalos e emergências orçamentá-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

rias para 2023. De modo geral, constatou-se volume considerável de dotações insuficientes para manutenção de diversos programas, especialmente políticas sociais e investimentos públicos. Sem os R\$ 145 bilhões viabilizados pela PEC do Bolsa Família, a população sofreria uma precarização adicional dos serviços públicos. O diagnóstico também aponta que vários desses serviços sofreram queda acentuada de recursos desde 2015.

Entre os exemplos mais ilustrativos, convém citar os seguintes, cotejando-se, em termos nominais, a lei orçamentária de 2022 com o projeto de lei orçamentária para 2023:

- queda do benefício às famílias em situação de pobreza: de R\$ 600 para R\$ 405;
- investimentos reduzidos de R\$ 44,7 bilhões para R\$ 22,4 bilhões (sem considerar emendas parlamentares em 2023), de modo que o investimento previsto está no patamar mais baixo da série histórica, em torno de 0,2% do PIB;
- diminuição do Fundo de Arrendamento Residencial: de R\$ 665 milhões para R\$ 34 milhões;
- redução da construção de escolas de educação infantil: de R\$ 111 milhões para R\$ 2,5 milhões;
- diminuição da aquisição de transporte escolar para educação básica (Caminho da Escola): de R\$ 15,2 milhões para R\$ 425 mil;





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- congelamento há cinco anos do valor per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar, mesmo diante da elevada inflação de alimentos;
- diminuição do Farmácia Popular (gratuidade e copagamento): de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 1,02 bilhão, prejudicando o acesso de mais de 21 milhões de pessoas a medicamentos para hipertensão, diabetes, asma e a insumos como fraldas geriátricas;
- redução da provisão de médicos na atenção primária: de R\$ 2,69 bilhões para R\$ 1,46 bilhão;
- queda na saúde indígena: de R\$ 1,49 bilhão para R\$ 610 milhões;
- diminuição da educação e formação em saúde: de R\$ 1,66 bilhão para R\$ 725 milhões;
- redução do apoio a obras emergenciais de mitigação para a redução de desastres: de R\$ 2,57 milhões para R\$ 25 mil;
- queda nas ações de proteção social básica e especial do SUAS: de R\$ 908,6 milhões para R\$ 48,2 milhões;
- redução da implantação de equipamentos e tecnologia social de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos: de R\$ 61,2 milhões para R\$ 2,3 milhões; e





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- diminuição da aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar: de R\$ 679,5 milhões para R\$ 2,67 milhões.

Em síntese, a proposta orçamentária original para 2023 inviabiliza a manutenção de programas essenciais ao atendimento das demandas da população por serviços públicos. Em particular, mantida a previsão orçamentária inicial, a principal consequência seria a redução da transferência de renda às famílias em situação de pobreza.

2.2 Ações para reconstrução do orçamento público: PEC do Bolsa Família e ajustes para o PLOA 2023

Neste contexto, foi elaborada a PEC nº 32/2022, também conhecida como PEC do Bolsa Família, com o intuito de adequar o orçamento público ao programa aprovado pela população nas urnas, evitando redução de gastos em áreas essenciais e viabilizando a inclusão das camadas mais vulneráveis no orçamento. Para tanto, a reconstrução do País deve ser iniciada pela garantia de renda a esse segmento.

A proposta foi debatida pela Coordenação da Transição e por membros do Congresso Nacional. A seguir, é possível conferir uma compilação dos principais pontos aprovados no Senado Federal:

- amplia o teto em R\$ 145 bilhões;
- retira do Teto de Gastos, no máximo, o equivalente a 6,5% do excesso de arrecadação de receitas correntes de 2021 para a realização de investimentos (até R\$ 23 bilhões);





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- induz a captação de recursos por meio de parcerias em áreas estratégicas, com efeito fiscal neutro, viabilizando, por exemplo, projetos federais relacionados à área ambiental e às mudanças climáticas; e
- prevê que, até 31 de agosto de 2023, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei complementar com novo regime fiscal. A medida é essencial e está em linha com o programa de governo e as sugestões dos Grupos Técnicos, que apontaram a necessidade de modernizar o atual regime fiscal, substituindo-o por regras que equilibrem a estabilidade macroeconômica, a sustentabilidade fiscal, a inclusão social e o financiamento de gastos com efeitos estruturantes.

Com a perspectiva de aprovação da PEC, a Coordenação da Transição enviou para o relator do orçamento as sugestões de ampliação das programações, buscando concentrar as demandas em despesas capazes de induzir a retomada do crescimento econômico com inclusão social, sendo dotadas de elevados efeitos redistributivos e multiplicadores sobre a renda. Como se pode depreender da Tabela 1, as despesas adicionais são fortemente inclinadas a gastos sociais, investimentos e C,T&I. Ademais, consideram a recomposição de orçamento para permitir o funcionamento do Estado em áreas cruciais.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Tabela 1 – Demandas da transição para a LOA

ÓRGÃO	VALOR ADICIONAL PLOA/2023 (R\$)
Ministério da Cidadania	75.000.000.000
Ministério da Saúde	22.700.000.000
Ministério da Educação	10.865.811.998
Ministério do Desenvolvimento Regional	9.500.000.000
Salário mínimo	6.800.000.000
Encargos financeiros da União	5.600.000.000
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	4.982.427.220
Ministério do Turismo	3.703.000.000
Ministério da Economia	1.756.756.602
Ministério da Defesa	1.000.000.000
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	933.999.997
Ministério da Justiça e Segurança Pública	799.999.992
Ministério do Meio Ambiente	536.000.000
Ministério do Trabalho e Previdência	400.600.000
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	250.000.000
Ministério das Comunicações	126.400.000
Presidência da República	35.000.000
Banco Central do Brasil	10.000.000
Total geral	145.000.000.000





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Nos termos da PEC, também é importante considerar o valor adicional de até R\$ 23 bilhões para investimentos, que se somaria aos investimentos previstos dentro do teto de gastos. Neste sentido, estima-se que seria possível alcançar cerca de 0,7% do PIB em investimentos em 2023, apoiando a recuperação da economia e suavizando as flutuações econômicas.

Do ponto de vista macroeconômico, a despesa prevista está concentrada em gastos que podem reverter a expectativa de desaceleração da economia. Ademais, a PEC evita uma queda abrupta do gasto como proporção do PIB, apontando para a manutenção dos patamares de despesa para 2022 e impedindo uma contração fiscal significativa, que reforçaria o cenário indesejável de desaceleração da economia.

Em suma, a PEC nº 32/2022 e os valores adicionais alocados na Lei Orçamentária Anual, nos termos demandados pela transição, permitem a recomposição de orçamento para programas essenciais e a previsão de gastos sociais e investimentos estratégicos que induzirão a retomada do crescimento econômico sustentável com redução em simultâneo das desigualdades mais gritantes no momento.

3. Sugestões de medidas para revogação e revisão

Os Grupos da Transição fizeram um trabalho técnico profundo de estudo das centenas de normas produzidas no período de 2019 a 2022, durante o governo anterior. Nas diversas áreas de atuação da Admi-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

nistração Pública Federal, foram identificados casos em que a elaboração normativa foi utilizada, por meio da criação ou da revogação de atos, para desmontar políticas públicas, restringir a participação social, enfraquecer os mecanismos de controle social ou obstruir o acesso a direitos individuais, sociais e econômicos. O resultado do estudo dos Grupos Técnicos é extenso e foi detalhado em minutas que subsidiaram a elaboração do Relatório Final.

Dado o escopo do trabalho da equipe de transição, cujo objetivo legal, previsto no art. 2º da [Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002](#), trata de diagnosticar as ações de órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Federal e oferecer subsídios para os primeiros atos de iniciativa do novo Presidente da República, esta Seção do Relatório Final de Transição apresenta um desafiador esforço de síntese e indicação de destaques.

O rol de revogações e alterações normativas apresentado a seguir reúne situações de especial urgência, com sugestão de providências imediatas de edição de atos pelo Presidente da República, seja de caráter normativo – promovendo revogações e alterações –, seja de caráter orientador – indicando a necessidade de que órgãos e entidades da Administração Pública Federal elaborem estudos e providenciem nova regulamentação para temáticas de grande relevância.

Essas sugestões serão avaliadas com todo o rigor jurídico e técnico pelos novos ministros e novas ministras e suas equipes, e passarão pela avaliação do novo Presidente eleito.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

3.1 Revogações e revisões na área da política pública de armas

A proposta é de revogação de oito decretos e uma portaria interministerial que incentivam a multiplicação descontrolada das armas no Brasil, sem fiscalização rigorosa e adequada. O descontrole coloca em risco a segurança das famílias brasileiras e, portanto, deve ser revertido pelo Ministério da Justiça, em diálogo com o Ministério da Defesa.

Sugere-se uma revisão rigorosa do conjunto de atos normativos que desmontou a política pública de controle das armas no país, e a substituição por uma nova regulamentação para a [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#) – Estatuto do Desarmamento –, como uma das primeiras medidas do novo Governo. Dessa forma, propõe-se a revogação do [Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019](#); do [Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019](#); do [Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019](#); do [Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019](#); do [Decreto nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021](#); do [Decreto nº 10.628, de 12 de fevereiro de 2021](#); do [Decreto nº 10.629, de 12 de fevereiro de 2021](#); e do [Decreto nº 10.630, de 12 de fevereiro de 2021](#). Além disso, sugere-se que o Presidente determine a revisão, pelos ministérios responsáveis, do teor da Portaria Interministerial MJ/MD nº 1.634/2020.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

3.2 Revogações e revisões na área da política pública de meio ambiente

A proposta é de revogação de atos normativos de extrema gravidade, que geraram uma situação descrita como "estado de coisas inconstitucional" em julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal, conforme voto da Relatora Ministra Cármen Lúcia na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 760 e na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 54.

O Pacote Verde, analisado pelo STF, é formado por sete processos judiciais em que são analisados atos do governo anterior que levaram à atuação estatal deficiente, à desestruturação da legislação ambiental brasileira, ao enfraquecimento da fiscalização e do combate a crimes ambientais e crimes relacionados aos povos indígenas, à desproteção do meio ambiente como um todo e, em especial, do bioma da Amazônia. Nas manifestações dos ministros constantes das decisões já proferidas, a constatação é de que há um quadro estrutural de ofensa massiva, sistemática e generalizada dos direitos fundamentais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde e à vida digna.

Nesse contexto, sugere-se uma série de revogações de atos normativos relacionados ao desmonte das políticas públicas ambientais, conforme objetivos destacados a seguir.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Controlar o desmatamento

Proposta de revogação dos decretos que abriram espaço para um processo acelerado de desmatamento ilegal nos diversos biomas brasileiros, inclusive desmanchando o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). O PPCDAM foi historicamente um dos principais instrumentos capazes de controlar o desmatamento, contribuindo para redução de emissão de gás. ([Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019](#); [Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2019](#); e [Decreto nº 10.845, de 25 de outubro de 2021](#)).

Acabar com a impunidade quanto às multas ambientais

Proposta de revogação de decretos que anularam multas ambientais, paralisaram o sistema de fiscalização ambiental e criaram um ambiente de perseguição aos fiscais. A perda é de mais de R\$ 18 bilhões para os cofres públicos, conforme questionamento feito pelo STF na ADPF 775. A proposta é de revogação integral do [Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019](#), e de parte do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022.

Reverter a autorização para o garimpo ilegal na Amazônia

Proposta de revogação total do [Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022](#), que liberou o garimpo ilegal na Amazônia a partir de uma regulamentação indevida do que foi chamado de "garimpo artesanal".





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Retomar o Fundo Amazônia

Proposta de revogação parcial dos [Decretos nº 10.223, de 5 de fevereiro de 2020](#), e [nº 10.144, de 28 de novembro de 2019](#), nos pontos em que inviabilizaram a governança do Fundo Amazônia, instrumento de extrema relevância para o controle do desmatamento e o fomento a atividades produtivas sustentáveis no bioma. Com isso, há mais de R\$ 3 bilhões parados no Fundo, que agora poderão ser utilizados. A urgência disso decorre inclusive de decisão recente do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 59.

Por fim, quanto à estruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), sugere-se que o Presidente da República edite um despacho em que oriente o Ministério do Meio Ambiente a proceder imediatamente à revisão do teor do [Decreto nº 11.018, de 30 de março de 2022](#), para eliminar os retrocessos realizados na estrutura e no funcionamento do Conselho. A medida é essencial para o cumprimento de decisão do STF na ADPF nº 623, devendo ser elaborada uma nova regulamentação, a partir de amplo diálogo com a sociedade.

3.3 Revisão de atos que impuseram sigilo indevido de 100 anos em documentos de acesso público

A proposta é de revisão de casos em que houve imposição de sigilo de 100 anos pelo governo anterior para impedir o conhecimento público de documentos. Os casos revisados serão aqueles contidos em





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

lista apresentada à Equipe de Transição por especialistas e entidades da sociedade civil com expertise na área de transparência.

Sugere-se, a partir do trabalho técnico realizado pelo Grupo da Transição de Transparência, Integridade e Controle, que sejam adotadas as seguintes medidas:

Medida A: despacho do Presidente da República que determina, pelo princípio da autotutela da Administração Pública, que a Controladoria-Geral da União reavalie as decisões tomadas na lista de casos denunciados como de imposição indevida de sigilo de 100 anos; e

Medida B: despacho do Presidente da República que determina que a Advocacia-Geral da União elabore proposta de parecer vinculante que indique o escopo de aplicação possível da atual redação da Lei de Acesso à Informação relativa à proteção de dados pessoais.

3.4 Revogações de atos que avançam em processos de desestatização

A proposta é de revisão da lista de empresas de processos de desestatização que se encontram em etapas preparatórias e ainda não foram concluídas.

Sugere-se que o Presidente da República edite despacho orientando os ministérios responsáveis a revisar os seguintes atos relativos a empresas de grande relevância nacional:





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- **Petrobras:** Resolução nº CPPI 240/2022 (recomenda inserção no PPI);
- **Correios:** Decreto nº 10674, de 13 de abril de 2021 (PND), Decreto nº 10.066, de 15 de outubro de 2019 (PPI), Resolução nº CPPI 168/2021, Resolução CPPI 98/2019g;
- **EBC:** Decreto nº 10669, de 8 de abril de 2021 (PND), Decreto nº 10.354, de 20 de maio de 2020 (PPI), Resolução CPPI nº 169/2021, Resolução CPPI nº 98/2019;
- **Nuclep:** Decreto nº 10.322, de 15 de abril de 2020 (PPI), e Resolução CPPI nº 92/2019;
- **PPSA:** Decreto nº 11.085, de 27 de maio de 2022 (PPI), e Resolução CPPI nº 224/2022; e
- **Conab:** Decreto nº 10767, de 12 de agosto de 2021 (PPI).

3.5 Revogações e revisões de atos que prejudicam direitos sociais e econômicos

A proposta é de revisão de atos normativos relacionados aos direitos sociais e econômicos dos brasileiros, sendo alguns casos com impactos significativos para a população mais vulnerável, conforme objetivos elencados a seguir.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Acabar com a obrigação de que agricultores rurais de famílias de baixa renda entreguem parte de sua produção para o Governo

Proposta de revogação parcial do [Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021](#) (art. 76, § 4 e art.77), que regulamentou a contraprestação do "auxílio inclusão produtiva rural", ou seja, trouxe a previsão de que o Governo "tome para si" 10% da produção de agricultores de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, que receberam o auxílio, ignorando a situação de insegurança alimentar em que vivem tantas dessas famílias no campo. Como essa retirada de alimentos das famílias vulneráveis já está planejada para janeiro de 2023, a revogação é urgente.

Recrutar o Programa dos Catadores

Proposta de revogação da parte do [Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020](#) (art. 1º, CCXXXV), que acabou com o Programa Pró-Catador (antigo [Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010](#)). O Programa reunia ações de apoio a trabalhadores de baixa renda que se dedicam a coletar materiais reutilizáveis e recicláveis, promovendo inclusão social e econômica dessas pessoas e contribuindo para a sustentabilidade. A ação imediata seria de retomada da redação anterior da norma que tratava dessa política pública.

Proteger as famílias brasileiras contra o superendividamento

Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministério da Justiça a revisar o teor do Decreto nº 11.150, de 26





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

de julho de 2022 (Decreto do Superendividamento), para apontar caminhos de reversão do processo de superendividamento vivido pelas famílias brasileiras de baixa renda. A medida aumentará a segurança jurídica no tema, pois a constitucionalidade do ato está questionada no STF na ADPF nº 1.005 e na ADPF nº 1.006.

3.6 Revogações e revisões de atos contrários aos direitos de crianças, adolescentes e da juventude

Derrubar regras ilegais que retiram proteção do adolescente aprendiz

Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministério do Trabalho a revisar o teor do Decreto nº 11.061, de 4 de maio de 2022, que, ao tratar de aprendizagem profissional, derrubou várias regras de proteção do adolescente. A partir dos debates necessários, deve ser proposta nova regulamentação para o tema.

Acabar com a política pública de educação especial que promove o isolamento social das crianças com deficiência

Proposta de revogação do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 – “Decreto da Exclusão” –, uma política preconceituosa que exclui as crianças com deficiência do convívio com as demais crianças nos ambientes escolares, promovendo isolamento social inaceitável. O ato normativo é inclusive questionado no STF na ADPF nº 751 e na ADI nº 6590.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Recrutar o Plano Nacional voltado à Juventude do Campo

Proposta de revogação de parte do Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 (art. 1º, CCLXXII), que acabou com o Plano Nacional voltado à Juventude do Campo (antigo Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016). O Programa reunia ações de efetivação de direitos e inclusão produtiva para jovens nos territórios rurais. A ação imediata seria de retomada da redação anterior.

Avaliar o custo-benefício do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministro da Educação a avaliar os resultados da política pública prevista no Decreto nº 10004, de 5 de setembro de 2019, sob critérios técnicos relativos ao custo-benefício, para definição sobre a dotação orçamentária respectiva e sobre sua continuidade.

3.7 Revogações e revisões na área das políticas públicas de cultura

Adequar as normas de fomento indireto à realidade da economia da cultura

Proposta de revogação do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, que regulamenta o fomento a ações culturais via mecanismo de incentivo fiscal em âmbito federal. Pretende-se criar com agilidade uma





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

nova regulamentação para o mecanismo, como uma das primeiras medidas do novo Governo na área da cultura. Além disso, sugere-se que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministro da Cultura a revisar o teor dos seguintes atos: Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 01/2022, Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 03/2022, Portaria SEFIC/SECULT/MTUR nº 210/2021, Portaria SEFIC/SECULT/MTUR nº 604/2021 e Portaria SECULT/MTUR nº 44/2021.

3.8 Revogações e revisões de atos contrários à igualdade racial

O diagnóstico quanto às questões relativas à igualdade racial indica a gravidade dos efeitos do governo anterior no sentido de desmobilizar a afirmação de direitos e impedir processos de reparação histórica. Nesse sentido, sugere-se a revisão de atos normativos de cunho especialmente grave, com os objetivos listados a seguir.

Retomar a defesa dos direitos e dos territórios das comunidades quilombolas

Sugere-se a edição de despacho do Presidente da República que oriente o Incra e a Fundação Palmares a revisar os seguintes atos normativos:

- Resolução Incra nº 29/2020, que paralisou a política pública de demarcação de territórios quilombolas e criou um ambiente de perseguição de servidores públicos que atuam nessa área; e





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- Portaria Fundação Cultural Palmares nº 57/2022, que burocratizou o procedimento de reconhecimento de comunidades quilombolas, sem qualquer escuta dos impactados.

Valorizar lideranças cujo legado foi negado

Sugere-se a edição de despacho do Presidente da República que oriente a Fundação Cultural Palmares a revisar a Portaria Fundação Cultural Palmares nº 189/2020, que excluiu 27 personalidades negras do rol de homenageados, tais como: Gilberto Gil, Benedita da Silva, Marina Silva, Elza Soares, Conceição Evaristo, dentre outras figuras de especial relevo.

3.9 Revogações e revisões de atos que limitam o direito de participação social

Retomar a participação social para democratizar os espaços de poder e aumentar o controle social da gestão de recursos públicos

Proposta de revogação do Decreto n. 9759, de 11 de abril de 2019, cujo teor visava a redução da participação social em todo o governo. Além disso, tendo em vista tal revogação, sugere-se que seja editado pelo Presidente da República um despacho de orientação aos ministérios para que seja revisto o teor dos seguintes atos, com elaboração de nova proposta de normatização:

- Decreto nº 9.883/2019 – colegiado sobre discriminação;





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- Decreto nº 9.887/2019 – colegiado sobre trabalho escravo;
- Decreto nº 9.894/2019 – colegiado sobre população em situação de rua;
- Decreto nº 10.003/2019 – colegiado sobre crianças e adolescentes;
- Decreto nº 10.144/2020 e Decreto nº 10.224/2020 – colegiados de meio ambiente;
- Decreto nº 10.177/2019 – colegiado sobre pessoas com deficiência;
- Decreto nº 10.226/2020 – colegiado sobre juventude;
- Decreto nº 10.905/2021 – colegiados sobre direitos dos trabalhadores;
- Portaria Min. Saúde nº 3.021/2020 – povos indígenas nas instâncias da gestão da saúde; e
- Portaria MEC nº 577/2017 – reduziu a participação de trabalhadores no Fórum Nacional da Educação.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Derrubar os entraves para que movimentos populares tenham acesso ao Incra

Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Incra a revisar o teor da Portaria Incra nº 460/2019. Ao prever regras deliberadamente burocratizadas para o acesso ao prédio do Incra, os efeitos produzidos pela Portaria são de impedimento de acesso por uma parte significativa dos movimentos populares que não cumprem as exigências indevidas estabelecidas, criando uma barreira para o seu direito constitucional de participação social.

A lista de sugestões de revogações e revisões de atos normativos, elencada no Relatório Final da Transição, demonstra o tamanho dos desafios do Governo eleito quanto à reconstrução do Estado brasileiro em áreas bastantes sensíveis, cujas políticas públicas são essenciais para a efetivação de direitos da população.

As propostas de providências imediatas contidas na listagem acima poderão ser efetivadas por meio de um conjunto de atos do Presidente da República, em formato de decretos e despachos formulados por integrantes da Advocacia-Geral da União, em diálogo com as equipes técnicas dedicadas a cada temática da Administração Pública Federal.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

4. Proposta de nova estrutura organizacional dos ministérios

O novo Presidente foi eleito com uma ampla plataforma política, que envolve, entre tantos compromissos, a superação da pobreza e da fome no Brasil, a melhoria da qualidade da educação básica, a redução drástica do desmatamento da Amazônia, o fomento à produção de alimentos, a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura e a promoção dos direitos da cidadania.

Para alcançar esses grandes objetivos, o primeiro desafio do Governo eleito é reorganizar a estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, de forma a reverter o processo de desmonte do Estado e criar as bases para a reconstrução das políticas públicas. Esta seção apresenta a proposta de estrutura ministerial para o Governo Federal, que tomou posse e assumiu em 1º de janeiro de 2023.

Nos últimos anos, o País assistiu a uma ação deliberada de desmonte do Estado brasileiro, que se traduziu na completa desorganização da máquina pública, com riscos para a manutenção dos serviços públicos essenciais. Esse processo foi orientado pela ideia de redução do papel do Estado no desenvolvimento econômico, ambiental e social do País. Os efeitos dessa visão foram agravados pela incompetência do governo anterior no desenho, na coordenação e na implementação de suas políticas e pela condução desastrosa da gestão pública em praticamente todas as áreas de atuação governamental. A consequência foi o comprometimento de políticas de Estado essenciais para





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental, a promoção e garantia de direitos, a inclusão e justiça social, o exercício da democracia, e o diálogo e a participação social.

Diante da extensão e gravidade dos problemas identificados pelos grupos técnicos que contribuíram na elaboração deste relatório de transição, o novo Governo eleito terá pela frente o desafio de retomar e consolidar o processo de construção democrática do Estado brasileiro, inaugurado com a Constituição Federal de 1988.

Para assegurar o êxito da plataforma eleitoral consagrada pelo voto popular nas eleições de 2022, é fundamental reconstruir o Estado brasileiro. Nem grande nem pequeno, ele deve ter a dimensão e a complexidade necessárias ao enfrentamento dos inúmeros desafios que terão lugar nos próximos quatro anos. Longe do debate "Estado mínimo x Estado máximo", a questão-chave é dotar o Estado de recursos, instrumentos, estruturas e arcabouço institucional condizentes com o seu papel estratégico no desenvolvimento do País.

O Estado moderno deve incorporar arranjos institucionais de governança e implementação de políticas que envolvam tanto o setor público quanto o privado, a academia e as organizações da sociedade civil, gerando inovação, ganhos de eficiência e qualidade nas entregas à população. Deve também ser transparente e aberto à participação e ao controle social. Ao mesmo tempo, precisa preservar as funções estatais, inovar na gestão, ganhar agilidade e manter um corpo qualifica-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

do de servidores públicos capazes de dar continuidade à ação estatal e de resistir às investidas autoritárias de governos antidemocráticos.

Com base nessa visão, as prioridades estratégicas do novo Governo devem demandar um extenso rol de iniciativas, tais como: i) reorganização e fortalecimento dos órgãos centrais de coordenação e acompanhamento das ações de governo; ii) reestruturação da Administração Federal, especialmente de seus ministérios, com vistas a aumentar a capacidade de implementação de políticas públicas; iii) aperfeiçoamento dos meios e instrumentos de gestão pública; iv) inovação e melhoria na qualidade dos serviços públicos; e v) retomada e ampliação do diálogo e da participação social.

4.1 Nova dinâmica de Centro de Governo

É por isso que a nova estrutura do Governo Federal recupera o desenho do Centro de Governo (CdG), estabelecido durante os mandatos de 2003 a 2010. O Centro de Governo precisa ser capaz de coordenar o conjunto das ações governamentais, com clara definição de prioridades, e envolver a sociedade, o Poder Legislativo, os estados, o Distrito Federal e os municípios no processo de formulação da agenda nacional e de construção das políticas públicas.

Ao longo dos últimos anos, o Centro de Governo foi desorganizado, havendo um rebaixamento da capacidade de coordenação da Presidência com relação às suas prioridades programáticas. Isso afetou





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

negativamente a atuação institucional do setor público federal, especialmente as entregas de bens e serviços à população.

O modelo de coordenação governamental em rede foi substituído por um modelo disfuncional, com ministérios enormes e mais níveis hierárquicos, que cooperam pouco e não dialogam com a sociedade civil. Com isso, a capacidade de resposta do Estado às crises e às demandas sociais foi severamente comprometida, gerando impactos graves na vida das pessoas, a exemplo do que se observou durante a pandemia da Covid-19.

A extinção das instâncias colegiadas de participação e coordenação de programas governamentais dificultou ainda mais a cooperação intersetorial em torno de ações de governo e bloqueou qualquer possibilidade de escuta e diálogo social. Um dos principais retrocessos nesse âmbito foi o desmonte da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e de suas instâncias e mecanismos institucionais.

Para reverter esse quadro, o novo Centro de Governo prevê uma Presidência forte, capaz de recuperar e ampliar a capacidade de coordenação das políticas setoriais e transversais. A Casa Civil irá recuperar suas funções originais, incluindo a análise jurídica das proposições, e sua capacidade de coordenação de governo. A Secretaria-Geral volta a ser o órgão de diálogo com a sociedade civil, restabelecendo a participação social como método de governar. A Secretaria de Relações Institucionais assume a coordenação política e a articulação com os entes federados e a representação parlamentar no Congresso Nacio-





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

nal. A Secretaria de Comunicação Social retorna à Presidência da República, fortalecendo a comunicação do Presidente com o conjunto da sociedade.

Além disso, a Presidência voltará a contar com os seus órgãos de assessoramento participativos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (CDES), conhecido como Conselhão. Da mesma maneira, na Esplanada como um todo, serão reativados os conselhos de participação social e demais mecanismos de interação com organizações, lideranças e movimentos sociais.

4.2 Nova estrutura de ministérios

Para reforçar o compromisso com a diversidade, as antigas Secretarias Especiais das gestões 2003 a 2010 serão transformadas em ministérios, com estrutura adequada e maior relevância político-institucional. Serão criados os Ministérios das Mulheres, o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Igualdade Racial e, pela primeira vez, o Ministério dos Povos Indígenas. Com isso, busca-se dotar as pautas da diversidade de meios que favoreçam a promoção dos direitos e das políticas voltadas a essas populações. Caberão a esses ministérios a coordenação da agenda e das ações transversais e setoriais relativas às suas áreas de atuação, de forma a reverter processos de exclusão muitas vezes reforçados nas próprias políticas públicas.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

O Ministério da Economia, com uma estrutura inchada e disfuncional, será decomposto em quatro unidades ministeriais com finalidades específicas. O Ministério do Planejamento e Orçamento recupera a sua função essencial de planejar as ações do Estado, além de apoiar a execução das políticas públicas por meio da destinação de recursos para execução, monitoramento e avaliação contínua das ações de governo. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação é recriado para promover o processo de reindustrialização do País e a dinamização econômica, ao mesmo tempo que promove a transição para uma economia verde e descarbonizada, baseada em inovação e novas tecnologias, com impacto socioambiental positivo.

Para melhorar a qualidade dos serviços públicos e racionalizar o uso de recursos pela máquina pública, será criado o Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos. Um dos focos do Ministério será a busca por novos meios para inovar na gestão, melhorar o atendimento público e prover bens e serviços de qualidade para a população. Para isso, ele atuará no aumento dos serviços digitais de forma a ampliar o acesso e melhorar a experiência dos usuários desses serviços, com agilidade, simplicidade e maior alcance das políticas públicas. Em outra frente, o Ministério cuidará da gestão e do desenvolvimento de pessoas, promovendo a melhoria de produtividade e o bem-estar dos servidores, com benefícios para toda a sociedade. Por fim, a pasta irá atuar na prestação de serviços compartilhados para os demais ministérios, eliminando estruturas redundantes e garantindo maior economia nas contratações de bens e serviços pelo novo Governo.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Assim, o Ministério da Economia poderá se concentrar na condução da política econômica, priorizando as agendas macro e microeconômica, tendo como prioridade o controle da inflação, a melhoria do ambiente de negócios, a promoção do investimento, a geração de emprego, o controle da execução financeira e a racionalização tributária. Entre os desafios da pasta, estão o desenho de uma proposta de reforma tributária e uma nova regra fiscal que garanta estabilidade e previsibilidade aos agentes econômicos e que, ao mesmo tempo, permita impulsionar o desenvolvimento sustentável do País.

No novo arranjo, o Ministério do Meio Ambiente recupera a sua capacidade de não apenas proteger os biomas, a biodiversidade e os recursos renováveis brasileiros, mas também de promover o desenvolvimento socioambiental do País, com base na utilização racional desse imenso potencial para uma economia verde e limpa. Entre os avanços nessa área, está a reafirmação do compromisso do novo Governo com a redução do desmatamento e com a preservação dos recursos naturais da Amazônia e de outros biomas, bem como com o desenvolvimento de uma matriz energética limpa e com o combate ao aquecimento global.

Além disso, a cultura, o desenvolvimento agrário, o esporte, a previdência, o trabalho, as cidades e a pesca voltarão ter suas pastas próprias, refletindo a prioridade conferida a essas áreas pelo novo Governo. A cultura voltará a ser valorizada e promovida com a devida centralidade que deve ter na construção da identidade nacional. Da mesma forma, a produção de alimentos pela agricultura familiar voltará a ser apoiada pelo





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

governo por meio de crédito, fomento e assistência técnica. O esporte passará a contar com uma estrutura que permita o apoio a atletas profissionais e amadores e ao esporte de base. A previdência e o trabalho também voltarão a ter estrutura e meios para a promoção de garantia de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, aposentados, pensionistas e beneficiários dos sistemas previdenciários. O Ministério das Cidades, por sua vez, irá promover políticas para tornar as cidades mais inclusivas, sustentáveis e dinâmicas, por meio de políticas de mobilidade, saneamento e habitação.

Já a área social será reforçada para que os compromissos assumidos pelo Presidente sejam cumpridos: superar a fome, melhorar a qualidade da educação básica e fortalecer o Sistema Único de Saúde. Para isso, serão reforçadas as áreas de assistência e desenvolvimento social e os sistemas de saúde e educação. A pandemia evidenciou ainda mais a importância de um Estado capaz de coordenar a resposta para grandes crises. Quando isso falta, a população sofre. Ficou clara a importância do Sistema Único de Saúde (SUS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Instituto Butantã, dos institutos de pesquisa brasileiros, do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), das instituições de ensino e pesquisa, e de tantas outras organizações públicas que se envolveram na resposta à crise decorrente da Covid-19.

No caso da governança pública, será conferida a ela a dimensão estratégica necessária para garantir as condições indispensáveis à atuação governamental em todas as áreas. Além das instâncias ministeriais





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

e de coordenação de governo indispensáveis à implementação de ações transversais, o novo Governo contará com ministérios setoriais cujo papel é liderar e viabilizar, em suas respectivas áreas de atuação, as políticas públicas emanadas da Constituição de 1988 e aquelas que fazem parte dos compromissos programáticos do Governo eleito.

Mesmo no caso dos ministérios que já existiam e que foram mantidos pelo novo Governo, houve uma clara orientação no sentido de dotá-los de estruturas adequadas aos desafios programáticos e institucionais concernentes às suas respectivas áreas de atuação, dentro do esforço de reorganização da Administração Pública Federal e de reversão do desmonte do Estado brasileiro. Alguns desses ministérios tiveram as suas denominações alteradas, de maneira a refletir as diretrizes e prioridades do Governo eleito.

Enfim, a nova estrutura ministerial ou organizacional do Poder Executivo Federal guarda relação estreita com uma visão do País e com um projeto de desenvolvimento nacional liderado pela coalizão política que, em contexto eleitoral democrático, assume a condução do Governo brasileiro. Para concretizar os compromissos chancelados pelo voto popular e para as funções necessárias a um Estado Nacional contemporâneo, chegou-se à seguinte configuração ministerial:





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

Desenvolvimento social e garantia de direitos

- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
- Ministério da Igualdade Racial
- Ministério das Mulheres
- Ministério dos Povos Indígenas
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Ministério da Previdência Social
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
- Ministério da Saúde
- Ministério da Educação
- Ministério da Cultura
- Ministério do Esporte
- Ministério das Cidades





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

**Desenvolvimento econômico e sustentabilidade
socioambiental e climática**

- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério da Economia
- Ministério dos Transportes
- Ministério de Portos e Aeroportos
- Ministério de Minas e Energia
- Ministério das Comunicações
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação
- Ministério do Turismo
- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- Ministério da Agricultura e Pecuária
- Ministério da Pesca e Aquicultura

Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

- Casa Civil da Presidência da República
- Secretaria-Geral da Presidência da República
- Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
- Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
- Advocacia-Geral da União
- Ministério do Planejamento e Orçamento
- Ministério da Gestão e da Inovação nos Serviços Públicos
- Controladoria-Geral da União
- Ministério da Justiça e Segurança Pública





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

- Ministério das Relações Exteriores
- Ministério da Defesa

É importante ressaltar que o esforço para a criação dos ministérios indicados anteriormente foi realizado com base na racionalização de estruturas preexistentes, sem a criação de cargos ou geração de novos gastos ao erário. Buscou-se também contemplar, na medida do possível, as demandas apresentadas pela sociedade civil durante o processo de transição de governo. E apesar das fortes restrições, essa nova estrutura governamental reflete o trabalho colaborativo realizado pelos diversos grupos técnicos, com os ajustes necessários para que o número total de cargos não fosse alterado e para que, ao mesmo, fossem asseguradas as condições indispensáveis à boa atuação de todas as áreas governamentais.

5. Conclusão

A entrega deste relatório ao Presidente eleito marca uma virada de página da história recente deste país, que não deve ser jamais esquecida. O extremismo e sua violência são incompatíveis com a democracia. Com a abertura de um novo ciclo político, o "Brasil do Amanhã" começa a ser construído. A bússola que orienta a todos deste Governo são as Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil e a Carta para o Brasil do Amanhã, apresentadas durante as eleições.





O BRASIL AO
FINAL DE 2022
– DESAFIOS À
RECONSTRUÇÃO
DO PAÍS E DO
ESTADO

O Brasil conclui, assim, o maior e mais complexo processo de transição já realizado no país, em todos os tempos, de forma democrática, plural, participativa, com rigor técnico e parcimônia no uso dos recursos públicos. No momento histórico em que a democracia foi posta à prova e os mecanismos de participação social desarticulados e desacreditados, o Governo eleito inova no processo de transição governamental com a abertura para o amplo diálogo com a sociedade.

A reconstrução e a transformação do País são dois grandes desafios e uma obra de muitos. Serão quatro anos de intenso trabalho e dedicação total para recompor o Estado e as políticas públicas, para mudar para melhor a vida da população e para voltar a cultivar a esperança e a alegria deste povo.

No dia 1º de janeiro de 2023, foi realizada, em Brasília, a maior cerimônia de posse presidencial de todos os tempos. E o povo celebrou no Festival do Futuro a vitória mais importante da democracia nos últimos tempos.

Ao longo dos últimos meses, brasileiros e brasileiras viram a esperança voltar a brilhar nos olhos de todos. A esperança de uma vida melhor em um país mais justo, inclusivo e solidário. Um país que necessita de um governo que volte a olhar com carinho e cuidado para o povo, especialmente para aqueles que mais necessitam. Um país que também precisa de paz, democracia e diálogo. É com a força deste legado e os olhos voltados para o futuro que este Governo se prepara para iniciar uma verdadeira reconstrução e transformação no Brasil.





Mensagem do Poder Judiciário





Relatório de Atividades 2022

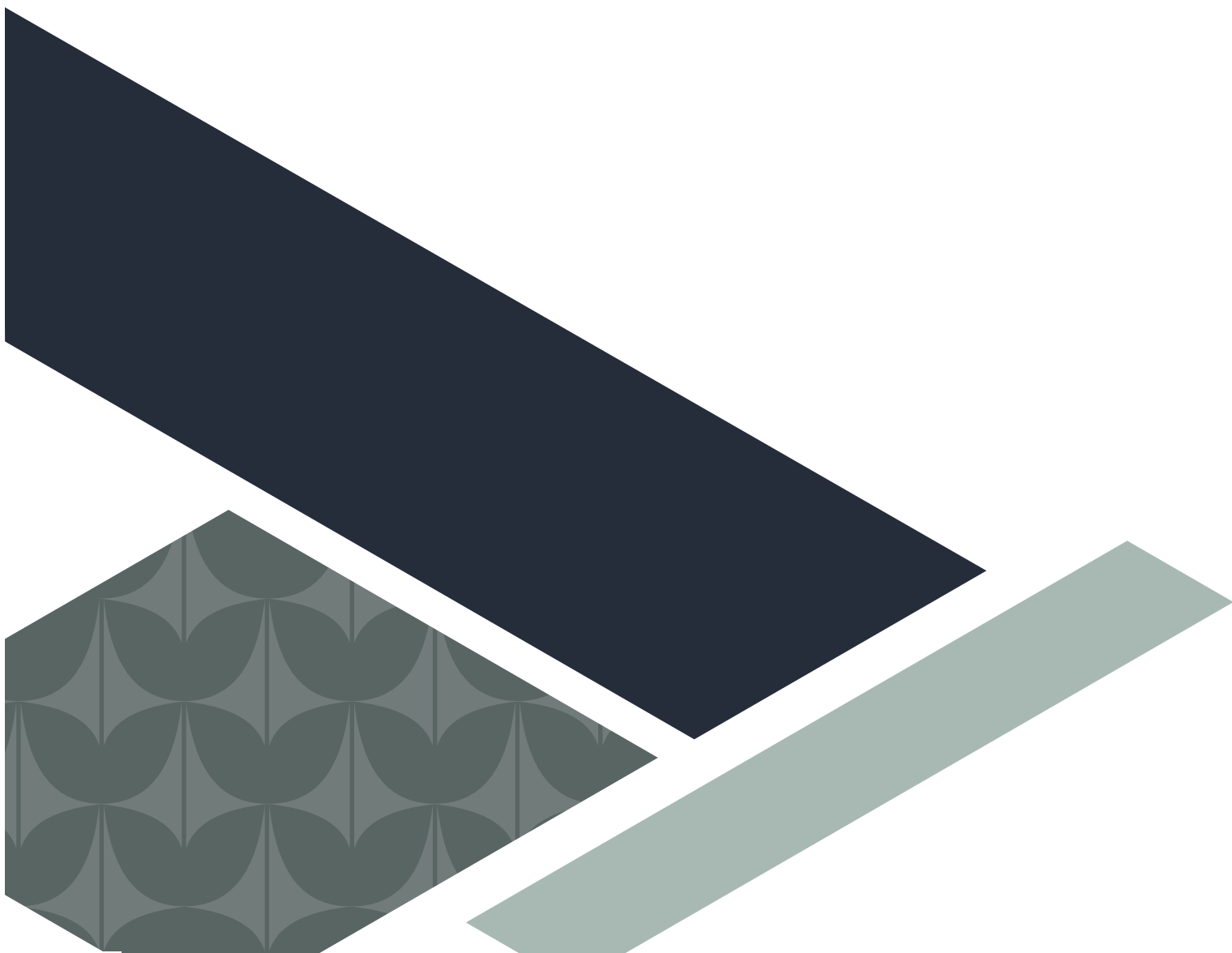




Relatório de **Atividades** **2022**

Brasília, 2023





Supremo Tribunal Federal

Relatório de Atividades

Exercício – 2022

Plenário

Ministra **Rosa Weber** – Presidente
Ministro **Roberto Barroso** – Vice-Presidente
Ministro **Gilmar Mendes**
Ministro **Ricardo Lewandowski**
Ministra **Cármem Lúcia**
Ministro **Dias Toffoli**
Ministro **Luiz Fux**
Ministro **Edson Fachin**
Ministro **Alexandre de Moraes**
Ministro **Nunes Marques**
Ministro **André Mendonça**

Primeira Turma

Ministra **Cármem Lúcia** – Presidente
Ministro **Dias Toffoli**
Ministro **Luiz Fux**
Ministro **Roberto Barroso**
Ministro **Alexandre de Moraes**

Segunda Turma

Ministro **André Mendonça** – Presidente
Ministro **Gilmar Mendes**
Ministro **Ricardo Lewandowski**
Ministro **Edson Fachin**
Ministro **Nunes Marques**



Gestão 2022-2023

Gabinete da Presidência

Chefe de Gabinete da Presidência
Paula Pessoa Pereira

Juiz Instrutor
Márcio Schiefler Fontes

Juízes Auxiliares
Mateus de Freitas Cavalcanti Costa
Hugo Sinvaldo Silva da Gama Filho

Assessor de Segurança da Informação
Marcelo Antonio da Silva

Assessora-Chefe de Cerimonial
Célia Regina de Oliveira Gonçalves

Assessor-Chefe de Articulação Parlamentar
Clay Souza e Teles

Assessor-Chefe de Assuntos Internacionais
Osvaldo dos Santos Pizzá

Assessor-Chefe de Inteligência Artificial
Rodrigo Lobo Canalli

Assessor Especial do Gabinete da Presidência
Rogério Augusto Viana Galloro

Secretaria-Geral da Presidência

Secretário-Geral da Presidência
Estêvão André Cardoso Waterloo

Chefe de Gabinete
Edimar Rosa da Silva

Assessora-Chefe Processual
Ana Paula Vilela de Pádua

Assessora-Chefe do Plenário
Carmen Lilian Oliveira de Souza

Assessor-Chefe do Núcleo de Análise de Recursos
Carlos Augusto de Araújo Lima Filho

Assessor-Chefe da Central do Cidadão
Gustavo da Fonseca Sandanielli Montú

Secretária de Gestão de Precedentes
Aline Carlos Dourado Braga

Secretária de Comunicação Social
Mariana Araújo de Oliveira

Secretário Judiciário
Adauto Cidreira Neto

Secretária de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
Manuelita Hermes Rosa Oliveira Filha

Secretário de Gestão Estratégica
Vinícius Nascimento Porto

Secretaria do Tribunal

Diretor-Geral
Miguel Ricardo de Oliveira Piazzi

Chefe de Gabinete
Cleber Silva Mota

Assessora-Chefe Jurídico
Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro

Assessor-Chefe de Apoio à Governança e Conformidade
Valmi Alves de Sousa

Secretário de Administração de Serviços e Gestão Predial
Edmilson Palma Lima

Secretário de Orçamento, Finanças e Contratações
Jean Mary Almeida Soares

Secretário de Gestão de Pessoas
Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes

Secretária de Serviços Integrados de Saúde
Denise Gomes da Silva

Secretária de Tecnologia da Informação
Natacha Moraes de Oliveira

Secretário de Segurança
Marcelo Canizares Schettini Seabra

Auditoria Interna

Auditor-Chefe
Armando Akio Santos Doi



Secretaria-Geral da Presidência
Estêvão André Cardoso Waterloo

Gabinete da Presidência
Paula Pessoa Pereira

Diretoria-Geral
Miguel Ricardo de Oliveira Piazzzi

Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e
Gestão da Informação
Manuelita Hermes Rosa Oliveira Filha

Coordenadoria de Difusão da Informação
Thiago Gontijo Vieira

Coordenadoria de Gestão da Informação,
Memória Institucional e Museu
Ana Paula Alencar Oliveira

Consolidação do conteúdo
Pamella Sada Dias Edowaka
Bárbara Nogueira da Silva
Luciano Quadrado de Moraes

Revisão de provas editoriais
Márcia Gutierrez Aben-Athar Bemerguy
Juliana Silva Pereira de Souza
Rosa Cecília Freire da Rocha

Produção editorial
Jorge Luís Villar Peres
David Duarte Amaral

Capa
Flávia Carvalho Coelho

Projeto gráfico e diagramação
Ana Carolina Caetano
Camila Penha Soares
Cíntia Aryssa Okada (estagiária)
Gabriela Alves Coimbra
Marcela Nunes Fernandes
Roberto Hara Watanabe

Fotografia
Carlos Moura
Fellipe Sampaio
Gestão de Design Integrado/STF
Nelson jr
Rosinei Coutinho

Impressão e encadernação
Carlos Eduardo Gomes Montenegro
Ênio de Freitas Simões
Gustavo Henrique Santos
Irani Rodrigues da Silva
Jonas Victor Barreto
Marcos Luiz dos Santos
Ruth Stefany Silva Martins
Simone Batista Cardoso
Vanessa Gomes Leal Maciel
Vanildo dos Santos Antão
Vólia Figueiredo dos Santos
Wanderlei Orany Carmargo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal)

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).
Relatório de atividades 2022 [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal
Federal. – Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos
Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023.

eBook (149 p. : il.)

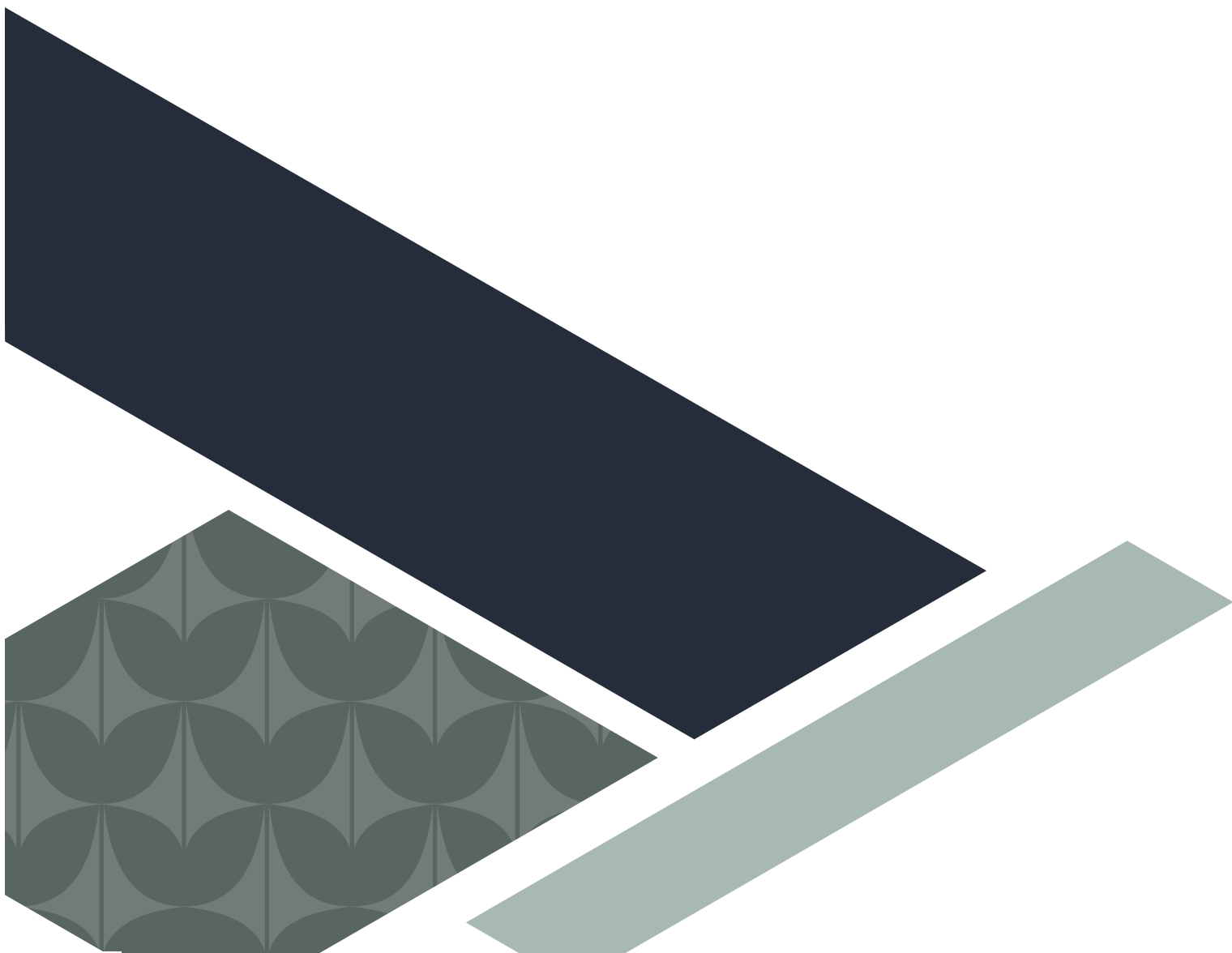
Modo de acesso: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/codi/anexo/RelatorioAtividadesSTF2022.pdf>>

ISBN: 978-65-87125-79-4

1. Tribunal supremo, atividades, relatório, Brasil, 2022. 2. Weber,
Rosa, 1948-. I. Título.

CDDir-341.4191

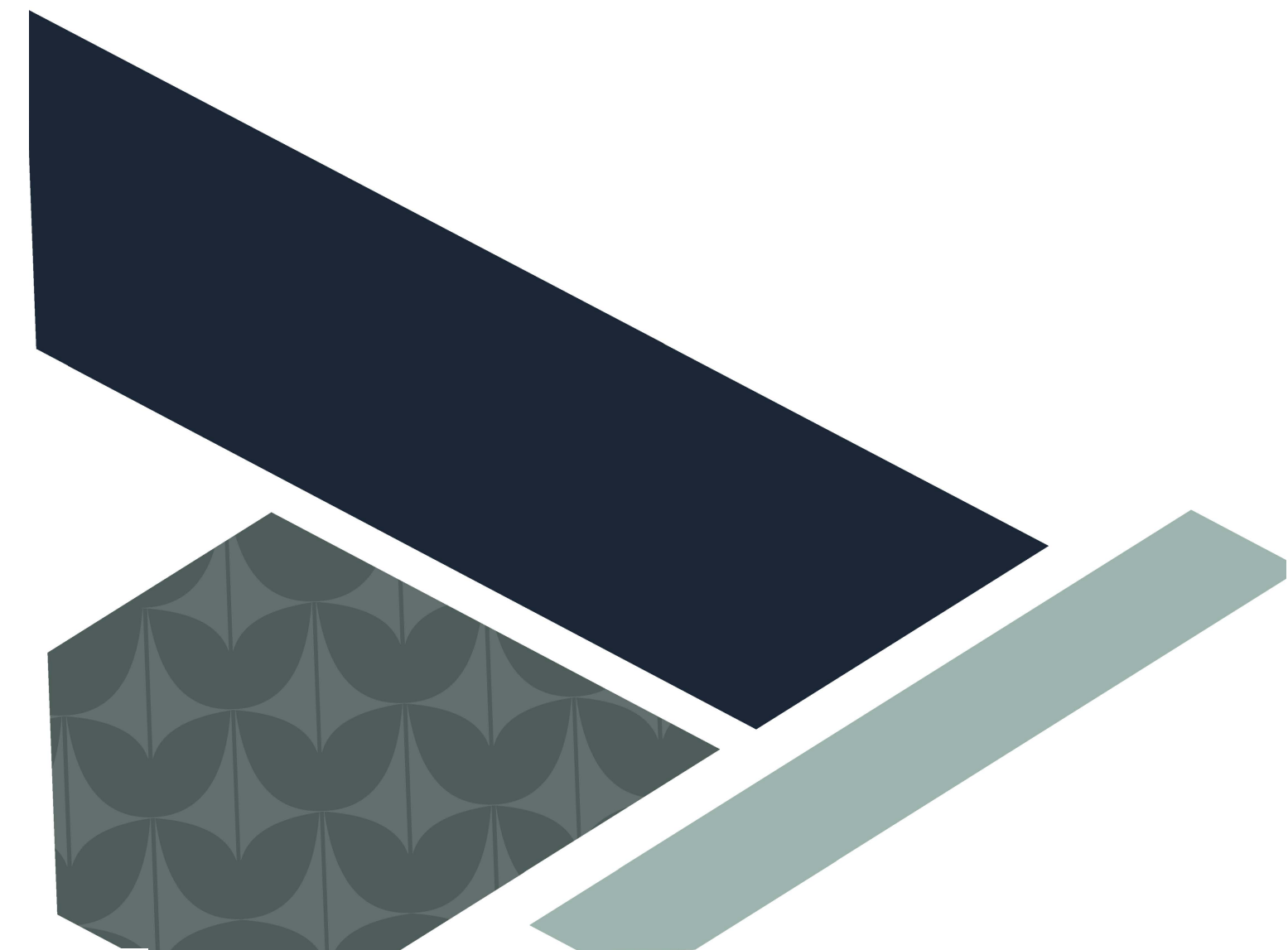




Sumário

Palavra da Presidente	9
Ministros do STF – Gestão 2022-2023	12
Composição das Turmas do STF.....	13
Missão e visão estratégica.....	15
Organograma do Supremo Tribunal Federal.....	16
Prestação jurisdicional	19
Democracia, articulação institucional e transparência.....	71
Governança e gestão.....	105







Palavra da Presidente

Eleita para o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, assumi em 12 de setembro de 2022, juntamente com o Ministro Luís Roberto Barroso, Vice-Presidente, a gestão da Corte para o período 2022-2023, sob o norte *“Proteção jurisdicional da Constituição e da integridade do regime democrático”*, sucedendo o Ministro Luiz Fux no relevante encargo de conduzir a administração desta Casa.

A apresentação do Relatório Anual de Atividades, é sabido, observa valores constitucionais de primeira grandeza, como os da publicidade, impessoalidade e eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição da República), e atende o dever, insito à Administração Pública, de prestar contas à sociedade acerca das atividades, de caráter jurisdicional e administrativo, ao longo do ano.

O presente Relatório contempla os dados estatísticos relativos a 2022 como um todo, além do recorte das ações desenvolvidas a partir do momento em que assumi a Presidência do Tribunal. Divide-se em três blocos – *“prestação jurisdicional”*, *“democracia, articulação institucional e transparência”* e *“governança e gestão”* –, desempenhando o papel de repositório unificado das decisões jurisdicionais, registro histórico dos julgados do STF. Descortina, ainda, aspectos essenciais do funcionamento da Corte, com o objetivo de descrever, de forma sistematizada, procedimentos internos e níveis de atuação das unidades que a integram, e revela ao público a nova estrutura organizacional, que passa a contar com a Assessoria de Inteligência Artificial, com vista ao desenvolvimento de novas soluções tecnológicas (v.g. Victor e Rafa, de gestões anteriores), e com o Centro de Soluções Alternativas de Litígios (Cesal), voltado a integrar o Centro de Mediação e Conciliação, o Centro de Cooperação Judiciária e o recém constituído Centro de Coordenação de Apoio às Demandas Estruturais e Litígios Complexos.

O caráter de anuário do relatório autoriza, sublinho, que se cumpra vetor normativo essencial do Estado Democrático de Direito, consubstanciado no exercício transparente e responsivo da atividade estatal, permitindo ampla auditoria na prestação de serviços públicos. Tal desiderato atinge-se pela possibilidade do cotejo objetivo entre as variadas estatísticas, além de viabilizar a análise comparativa dos resultados produzidos pelo Tribunal ao longo dos anos.



Em síntese, no encerramento do ano judiciário de 2022, consolidaram-se os seguintes dados estatísticos: 70.978 processos recebidos pelo Supremo Tribunal Federal, sendo 21.356 originários e 49.622 recursais, quantitativo levemente inferior ao total de processos recebidos pelo Tribunal no ano imediatamente anterior, período em que 77.449 processos aportaram a esta Casa. Já o atual acervo do STF alcança 22.257 processos em tramitação, o menor dos últimos 27 anos – 7,6% inferior ao acervo de 31.12.2021, que correspondia a 24.082 processos. O total de feitos registrados à Presidência atingiu a marca de 47.045 processos, enquanto 33.075 processos foram distribuídos à relatoria dos Ministros da Casa. Em 2022, 89.951 decisões foram proferidas pela Suprema Corte, das quais 76.985 monocráticas (86%) e 12.966 colegiadas (14%), tendo sido realizadas pelo Tribunal Pleno 77 sessões presenciais (37 ordinárias e 40 extraordinárias), às quais se somam 42 sessões plenárias virtuais e 16 sessões virtuais extraordinárias, assim como 2 sessões solenes e 1 sessão especial – esta em comemoração aos 34 anos da Constituição –, a perfazer o total de 3.945 processos julgados nas sessões plenárias.

Acréscos realizadas, no âmbito da 1ª Turma, 14 sessões ordinárias, 42 sessões ordinárias virtuais e 2 virtuais extraordinárias, nas quais julgados 5.147 processos, sendo 38 de forma presencial, bem como, pela 2ª Turma, 16 sessões ordinárias, 42 sessões ordinárias virtuais e 3 virtuais extraordinárias, nas quais decididos 3.820 processos, desses 44 julgados presencialmente.

Em 2022, esta Suprema Corte publicou 13.497 acórdãos, baixou 71.089 processos, bem como realizou audiências públicas quanto à autorização de novos cursos de Medicina (ADC nº 81/DF e ADI nº 7.187/DF) e à população em situação de rua no Brasil (ADPF nº 976/DF). Houve a afetação de 52 novos temas à repercussão geral, sistemática que tem contribuído com a efetividade da jurisdição constitucional, viabilizando a devolução de 9.729 processos à origem, assim como a liberação de mais de 106 mil processos sobrestados nos tribunais, fruto do julgamento do mérito de 41 temas da repercussão geral reconhecida.

No último quadrimestre de 2022, foram realizadas diversas ações das quais destaco a participação, pela Presidência, de forma telepresencial, na quarta edição do Fórum de Justiça dos países do BRICS, em 21.9.2022, evento em que abordados os temas “arbitragem em comércio internacional” e “uso de tecnologia para governança judiciária”, e que culminou com a Declaração de Haikou, na qual firmados seis pontos de interesse para cooperação das respectivas Supremas Cortes. De igual modo, ainda em setembro, realço a oportuna publicação da 2ª edição atualizada da *Coletânea Temática de Jurisprudência – Direito Eleitoral*.

Celebrou-se em outubro o 34º aniversário da Constituição Federal, em sessão especial, acompanhada de eventos correlatos, a exemplo do lançamento da edição comemorativa do texto constitucional, de selo e carimbo personalizados, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e da exposição alusiva a tal data, com destaque para o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, a



atuação das mulheres em seu âmbito e os antecedentes da promulgação, culminando com documentário especial, veiculado pela TV Justiça, do qual participaram os onze Ministros da Casa.

Em comemoração ao aniversário de 30 anos do Decreto nº 678/1992, que promulgou o Pacto de São José da Costa Rica em nosso país, foi realizada a exposição “Convenção Americana sobre Direitos Humanos – 30 anos da promulgação no Brasil” e lançada a segunda edição do volume *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*: anotada com a jurisprudência do STF e da Corte IDH. Tal comemoração ensejou, ainda, no contexto da série “Diálogos com o Supremo”, sob a coordenação do Vice-Presidente, Ministro Luís Roberto Barroso, a palestra “O mandato transformador do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”, proferida pelo Professor Armin Von Bogdandy, Diretor do Instituto Max Planck de Direito Público Comparado e Direito Internacional Público. Encartada nessa ação, também houve a palestra “Mulheres em posição de liderança: uma questão de equidade”, pela Professora Gisèle Szczyglak, doutora em Filosofia Política, com foco na liderança feminina como meio de proporcionar a equidade.

Na perspectiva da cooperação acadêmica e institucional, efetuado intercâmbio com base no Acordo de Cooperação com a Universidade de Münster, e realizado o IV Encontro Nacional de Precedentes Qualificados, em parceria com o Superior Tribunal de Justiça, sob o mote “fortalecendo a cultura dos precedentes”.

No mês de dezembro, inaugurada nova página da repercussão geral no sítio do STF, de modo a facilitar o acesso e aumentar a transparência, e colocado em operação projeto-piloto para automatização de tarefas realizadas em lote por servidores no sistema STF-Digital, consoante bem exemplifica o programa, denominado STaF (Solução Tecnológica de Automatização Funcional), no qual desenvolvidos dois robôs para tarefas de controle de prazos e preenchimento automático de questionários de admissibilidade de recursos, imprimindo eficiência e celeridade às rotinas de trabalho.

Evidencia-se assim a importância do Relatório Anual de Atividades como relevante instrumento da administração do Supremo Tribunal Federal, enquanto consolida informações para referências futuras, facilita o acesso e a consulta pública de dados de interesse geral e publiciza processos internos.

Como diz Mário Quintana, “...são os passos que fazem os caminhos!”

Continuemos a caminhar...

Ministra **Rosa Weber**
Presidente do Supremo Tribunal Federal



Ministros do STF – Gestão 2022-2023



Ministra
Rosa Weber
Presidente (19/12/2011)



Ministro
Roberto Barroso
Vice-Presidente (26/6/2013)



Ministro
Gilmar Mendes
Decano (20/6/2002)



Ministro
**Ricardo
Lewandowski**
(16/3/2006)



Ministra
Cármen Lúcia
(21/6/2006)



Ministro
Dias Toffoli
(23/10/2009)



Ministro
Luiz Fux
(3/3/2011)



Ministro
Edson Fachin
(16/6/2015)



Ministro
**Alexandre de
Moraes**
(22/3/2017)



Ministro
Nunes Marques
(5/11/2020)



Ministro
André Mendonça
(16/12/2021)



Composição das Turmas do STF

Primeira Turma

Ministra **Cármem Lúcia** – Presidente

Ministro **Dias Toffoli**

Ministro **Luiz Fux**

Ministro **Roberto Barroso**

Ministro **Alexandre de Moraes**

Segunda Turma

Ministro **André Mendonça** – Presidente

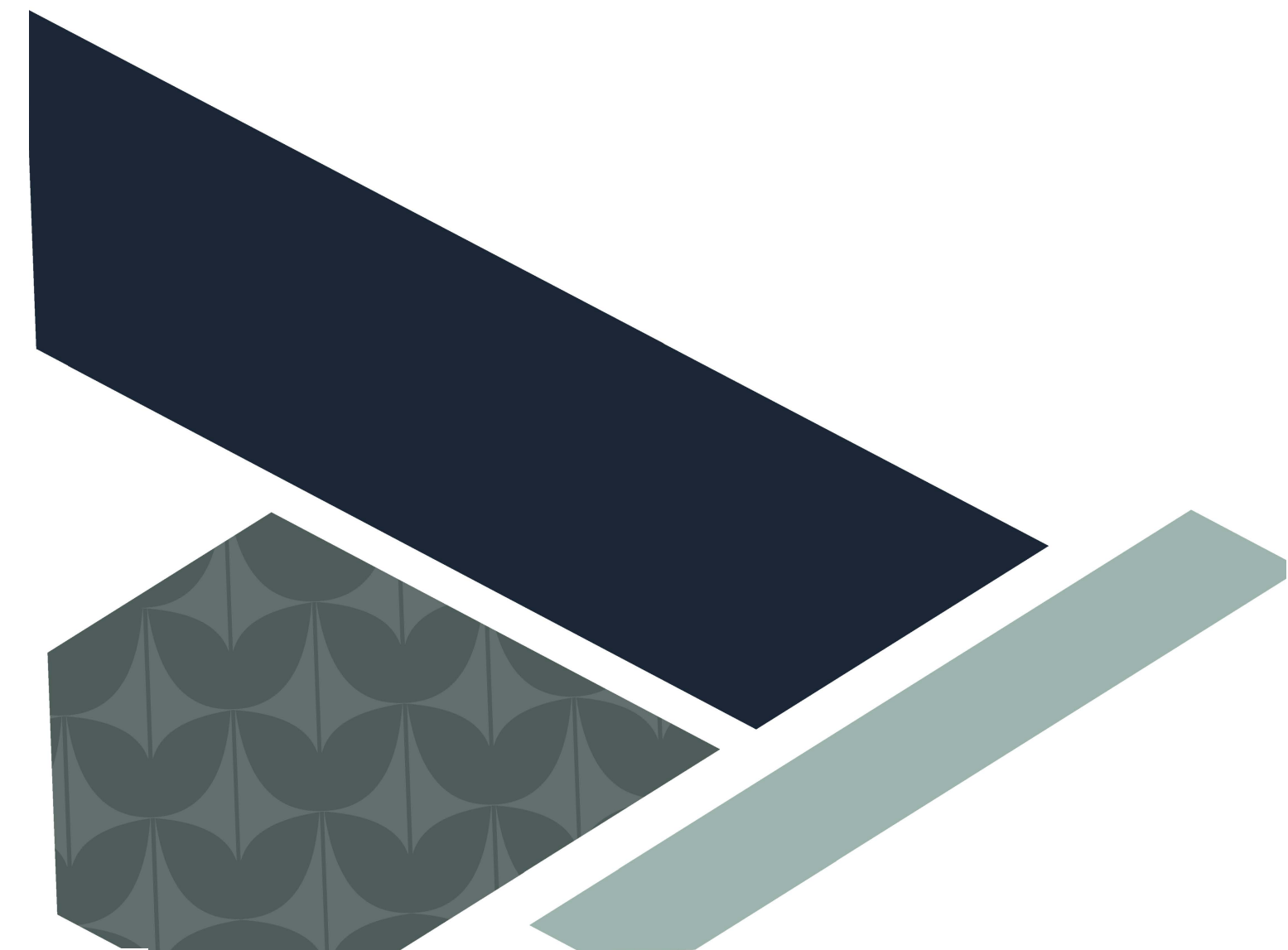
Ministro **Gilmar Mendes**

Ministro **Ricardo Lewandowski**

Ministro **Edson Fachin**

Ministro **Nunes Marques**





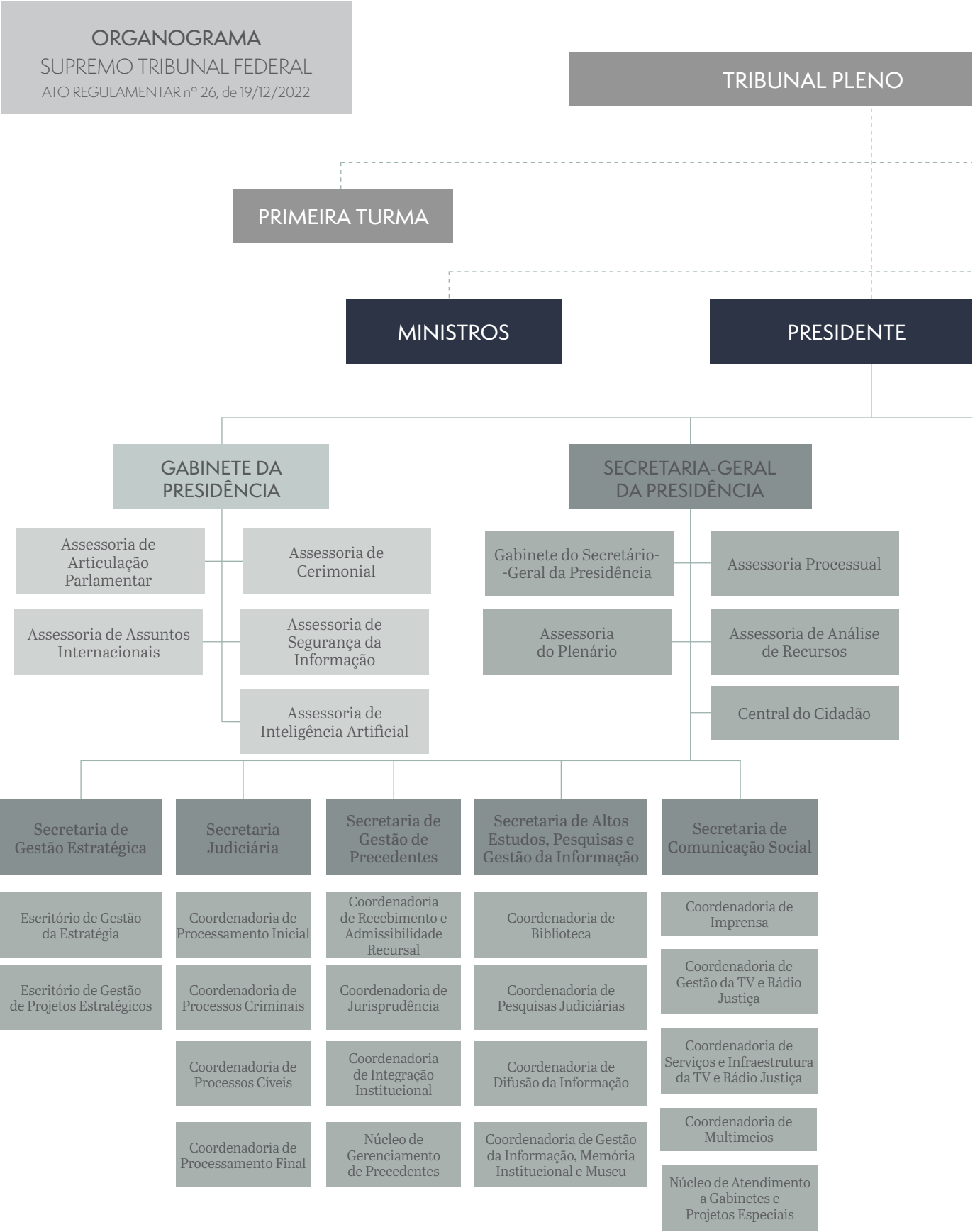
Missão estratégica

“Garantir a supremacia da Constituição, com respeito à segurança jurídica, aos Direitos Fundamentais e à integridade do Estado Democrático de Direito.”

Visão estratégica

“Alcançar o patamar de corte preponderantemente constitucional, 100% digital, com prestação jurisdicional eficiente e alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial.”







SEGUNDA TURMA



COMISSÕES
REGIMENTAIS

SECRETARIA
DO TRIBUNAL

Gabinete do
Diretor-Geral

Assessoria
Jurídica

Assessoria de Apoio
à Governança e
Conformidade

AUDITORIA
INTERNA

Coordenadoria de Auditoria em
Governança e Finanças

Coordenadoria de Auditoria em
Pessoal e Contratações

Secretaria de
Orçamento, Finanças
e Contratações

Coordenadoria
de Orçamento e
Finanças

Comissão
Permanente de
Licitação

Coordenadoria
de Planejamento
e Gestão das
Contratações

Secretaria de
Administração de
Serviços e Gestão
Predial

Coordenadoria de
Serviços e Logística

Coordenadoria
de Arquitetura,
Engenharia e
Manutenção

Secretaria
de Gestão de
Pessoas

Central de
Atendimento ao
Servidor

Coordenadoria
de Registros
Funcionais e
Pagamento

Coordenadoria de
Desenvolvimento
de Pessoas

Coordenadoria de
Gestão do STF-Med

Secretaria de
Tecnologia da
Informação

Coordenadoria de
Gestão de TI

Coordenadoria de
Soluções do STF-Digital

Coordenadoria de
Soluções de Software

Coordenadoria
de Infraestrutura
Tecnológica

Núcleo de Prevenção,
Tratamento e
Resposta a Incidentes

Núcleo de Apoio aos
Sistemas Judiciais

Secretaria de
Segurança

Coordenadoria
de Segurança de
Dignitários

Coordenadoria
de Segurança
Institucional

Secretaria de
Serviços Integrados
de Saúde





1 Prestação jurisdicional



70.978 processos recebidos,
5,5% a menos em relação a 2021;
21.356 (30,1%) originários e
49.622 (69,9%) recursais.
8,21% menos originários e
8,41% menos recursais,
em relação a 2021.

6,12% a mais de Reclamações
em relação a 2021;
14,78% a menos de *Habeas Corpus*
em relação a 2021.

6,12% a mais de Reclamações
em relação a 2021;
14,78% a menos de *Habeas Corpus*
em relação a 2021.

47.045 processos registrados
à Presidência:
média de 3.920 processos por mês.

33.075 processos distribuídos
aos Ministros:
média de 276 processos por mês.

138 sessões plenárias:
2 solenes, 1 sessão especial (“34
anos da Constituição Federal”), 77
presenciais, 58 virtuais com 3.945
processos julgados.

119 sessões nas Turmas, com
8.967 processos julgados.

2 audiências públicas,
25 audiências cíveis e
25 audiências criminais.

89.951 decisões do STF,
entre monocráticas e colegiadas;
77,6% decisões finais.

13.497 acórdãos publicados.

17.400 recursos interpostos.

52 novos temas de
repercussão geral:
36 com repercussão geral
reconhecida, dos quais 10 com
reafirmação de jurisprudência, 15
com repercussão geral negada e 1
em julgamento no Plenário Virtual.
75% dos novos temas de
repercussão geral foram
incluídos pela Presidência
(39 novos temas).

41 processos de repercussão
geral com mérito julgado;
mais de 106 mil processos aptos
a serem resolvidos pelas
instâncias de origem.

9.729 processos devolvidos aos
Tribunais e Turmas Recursais de
origem com fundamento em tema
de repercussão geral, dos quais
8.512 (87,49%) foram pela atuação
da Presidência do STF.
Os 10 temas de repercussão
mais aplicados em 2022 foram
responsáveis pela devolução de
42,30% dos processos devolvidos
(4.116).

71.089 processos baixados,
número 0,2% superior ao de
processos recebidos.

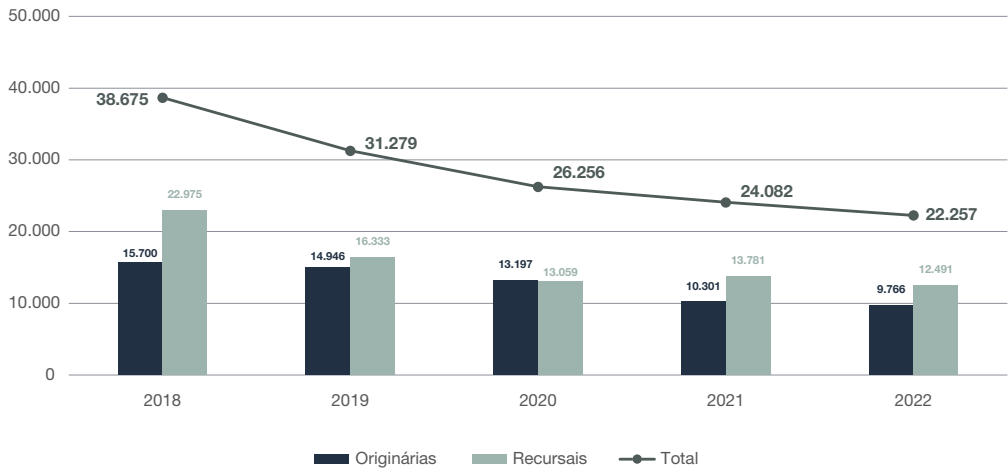
22.257 processos em
tramitação no dia 31/12/2022,
número 7,6% inferior ao do acervo
final de 2021. 57,1% dos processos
com decisão final. 99,8% dos
processos em meio eletrônico.



1.1 Evolução do acervo processual

O acervo processual do Tribunal corresponde ao quantitativo de processos em tramitação em determinada data. Computam-se todos os processos já registrados à Presidência ou distribuídos aos Ministros, excetuados os baixados ou arquivados.

Gráfico 1 – Acervo processual ao fim de cada ano



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Tabela 1 – Composição do acervo: classes originárias x recursais

Classe	Ano				
	2018	2019	2020	2021	2022
Originárias	15.700	14.946	13.197	10.301	9.766
Recursais	22.975	16.333	13.059	13.781	12.491
Total	38.675	31.279	26.256	24.082	22.257
% Originárias	40,59%	47,78%	50,26%	42,77%	43,88%
% Recursais	59,41%	52,22%	49,74%	57,23%	56,12%

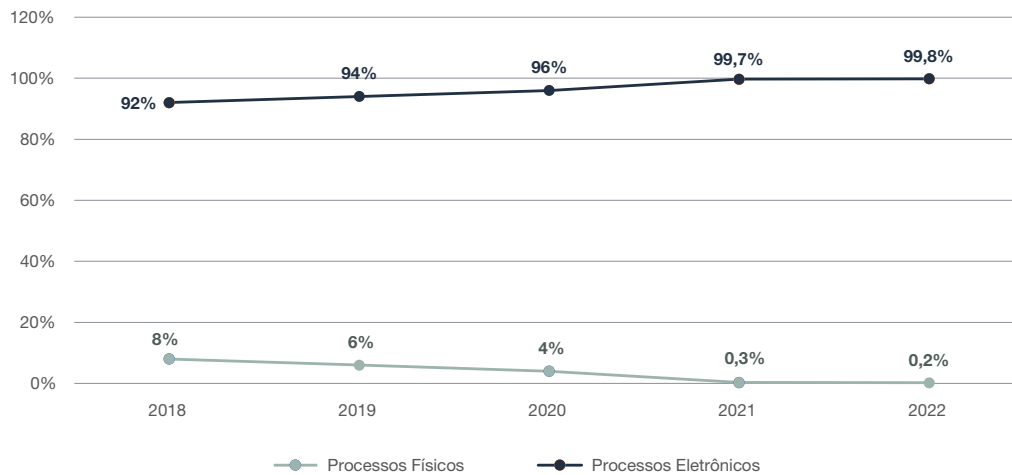
Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Em **31/12/2022**, o acervo do Tribunal contabilizava 22.257 processos em tramitação, 43,88% originários e 56,1% recursais. Houve redução de 5,5% em relação ao acervo final de 2021.

De 2018 até hoje, houve uma expressiva redução de 46% no acervo de processos recursais e de 38% no acervo de processos originários.



Gráfico 2 – Composição do acervo: processos físicos x processos eletrônicos

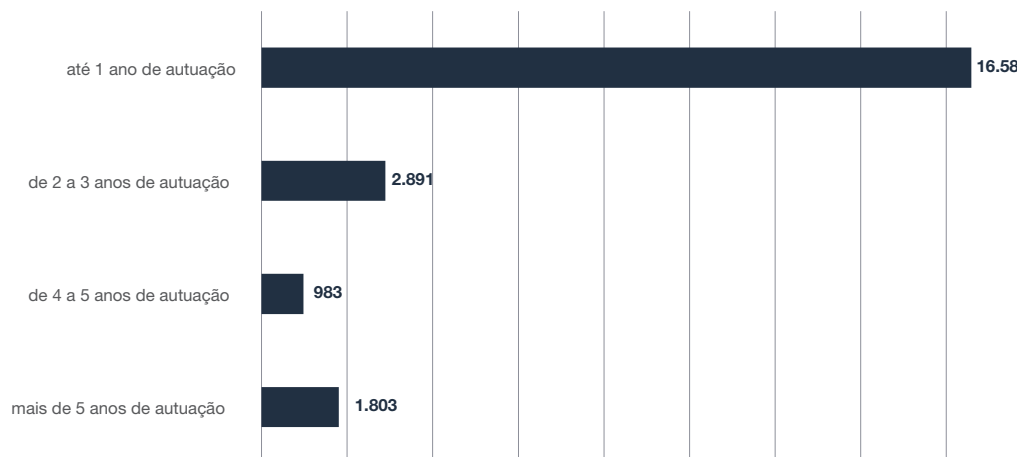


Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

A tramitação por meio eletrônico correspondeu a 99,8% do acervo final em 2022. Implantada em 2007, esse tipo de tramitação superou a atuação em meio físico a partir de 2013. Esse esforço para a transformação do acervo está alinhado à visão estratégica do Tribunal de alcançar o patamar de Corte 100% digital.

Os resquícios de processos físicos (43 processos) não foram digitalizados até então, por estarem fora do Supremo Tribunal Federal, por impossibilidade material ou por questão de segurança da informação.

Gráfico 3 – Composição do acervo: tempo de tramitação

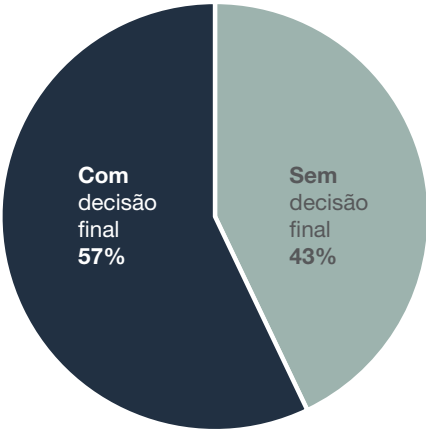


Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Quanto ao acervo em 2022, por ano de autuação, mais de 74% dos processos têm menos de 1 ano de autuação. Apenas 8% dos processos tramitam há mais de 5 anos.



Gráfico 4 – Composição do acervo: decisão final



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Em 57% do acervo em tramitação, há decisão final. Nesses casos, os Ministros relatores já prestaram jurisdição, mas os processos aguardam o transcurso de prazo para a interposição de recursos ou o julgamento de recursos interpostos contra suas decisões.

Tabela 2 – Composição do acervo: ramo do direito

Ramo do direito	Quantidade de processos	%
Direito administrativo e outras matérias de direito público	8.205	36,9%
Direito processual penal	3.503	15,7%
Direito tributário	2.390	10,7%
Direito processual civil e do trabalho	1.925	8,6%
Direito penal	1.866	8,4%
Direito do trabalho	1.401	6,3%
Direito civil	897	4,0%
Direito previdenciário	688	3,1%
Direito da saúde	270	1,2%
Direito do consumidor	259	1,2%
Direito eleitoral	184	0,8%
Direito ambiental	180	0,8%
Direito internacional	145	0,7%
Questões de alta complexidade, grande impacto e repercussão	124	0,6%
Direito processual penal militar e direito penal militar	85	0,4%
Outros	135	0,6%
Total	22.257	100%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.



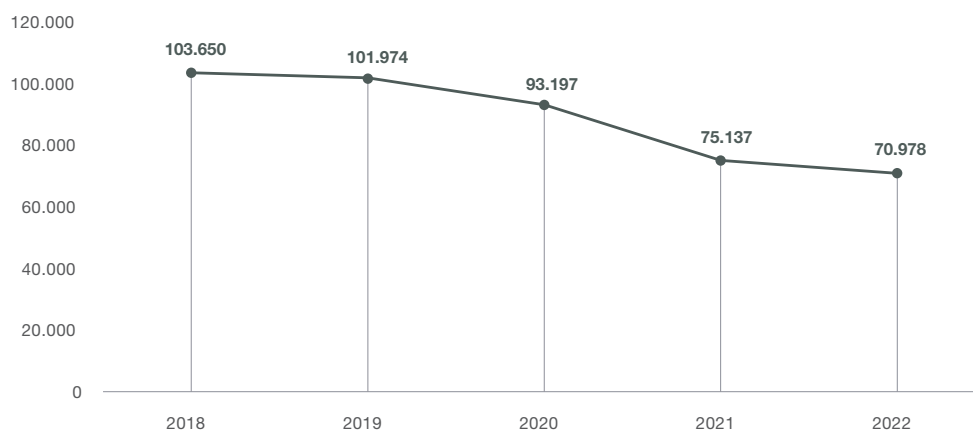
1.2 Estatísticas processuais conforme as fases de tramitação do processo no STF

1.2.1 Recebimento

O recebimento consiste nas etapas de análise inicial e autuação do processo. Consideram-se processos recebidos os ajuizados diretamente no STF, denominados “originários”, e aqueles provenientes de outros juízos ou tribunais, chamados “recursais”.

Em 2022, foram recebidos 70.978 processos, uma redução de 5,5% em relação ao ano anterior. Não são contabilizados neste relatório processos sigilosos. Em 2022, por exemplo, foram recebidas 169 ações originárias sigilosas.

Gráfico 5 – Recebimento de processos



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Uma vez recebidos, os processos são autuados e analisados pela Secretaria Judiciária ou pela Secretaria de Gestão de Precedentes, com posterior registro à Presidência¹ e ² ou distribuição aos Ministros.

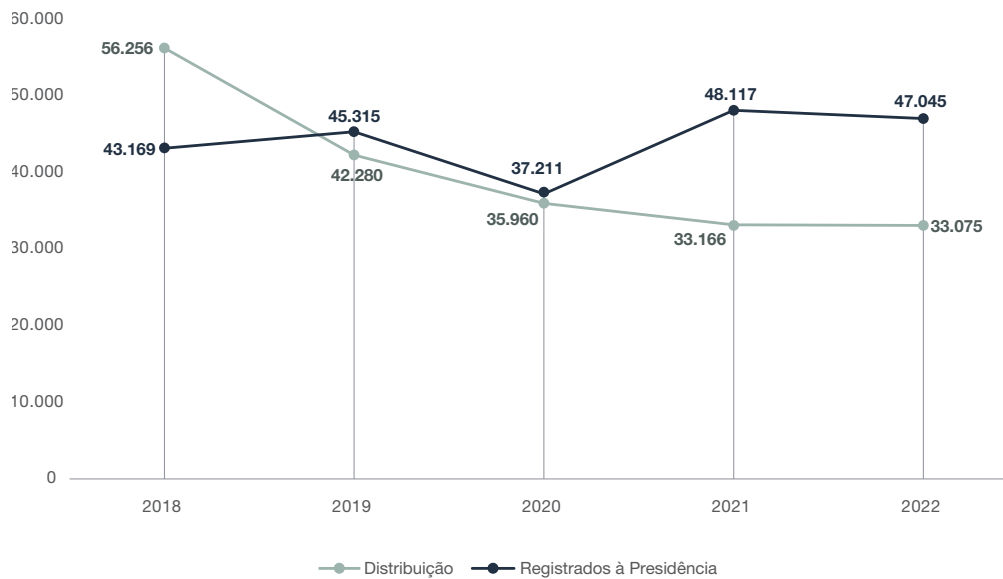
¹ Por atribuição regimental (arts. 13, V, c e d; 327, *caput*; e 328, parágrafo único, do Regimento Interno do STF – RISTF), a Presidência aprecia recursos que não preenchem requisitos formais e materiais de admissibilidade, bem como aqueles que tratam de matéria com repercussão geral já apreciada pelo STF.

² Outros processos são registrados ao Presidente, por competência exclusiva (arts. 13, V, d, e XV; 70, § 4º; 278; 297; 351; e 354-A do RISTF), tais como *habeas corpus* em que seja manifesta a incompetência do Tribunal para a apreciação do pedido e feitos das classes Arguição de Suspeição (AS), Intervenção Federal (IF), Proposta de Súmula Vinculante (PSV), Suspensão de Liminar (SL), Suspensão de Segurança (SS) e Suspensão de Tutela Antecipada (STA) – esta classe, desde dezembro de 2017, denominada Suspensão de Tutela Provisória (STP).



A Resolução nº 788, de 30 de novembro de 2022, atualizou o normativo relacionado ao Plantão Judicial do STF aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

Gráfico 6 – Comparativo entre a quantidade de processos registrados à Presidência e distribuídos aos Ministros³



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Nos últimos cinco anos, a distribuição dos processos para os Ministros caiu, em média, 41,2%. Isso se deve, principalmente, à atuação da Presidência em relação aos processos recursais, que apreciou e triou os processos recebidos, com a utilização de um maior número de filtros de análise, impedindo a distribuição dos recursos manifestamente inadmissíveis, além do avanço na interlocução com os tribunais de origem e na concretização de outras ações que impactaram na redução do recebimento, conforme mostrado adiante.

Quanto aos processos originários, foi aprimorado o fluxo de trabalho da Secretaria Judiciária e, desde março de 2022, o tempo médio entre o protocolo da petição inicial e a efetiva distribuição e conclusão foi reduzido para 24 horas úteis. Assim, as ações originárias e os recursos ordinários são classificados, autuados e distribuídos

³ A soma dos processos distribuídos e registrados à Presidência não coincide com total de processos recebidos. Essa diferença corresponde às seguintes situações: (a) processos recebidos, mas ainda não distribuídos ou registrados; (b) retificações de autuações (processos repetidos — duplicados, triplicados etc. —, cujas cópias são baixadas à origem); e (c) inconformidades para tramitação (por exemplo: processos indevidamente remetidos ao STF, processos sem peças suficientes para a autuação ou remetidos mais de uma vez ao Tribunal).



na metade do tempo previsto no art. 54 do RISTF, garantindo a fundamental celeridade dessa etapa inicial no STF.

Foi implementado também, para processos originários e recursos ordinários, fluxo de revisão dos casos submetidos à livre distribuição e à distribuição com apontamento de prevenção ou exclusão de Ministro, com o objetivo de consolidar a transparência e a segurança na distribuição.

Tabela 3 – Média mensal de processos registrados e distribuídos aos Ministros em 2022

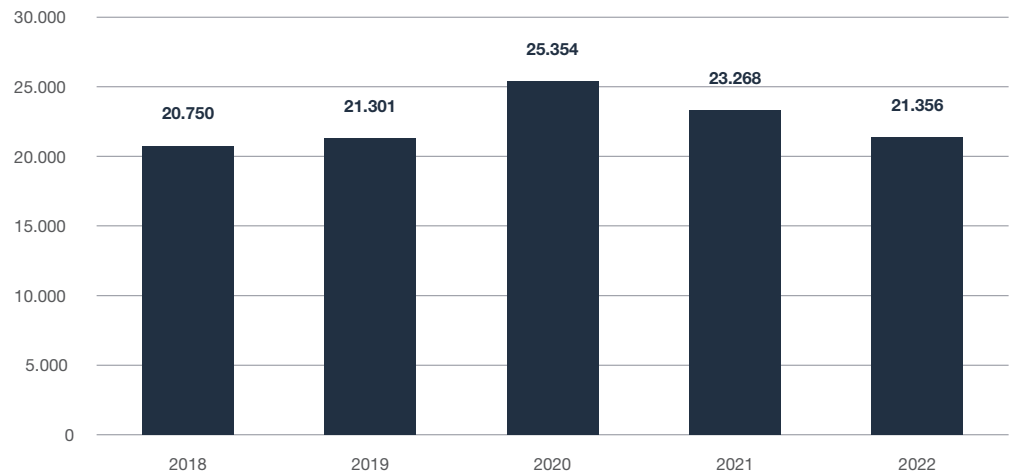
	Classe	
	Originários	Recursais
Média mensal de processos distribuídos a cada Ministro	170	105
Média mensal de processos registrados à Presidência	66	3.854

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

1.2.2 Recebimento de originários

Em 2022, o STF recebeu 21.356 processos originários. É possível notar, no gráfico a seguir, redução de 8% em relação ao ano anterior.

Gráfico 7 – Recebimento de processos originários por ano



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

95,7% dos processos originários foram distribuídos aos Ministros.



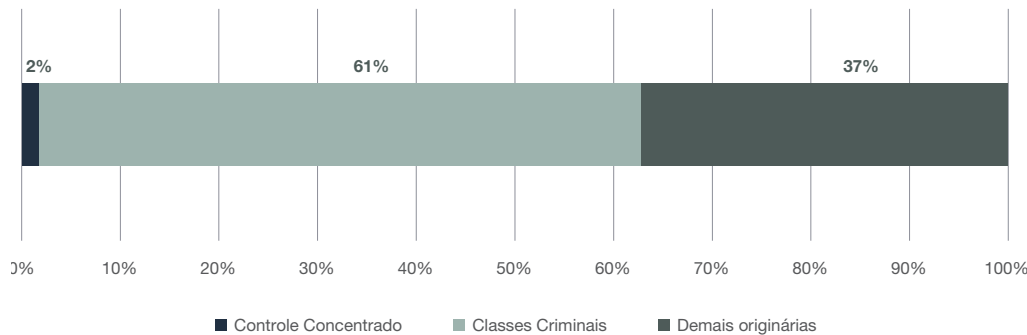
Tabela 4 – Recebimento de processos originários por classe

		2018	2019	2020	2021	2022
Controle Concentrado	ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade	8	7	8	4	4
	ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade	178	241	354	405	272
	ADO – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	5	4	6	9	7
	ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	54	82	135	154	109
Classes Criminais	AP – Ação Penal	12	6	2	1	2
	EP – Execução Penal	0	1	3	2	–
	Ext – Extradicação	34	38	22	55	64
	HC – <i>Habeas Corpus</i>	13.815	11.784	14.295	12.702	10.824
	Inq – Inquérito	43	15	13	16	8
	PPE – Prisão Preventiva para Extradicação	27	27	19	47	50
	RC – Recurso Crime	1	1	2	2	–
	RHC – Recurso Ordinário em <i>Habeas Corpus</i>	1.061	1.446	1.470	1.920	2.064
	RvC – Revisão Criminal	10	11	15	9	11
Demais Originárias	AC – Ação Cautelar	15	9	3	8	1
	ACO – Ação Cível Originária	119	125	119	97	63
	AO – Ação Originária	88	69	31	111	104
	AOE – Ação Originária Especial	0	0	–	–	–
	AR – Ação Rescisória	87	47	51	77	46
	Almp – Arguição de Impedimento	2	3	6	3	3
	AS – Arguição de Suspeição	4	2	4	11	8
	CM – Comunicação	1	0	–	–	–
	CC – Conflito de Competência	55	74	15	48	76
	EI – Exceção de Incompetência	0	3	1	2	2
	HD – <i>Habeas Data</i>	1	2	9	7	3
	IF – Intervenção Federal	3	1	1	1	1
	MI – Mandado de Injunção	236	189	73	43	41
	MS – Mandado de Segurança	633	505	622	611	446
	Pet – Petição	438	418	566	588	514
	PSV – Proposta de Súmula Vinculante	8	3	1	0	4
	Rcl – Reclamação	3.467	5.789	6.576	5.882	6.242
	RMI – Recurso Ordinário em Mandado de Injunção	1	2	1	1	1
	RMS – Recurso Ord. em Mandado de Segurança	121	157	111	137	107
	RHD – Recurso Ordinário em <i>Habeas Data</i>	0	1	1	10	1
	SIRDR – Suspensão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	3	1	10	3	–
	SL – Suspensão de Liminar	51	90	139	91	94
	SS – Suspensão de Segurança	54	75	112	71	92
	STP – Suspensão de Tutela Provisória	106	61	551	130	85
	TPA – Tutela Provisória Antecedente	9	12	7	10	7
Total		20.750	1.301	25.354	23.268	21.356

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.



Gráfico 8 – Processos originários recebidos em 2022

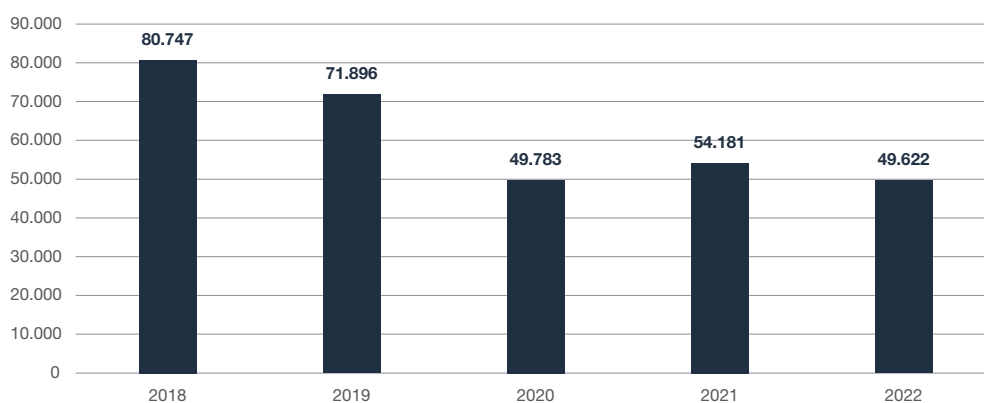


Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

1.2.3 Recebimento de recursos

Em 2022, o STF recebeu 49.622⁴ processos recursais, uma redução de 8,4% em relação ao ano anterior.

Gráfico 9 – Recebimento de processos recursais por ano



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

De 2018 a 2022, o recebimento de processos recursais reduziu em 38,5%. A diminuição do quantitativo de Recursos Extraordinários e dos respectivos agravos que aportam ao Supremo Tribunal Federal é um dos principais indicativos da eficiência da sistemática da repercussão geral. Conforme dados históricos, em 2006, o STF chegou ao número de mais de 122 mil recursos. A partir de 2007, ano da entrada em vigor da Lei n. 11.418/2006 e da regulamentação interna da repercussão geral, os números efetivamente reduziram, aproximando-se da estabilização entre os anos de 2008 e 2018.

⁴ O quantitativo inclui processos com cancelamento de autuação, reautuação, retificação de autuação e devolução por impossibilidade de processamento.



Em relação a 2021, houve uma redução no patamar de 8,41% do número de recursos recebidos. Em números absolutos, a redução praticamente se iguala ao recebimento de 2020, ano da pandemia da Covid-19.

Entre 2018 e 2022, o número de recursos recebidos diminuiu em 31.125 processos, o que validou a eficiência das iniciativas de interlocução com as instâncias de origem e de qualificação nas atividades de triagem de recursos, antes da distribuição aos Ministros.

Em 2022, o Tribunal prosseguiu com a adoção de medidas que racionalizam a tramitação dos REs e AREs. São práticas administrativas que potencializam a atuação paradigmática do STF, valendo-se da sistemática da Repercussão Geral, para a formação de Temas cada vez mais orientativos das realidades locais e regionais. Nesse particular, a redução de processos decisórios repetitivos no Supremo está totalmente alinhada com a visão institucional de Corte preponderantemente constitucional.

Iniciativas que impactaram o recebimento de processos recursais:

- Acordo de Cooperação com o Superior Tribunal de Justiça para compartilhamento de informações e de dados com o objetivo de tornar mais célere e efetiva a submissão de temas ao rito da repercussão geral, com impacto direto em processos repetitivos;
- identificação e monitoramento de chegada no STF de cerca de 2.143 recursos em trâmite no STJ, para fins de possível enquadramento em tema de repercussão geral;
- análise dos grupos de repetitivos e pela indicação inicial de recursos em trâmite no STJ, em que é possível a prévia aplicação de tema de repercussão geral, evitando a remessa de tais recursos ao STF;
- Sextas inteligentes – realização de 29 reuniões por videoconferência às sextas-feiras com os magistrados e gestores dos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes dos tribunais para o constante alinhamento e consolidação de parceria institucional;



- interlocução com os tribunais de origem para racionalidade nas atividades de envio de recursos extraordinários;
- intercâmbio entre tribunais e o STF para a prática de Precedentes Qualificados.

Outras iniciativas referentes à transparência e articulação institucional poderão ser consultadas em capítulo específico.

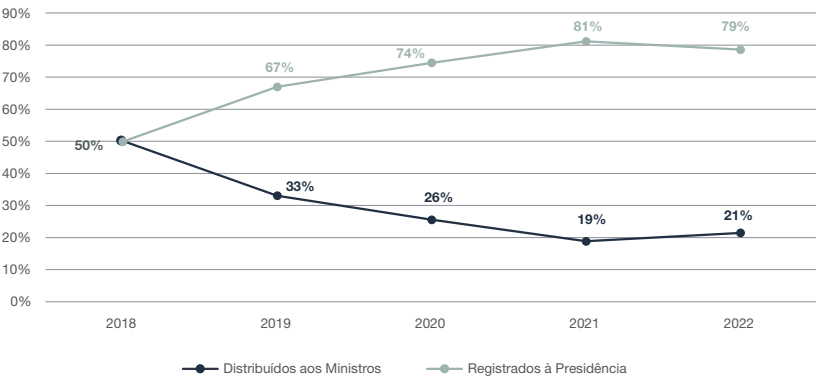
Tabela 5 – Recebimento de processos recursais por classe

Classes recursais	2018	2019	2020	2021	2022
Agravo de Instrumento (AI)	238	234	62	114	89
Recurso Extraordinário com Agravo (ARE)	66.324	56.423	38.053	42.812	40.642
Recurso Extraordinário (RE)	14.185	15.239	11.668	11.255	8.891
Total	80.747	71.896	49.783	54.181	49.622

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Ressalta-se que o Regimento Interno do STF atribui ao Presidente a competência para decidir os recursos manifestamente inadmissíveis. Com inovações tecnológicas e procedimentais, bem como ampla interlocução e cooperação entre as unidades internas, essa atividade vem se sofisticando ao longo dos anos e alcançou nível de refinamento que permite o julgamento da maior parte dos recursos.

Gráfico 10 – Comparativo entre a quantidade de recursos registrados à Presidência e distribuídos aos Ministros



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.



A Secretaria de Gestão de Precedentes é atualmente a unidade responsável por apoiar a atividade jurisdicional da Presidência quanto ao julgamento de processos recursais, por meio de processos de trabalho afetos à admissibilidade recursal, em que são analisados pressupostos objetivos e subjetivos, além da adequação à repercussão geral dos recursos remetidos pelos tribunais e juízos do país.

Além do “recebimento, organização e autuação de recursos”, aqueles não imediatamente registrados à Presidência com vistas à decisão de admissibilidade recursal são objeto de distribuição aos demais Ministros da Corte. A diminuição do número de recursos distribuídos ao longo dos anos é o sinal mais evidente da atuação do Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional, pois, além de possibilitar a dedicação de mais tempo às causas originárias, também as recursais distribuídas, que chegam em menor número e, muitas vezes, por amostragem, podem ser objeto de análise mais acurada para submissão à sistemática de precedentes.

Conforme relatório sobre a taxa de provimento publicado no Portal STF > Corte Aberta, considerada apenas a primeira decisão dos processos, 96,49% dos agravos cíveis registrados à Presidência ou distribuídos aos Ministros não são providos. Considerado o acervo recursal em todas as classes processuais (RE, ARE) e matérias (cível e criminal), a taxa de provimento fica em 3,51%.

1.2.4 Julgamento

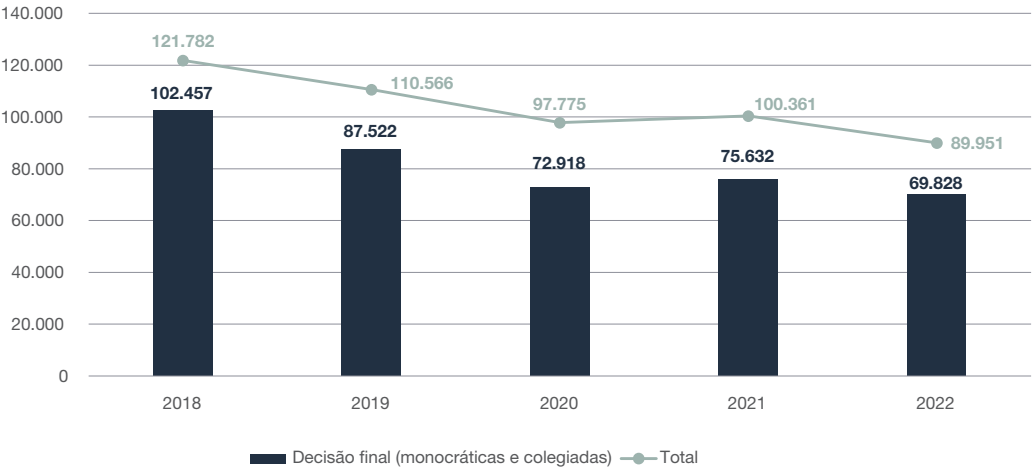
O julgamento do processo é identificado pela decisão final, mas cada feito pode ter mais de uma decisão.

A decisão final é a principal decisão do processo, ainda que nela não se chegue efetivamente a apreciar o mérito da causa. É o que ocorre, por exemplo, nas decisões de não conhecimento, de prejudicialidade, de homologação de desistência e de negativa de seguimento.

Se houver decisão final no processo e decurso do prazo processual sem interposição de recurso, ocorrerá o trânsito em julgado da decisão e, subsequentemente, a baixa do processo.



Gráfico 11 – Quantidade de decisões finais e totais de decisões



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Além da decisão final, as decisões são classificadas em: liminares, decisões interlocutórias, decisões de sobrestamento, decisões finais, decisões de repercussão geral e decisões em recurso interno.

Tabela 6 – Quantitativo de decisões por espécie (monocráticas e colegiadas)

Decisões	Ano				
	2018	2019	2020	2021	2022
Decisão – repercussão geral	66	69	181	136	87
Decisão em recurso interno	10.684	12.591	15.965	17.492	13.556
Decisão liminar	2.966	3.900	4.134	2.833	2.028
Decisão interlocutória	5.305	6.086	4.423	4.159	4.389
Decisão – sobrestamento	304	398	154	109	63
Decisão final (monocráticas e colegiadas)	102.457	87.522	72.918	75.632	69.828
Total	121.782	110.566	97.775	100.361	89.951

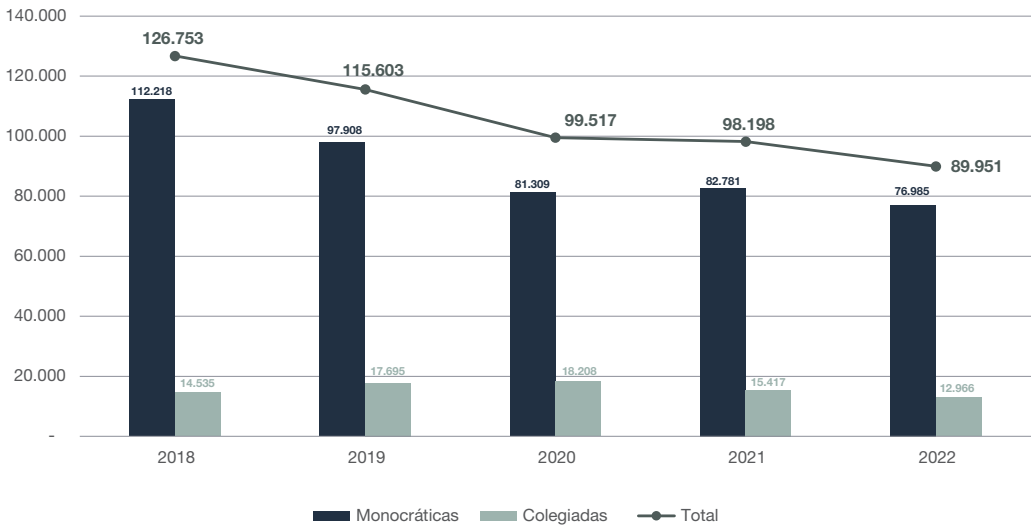
Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Ademais, as decisões podem ser monocráticas (decisão de um Ministro) ou colegiadas (decisão de uma das Turmas ou do Plenário).

Decisões monocráticas 86% Ministros – 49% Presidência – 51%	Decisões colegiadas – 14% Plenário – 31% Turmas – 69%
--	--



Gráfico 12 – Quantitativo de decisões monocráticas e colegiadas



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

A composição das decisões colegiadas de 2022 revela que 69% das deliberações ocorreram nas Turmas; e 31%, em Plenário. Tem-se a seguinte classificação de decisões colegiadas, por órgão julgador.

Tabela 7 – Quantitativo de decisões colegiadas por órgão julgador

Órgão julgador	Ano				
	2018	2019	2020	2021	2022
Primeira Turma	7.096	7.515	6.798	5.899	5.147
Segunda Turma	4.153	6.221	5.532	4.445	3.820
Plenário	3.242	3.916	5.828	4.987	3.945
Plenário Virtual da Repercussão Geral	44	43	51	86	54
Total	14.535	17.695	18.209	15.417	12.966

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

A ampliação das hipóteses passíveis de julgamento de mérito em ambiente virtual (Plenário virtual de mérito) – tendência capitaneada pela Resolução 642/2019 e consolidada por Emendas Regimentais posteriores – reforçou a colegialidade na Corte.





Tabela 8 – Quantitativo de decisões do Plenário

Decisões do Plenário	Ano				
	2018	2019	2020	2021	2022*
Controle concentrado (ADI, ADC, ADO e ADPF)*	305	424	741	562	594
Criminais	57	51	78	91	52
Demais classes originárias	310	447	1.221	516	359
Classes recursais	2.570	3.037	3.838	3.818	2.994
Total	3.242	3.959	5.878	4.987	3.999

Nota: *Inclui Plenário Virtual da Repercussão Geral.
Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

O gerenciamento do acervo do Plenário é realizado por meio da elaboração dos espelhos (resumo e tese) dos processos incluídos em pauta presencial e pela produção e atualização de tabelas que facilitam a separação dos processos por classes processuais. Cumpre destacar, ainda, a classificação de cada processo incluído em pauta presencial pelos Relatores em uma pauta temática e em determinado Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, informações estas disponíveis para o público interno e externo e que possibilitam à Ministra Presidente a análise dos processos conforme seus conteúdos.

<p>Processos na pauta do Plenário, liberados para julgamento:</p> 	<p>Calendário de julgamentos:</p> 
---	--

Quanto ao julgamento em ambiente virtual, os números demonstram a importância da adoção no STF da gestão estratégica focada na implementação de sua transformação digital como instrumento indispensável à entrega de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva para a sociedade.



Tabela 9 – Decisões colegiadas por ambiente de julgamento

Órgão julgador	Ano 2022	
	Presencial	Virtual
Primeira Turma	38	5.109
Segunda Turma	44	3.776
Plenário	65	3.880
Total	147	12.765

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Plenário Virtual em Evidência para Gabinetes

A Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação (SAE) lançou o serviço Plenário Virtual em Evidência (PVE) para Gabinetes de Ministro, que apresenta resumos a respeito dos processos mais relevantes agendados para julgamento em sessão do Plenário Virtual, com destaque para os casos submetidos à sistemática da repercussão geral e as ações de controle concentrado de constitucionalidade.

A iniciativa busca oferecer subsídios relevantes e úteis para os Gabinetes, de modo a contribuir para uma maior eficiência e celeridade na gestão processual dos casos do PV.



1.2.5 Dados sobre as sessões

Tabela 10 – Quantidade de sessões do STF em 2022

Órgão	Sessões			
	Presenciais ou por Videoconferência		Virtuais	
	Ordinárias	Extraordinárias	Ordinárias	Extraordinárias
Plenário	37	40	42	16
Primeira Turma	14	–	42	2
Segunda Turma	16	–	42	3
Total	67	40	126	21

Fonte: Assessoria do Plenário e Secretaria das Turmas. Dados informados em 1º/1/2023.

Foram realizadas 135 sessões no Plenário, com 1 processo julgado em média por sessão presencial e 83 em média por sessão virtual.

Em 2022, foram publicados 13.497 acórdãos.

Sessões plenárias em destaque

1º/2/2022 –
Abertura do Ano Judiciário



12/9/2022 – Posse da Ministra Rosa Weber e do Ministro Luís Roberto Barroso, respectivamente, como Presidente e Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.



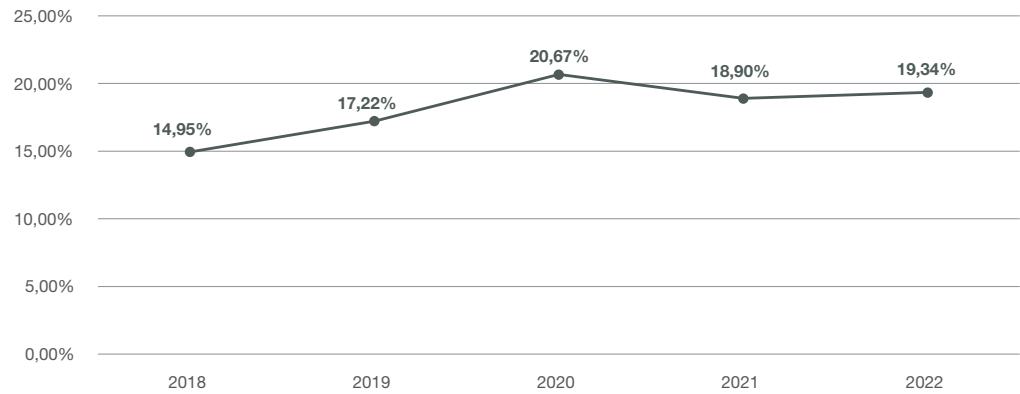
5/10/2022 – Sessão especial – 34 anos da Constituição Federal



1.2.6 Recursos

Após a decisão monocrática, pode haver a interposição de agravo regimental ou a oposição de embargos de declaração, infringentes ou de divergência. Nesses casos, o processo será concluso ao relator para que o recurso interno seja julgado. Note-se que, se a decisão embargada for de uma Turma, os embargos de divergência serão distribuídos a Ministro da outra; se a decisão objeto dos embargos for do Plenário, serão excluídos da distribuição o relator e o revisor. O julgamento não corresponde à efetiva finalização do processo, que se consuma apenas com a baixa definitiva deste.

Gráfico 13 – Taxa de recorribilidade



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

GERAL	ORIGINÁRIA	RECURSAL
19,34%	23,81%	16,91%

1.2.7 Processamento final

Nesta etapa, ocorre a baixa do processo, que é o marco final da tramitação e representa o momento em que se encerram todas as atividades (jurisdicionais e cartorárias) do processo no âmbito do STF.

Em 2022, a Secretaria Judiciária ajustou procedimentos para que alterações estruturais fossem realizadas nos cadastros das origens a fim de aprimorar as rotinas de integração eletrônica com outros órgãos jurisdicionais do país.



Vale destacar que 64% dos processos tiveram baixa definitiva, 2% remessas externas, 33% baixa ao arquivo e 1% remessa de autos aos juízos competentes.

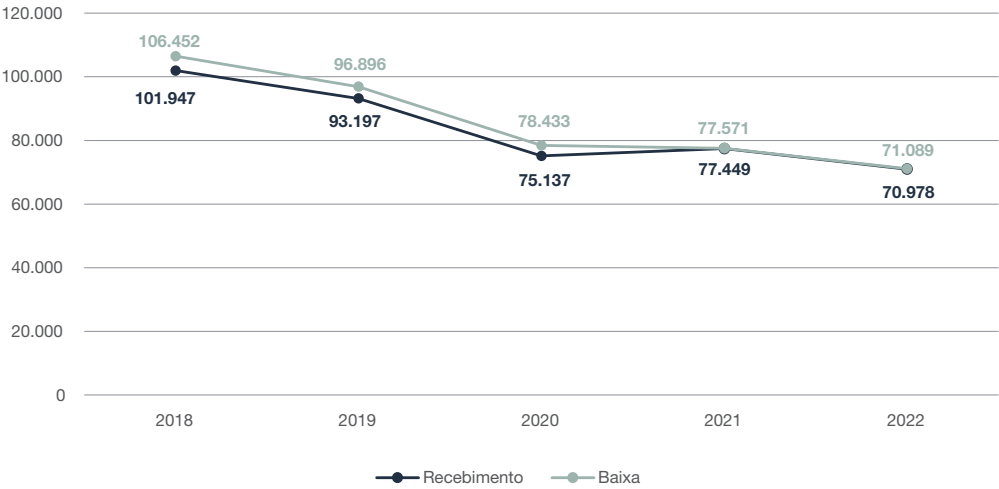
Tabela 11 – Recebimento e baixa de processos

	Ano				
	2018	2019	2020	2021	2022
Recebimento	101.947	93.197	75.137	77.449	70.978
Baixa	106.452	96.896	78.433	77.571	71.089
% baixa/recebimento	104,42%	103,97%	104,39%	100,16%	100,16%
Acervo final	38.675	31.279	26.256	24.082	22.257

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

O acervo final de 2022, observado em 31/12/2022, foi cerca de 7,6% menor do que o acervo final de 2021. Esse resultado demonstra o esforço do STF em tornar o processo de julgamento mais célere.

Gráfico 14 – Recebimento e baixa de processos



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2023.

Vale destacar que foram executados diversos projetos de tecnologia de informação (TI) a fim de ganhos em celeridade e performance dos procedimentos judiciais. Entre eles, podemos citar: desenvolvimento de mecanismos para o controle e tratamento dos diversos tipos de petição, incluindo a autuação de incidentes e solução unificada para consulta, edição e pesquisa de processos, o que permitiu a obtenção de informações consistentes e adequadas para cada público específico, reduzindo a complexidade para análise de autos processuais. As soluções de TI estarão relacionadas em capítulo específico.



1.3 Julgamentos de especial relevância

Apresentam-se, a seguir, sínteses de julgamentos considerados de especial relevância, proferidos pelo Plenário ou pelas Turmas do Tribunal, ordenadas segundo a data de julgamento.

Temas de Repercussão Geral serão apresentados no tópico seguinte.

Acesse a página de
casos notórios



1. Plano de redução de letalidade policial e controle de violações de direitos humanos

ADPF 635 MC-ED/RJ – julgada entre os dias 2 e 3/2/2022

O Estado do Rio de Janeiro deve elaborar, no prazo máximo de 90 dias, um plano para redução da letalidade policial e controle das violações aos direitos humanos pelas forças de segurança, que apresente medidas objetivas, cronogramas específicos e previsão dos recursos necessários para a sua implementação.

2. Prazo para constituição e registro no TSE de partidos políticos e de federações partidárias

ADI 7.021 MC-Ref/DF – julgada em 9/2/2022

A fim de participarem das eleições, as federações partidárias devem estar constituídas como pessoa jurídica e obter o registro de seu estatuto perante o TSE no mesmo prazo aplicável aos partidos políticos.



Excepcionalmente, nas eleições de 2022, o prazo para constituição de federações partidárias fica estendido até 31 de maio do mesmo ano.

3. Fixação de condições obrigatórias e cumulativas para a decretação da prisão temporária

ADI 3.360/DF e ADI 4.109/DF – julgamento virtual finalizado em 11/2/2022

A decretação de prisão temporária somente é cabível quando (i) for imprescindível para as investigações do inquérito policial; (ii) houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado; (iii) for justificada em fatos novos ou contemporâneos; (iv) for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado; e (v) não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas.

4. Covid-19: realocação de recursos vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para ações de combate à pandemia do novo coronavírus

ADI 6.490/PI – julgamento virtual finalizado em 18/2/2022

É vedada a utilização, ainda que em caráter excepcional, de recursos vinculados ao Fundeb para ações de combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

5. Restrições à veiculação de propaganda eleitoral em meios de comunicação impressos e na internet

ADI 6.281/DF – julgada entre os dias 10, 16 e 17/2/2022

São constitucionais as restrições, previstas na Lei das Eleições (Lei 9.504/1997, arts. 43, *caput*, e 57-C, *caput* e § 1º), à veiculação de propaganda eleitoral em meios de comunicação impressos e na internet.



6. Constitucionalidade do poder de requisição da Defensoria Pública

ADI 6.852/DF, ADI 6.862/PR, ADI 6.865/PB, ADI 6.867/ES, ADI 6.870/DF, ADI 6.871/CE, ADI 6.872/AP, ADI 6.873/AM e ADI 6.875/RN – julgamento virtual finalizado em 18/2/2022

A Defensoria Pública detém a prerrogativa de requisitar, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à sua atuação.

7. Proteção territorial em terras indígenas não homologadas

ADPF 709 MC-segunda-Ref/DF – julgamento virtual finalizado em 25/2/2022

É necessário que a União e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) executem e implementem atividade de proteção territorial nas terras indígenas, independentemente de sua homologação.

8. Forma de cálculo do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)

ADI 7.058 MC/DF – julgada entre os dias 23 e 24/2 e 3/3/2022

Não cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) adentrar o mérito da opção legislativa para redesenhar a forma de cálculo do valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) (Lei 14.194/2021, art. 12, XXVII).



9. Prisão preventiva: prazo nonagesimal para a sua revisão e respectiva competência jurisdicional

ADI 6.581/DF e ADI 6.582/DF – julgamento virtual
finalizado em 11/3/2022

O transcurso do prazo previsto no parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal (CPP) não acarreta, automaticamente, a revogação da prisão preventiva e, conseqüentemente, a concessão de liberdade provisória.

A exigência da revisão nonagesimal quanto à necessidade e adequação da prisão preventiva aplica-se até o final dos processos de conhecimento.

10. Covid-19: observância das decisões proferidas pelo STF em relação à obrigatoriedade de vacinação

ADPF 754 16ª TPI-Ref/DF – julgamento virtual
finalizado em 18/3/2022

As notas técnicas objeto de análise, ao disseminarem informações matizadas pela dubiedade e ambivalência, no que concerne à compulsoriedade da imunização, podem desinformar a população, desestimulando a vacinação contra a Covid-19.

É vedado ao governo federal a utilização do canal de denúncias “Disque 100” do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) para recebimento de queixas relacionadas à vacinação contra a Covid-19, bem como para o recebimento de queixas relacionadas a restrições de direitos consideradas legítimas pelo STF.

11. Lei Maria da Penha e afastamento do agressor por delegados e policiais

ADI 6.138/DF – julgada em 23/3/2022

É válida a atuação supletiva e excepcional de delegados de polícia e de policiais a fim de afastar o agressor do lar, domicílio ou local de convivência com



a ofendida, quando constatado risco atual ou iminente à vida ou à integridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, conforme o art. 12-C inserido na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

12. Competência penal originária do STF e “mandatos cruzados”

Inq 4.342 QO/PR – julgamento virtual finalizado em 1º/4/2022

A competência penal originária do STF para processar e julgar parlamentares alcança os congressistas federais no exercício de mandato em casa parlamentar diversa daquela em que consumada a hipotética conduta delitiva, desde que não haja solução de continuidade.

13. Liberdade de expressão e limites

AP 1.044/DF – julgada em 20/4/2022

A liberdade de expressão existe para a manifestação de opiniões contrárias, jocosas, satíricas e até mesmo errôneas, mas não para opiniões criminosas, discurso de ódio ou atentados contra o Estado Democrático de Direito e a democracia.

Não configurada abolitio criminis com relação aos delitos previstos na Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983).

14. Concessão automática de licença ambiental para empresas com grau de risco médio

ADI 6.808/DF – julgada em 28/4/2022

É inconstitucional a concessão automática de licença ambiental no sistema responsável pela integração (Redesim) para o funcionamento de empresas que exerçam atividades de risco médio nos termos da classificação estabelecida em ato do Poder Público.

Não possui fundamento constitucional válido a vedação da coleta adicional, pelos órgãos competentes, de dados que não tenham sido disponibilizados na Redesim previamente ou no ato do protocolo do pedido de licenciamento.



15. Composição de órgãos de controle ambiental

ADPF 651/DF – julgada entre os dias 7, 27 e 28/4/2022

São inconstitucionais as normas que, a pretexto de reestruturarem órgãos ambientais, afastam a participação da sociedade civil e dos governadores do desenvolvimento e da formulação de políticas públicas, bem como reduzem, por via de consequência, o controle e a vigilância por eles promovidos.

16. Liberdade de expressão e imunidade parlamentar

Pet 8.242 AgR/DF, Pet 8.259 AgR/DF, Pet 8.262 AgR/DF,
Pet 8.263 AgR/DF, Pet 8.267 AgR/DF e
Pet 8.366 AgR/DF – julgados em 3/5/2022

A liberdade de expressão não alcança a prática de discursos dolosos, com intuito manifestamente difamatório, de juízos depreciativos de mero valor, de injúrias em razão da forma ou de críticas aviltantes.

A garantia da imunidade parlamentar não alcança os atos praticados sem claro nexo de vinculação recíproca entre o discurso e o desempenho das funções parlamentares.

17. Produção de relatórios de inteligência e vinculação ao interesse público

ADPF 722/DF – julgamento virtual finalizado em 13/5/2022

Os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, conquanto necessários para a segurança pública, segurança nacional e garantia de cumprimento eficiente dos deveres do Estado, devem operar com estrita vinculação ao interesse público, observância aos valores democráticos e respeito aos direitos e garantias fundamentais.



18. Ultratividade das cláusulas normativas de acordos e convenções coletivas

ADPF 323/DF – julgamento virtual finalizado em 27/5/2022

É inconstitucional a interpretação jurisprudencial da Justiça do Trabalho que mantém a validade de direitos fixados em cláusulas coletivas com prazo já expirado até que novo acordo ou convenção coletiva seja firmado.

19. Aplicabilidade das regras do Estatuto da Advocacia a advogados empregados públicos

ADI 3.396/DF – julgada entre os dias 22 e 23/6/2022

As regras previstas nos arts. 18 a 21 do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) — que tratam da relação de emprego, salário, jornada de trabalho e honorários de sucumbência — são aplicáveis aos advogados empregados de empresas públicas e de sociedade de economia mista que atuam no mercado em regime concorrencial (sem monopólio).

20. Fundo Clima: funcionamento, destinação de recursos e contingenciamento de verbas

ADPF 708/DF – julgamento virtual finalizado em 1º/7/2022

“O Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima, para fins de mitigação das mudanças climáticas, estando vedado seu contingenciamento, em razão do dever constitucional de tutela ao meio ambiente (CF, art. 225), de direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (CF, art. 5º, § 2º), bem como do princípio constitucional da separação dos poderes (CF, art. 2º c/c art. 9º, § 2º, LRF)”.



21. Covid-19: educação e transferência de recursos para acesso à internet

ADI 6.926/DF – julgamento virtual finalizado em 1º/7/2022

É constitucional norma federal que prevê a transferência de recursos pela União aos estados e ao Distrito Federal para garantir o acesso à internet, com fins educacionais, por alunos e professores da educação básica, em virtude da calamidade pública decorrente da Covid-19.

22. Covid-19 e instituições de ensino: inadimplência, recusa de matrícula e competência legislativa

ADI 7.104/RJ e ADI 7.179/RJ – julgamento virtual finalizado em 5/8/2022

É inconstitucional, por violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil (CF/1988, art. 22, I), norma estadual que impede as instituições particulares de ensino superior de recusarem a matrícula de estudantes inadimplentes e de cobrar juros, multas, correção monetária ou quaisquer outros encargos durante o período de calamidade pública causado pela pandemia da Covid-19.

23. Chefe do Poder Executivo estadual: dupla vacância do cargo no último biênio do mandato

ADI 7.137/SP e ADI 7.142/AC – julgamento virtual finalizado em 19/8/2022

É inconstitucional, por violação ao princípio democrático, norma de Constituição estadual que, a pretexto de disciplinar a dupla vacância no último biênio do mandato do chefe do Poder Executivo, suprime a realização de eleições.



24. Covid-19: indenização por incapacidade ou morte de profissionais da saúde em razão da pandemia

ADI 6.970/DF – julgamento virtual finalizado em 15/8/2022

É constitucional norma federal que prevê compensação financeira de caráter indenizatório a ser paga pela União por incapacidade permanente para o trabalho ou morte de profissionais da saúde decorrentes do atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19.

25. Ação de improbidade administrativa: legitimidade ativa concorrente

ADI 7.042/DF e ADI 7.043/DF – julgadas entre os dias e 24, 25 e 31/8/2022

Os entes públicos que sofreram prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados, de forma concorrente com o Ministério Público, a propor ação e a celebrar acordos de não persecução civil em relação a esses atos.

26. Licença à gestante e à adotante para militares das Forças Armadas

ADI 6.603/DF – julgamento virtual finalizado em 13/9/2022

É inconstitucional ato normativo que, ao disciplinar a licença-maternidade no âmbito das Forças Armadas, estabelece prazos distintos de afastamento com fundamento na diferenciação entre a maternidade biológica e a adotiva, bem como em função da idade da criança adotada.

27. Compartilhamento de dados no âmbito da Administração Pública federal

ADI 6.649/DF e ADPF 695/DF – julgadas entre os dias 31/8 e 1º, 14 e 15/9/2022

É legítimo, desde que observados alguns parâmetros, o compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da Administração Pública federal,



sem qualquer prejuízo da irrestrita observância dos princípios gerais e mecanismos de proteção elencados na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) e dos direitos constitucionais à privacidade e proteção de dados.

28. Flexibilização da aquisição de armas de fogo por meio de decreto presidencial

ADI 6.119 MC-Ref/DF, ADI 6.139 MC-Ref/DF e
ADI 6.466 MC-Ref/DF – julgamento virtual finalizado em 20/9/2022

A flexibilização, via decreto presidencial, dos critérios e requisitos para a aquisição de armas de fogo prejudica a fiscalização do Poder Público, além de violar a competência legislativa em sentido estrito para a normatização das hipóteses legais quanto à sua efetiva necessidade.

29. Covid-19: multa por descumprimento de cláusula de fidelidade contratual nos serviços de telecomunicações

ADI 7.211/RJ – julgamento virtual finalizado em 30/9/2022

É inconstitucional, por ofensa à competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações, lei estadual que veda a aplicação de multa por quebra de fidelidade nos serviços de TV por assinatura, telefonia, internet e serviços assemelhados, enquanto perdurar a pandemia da Covid-19.

30. Fundo Partidário e Fundo Eleitoral: vedação de repasse de seus recursos

ADI 7.214/DF – julgamento virtual finalizado em 30/9/2022

São constitucionais, visto não ofenderem a autonomia partidária, os dispositivos de Resolução editada pelo TSE que vedam o repasse de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) a partidos políticos ou candidatos não pertencentes à mesma coligação e/ou não coligados.



31. IPVA: contagem de prazos para atendimento dos princípios da anterioridade anual e nonagesimal

ADI 5.282/PR – julgamento virtual finalizado em 17/10/2022

“I – No caso de um tributo sujeito duplamente à anterioridade de exercício e à noventena, a lei que institui ou majora a imposição somente será eficaz, de um lado, no exercício financeiro seguinte ao de sua publicação e, de outro, após decorridos noventa dias da data de sua divulgação em meio oficial. Logo, a contar da publicação da lei, os prazos transcorrem simultaneamente, e não sucessivamente. II – Não há desvio de finalidade no caso de lei ordinária alterar o aspecto temporal do IPVA para viabilizar, a um só tempo, o respeito à garantia da anterioridade, inclusive nonagesimal, e viabilizar a tributação dos veículos automotores pela alíquota majorada no exercício financeiro seguinte ao da publicação desse diploma legal. Afinal, a finalidade da legislação é lícita e explícita. III – O princípio da igualdade tributária não resta ofendido na hipótese de um veículo automotor novo submeter-se a alíquota distinta de IPVA em comparação a outro automóvel adquirido em anos anteriores no lapso referente aos 90 (noventa) dias da noventena, em certo exercício financeiro. Sendo assim, pela própria sistemática de tributação do IPVA posta na legislação infraconstitucional, não se cuida de tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente”.

32. Termo inicial da licença-maternidade e do salário-maternidade

ADI 6.327/DF – julgamento virtual finalizado em 21/10/2022

Nos casos de internações pós-parto que durem mais de duas semanas, o termo inicial da licença-maternidade e do salário-maternidade é a alta hospitalar da mãe ou do recém-nascido — o que ocorrer por último —, prorrogando-se ambos os benefícios por igual período ao da internação, visto que não podem ser reduzidos de modo irrazoável e conflitante com o direito social de proteção à maternidade e à infância.



33. Resolução do TSE e enfrentamento à desinformação no processo eleitoral

ADI 7.261 MC-Ref/DF – julgamento virtual finalizado em 25/10/2022

A Resolução 23.714/2022 do TSE — que dispõe sobre o enfrentamento à desinformação atentatória à integridade do processo eleitoral — não exorbita o âmbito da sua competência normativa, tampouco impõe censura ou restrição a meio de comunicação ou linha editorial da mídia impressa e eletrônica.

34. Covid-19: retomada das ações de reintegração de posse suspensas em razão da pandemia

ADPF 828 TPI-quarta-Ref/DF – julgamento virtual finalizado em 2/11/2022

Em face do arrefecimento dos efeitos da pandemia da Covid-19, cabe adotar um regime de transição para a retomada das reintegrações de posse suspensas em decorrência da doença, por meio do qual os tribunais deverão instalar comissões para mediar eventuais despejos antes de qualquer decisão judicial, a fim de reduzir os impactos habitacionais e humanitários em casos de desocupação coletiva.

35. Transporte coletivo interestadual: gratuidade e redução de tarifa para jovens de baixa renda

ADI 5.657/DF – julgada entre os dias 16 e 17/11/2022

É constitucional – por não ofender o direito de propriedade e os princípios da ordem econômica e do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos – lei federal que determina a reserva, por veículo, de duas vagas gratuitas e, após estas esgotarem, de duas vagas com tarifa reduzida em, no mínimo, 50%, para serem utilizadas por jovens de baixa renda no sistema de transporte coletivo interestadual de passageiros.



36. Prerrogativa do Ministério Público de posicionar-se ao lado do magistrado nos julgamentos

ADI 4.768/DF – julgada entre os dias 17 e 23/11/2022

A prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento (Lei Complementar 75/1993, art. 18, I, “a”; e Lei 8.625/1993, art. 41, XI) não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório (CF/1988, art. 5º, I, LIV e LV) nem compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.

37. Dia da Consciência Negra: instituição de feriado local por lei municipal

ADPF 634/SP – julgada entre os dias 24 e 30/11/2022

É constitucional a instituição, por lei municipal, de feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, a ser celebrado em 20 de novembro, em especial porque a data representa um símbolo de resistência cultural e configura ação afirmativa contra o preconceito racial.

38. Covid-19: prorrogação de benefício concedido para o enfrentamento da pandemia no âmbito desportivo

ADI 7.015/DF – julgamento virtual finalizado em 2/12/2022

É inconstitucional – por violar os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da não surpresa dos contribuintes e da isonomia – a interpretação do artigo 1º da Lei 14.117/2021 no sentido de condicionar os efeitos da suspensão de exigibilidade dos parcelamentos de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) ao término da vigência do Decreto Legislativo 6/2020.



39. “Orçamento Secreto”: emendas de relator ao Orçamento Geral da União

ADPF 850/DF, ADPF 851/DF, ADPF 854/DF e
ADPF 1014/DF – julgadas entre os dias 7 e 19/12/2022

É inconstitucional – por violar os princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade – o chamado orçamento secreto, como ficaram conhecidas as emendas de relator ao Orçamento Geral da União, identificadas pela sigla RP-9.

1.4 Repercussão geral

As questões constitucionais trazidas nos recursos extraordinários devem ter repercussão geral (RG) para serem analisadas pelo STF. O instituto, incluído no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional (EC) 45/2004, está regulamentado pelo Código de Processo Civil e pelo RISTF.

Objetivos

- Assegurar a racionalidade da Justiça;
- garantir a segurança jurídica dos jurisdicionados.

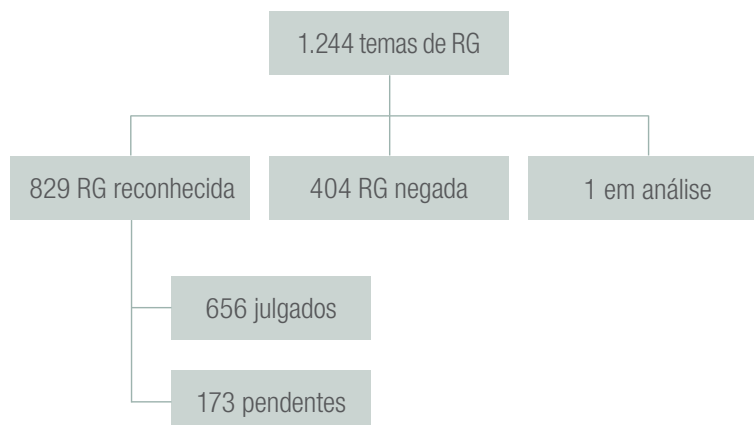


Finalidades

- Reforçar a competência do STF para apreciar as questões constitucionais que:
 - tenham relevância social, política, econômica ou jurídica;
 - transcendam os interesses subjetivos da causa;
- uniformizar a interpretação constitucional, de modo a desonerar o STF de decidir múltiplos casos sobre a mesma matéria.

No Supremo Tribunal Federal, a atuação do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) é responsável por aproximar os núcleos de precedentes dos demais tribunais, visando à troca de experiências, às boas práticas e ao aprimoramento de procedimentos relacionados à formação, à divulgação e à aplicação de precedentes qualificados, ampliando essa cultura por meio da colaboração. Internamente, além de supervisionar o trabalho de enquadramento dos temas de repercussão geral, o NUGEP realiza análise inicial de representativos de controvérsia encaminhados e dos demais recursos com potencial para inclusão no Plenário Virtual, mediante sugestão à Presidência de matérias aptas à criação de novos temas.

Desde a Emenda Regimental (ER) 21/2007, o STF analisou mais de 1.200 temas de repercussão geral, conforme se observa a seguir.



No período de janeiro a dezembro de 2022⁵, foram incluídos 52 temas de repercussão geral, conforme detalhado:

- 26 temas em que se reconheceu a presença de repercussão geral;
- 15 temas em que se assentou a ausência de repercussão geral;
- 10 temas em que se reconheceu a repercussão geral com reafirmação de jurisprudência;
- 1 tema em análise pelo Plenário Virtual.

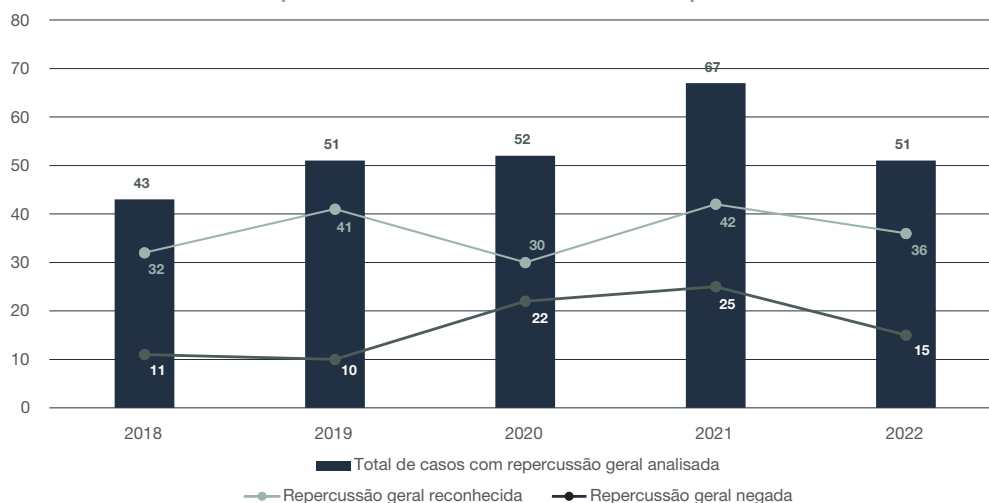
Dentre os temas, 39 foram por iniciativa da Presidência, dos quais:

- 16 temas em que se reconheceu a presença de repercussão geral;
- 15 temas em que se assentou a ausência de repercussão geral;
- 8 temas com reconhecimento da repercussão geral e a reafirmação de jurisprudência.

⁵ Os dados aqui são referentes a todos os novos temas que finalizaram no Plenário Virtual da Repercussão Geral no ano de 2022, bem como àqueles que se iniciaram no presente ano, mas ainda não foram encerrados.



Gráfico 15 – Temas apreciados no Plenário Virtual por ano



Fonte: NUGEP – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do STF. Dados extraídos em 6/12/2022.

Prestação jurisdicional – Relatório de Atividades 2022

1.4.1 Rejulgamento

Nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, com redação dada pela Emenda Regimental 54/2020, foi incluída a possibilidade de o relator propor a revisão do reconhecimento da repercussão geral.

“O relator poderá propor, por meio eletrônico, a revisão do reconhecimento da repercussão geral quando o mérito do tema ainda não tiver sido julgado” Art. 323-B do RISTF (na redação dada pela Emenda Regimental 54, de 1º de julho de 2020).

Veja a lista de temas que foram reanalisados pela Corte em 2022:

Tema 502: RE 627.280 – Min. Luís Roberto Barroso

Incidência de IPI sobre bacalhau seco e salgado.

Tema 218: RE 588.954 – Min. Gilmar Mendes

Direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa.



1.4.2 Teses firmadas e liberação de processos em todo o país

O julgamento de mérito dos temas com repercussão geral tem como consequência imediata a liberação de processos correlatos sobrestados pelos tribunais do país.

Em 2022, foi julgado o mérito de 31 recursos extraordinários com repercussão geral pelo Plenário do STF, em sessões presenciais ou virtuais, bem como em 10 temas foi reconhecida a repercussão geral com reafirmação de jurisprudência, totalizando 41 temas com julgamento de mérito. Mais de 106.400 processos tornaram-se aptos a serem resolvidos pelas instâncias de origem.

O quadro a seguir mostra a quantidade de processos liberados, tal qual informado pelos tribunais, em razão do julgamento dos referidos temas pelo Supremo.

Tema	Tese	Processo paradigma	Relator atual	Data de julgamento	Processos sobrestados
1.193	A contribuição prevista no artigo 1º da Lei Complementar 110/2001 foi recepcionada pela Emenda Constitucional 33/2001.	RE 1.317.786	Ministra Presidente	4/2/2022	551
991	Afronta o princípio da separação dos poderes a anulação judicial de cláusula de contrato de concessão firmado por Agência Reguladora e prestadora de serviço de telefonia que, em observância aos marcos regulatórios estabelecidos pelo Legislador, autoriza a incidência de reajuste de alguns itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado, quando este não é superado pela média ponderada de todos os itens.	RE 1.059.819	Min. Marco Aurélio	21/2/2022	3
1.127	É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial.	RE 1.307.334	Min. Alexandre de Moraes	10/3/2022	561



Tema	Tese	Processo paradigma	Relator atual	Data de julgamento	Processos sobrestados
661	São lícitas as sucessivas renovações de interceptação telefônica, desde que, verificados os requisitos do artigo 2º da Lei nº 9.296/1996 e demonstrada a necessidade da medida diante de elementos concretos e a complexidade da investigação, a decisão judicial inicial e as prorrogações sejam devidamente motivadas, com justificativa legítima, ainda que sucinta, a embasar a continuidade das investigações.	RE 625.263	Min. Alexandre de Moraes	17/3/2022	120
336	As entidades religiosas podem se caracterizar como instituições de assistência social a fim de se beneficiarem da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, c, da Constituição, que abrangerá não só os impostos sobre o seu patrimônio, renda e serviços, mas também os impostos sobre a importação de bens a serem utilizados na consecução de seus objetivos estatutários.	RE 630.790	Min. Luís Roberto Barroso	21/3/2022	78
1.157	É vedado o reenquadramento, em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, de servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo que beneficiado pela estabilidade excepcional do artigo 19 do ADCT, haja vista que esta regra transitória não prevê o direito à efetividade, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e decisão proferida na ADI 3.609 (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe. 30/10/2014).	ARE 1.306.505	Min. Alexandre de Moraes	28/3/2022	6



Tema	Tese	Processo paradigma	Relator atual	Data de julgamento	Processos sobrestados
1.207	A promoção por acesso de servidor a classe distinta na carreira não representa ascensão a cargo diverso daquele em que já estava efetivado, de modo que, para fins de aposentadoria, o prazo mínimo de cinco anos no cargo efetivo, exigido pelo artigo 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional 20/1998, e pelos artigos 6º da Emenda Constitucional 41/2003 e 3º da Emenda Constitucional 47/2005, não recomeça a contar pela alteração de classe.	RE 1.322.195	Ministra Presidente	1º/4/2022	101
1.213	É inconstitucional a contagem do tempo pretérito à investidura no cargo efetivo, exercido exclusivamente em cargo comissionado, para fins de incorporação de quintos como VPNI, com fundamento no artigo 1º da Lei 15.138/2010 do Estado de Santa Catarina.	RE 1.367.790	Ministra Presidente	29/4/2022	13
559	A EC nº 57/08 não convalidou desmembramento municipal realizado sem consulta plebiscitária e, nesse contexto, não retirou o vício de ilegitimidade ativa existente nas execuções fiscais que haviam sido propostas por município ao qual fora acrescida, sem tal consulta, área de outro para a cobrança do IPTU quanto a imóveis nela localizados.	RE 614.384	Min. Dias Toffoli	2/5/2022	232
1.182	À luz do art. 227 da CF, que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade e do princípio da paternidade responsável, a licença maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88 e regulamentada pelo art. 207 da Lei 8.112/1990, estende-se ao pai genitor monoparental.	RE 1.348.854	Min. Alexandre de Moraes	12/5/2022	2



1

Prestação Jurisdicional – Relatório de Atividades 2022

Tema	Tese	Processo paradigma	Relator atual	Data de julgamento	Processos sobrestados
1.079	Não viola a Constituição a previsão legal de imposição das sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, exames clínicos ou perícias voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa (art. 165-A e art. 277, §§ 2º e 3º, todos do Código de Trânsito Brasileiro, na redação dada pela Lei 13.281/2016).	RE 1.224.374	Min. Luiz Fux	19/5/2022	1.425
1.046	São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.	ARE 1.121.633	Min. Gilmar Mendes	2/6/2022	66.137
638	A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo.	RE 999.435	Min. Edson Fachin	8/6/2022	19
1.223	São inconstitucionais o Decreto nº 3.048/99 e a Portaria MPAS nº 1.135/01 no que alteraram a base de cálculo da contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração paga ou creditada a transportadores autônomos, devendo o reconhecimento da inconstitucionalidade observar os princípios da congruência e da devolutividade.	RE 1.381.261	Min. Dias Toffoli	6/8/2022	2
900	É defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho.	RE 964.659	Min. Dias Toffoli	8/8/2022	175



Tema	Tese	Processo paradigma	Relator atual	Data de julgamento	Processos sobrestados
1.199	<p>1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se – nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA – a presença do elemento subjetivo – DOLO;</p> <p>2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 – revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa –, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;</p> <p>3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente;</p> <p>4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.</p>	ARE 843.989	Min. Alexandre de Moraes	18/8/2022	2.718
1.231	<p>(I) As unidades federadas podem fixar os limites das respectivas requisições de pequeno valor em patamares inferiores aos previstos no artigo 87 do ADCT, desde que o façam em consonância com sua capacidade econômica. (II) A aferição da capacidade econômica, para este fim, deve refletir não somente a receita, mas igualmente os graus de endividamento e de litigiosidade do ente federado. (III) A ausência de demonstração concreta da desproporcionalidade na fixação do teto das requisições de pequeno valor impõe a deferência do Poder Judiciário ao juízo político-administrativo externado pela legislação local.</p>	RE 1.359.139	Ministra Presidente	2/9/2022	Não há



Tema	Tese	Processo paradigma	Relator atual	Data de julgamento	Processos sobrestados
1.063	Os Advogados da União não possuem direito a férias de 60 (sessenta) dias, nos termos da legislação constitucional e infraconstitucional vigentes.	RE 929.886	Min. Dias Toffoli	5/9/2022	1
1.235	É inconstitucional a Lei 13.756/2004 do Município de São Paulo, por configurar invasão à competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações e radiodifusão (artigo 22, IV, da Constituição Federal).	ARE 1.370.232	Ministra Presidente	9/9/2022	1
548	1. A educação básica em todas as suas fases – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.	RE 1.008.166	Min. Luiz Fux	22/9/2022	20.824
922	É inconstitucional o condicionamento da desfiliação de associado à quitação de débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa.	RE 820.823	Min. Dias Toffoli	3/10/2022	19
465	A Portaria n. 931/2005 do Ministério da Defesa, que alterou a fórmula de cálculo do auxílio-invalidez para os servidores militares, está em harmonia com os princípios da legalidade e da irredutibilidade de vencimentos.	RE 642.890	Min. Nunes Marques	10/10/2022	98
970	É constitucional – formal e materialmente – lei municipal que obriga à substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis.	RE 732.686	Min. Luiz Fux	19/10/2022	69



Tema	Tese	Processo paradigma	Relator atual	Data de julgamento	Processos sobrestados
699	É constitucional a cobrança, em face das entidades fechadas de previdência complementar não imunes, do imposto de renda retido na fonte (IRRF) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).	RE 612.686	Min. Dias Toffoli	3/11/2022	66
1.004	Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho em face de empresa estatal, com o propósito de invalidar a contratação irregular de pessoal, não é cabível o ingresso, no polo passivo da causa, de todos os empregados atingidos, mas é indispensável sua representação pelo sindicato da categoria.	RE 629.647	Min. Marco Aurélio	3/11/2022	2
756	I. O legislador ordinário possui autonomia para disciplinar a não cumulatividade a que se refere o art. 195, § 12, da Constituição, respeitados os demais preceitos constitucionais, como a matriz constitucional das contribuições ao PIS e COFINS e os princípios da razoabilidade, da isonomia, da livre concorrência e da proteção à confiança; II. É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a discussão sobre a expressão insumo presente no art. 3º, II, das Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03 e sobre a compatibilidade, com essas leis, das IN SRF nºs 247/02 (considerada a atualização pela IN SRF nº 358/03) e 404/04. III. É constitucional o § 3º do art. 31 da Lei nº 10.865/04.	RE 841.979	Min. Dias Toffoli	28/11/2022	1.151
1.102	O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável.	RE 1.276.977	Min. Marco Aurélio	1º/12/2022	10.418



1

Prestação jurisdicional – Relatório de Atividades 2022

Tema	Tese	Processo paradigma	Relator atual	Data de julgamento	Processos sobrestados
221	No exercício da autonomia legislativa municipal, não pode o Município, ao disciplinar o regime jurídico de seus servidores, restringir o direito de férias a servidor em licença saúde de maneira a inviabilizar o gozo de férias anuais previsto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal de 1988.	RE 593.448	Min. Edson Fachin	5/12/2022	86
919	A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, não competindo aos Municípios instituir referida taxa. Por fim, modulou os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 2.344, de 06 de dezembro de 2006, do Município de Estrela d'Oeste, estabelecendo que a decisão produza efeitos a partir da data da publicação da ata de julgamento do mérito, ficando ressalvadas as ações ajuizadas até a mesma data.	RE 776.594	Min. Dias Toffoli	5/12/2022	332
1.238	São inadmissíveis, em processos administrativos de qualquer espécie, provas consideradas ilícitas pelo Poder Judiciário.	ARE 1.316.369	Min. Gilmar Mendes	9/12/2022	Não há
1.239	Não tem direito à indenização de férias prêmio o servidor estadual cujo vínculo com a Administração Pública, decorrente da Lei Complementar mineira nº 100/2007, foi declarado nulo, por inobservância dos princípios constitucionais que regem o ingresso no serviço público.	RE 1.400.775	Ministra Presidente	16/12/2022	Não há
1.240	Não se aplicam as Convenções de Varsóvia e Montreal às hipóteses de danos extrapatrimoniais decorrentes de contrato de transporte aéreo internacional.	RE 1.394.401	Ministra Presidente	16/12/2022	Não há
1.241	O adicional de 1/3 (um terço) previsto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal incide sobre a remuneração relativa a todo período de férias.	RE 1.400.787	Ministra Presidente	16/12/2022	Não há



Tema	Tese	Processo paradigma	Relator atual	Data de julgamento	Processos sobrestados
627	Em se tratando de cargos constitucionalmente acumuláveis, descabe aplicar a vedação de acumulação de aposentadorias e pensões contida na parte final do artigo 11 da Emenda Constitucional 20/98, porquanto destinada apenas aos casos de que trata, ou seja, aos reingressos no serviço público por meio de concurso público antes da publicação da referida emenda e que envolvam cargos inacumuláveis.	RE 658.999	Min. Dias Toffoli	17/12/2022	32
1.097	Aos servidores públicos estaduais e municipais é aplicado, para todos os efeitos, o art. 98, § 2º e § 3º, da Lei 8.112/1990.	RE 1.237.867	Min. Ricardo Lewandowski	17/12/2022	109
1.172	Os programas de diferimento ou postergação de pagamento de ICMS – a exemplo do FOMENTAR e do PRODUIR, do Estado de Goiás – não violam o sistema constitucional de repartição de receitas tributárias previsto no art. 158, IV, da Constituição Federal, desde que seja preservado o repasse da parcela pertencente aos Municípios quando do efetivo ingresso do tributo nos cofres públicos estaduais.	RE 1.288.634	Min. Gilmar Mendes	18/12/2022	49
281	É constitucional o art. 22A da Lei nº 8.212/1991, com a redação da Lei nº 10.256/2001, no que instituiu contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção, em substituição ao regime anterior da contribuição incidente sobre a folha de salários.	RE 611.601	Min. Dias Toffoli	19/12/2022	152
801	É constitucional a contribuição destinada ao SENAR incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural, na forma do art. 2º da Lei nº 8.540/92, com as alterações do art. 6º da Lei 9.528/97 e do art. 3º da Lei nº 10.256/01.	RE 816.830	Min. Dias Toffoli	19/12/2022	127



Tema	Tese	Processo paradigma	Relator atual	Data de julgamento	Processos sobrestados
1.096	A enfermidade ou doença mental, ainda que tenha sido estabelecida a curatela, não configura, por si, elemento suficiente para determinar que a pessoa com deficiência não tenha discernimento para os atos da vida civil.	RE 918.315	Min. Ricardo Lewandowski	19/12/2022	4
651	Sem fixação de tese	RE 700.922	Min. Alexandre de Moraes	19/12/2022	644
847	Sem fixação de tese	RE 887.671	Min. Marco Aurélio	19/12/2022	132

1.4.3 O impacto dos representativos de controvérsia na formação conjunta de novos temas de repercussão geral

A interlocução com tribunais e turmas recursais do país é medida eficiente para a organização e priorização de temas de repercussão geral. A identificação de oportunidades de inclusões de processos na sistemática da repercussão geral, que representem outros diversos feitos (art. 1.036, § 1º, do CPC), é uma das providências que mais contribuem para a dispensa de atividades repetitivas em relação ao recebimento, triagem, distribuição e análise de recursos extraordinários na Corte.

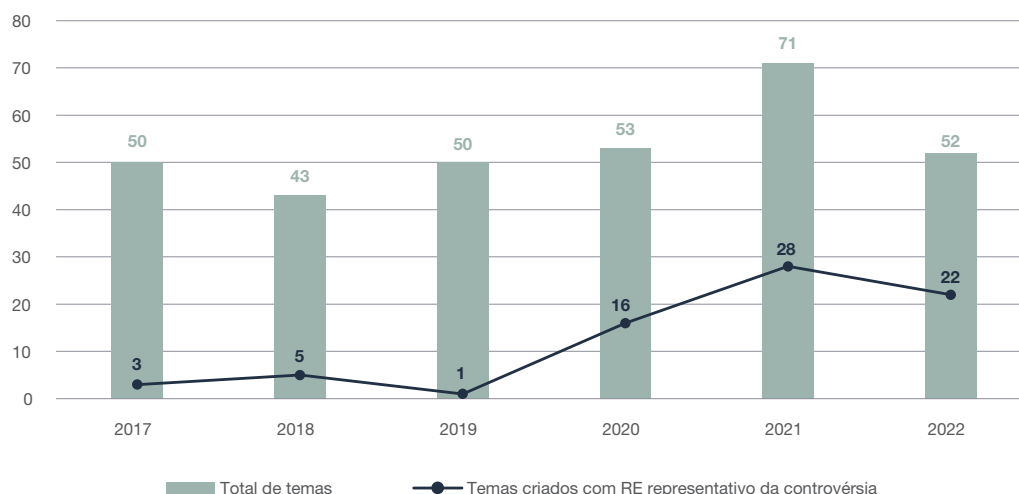
Nesse sentido, em 2022 manteve-se a prioridade de inclusão na sistemática da repercussão geral de recursos previamente analisados pela Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR) em que a origem os qualificou como representativos da controvérsia.

Assim, em 2022, dos 52 novos temas incluídos no Plenário Virtual da Repercussão Geral, 22 foram indicados pelas presidências e vice-presidências dos tribunais e turmas recursais como representativos da controvérsia, o que corresponde a 42,30% do número de inclusões.

Ao realizar um comparativo dos últimos seis anos, identifica-se um aumento substancial na inclusão de recursos extraordinários indicados como representativos da controvérsia na sistemática da repercussão geral, o que demonstra a potencialização efetiva da cooperação judicial entre o Supremo Tribunal Federal e os demais tribunais do país.



Gráfico 16 – Temas criados com RE representativo da controvérsia



Fonte: NUGEP – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do STF. Dados extraídos em 31/12/2022.

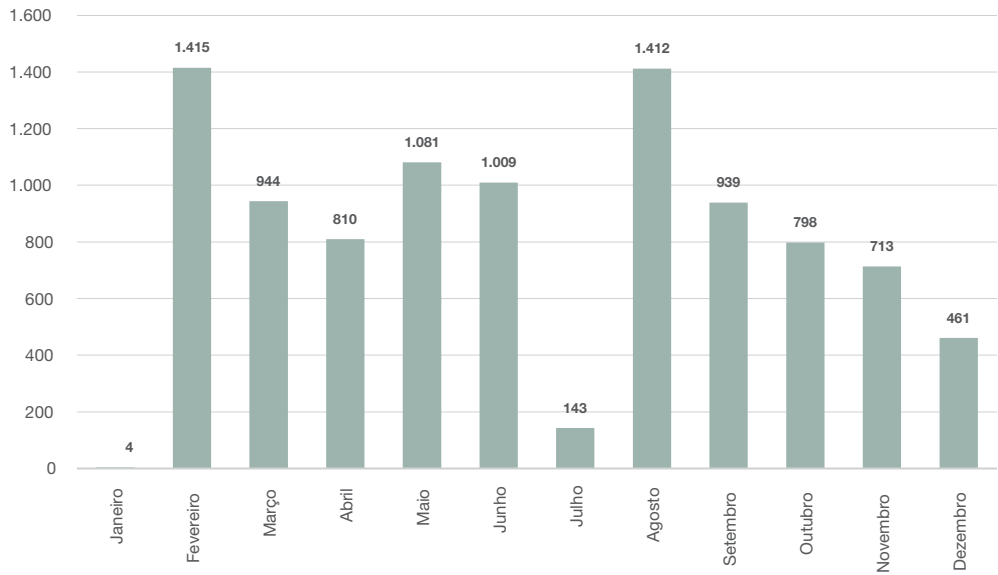
A criação de novos temas de repercussão geral a partir de representativos de controvérsia remetidos ao STF nos termos do art. 1.036, § 1º, do CPC representa prática eficiente de se evitar a tramitação desnecessária de processos. Com isso se prestigia a análise pelo STF de forma concentrada em um recurso apenas, ao invés de se analisar a mesma questão jurídica, uma a uma, em centenas ou milhares de casos.

1.4.4 Devolução de recursos aos tribunais e turmas recursais de origem com fundamento em tema de repercussão geral

Em 2022, de acordo com o gráfico a seguir, foram devolvidos aos tribunais e turmas recursais de origem 9.729 processos com fundamento em tema de repercussão geral, dos quais 8.512 foram pela atuação da Presidência, em juízo de admissibilidade, nos termos do Regimento Interno, o que corresponde a um percentual de 87,49% das devoluções.

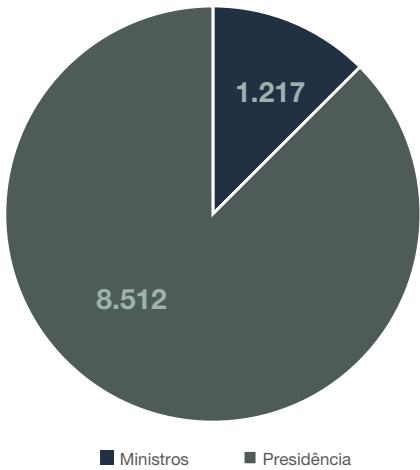


Gráfico 17 – Processos devolvidos por tema de repercussão geral



Fonte: CINT– Coordenadoria de Integração Institucional da SPR. Dados extraídos via Portal de Informações Gerenciais em 9/1/2023.

Gráfico 18 – Devoluções de processos por repercussão determinadas pela Presidência e Ministros

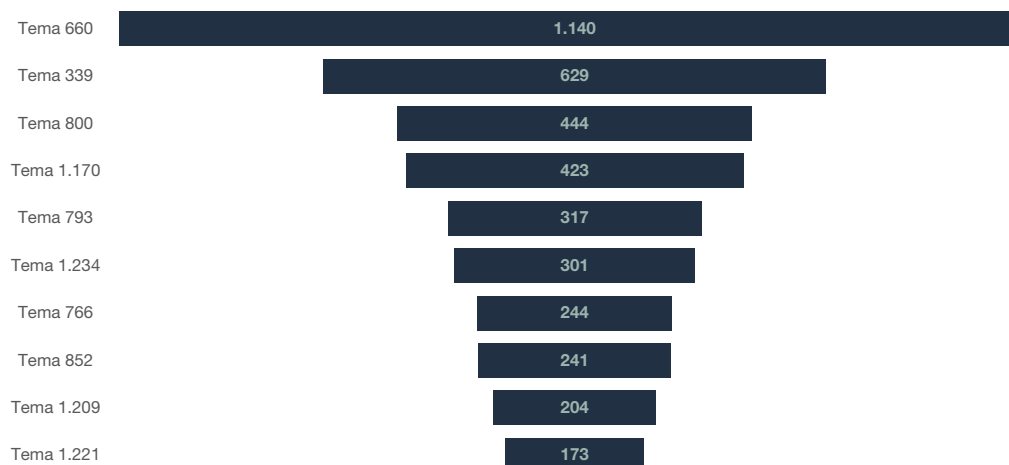


Fonte: CINT– Coordenadoria de Integração Institucional da SPR. Dados extraídos via Portal de Informações Gerenciais em 9/1/2023.



Os 10 temas de repercussão geral mais aplicados em 2022 foram responsáveis pela devolução de 4.116 processos aos tribunais e turmas recursais do país, o que corresponde a 42,30% do total de devoluções com fundamento na repercussão geral no ano de 2022. O gráfico a seguir demonstra os números absolutos de devoluções por tema.

Gráfico 19 – Processos devolvidos pelos 10 temas de repercussão geral mais aplicados



Fonte: CINT– Coordenadoria de Integração Institucional da SPR. Dados extraídos via Portal de Informações Gerenciais em 9/1/2023.

1.4.5 Impacto pontual da gestão da repercussão geral em números de processos nos tribunais superiores e demais tribunais

O STF promove interlocução constante com representantes dos tribunais e turmas recursais do país para identificar ativa e preventivamente as questões de direito que mais suscitavam dúvidas na sua aplicação ainda na origem, inclusive com os tribunais superiores, tendo em vista a posição institucional que esses tribunais possuem e o caráter multiplicador das decisões tomadas nos processos passíveis de encaminhamento ao STF como representativos.



Em 2022, quanto ao impacto da gestão da repercussão geral efetivada pelo STF, destaca-se o seguinte:

- no ano de 2022, 15.341 recursos considerados prejudicados e outros 3.144 processos considerados temas de repercussão geral, de acordo com informações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- criação de cinco novos temas de repercussão geral com potencial de multiplicidade expressiva, a saber: Tema 1.209; Tema 1.226; Tema 1.234; Tema 1.239 e Tema 1.243.

1.4.6 Temas de repercussão geral criados a partir de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs)

No contexto da aproximação institucional do STF das demais instâncias e com objetivo claro de fortalecer a sistemática de precedentes no país, destaca-se a criação de novos temas de repercussão geral a partir de recursos extraordinários interpostos contra julgamento sob o rito do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou do incidente de assunção de competência (IAC).

Esses novos institutos jurídicos criados pelo CPC, antecipam, fortalecem e consolidam, em precedentes qualificados, a resolução de questões jurídicas que se multiplicam em grande escala perante os tribunais e a primeira instância. Quatro novos temas criados em 2022: **1.202**; **1.215**; **1.227** e **1.233**.





2 Democracia, articulação institucional e transparência



A defesa da democracia, das instituições e da atuação dos membros da Suprema Corte permeou o ano de 2022. No Dia Internacional da Democracia, comemorado em 15 de setembro, a Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, reafirmou o compromisso do Tribunal com o regime democrático consagrado na Constituição Federal. A Presidente também lembrou em plenário, na sessão de 21 de setembro, a data que marca o Dia Internacional da paz e o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.



“Considerando, em especial, que a defesa da jurisdição constitucional e da integridade da ordem democrática constitui o norte de nossa gestão, reafirmo, neste 15 de setembro de 2022, a nossa fé no regime democrático consagrado em nossa Constituição, de que o STF tem a guarda por expresso comando constitucional.”
Ministra Rosa Weber, no Plenário do Supremo.

Em diversas ocasiões, as Ministras e os Ministros também se manifestaram. Em sessão do dia 26 de outubro, o Tribunal repudiou agressões sofridas pela Ministra Cármen Lúcia em razão de sua atuação no Tribunal Superior Eleitoral. A Presidente Rosa Weber reafirmou que o STF continuará na defesa intransigente do Estado Democrático de Direito, tarefa que lhe foi atribuída pela Constituição Federal. O decano da Corte, Ministro Gilmar Mendes, assinalou que, mesmo diante dos mais impensáveis ataques sofridos nos últimos anos e do cenário atual de erosão constitucional, o Estado brasileiro se revelou portador das virtudes republicanas clássicas: a tenacidade, a dignidade e a autoridade.



2.1 34 anos da CF

Em 2022, a Constituição Federal completou 34 anos. Para celebrar a data, a Suprema Corte promoveu uma série de ações e eventos. Na sessão plenária especial no dia 5 de outubro, a Presidente, Ministra Rosa Weber, destacou, entre as inúmeras facetas da história constitucional, o processo participativo e plural que resultou na obra constituinte, “como prenúncio alvissareiro de uma nova era de liberdades e justiça social”.

O decano também se pronunciou. Gilmar Mendes ressaltou que a Carta de 1988 tem a democracia como parâmetro desde sua concepção e, por esse motivo, tem entre seus principais temas a dignidade humana e a ideia de inclusão social. Manifestaram-se ainda o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Beto Simonetti.



Presidente, Ministra Rosa Weber, e Ministros no lançamento do selo comemorativo dos 34 anos da CF.



Como parte das celebrações, o Supremo lançou:

Versão digital da edição comemorativa da CF em formato pdf, com atualização até a Emenda Constitucional (EC) 125/2022, de 14 de julho de 2022.



Selo personalizado e carimbo alusivos à data, em parceria com a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).



Documentário “34 anos da Constituição Federal – Garantia da Democracia Brasileira”, que narra o processo de elaboração da carta constitucional. O vídeo traz imagens e fotos da época; depoimentos de Ministras e Ministros do Tribunal, de autoridades constituintes e representantes da sociedade civil; e o papel das mulheres, com imagens da atuação delas na Assembleia Nacional Constituinte.



Uma série com frases de Ministras e Ministros em atividade ou aposentados sobre o significado da Carta da República e sua importância tanto no contexto em que foi elaborada quanto no atual momento do país. As frases foram expostas em painéis eletrônicos no STF.



Exposição nos espaços do átrio da Biblioteca Victor Nunes Leal, no Museu e no Espaço Cultural Ministro Menezes Direito.

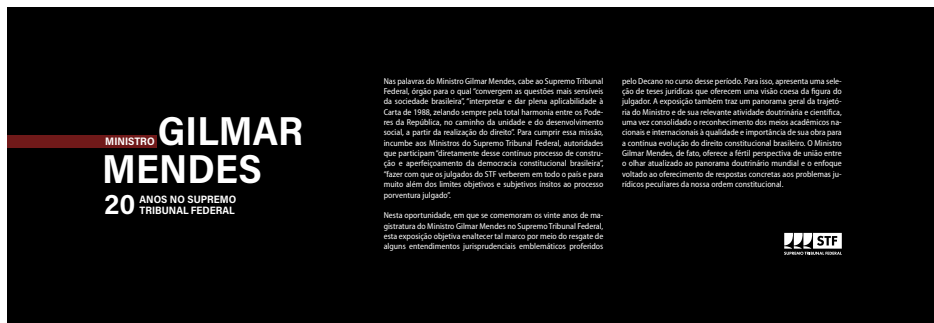


As iniciativas contaram, ainda, com matérias e conteúdos especiais nas plataformas de comunicação – portal, redes sociais, TV e Rádio Justiça.



2.2 Ministros de hoje, de ontem e de sempre

Ministro Gilmar Mendes – os 20 anos de atuação do decano da Corte foram comemorados pelo Plenário do Supremo. As celebrações reuniram discursos, a exibição de um documentário produzido pela TV Justiça e uma exposição sobre a trajetória do decano, para relembrar momentos importantes desde sua posse como Ministro em 20 de junho de 2002.



Ministro Teori Zavascki – O Supremo sediou, em agosto e setembro, o lançamento de publicações em homenagem ao Ministro Teori Zavascki, falecido em 2017. A primeira, *Eis aí suas rosas*, foi editada pela Associação Senhora de Lourdes e escrita com base em declarações de familiares, servidores e autoridades. A segunda, *Teori na prática*. Uma biografia intelectual, analisa julgados nos quais foram proferidos os mais notáveis votos do Ministro ao longo de quase 28 anos de atuação em três diferentes tribunais – STF, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Ministro Celio Borja – A Corte lamentou o falecimento do Ministro ocorrido em 27 de junho de 2022, na cidade do Rio de Janeiro. Em nota, o Ministro Luiz Fux destacou que Celio Borja, que permaneceu no Tribunal de 1986 e 1992, deixou como legado “o exemplo de dignidade com o qual se portou mesmo em momentos difíceis da história do Brasil”.

Ministro Celso de Mello – Na data em que o Ministro Celso de Mello completou dois anos de aposentadoria, em 13 de outubro de 2022, o Plenário recordou a importância de seu legado para a Corte. Na ocasião, a Presidente Rosa Weber destacou alguns ensinamentos do Ministro, com destaque para o respeito à Constituição Federal e às leis, a independência do Judiciário e a repulsa aos resíduos de autoritarismo ainda presentes atualmente.



2.3 Sessões solenes

1º/2 – Abertura do Ano Judiciário

A sessão solene, que simboliza o início dos trabalhos, foi realizada por videoconferência, devido a restrições na circulação de pessoas na Corte, em virtude da pandemia da Covid-19.



12/9 – Posse na Presidência

A Ministra Rosa Weber tomou posse na Presidência do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em substituição ao Ministro Luiz Fux. Juíza há 46 anos, ela é a terceira mulher e primeira magistrada de carreira a assumir o cargo. Em seu discurso, a Presidente afirmou seu compromisso com o Estado Democrático de Direito, a laicidade do Estado e a separação dos Poderes. O Ministro Luís Roberto Barroso foi empossado como Vice-Presidente.



Em nome da Corte, a Ministra Cármen Lúcia disse que ninguém seria mais adequada para assumir o cargo. “É uma magistrada séria, responsável e democrata, a conduzir, com a prudência inerente à República e com a decência própria à virtude democrática, a gestão da coisa pública no espaço do Poder Judiciário”.



Ministra Rosa Weber e Ministro Luís Roberto Barroso assinam, respectivamente, o termo de posse como Presidente e Vice-Presidente do STF e do CNJ.



2.4 Audiências públicas

As audiências públicas foram regulamentadas no STF pela Emenda Regimental 29/2009, que atribuiu competência ao Presidente ou ao relator, nos termos dos arts. 13, XVII, e 21, XVII, do RISTF, para “convocar audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em determinada matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral e de interesse público relevante”.

Em 2022, foram realizadas duas audiências públicas convocadas pelos Ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes.

36ª Audiência pública

Processos relacionados: ADC 81 e ADI 7.187

Relator: Ministro Gilmar Mendes

Tema: Autorização para novos cursos de medicina

Data: 17 de outubro



37ª Audiência pública

Processo relacionado: ADPF 976

Relator: Ministro Alexandre de Moraes

Tema: População em situação de rua no Brasil

Data: 21 e 22 de novembro



2.5 Articulação institucional

O Supremo, em sua busca por soluções conjuntas para temas de interesse nacional, mantém constante diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com organismos internacionais, com órgãos integrantes do Sistema de Justiça e demais instituições da sociedade.

Com o objetivo de disciplinar a cooperação judiciária nacional do Supremo com os demais órgãos do Poder Judiciário, foi publicada a Resolução nº 775, de 31 de maio de 2022. O normativo prevê acordo para promoção de articulação parlamentar de projetos de interesse do Poder Judiciário perante o Legislativo.



Nas Casas Legislativas – Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados – foram acompanhadas 189 sessões plenárias e 220 reuniões de comissões, além de diversas proposições de interesse do Tribunal.

Ao longo do ano, a Presidência representou a Corte em eventos e agendas nacionais e internacionais. As Ministras e Ministros também receberam representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, bem como participaram de eventos institucionais. A seguir, alguns compromissos.

2/2

Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, participou de sessão solene do Congresso Nacional destinada à inauguração da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.



23/2

Os Presidentes do STF, Ministro Luiz Fux, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, assinaram ato que instituiu uma comissão de juristas responsável por apresentar proposições legislativas para “dinamizar, unificar e modernizar o processo administrativo e tributário nacional”.



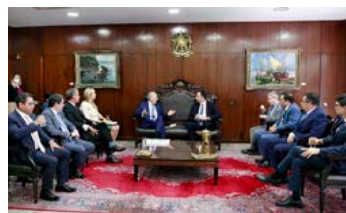
9/3

Um grupo de artistas entregou às Ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber e aos Ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes um documento sobre questões ambientais com 42 assinaturas, em que pedem prioridade ao julgamento de processos que tramitam no STF sobre a matéria.



11/3

Instalação no Senado Federal da Comissão de Juristas criada para debater a atualização da Lei do *Impeachment* (Lei 1.079/1950) e presidida pelo Ministro Ricardo Lewandowski.



30/3

Ministra Rosa Weber recebeu a Medalha Mietta Santiago (nível platina), concedida pela Câmara dos Deputados. A comenda é destinada a pessoas, instituições, campanhas, programas ou movimentos de cunho social por iniciativas relevantes em defesa do direito das mulheres no Brasil.

2/5

Evento “Diálogos institucionais sobre a agenda 2030: experiência do STF e do STJ”, realizado em formato virtual.

5/5

Solenidade de abertura, no Museu do STF, da exposição “Liberdade e imprensa – o papel do jornalismo na democracia brasileira”, promovida pela Associação Nacional de Jornais (ANJ).



11/5

Lançamento do Programa Corte Aberta, que disponibiliza à sociedade a base de dados do Tribunal de forma ampla e transparente. Com quatro eixos de trabalho, o programa permite a visualização dos dados em um ambiente digital único, o que facilita a pesquisa de informações.



16/5

Lançamento da ferramenta de inteligência artificial RAFA. Ela foi desenvolvida para apoiar a classificação de processos na Corte de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).



Ministro Dias Toffoli representou o STF na Conferência Iberoamericana de Justiça Constitucional, na República Dominicana. Na ocasião defendeu o papel da transparência contra a desinformação e na defesa da democracia.



25/5

Comemoração dos 15 anos da repercussão geral. Seminário realizado nos dias 26 e 27 de maio debateu medidas constitucionais e processuais referentes à repercussão geral.

9/6

Audiência pública realizada com o objetivo de colher informações da sociedade civil sobre novas soluções e modelos de negócio da TV e da Rádio Justiça.

21/6

Presidente do Supremo, Ministro Luiz Fux, recebeu o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e um grupo de 11 Senadores, entre eles líderes partidários e representantes da bancada feminina.

**22/6**

Lançamento do Sistema de Governança Organizacional do STF, em evento virtual realizado em parceria com a Rede Brasil de Governança. Participaram os Ministros do Supremo Luiz Fux e Edson Fachin.

29/6

Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e outros 21 líderes partidários, inclusive representantes da bancada feminina, foram recebidos no Salão Nobre do STF.

**18/8**

Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, abriu o seminário virtual sobre a Agenda 2030 nas Supremas Cortes do Mercosul, que contou com a participação de Ministros do STF e das Cortes Constitucionais da Argentina e do Paraguai.



1º/9

STF sediou reunião de articulação de assessores parlamentares do Poder Judiciário.

15/9

Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, recebeu representantes de seis etnias indígenas dos Estados do Maranhão, da Bahia, do Rio de Janeiro, de Mato Grosso do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais, que pediram a retomada do julgamento que discute o marco temporal.



19/9

Supremo promoveu a palestra “Racismo estrutural: como combater?”, direcionada a servidores, colaboradores e estagiários da Corte.



21/9

Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, participou de forma virtual do Fórum de Justiça do BRICS (bloco de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O evento foi organizado pelo Supremo Tribunal Popular da China, na cidade de Haikou, capital da província de Hainan.



Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva entregou a publicação *Pela Inclusão* à Presidente Rosa Weber, à Ministra Cármen Lúcia e aos Ministros Ricardo Lewandowski (foto), Luiz Fux e Nunes Marques.



29/9

Presidente do Supremo, Ministra Rosa Weber, participou ao lado do Presidente do TSE, Ministro Alexandre de Moraes, da abertura do programa de observadores e convidados internacionais para as eleições gerais de 2022, promovido pela Corte eleitoral.

Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, recebeu em audiência autoridades eleitorais do Brasil, de Costa Rica, do Equador, de Honduras, do Paraguai e da Associação das Magistradas Eleitorais das Américas, para troca de impressões sobre o processo eleitoral do Brasil e de outros países.



6/10

Audiência entre a Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, e o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Bruno Dantas.

Presidente Rosa Weber recebeu em audiência o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Guilherme Caputo Barros.

18/10

Ministro Luiz Fux foi agraciado com a medalha e o diploma da Ordem do Congresso Nacional, na ordem Grã-Cruz, pelo serviço prestado ao país durante sua gestão na Presidência da Corte no biênio 2020-2022. A condecoração foi concedida em sessão solene realizada no Senado Federal.

19/10

Presidente Rosa Weber e integrantes da assessoria jurídica do gabinete do Comandante do Exército.



25/10

Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, recebeu em audiência o Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Gilberto Porcello Petry.

Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, recebeu em audiência representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

30/10

Presidente Rosa Weber acompanhou, na sede do Tribunal Superior Eleitoral, a apuração dos votos da eleição, ao lado do Presidente da Corte Eleitoral, Ministro Alexandre de Moraes, da Ministra Cármen Lúcia e do Ministro Ricardo Lewandowski.

**1º/11**

Presidente da República, Jair Bolsonaro, esteve no Supremo a convite da Presidência e conversou com os Ministros da Corte que estavam presentes em Brasília: a Presidente, Ministra Rosa Weber, e os Ministros Gilmar Mendes, decano, Luiz Fux, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça. Compareceu também o Ministro da Economia, Paulo Guedes.

4/11

Ministra Rosa Weber, Presidente, Ministra Cármen Lúcia e Ministro Edson Fachin receberam em audiência, no Gabinete da Presidência, o Arcebispo de Brasília, Dom Paulo Cezar Costa.

9/11

Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, recebeu – ao lado dos Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça – o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Vice-Presidente eleito, Geraldo Alckmin.



21/11

Reunião de alinhamento estratégico entre o STF e STJ para analisar os resultados alcançados com o acordo de Cooperação Técnica n. 5/2021 e discutir novas ações.

23/11

Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, recebeu em audiências, no Salão Branco da Corte, dirigentes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

25/11

Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, recebeu em audiência o Juiz da Corte Internacional de Haia, Leonardo Nemer Caldeira Brant.

30/11

STF e STJ promoveram o “IV Encontro Nacional de Precedentes Qualificados: fortalecendo a cultura dos precedentes”. O evento de dois dias ocorreu no STF, com transmissão simultânea nos canais das duas Cortes no *YouTube*.



2/12

Reunião final de trabalho da comissão especial criada pelo Ministro Gilmar Mendes para discutir o ICMS sobre combustíveis e formas de compensação pelas perdas de arrecadação. A criação da comissão se deu no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.191 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 984, que tratam da matéria.



7/12

STF sediou a cerimônia de premiação das práticas vencedoras do 19º Prêmio Innovare. Entre as iniciativas ganhadoras estão projetos que



aproximam jovens do Poder Judiciário, combatem a intolerância religiosa, acolhem mulheres vítimas de violência doméstica e gestantes em situação de vulnerabilidade e oferecem serviços judiciais à população em locais de difícil acesso.

12/12

15 governadores – alguns em fim de mandato e outros eleitos – foram recebidos pela Presidente Rosa Weber, ocasião em que trataram do julgamento de ações envolvendo o Diferencial de Alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (Difal/ICMS).



Ministros participaram da sessão solene, no Tribunal Superior Eleitoral, de diplomação do Presidente e do Vice-Presidente da República eleitos.



2.5.1 Sextas inteligentes

Reuniões por videoconferência às sextas-feiras com magistrados e gestores dos núcleos de gerenciamento de precedentes dos tribunais, para constante alinhamento e consolidação de parceria institucional.

Entre janeiro/2022 e dezembro/2022, foram realizadas **29 reuniões**.



2.5.2 Intercâmbio entre tribunais e o STF para a prática de precedentes qualificados

Trata-se de intercâmbio entre o STF e os tribunais do país voltado a magistrados e servidores dos núcleos de gerenciamento de precedentes e equipes de admissibilidade recursal, com vistas ao conhecimento prático para a atuação com precedentes qualificados.

Com o *benchmarking* de boas práticas e o conhecimento das atividades desenvolvidas no STF para apoiar e promover a formação, aplicação e gestão dos precedentes, formam-se multiplicadores e fortalece-se a cultura de precedentes no país.

Em agosto de 2022, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região foi o primeiro a participar da iniciativa. Durante uma semana, servidores desse Tribunal visitaram o STF e trocaram informações e experiências em todas as unidades da Secretaria de Gestão de Precedentes.

2.5.3 Interlocução com tribunais de origem para racionalidade nas atividades de envio de recursos extraordinários

Reuniões por videoconferência com magistrados e servidores integrantes das presidências ou vice-presidências com o objetivo de estabelecer interlocução direta com os tribunais para evitar o envio desnecessário de recursos extraordinários, privilegiando a ampliação da seleção de recursos extraordinários representativos da controvérsia, conforme previsto no § 1º do art. 1.036 do CPC, para possível submissão da matéria ao rito da repercussão geral pela Presidência do STF.

No período de janeiro a dezembro/2022, foram realizadas 5 reuniões com as equipes dos seguintes tribunais: Tribunal de Justiça de São Paulo, Tribunal de Justiça do Paraná, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

2.6 Transparência

A cada ano, a Suprema Corte tem aprimorado e ampliado os canais de comunicação com a sociedade para fortalecer a transparência e garantir o acesso a informações públicas, a exemplo do atendimento da Central do Cidadão, do Programa de Combate à Desinformação e das plataformas de comunicação institucional – portal, redes sociais, TV e Rádio Justiça.



2.6.1 Central do Cidadão

Para facilitar ainda mais o acesso dos usuários, foi lançada uma nova página eletrônica da Central do Cidadão. No “Fale com o STF”, é possível enviar sugestões, elogios e reclamações sobre os serviços oferecidos pelo Tribunal, informar possíveis irregularidades em atos administrativos do Supremo ou de seus servidores, solicitar informações de interesse público e pedir dados sobre processos, além de instruções sobre procedimentos judiciais e o funcionamento do Tribunal.



Em 2022, entre as solicitações registradas na Central do Cidadão, destacam-se os 22.379 atendimentos sobre informações processuais e os 5.835 pedidos relativos a serviços do Supremo. No ano, também foram remetidas à Defensoria Pública da União (DPU) 6.297 cartas recebidas do sistema carcerário. Esse procedimento é possível graças à parceria firmada com a DPU para dar maior efetividade e celeridade ao tratamento dessas correspondências. Vale também destacar que 91 cartas recebidas com pedidos de *habeas corpus* (HC) foram encaminhadas para autuação e distribuição no Supremo.

Entre os assuntos recorrentes nas manifestações que chegaram à Central, 290 mencionaram o termo “revisão da vida toda” (RE 1.276.977), 550 citaram a ADI 5.090 (correção FGTS) e 310 fizeram referência à palavra “eleições”.

Para a interlocução direta com o cidadão também foi reformulado o portal da Transparência e disponibilizada de forma eletrônica a Carta de Serviços do Tribunal.

2.6.2 Programa de Combate à Desinformação (PCD)

Em 2022, foram estabelecidas as primeiras parcerias do Programa de Combate à Desinformação. Com apoio dos parceiros, o STF promoveu ações e projetos educativos ou de esclarecimento das funções do Tribunal, além de combater práticas que afetam a confiança das pessoas na Justiça e colocam em risco direitos fundamentais e a estabilidade democrática.

- 55 adesões de parceiros, sendo 22 universidades.
- 18 ações e projetos concluídos ou permanentes.



Ao longo do ano, foram executadas diversas ações:

16/3



Apresentação da nova campanha “**A Turma da Mônica e o Poder Judiciário**”. O projeto reúne uma revista em quadrinhos (impressa e digital), 4 vídeos animados e 16 tirinhas para as redes sociais. O conteúdo foi produzido pelos Estúdios Mauricio de Sousa, com patrocínio da Associação dos Juizes Federais (AJUFE), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), sem custo aos cofres públicos.

18 e 19/5

Supremo reuniu os parceiros para as primeiras discussões em torno do tema “desinformação” e para a assinatura do termo de adesão ao Programa.



22/6

Parceria do STF com o *WhatsApp* e a *Robbu*, empresa voltada a soluções de atendimento digital *omnichannel*, para implementar atendimento por um canal oficial de mensagem via *chatbot* no *WhatsApp*. Disponível no número +55 61 3217-3003 ou pelo link <https://wa.me/556132173003>, o canal traz acesso a serviços e informações institucionais relevantes sobre a atuação do Tribunal.

20/7

Seminário “**Os desafios da desinformação e as tecnologias para combatê-la**”, promovido pelo STF e TSE, em parceria com o Instituto Vero. O evento contou com a participação dos especialistas internacionais Philip Howard, professor da Universidade de Oxford, e Graham Brookie, consultor da Casa Branca durante o governo Obama.



21/7

Profissionais de *marketing* político debateram sobre desinformação na live “Paz e respeito às instituições nas campanhas políticas”, promovida pelo STF, pelo TSE e pelo Clube Associativo dos Profissionais de *Marketing* Político.

3/8

Para celebrar os 200 anos da Independência do Brasil, o STF sediou o lançamento de livro com artigos científicos, de autoria dos Ministros da Corte, sobre 11 liberdades previstas na Constituição. Além da publicação, também foi produzida uma cartilha ilustrada com grafite sobre o mesmo tema.



15, 19, 22 e 26/8

Workshop “**Por Dentro do Supremo – edição especial para jornalistas**” para aproximar os jornalistas que trabalham em veículos de comunicação que atuam no Supremo do cotidiano do trabalho desenvolvido no Tribunal, de forma a proporcionar experiência teórica e prática sobre diversas temáticas atuais.



2.6.3 Comunicação institucional

Para chegar a novos públicos, a instituição tem investido em diferentes canais de comunicação. O Tribunal conta com perfis oficiais nas principais plataformas digitais como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube*. Ele está presente também no *TikTok*, uma das redes sociais mais populares no momento. O trabalho desenvolvido pelo STF nessa plataforma foi vencedor, na categoria Mídia Social, do **Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça**.

Além das redes sociais, as decisões e eventos institucionais da Suprema Corte são divulgados no portal, na Rádio Justiça e na TV Justiça, que completou 20 anos em 2022, além dos canais internos de comunicação que mantêm Ministros, servidores, colaboradores e estagiários informados sobre os acontecimentos da instituição. A seguir, alguns números evidenciam o compromisso do STF de informar a sociedade e dar visibilidade e transparência a seus atos, por meio dos canais oficiais de comunicação:



Democracia, articulação institucional e transparência – Relatório de Atividades 2022

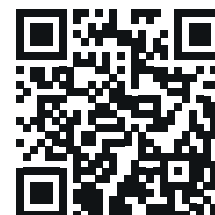


1.658**matérias publicadas no portal do STF.****2.789.956****acessos às notícias publicadas.****126****notícias traduzidas****aos idiomas espanhol e inglês e publicadas no portal internacional.****87.635****acessos ao portal internacional.****1.407****publicações na intranet,****entre matérias, reportagens, colunas, galerias, comunicados, notícias de serviço, convites e coberturas de eventos.****209.710****matérias clipadas,****entre publicações de jornais, revistas, sites, blogs, televisão e rádio.****579****edições do resumo diário de notícias enviadas a dirigentes e assessores com as citações ao Supremo, além da edição com destaques da manhã com seleção de matérias sobre os principais acontecimentos no Brasil e no mundo.****1.797****demandas de *design* desenvolvidas para projetos especiais.****114****demandas atendidas para registros de áudio e vídeo,****por exemplo, de eventos, sessões de julgamentos, videoconferências, cursos, treinamentos e palestras.****91.276****matérias veiculadas pela TV e Rádio Justiça.****3.154****fotografias publicadas no perfil do STF no *Flickr*.****34.166****novos inscritos no canal oficial do STF no *YouTube*, com o total de 431.331 inscritos.****No período, foram registradas 1.674.963 visualizações dos vídeos postados.****276 mil****novos seguidores para o perfil do STF no *Twitter*,****que soma 2,65 milhões de seguidores e 44 milhões de visualizações dos tweets.****42%****de crescimento do canal do STF no *Facebook*, que conta com 27.500 seguidores.****94%****de crescimento do canal do STF no *Instagram*, que atingiu 299.170 seguidores.****116%****de crescimento do canal oficial do STF no *TikTok*, que totalizou 69.300 seguidores.****No período, os vídeos postados alcançaram 1.999.908 visualizações.**

Landing page de jurisprudência

No primeiro semestre de 2022, a *landing page* de jurisprudência, página do portal do STF que serve como porta de entrada aos usuários, foi reformulada.

As mudanças tiveram o objetivo de concentrar em um único lugar os pontos de acessos aos diversos produtos e serviços de divulgação de jurisprudência do Tribunal, de modo a facilitar a navegação dos usuários.



2.7 Programa Portas Abertas – visitação pública



Em abril, o “**Programa Portas Abertas**” retomou a visitação pública, após um período suspenso em virtude da pandemia da Covid-19. Foram recebidos **4.960 visitantes** – entre advogados, estudantes, turistas e comunidade em geral –, dos quais 4.220 participaram da visita às instalações do STF, 610 assistiram a sessões plenárias e 130 a sessões das Turmas.

Para os estudantes de direito que participaram das sessões de julgamento foram emitidos **496 certificados** de presença que permitem a comprovação, em suas respectivas instituições de ensino, da realização de atividades extraclasse.

2.8 Compromisso com o conhecimento

A Suprema Corte lançou, ao longo de 2022, diversas publicações que buscam difundir a interpretação das decisões colegiadas do Tribunal, apresentar



informações sobre temas de ações debatidas em audiências públicas, além das obras em língua inglesa que reúnem decisões relevantes do STF em temas específicos.

A obra **“População em Situação de Rua no Brasil”**, lançada em novembro, inaugurou tecnologia de texto alternativo (lido por programas especializados e convertido em áudio), com explicações da foto e dos ícones visuais utilizados na capa. A publicação também destacou a *hashtag* #ParaTodosVerem, com a descrição das imagens.



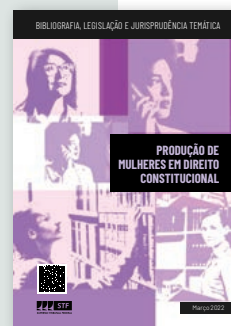
O objetivo é ampliar a acessibilidade e promover a inclusão digital de pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades de acesso ao texto impresso, conforme previsões do Tratado de Marraqueche, promulgado no Brasil por meio do Decreto 9.522/2018.

A segunda edição do livro **“Convenção Americana sobre Direitos Humanos”**, também lançada em novembro pelo Supremo, foi elogiada pela diretora-geral da Academia Interamericana de Direitos Humanos da Universidade Autônoma de Coahuila (México), Irene Spigno. Segundo ela, a obra “mostra a sensibilidade do STF de colocar como prioritária a agenda dos direitos humanos”. A manifestação da jurista se deu no Congresso Mundial de Direito Constitucional, ocorrido de 5 a 9 de dezembro na Universidade de Joanesburgo, na África do Sul.

As publicações podem ser acessadas na versão digital, em formato PDF, no portal do STF na internet.

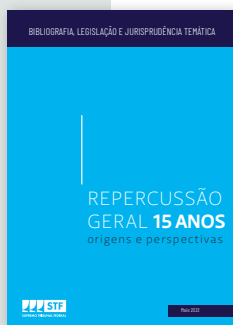


Fevereiro
Sessão Solene de
Instalação do Ano
Judiciário de 2022



Março
Produção
de Mulheres
em Direito
Constitucional





Maio
*Repercussão Geral
15 anos – Origens e
perspectivas*



Setembro
*Cadernos de
Jurisprudência
do Supremo
Tribunal Federal:
Concretizando
Direitos Humanos –
Direito das Pessoas
LGBTQIA+*



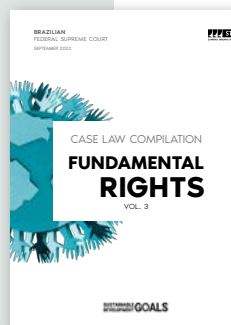
Setembro
*Museu do Supremo
Tribunal Federal –
História e Acervo
– 1978-2022*



Setembro
*Coletânea Temática
de Jurisprudência
– Direito Eleitoral
(2ª edição)*



Julho
*Arguição de
Descumprimento
de Preceito
Fundamental*



Setembro
*Case Law
Compilation:
Fundamental
Rights
(3º volume)*



Setembro
*Amplitude
da Cobertura
dos Planos de
Saúde e Rol de
Procedimentos
da ANS*



Setembro
*Memória
Jurisprudencial
Ministro Hermes
Lima*





Outubro
Chamamento Público para o Funcionamento de Novos Cursos de Medicina



Novembro
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (2ª edição)



Novembro
Consciência Negra – publicada no âmbito das homenagens promovidas por ocasião do Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro.



A Suprema Corte produziu e disponibilizou ainda outras publicações como as 38 edições do **Informativo STF**, de periodicidade semanal, com o resumo das teses e conclusões dos principais julgamentos realizados pelos órgãos colegiados; o *Informativo Temático Anual*, com resumos organizados por assuntos e ramos do Direito; e quatro edições do **STF Bulletin**, publicação em inglês que difunde internacionalmente as principais decisões colegiadas da Corte.

Foram elaboradas 11 edições do informe de jurisprudência do Mercojur com a seleção de decisões e notícias em meios de comunicação de referência internacional, nos idiomas português, espanhol e inglês.

A Corte divulgou também a primeira pesquisa científica desenvolvida institucionalmente pelo STF, **O Plenário Virtual na Pandemia da Covid-19**. Foram lançados os números 1 e 2 do volume 2 da *Suprema* – Revista de Estudos Constitucionais, periódico científico produzido pelo Tribunal, que publica semestralmente artigos, resenhas, entrevistas e traduções de significativo impacto acadêmico.



Além da publicação de obras especializadas, o Supremo promoveu encontros para debater temas relevantes e atuais. Em novembro, foi inaugurado o “**Diálogos com o Supremo**”, programa de difusão do conhecimento jurídico, em formato de palestras e exposições. A primeira conferência foi proferida pelo jurista alemão Armin Von Bogdandy sobre o “Mandato transformador do sistema interamericano de direitos humanos”.



No mesmo mês, a convidada foi a Professora Gisèle Szczyglak, doutora em Filosofia Política com especialização em Sociologia Política e Ética Aplicada e especialista em equidade de gênero e igualdade profissional. Ela abordou o tema “Mulheres em posição de liderança: uma questão de equidade”.



O Supremo realizou sete edições do “**SAE Talks – Ideias que aprimoram o Supremo**”. Entre temas e debatedores convidados, o projeto abordou a “Memória da Assembleia Nacional Constituinte e o desenho do sistema político brasileiro”, com o Ministro aposentado Nelson Jobim, e “A política é para todos”, com Gabriela Prioli.



O projeto **Autor em Foco** trouxe seis autores e autoras de livros jurídicos com o objetivo de promover a aproximação dos usuários da biblioteca. Entre as obras abordadas estavam *Processo legislativo constitucional*, de João Trindade Cavalcante Filho, e *Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas*, de Maria Paula Dallari Bucci. Já o “Biblioteca com Vida” apresentou duas edições sobre “Biblioteconomia e ação”, com Thalita Gama, e “Obras raras e segurança”, com Raphael Greenhalgh.

O Tribunal promoveu ainda encontros acadêmicos. A 5ª edição, por exemplo, trouxe a Ministra aposentada Ellen Gracie Northfleet como uma das palestrantes sobre o Plenário Virtual. Na “**Série de webinars STF e Universidade de Münster**” foram realizados dois encontros, um sobre “Cortes constitucionais e proteção contramajoritária” e outro sobre “Constitucionalismo digital e democracia”.

2.8.1 Intercâmbios

O STF realizou em maio a segunda edição do Programa de Intercâmbio “**Por Dentro do Supremo**”, que tem como objetivo aproximar estudantes de graduação e de pós-graduação da história e memória do STF, de forma a proporcionar experiência teórica e prática sobre o trabalho desenvolvido no Tribunal, além de fazer emergir discussões relevantes de temas de pesquisa que envolvam a instituição.



Entre outubro e novembro, houve a cooperação acadêmica e científica, *in loco*, no campo do Direito, atinente a tópicos de *design* constitucional e de Supremas Cortes, Direitos Humanos e Governança Judicial, realizada por meio do Acordo de Cooperação Técnica n. 19/2021, celebrado entre o STF e a Universidade de Münster (Alemanha). A pesquisadora participante colheu informações para seu estudo sobre como a lei pode corrigir desigualdades e sobre o reflexo do Direito à igualdade e da não discriminação na pobreza. A pesquisadora apresentou os resultados de sua pesquisa no âmbito do STF.



2.8.2 Comissão de Veneza

Durante o ano de 2022, foram encaminhados ao STF, e devidamente respondidos, **11 questionários** de diversas Cortes Constitucionais de países membros da Comissão de Veneza sobre os mais variados assuntos:

Prática de “*slapp suit*” (Corte Constitucional da África do Sul);

obrigatoriedade de vacinação contra a Covid-19 (Corte Constitucional da República Tcheca);

restrições à liberdade condicional; quórum para tomada de decisão nas Cortes; e controle de preços de produtos básicos (Corte Constitucional da Albânia);

distinção entre ocupantes de função pública e outros cidadãos no tocante à presunção da legalidade na aquisição de propriedade (Corte Constitucional da Moldávia);

competências do Procurador-Geral da República (Corte Constitucional da Eslováquia);

atividades da sociedade civil que comprometem valores fundamentais e democráticos (Conselho de Estado dos Países Baixos);

liberdade de expressão; e proibição de votação para pessoas presas (Corte Constitucional da Letônia);

publicidade de informações em casos de matéria civil (Suprema Corte dos Países Baixos); e

veiculação de propagandas eleitorais em época de campanha (Corte Constitucional da Macedônia do Norte).



De outra parte, o STF formulou consulta à Comissão de Veneza para obter informações sobre decisões de caráter provisório proferidas por juiz singular. Na ocasião, foram recebidas 15 contribuições de Tribunais Constitucionais e Supremas Cortes de outros países, uma do Tribunal Europeu de Direitos Humanos e uma do Kosovo.

2.8.3 Memória documentada

Arquivo 100% Digital – A Corte finalizou o projeto “**Arquivo 100% Digital**”, que converteu para o formato digital todo o acervo judicial destinado à guarda permanente do STF. Foram digitalizados aproximadamente 20 mil volumes de processos físicos, autuados entre 1970 e 2018, excluídos apenas os processos que possuem restrição de acesso e os que demandam intervenções para o seu manuseio. A seleção e a digitalização utilizaram recursos próprios do Supremo, como conjuntos de *scanners*, computadores e demais materiais necessários à execução do serviço.



Arquivo Joaquim Nabuco – A plataforma digital “**Supremo Histórico – Arquivo Digital Joaquim Nabuco**” é um espaço voltado a estudantes, pesquisadores ou interessados na história do Supremo e do Poder Judiciário. Nele é possível consultar documentos de valor histórico do Tribunal da Relação, da Casa da Suplicação e do Supremo Tribunal de Justiça, que são custodiados pelo Supremo Tribunal Federal.

2.8.4 Exposições e mostras

Além das exposições sobre os 34 anos da Constituição Federal e os 20 anos do Ministro Gilmar Mendes no Supremo, a Corte promoveu uma série de outras mostras nas dependências do Tribunal, especialmente no Museu.





Tema: “Liberdade & Imprensa – o papel do jornalismo na democracia brasileira”, promovida pela Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Descrição: Mostra em razão da celebração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

Local: Museu do Supremo Tribunal Federal

Data: Maio



Tema: Registros fotográficos de Sebastião Salgado no projeto “Amazônia”.

Descrição: Exposição de quadros e arte com registros fotográficos assinados por Sebastião Salgado, que integram o projeto “Amazônia” e foram doados ao STF na gestão da Ministra Cármen Lúcia.

Local: subsolo do Edifício-Sede

Data: Outubro





Tema: “Convenção Americana sobre Direitos Humanos – 30 anos da promulgação no Brasil”

Descrição: A mostra traz painéis com informações básicas sobre a convenção, infográfico com os países signatários e a linha do tempo destacando antecedentes históricos dos direitos humanos na América e a recepção da convenção no Brasil.

Local: hall de acesso ao Plenário

Data: Novembro



Tema: “Dia Nacional da Consciência Negra”

Descrição: Exposição em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Foram apresentados painéis com decisões fundamentais do Tribunal no processo de neutralização das desigualdades históricas e sociais e na consolidação de uma sociedade pluralista e livre de preconceitos. As peças mostraram registros fotográficos retirados do acervo do Nappy, banco de imagens só de pessoas negras.

Local: Museu do Supremo Tribunal Federal

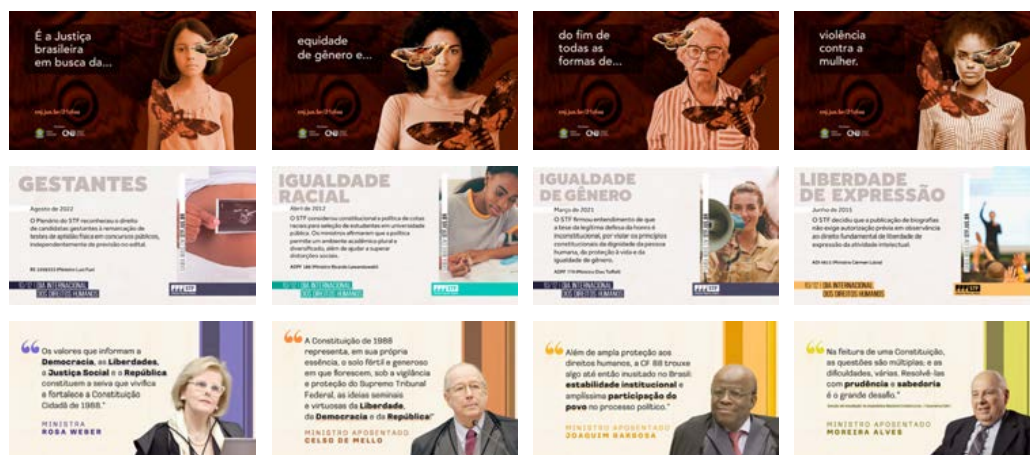
Data: Novembro



Além das exposições e mostras, o Supremo exibiu, em telas localizadas no *hall* do Museu, no Edifício-Sede do Tribunal, algumas campanhas e ações especiais sobre temas de interesse da Corte.

Em outubro, ficaram em destaque as manifestações de Ministras e Ministros sobre os 34 anos da Constituição (Ver mais página 71). Em novembro, o STF aderiu à campanha “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa buscou promover o debate e a mobilização de pessoas e organizações públicas e privadas para a prevenção e a eliminação da violência contra mulheres e meninas, na linha dos instrumentos internacionais que proclamam a igualdade de gênero e se opõem a todas as formas de discriminação.

Em dezembro, para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, foram exibidas diversas mensagens sobre decisões da Suprema Corte que tratam de temas como meio ambiente, trabalho, igualdade sexual, dignidade do preso, acesso à Justiça, indígenas, quilombolas, gestantes e pessoas com deficiência.



Observação: Os números mencionados neste capítulo se referem ao período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2022.







3 Governança e gestão



3.1 Planejamento estratégico

A partir de 2020, o STF passou a adotar um novo modelo para elaboração, desdobramento, implementação e acompanhamento do Plano Estratégico institucional: o MGE-STF 2.0. O método estabelece como instrumentos o plano estratégico de longo prazo (PE-STF) – de 5 a 10 anos – e os planos estratégicos da gestão (PEG-STF) – de até 2 anos.



O PE-STF é mais abrangente e estável. Contempla a missão, a visão de futuro, os valores e os temas estratégicos do STF, servindo de referência para os planos estratégicos das gestões.

O PEG-STF, por seu turno, deriva do PE-STF e reflete as diretrizes e as prioridades de cada Presidência. É composto pelo norte da gestão e por objetivos, metas e indicadores estratégicos, a partir dos quais são definidas as prioridades de melhoria da gestão e é realizado o desdobramento da estratégia em ações, iniciativas e projetos.

Em 2022, foi finalizado o Plano Estratégico da Gestão do Ministro Luiz Fux e publicado o Plano de Gestão da Ministra Rosa Weber, vigente até 2023.

Para o norte do biênio 2020-2022 “Vocação Constitucional e Governança com Eficiência”, foram eleitos quatro objetivos estratégicos, detalhados por sete metas.



Quadro 1 – Resultados do Plano Estratégico da Gestão 2020-2022

Norte	Objetivos Estratégicos	Metas Estratégicas	Resultados
Vocação Constitucional	Objetivo Estratégico 1: Aumentar o foco no julgamento de processos de conteúdo essencialmente constitucional	Manter o acervo de processos recursais em decréscimo.	104% da meta alcançada Em 31/12/2022, havia 12.491 processos recursais em trâmite, o que representa um decréscimo de 4,3% em relação ao menor acervo histórico do Tribunal (relativo ao ano de 2020, de 13.059 processos).
	Objetivo Estratégico 2: Integrar a Agenda ONU 2030 ao STF	Concretizar, por ano, pelo menos 70% das entregas para a institucionalização da Agenda ONU 2030 no STF previstas pela Resolução 710/2020.	119% da meta alcançada em 2021 117% da meta alcançada em 2022
Governança com Eficiência	Objetivo Estratégico 3: Aprimorar a governança e gestão organizacional	Alcançar 70% das entregas relativas ao programa “Aprimorar o Sistema de Governança e Gestão Organizacional do STF”, no ciclo da gestão.	92,7% da meta alcançada 64,9% das entregas concretizadas
	Objetivo Estratégico 4: Serviços 100% <i>on-line</i>	Ter 100% do acervo de processos (incluídos os sigilosos) tramitando em meio eletrônico.	99,8% da meta alcançada Restaram apenas 43 processos físicos (todos criminais) em andamento, o que representa menos de 0,2% do acervo.
		Ter 100% dos serviços disponíveis digitalmente e com acesso amplo e irrestrito aos cidadãos e jurisdicionados.	100% da meta alcançada 100% dos serviços do STF já estão disponíveis de forma digital.
		Disponibilizar 100% dos serviços estratégicos dentro do nível de excelência estabelecido.	100% da meta alcançada. Todos os serviços estratégicos apresentam indicador superior a 99,7% de disponibilidade.
		Atingir 50% de automação do processo judicial em plataforma única.	84% da meta alcançada. Em dez/2022, o índice de automação do processo judicial em plataforma única estava em 42,1%

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Dados extraídos em 9/1/2023.


Para 2023, foi estabelecido o norte: “Proteção Jurisdicional da Constituição e da Integridade do Regime Democrático” com cinco objetivos estratégicos e sete metas.



Quadro 2 – Plano Estratégico da Gestão 2022-2023

Norte	Objetivos Estratégicos	Metas Estratégicas (a serem atingidas até dez/2023)
Proteção Jurisdicional da Constituição e da Integridade do Regime Democrático	Objetivo Estratégico 1: Otimizar o processo decisório	Disponibilizar novo Plenário Virtual da Repercussão Geral no STF-Digital.
		Ampliar de 7 para 11 o número de Gabinetes de Ministros que executam o fluxo de decisão monocrática no STF-Digital.
	Objetivo Estratégico 2: Aprimorar os serviços prestados aos cidadãos e aos jurisdicionados	Disponibilizar pesquisa única para o <i>DJe</i> .
		Tornar as demandas tratadas por meio do canal “Fale com o STF”, do portal do STF, 100% aderentes à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
	Objetivo Estratégico 3: Ampliar a integração da Agenda ONU 2030 ao STF	Concretizar 70% das ações para ampliar a integração da Agenda ONU 2030 ao STF.
	Objetivo Estratégico 4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional	Alcançar 70% das entregas relativas ao programa “Aprimorar o Sistema de Governança e Gestão Organizacional do STF”.
	Objetivo Estratégico 5: Ampliar o uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA)	Disponibilizar pelo menos uma nova ferramenta de IA no STF.

3.1.1 Realização de pesquisa sobre o nível do conhecimento da estratégia institucional



Em maio de 2022, foi lançado o slogan **#EstratégiaViva**, que busca, entre outras coisas, tornar o Plano Estratégico vivo, acessível e adaptável à realidade e ao contexto do Tribunal. Arelado a isso, foi aplicada a primeira pesquisa sobre o conhecimento da estratégia do STF, com o intuito de obter informações precisas sobre o nível de conhecimento dos colaboradores sobre a estratégia no âmbito do Supremo. A pesquisa tem por escopo subsidiar iniciativas que aperfeiçoem a comunicação, favorecendo o engajamento e a mobilização em torno desse assunto, que, em última instância, aprimora os resultados institucionais do STF a serem oferecidos à sociedade.



3.1.2 Projetos estratégicos

Em 2022, foram alcançados os resultados dos projetos estratégicos apresentados a seguir.

Quadro 3 – Resultados dos projetos estratégicos 2020-2022

Objetivos Estratégicos	Produtos/Resultados	Projetos Estratégicos	Resultados
Objetivo Estratégico 2: Integrar a Agenda ONU 2030 ao STF	Estrutura organizacional para executar ações para institucionalizar a Agenda 2030 no STF	Institucionalização da Agenda ONU 2030	89% executados
Objetivo Estratégico 3: Aprimorar a governança e gestão organizacional	Aprimoramento do Sistema de Governança Organizacional do STF	Desdobramento do IGG	100% concluídos
		Potencialize – gestão de desempenho	44% executados
		Aprimoramento do mecanismo de controle	68% executados
		Aprimoramento do mecanismo de liderança	75% executados
		Aprimoramento do mecanismo de estratégia	90% executados
		Aprimoramento de gestão de pessoas	62% executados
		Aprimoramento da gestão de TI	61% executados
		Aprimoramento das contratações	30% executados
		Aprimoramento da gestão orçamentária e financeira	52% executados
Objetivo Estratégico 4: Serviços 100% <i>on-line</i>	Módulos de consulta processual e pesquisa avançada de processos na plataforma do STF-Digital	Consulta e pesquisa avançada	100% concluídos
	Módulo de tratamento de incidentes processuais no STF-Digital	Incidentes	100% concluídos
	Módulo de análise do processo judicial e incidente processual e elaboração de minutas no STF-Digital	Gabinetes/Monocráticas	100% concluídos
	Módulo para padronização dos tipos de julgamento na plataforma STF-Digital	Julgamentos colegiados	73% executados



Objetivos Estratégicos	Produtos/Resultados	Projetos Estratégicos	Resultados
Objetivo Estratégico 4: Serviços 100% <i>on-line</i>	Módulo para automatização dos atos cartorários do processamento das decisões no STF-Digital	Processamento	91% executados
	Solução de integração entre os sistemas processuais eletrônicos dos tribunais de origem	Módulo de jurisdição extraordinária	65% executados
	Módulo de tratamento, edição e gerenciamento de petições no STF-Digital	Tratamento de petições	80% executados

Quadro 4 – Projetos estratégicos da gestão 2022-2023

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos (em fase de estruturação)	Produto
Objetivo Estratégico 1: Otimizar o processo decisório	Nova solução de repercussão geral	Solução para a repercussão geral orientada aos temas no STF-Digital
	Gabinetes 2.0	Ampliar de 7 para 11 o número de Gabinetes de Ministros que executam o fluxo de decisão monocrática no STF-Digital
Objetivo Estratégico 2: Aprimorar os serviços prestados aos cidadãos e aos jurisdicionados	Pesquisa unificada no <i>DJE</i>	Ambiente unificado para pesquisa no <i>DJe on-line</i>
	Adequação do canal “Fale Conosco” à LGPD	Tratamento dos dados pessoais dos serviços do canal “Fale com o STF” evidenciados pelo Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD).
Objetivo Estratégico 3: Ampliar a integração da Agenda ONU 2030 ao STF	Ampliação da integração da Agenda ONU 2030 ao STF	Ampliação da integração da Agenda 2030 ao STF
Objetivo Estratégico 4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional	Programa Governança e Gestão	Aprimoramento do Sistema de Governança Organizacional do STF
Objetivo Estratégico 5: Ampliar o uso de ferramentas de IA	Projeto Vitória	Ferramenta de IA para apoio à triagem qualificada de recursos



3.2 Reestruturação administrativa

Observados a perenidade da missão institucional do Tribunal, os seus objetivos, a preservação e o aperfeiçoamento das ações encampadas pelas gestões anteriores, bem assim a necessidade de atualização decorrente das mudanças organizacionais, digitais e culturais, foi aprovada na 4ª Sessão Administrativa, no período de 7 a 14 de dezembro de 2022, as seguintes mudanças na estrutura orgânica do STF:

Criação da Assessoria de Inteligência Artificial (AIA), que tem como principal atribuição assessorar a Alta Administração do Tribunal no aprimoramento da produtividade do trabalho jurídico, por meio da experimentação e da criação de soluções de inteligência artificial;

Absorção da Assessoria de Projetos Judiciais pela Secretaria de Tecnologia da Informação e criação de núcleo especializado, a fim de conferir mais segurança aos sistemas e usuários;

Criação do Centro de Soluções Alternativas de Litígios do Supremo Tribunal Federal (CESAL/STF), voltado a integrar o Centro de Mediação e Conciliação, o Centro de Cooperação Judiciária, ambos já existentes, e o recém-constituído Centro de Coordenação de Apoio às Demandas Estruturais e Litígios Complexos, como unidades conexas no âmbito da Presidência, este último destinado a auxiliar a resolução de litígios estruturais e complexos, os quais, sabidamente, exigem técnicas especiais de efetivação processual e intervenções jurisdicionais diferenciadas.



Acesse a página da ata da sessão administrativa



3.3 Sistema de Governança

O Sistema de Governança (SIGOV) foi instituído pela Resolução nº 755, de 13 de dezembro de 2021, como mecanismo de liderança transversal, para apoiar a definição e a implementação de iniciativas estruturantes relacionadas à Governança do STF. Cabe às diversas unidades da Casa, relacionadas com o tema, desenvolver as medidas necessárias a implementar seus mecanismos e boas práticas de governança.

Em 2022, foram publicados os seguintes normativos relacionados ao SIGOV:

**Política de Comunicação Social (Resolução n. 730/2021)**

Regulamenta a comunicação institucional do STF, nos âmbitos externo e interno, de modo a garantir seu alinhamento aos princípios constitucionais da administração pública e ao Regimento Interno do Tribunal.

**Política de Sustentabilidade (Resolução n. 747/2021)**

Estabelece diretrizes para a atuação do Tribunal de forma alinhada aos interesses dos cidadãos e das partes interessadas, promovendo práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e de processos administrativos, a fim de minimizar os impactos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades do órgão.

**Programa e Plano de Integridade (Resolução n. 757/2021)**

Sistematiza o conjunto de medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de irregularidades, fraudes e atos de corrupção. Permite que vários instrumentos de gestão e controle passem a ser vistos em conjunto, com abordagem e utilização sistêmicas.



**Política de Transparência, Dados Abertos e Prestação de Contas (Resolução n. 758/2021)**

Define as diretrizes, os objetivos, as medidas e as práticas a serem adotadas para a promoção da transparência no âmbito do Tribunal, bem como cria instância temática de governança – Comitê de Transparência e Prestação de Contas (CTPC-STF) – responsável pela implementação, coordenação e supervisão da política.

**Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais (Resolução n. 759/2021)**

Regulamenta a proteção de dados pessoais nas atividades jurisdicionais e administrativas do STF, conferindo-lhes conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

**Política de Segurança da Informação (Resolução n. 773/2022)**

O Tribunal produz e recebe diversas informações no exercício de suas competências constitucionais, legais e regulamentares, que são armazenadas em diferentes suportes e veiculadas por diversas formas.

A política de segurança da informação estabelece mecanismos e práticas com o objetivo de manter essas informações íntegras, disponíveis, com autenticidade garantida e eventual sigilo resguardado.

**Programa Corte Aberta (Resolução n. 774/2022)**

Reúne as ações e as designações de responsabilidades para a governança de dados judiciais no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Tem por objetivo mobilizar as unidades do Tribunal para promover a governança, a transparência ativa e a acurácia em relação aos dados judiciais do STF, gerando confiança e compreensão sobre as informações públicas.



**Política de Acessibilidade e Inclusão Social
(Resolução n. 778/2022)**

Além de conferir garantia ao direito fundamental de acessibilidade, a implementação de práticas de promoção da acessibilidade e inclusão social visa ampliar a participação social na melhoria dos serviços do STF e sua fiscalização, aumentando as chances de entrega de serviços mais aderentes aos anseios das partes interessadas e da sociedade.

**Política de Governança do STF (Resolução
n. 780/2022)**

Traz os princípios, as diretrizes e os objetivos da governança no Tribunal; o detalhamento do funcionamento e das rotinas do sistema; e a delimitação das competências dos tipos de decisão a serem tomadas pelas instâncias superiores e de apoio à governança.

**Política de Gestão de Riscos (Resolução
n. 781/2022)**

Tem a finalidade de desenvolver, disseminar e implementar metodologias que promovam tomadas de decisões mais responsáveis, baseadas em evidências, e melhorias contínuas nos processos organizacionais, serviços, projetos e iniciativas.

**Política de Gestão da Estratégia (Resolução
n. 782/2022)**

Estabelece o modelo de gestão da estratégia e os instrumentos que o compõe. Traz os princípios e os objetivos da política de gestão da estratégia; a estrutura e competências, a fim de promover a entrega de valor para a sociedade.

**Política de Transparência, Dados Abertos e
Prestação de Contas (Resolução n. 786/2022)**

Regulamenta a divulgação de informações na página “Transparência e Prestação de Contas” do portal do Supremo Tribunal Federal, bem como os procedimentos e responsabilidades relativos à prestação de contas no âmbito do Tribunal.



3.3.1 Acordo de Cooperação Técnica n. 2/2022 com a Rede Governança Brasil

Com o objetivo de robustecer os preceitos da governança, gestão de riscos e *compliance* e de conjugar esforços para fomentar a adoção de governança colaborativa por entidades e órgãos públicos do Sistema de Justiça, o STF firmou Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Rede Governança Brasil (RGB).



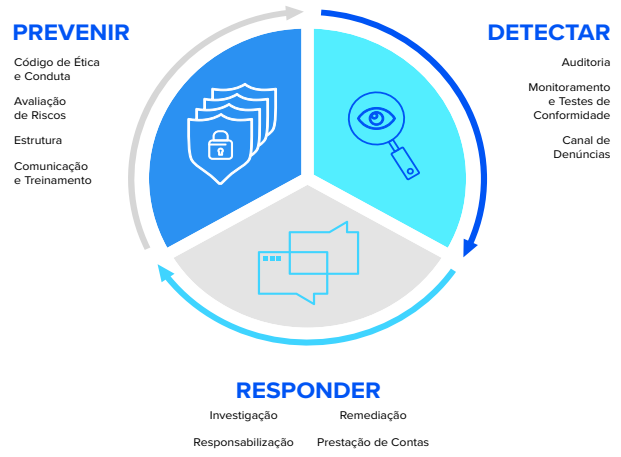
No âmbito do ACT com a RGB, em junho de 2022, houve o lançamento do SIGOV, com abertura do Ministro Presidente do STF à época, Luiz Fux, que contou com a participação do Ministro Edson Fachin, do Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes, do Diretor-Geral do STF e do Presidente da RGB.



No mês de agosto de 2022, o STF coordenou a realização do V Fórum de Governança no Sistema de Justiça, evento realizado também no contexto da parceria com a RGB, que teve como objetivo apresentar as experiências de especialistas em temas voltados às melhores práticas de governança.

3.3.2 Sistema de integridade

A promoção da integridade é requisito que faz parte das práticas do mecanismo “controle” e está prevista no SIGOV como um dos arranjos de governança a serem implementados no âmbito do Sistema.



Em 2022, a IN nº 273/2022 regulamentou e estabeleceu o fluxo interno de tratamento de conflito de interesse. Trata-se de uma prática de integridade que garante mais transparência na atuação dos servidores no âmbito do STF e na prevalência de interesses públicos sobre interesses privados. Estão em andamento outros processos para tratamento de denúncias, tratamento de conflito de interesses e tratamento de nepotismo.

3.3.3 Outras ações de aprimoramento da governança:

Mapeamento integrado no processo referente à folha de pagamento dos servidores;

Mapeamento do fluxo recursal da Assessoria Processual;

Gestão de riscos na contratação de serviços de áudio e vídeo;

Mapeamento do fluxo recursal da Secretaria de Gestão de Precedentes;

Fluxograma de prorrogação contratual;

Mapeamento de riscos nos Objetivos Estratégicos “Integrar a Agenda 2030 da ONU ao STF”, “Aprimorar a Governança e a Gestão Organizacional” e “Serviços 100% *on-line*”;

Gestão de riscos na contratação de serviços de berçário;

Gestão de riscos da contratação de apoio administrativo na área de almoxarifado e controle de patrimônio.

3.4 Modelo de Gestão Operacional

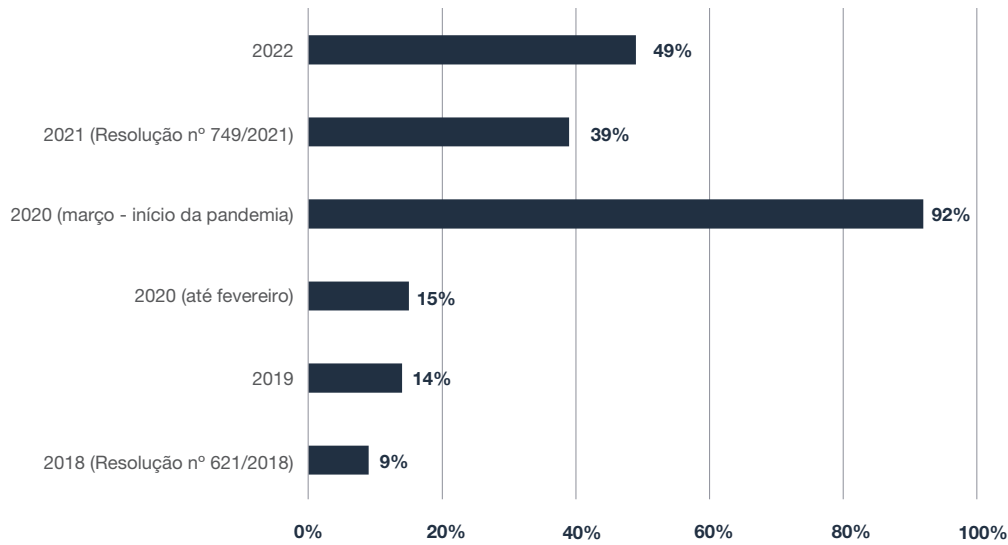
Com a publicação da Resolução nº 749/2021, o STF definiu o Modelo de Gestão Operacional (MGO), construído a partir das diretrizes da alta administração, da experiência de mais de um ano de aplicação do Modelo de Gestão Integrada das



Atividades (MGA) e das contribuições recebidas dos servidores e dos gestores em pesquisas realizadas durante o ano de 2021.

No fim de 2022, o modelo estava implementado em 28 unidades do Tribunal. Das 28, 18 fizeram entregas dos relatórios gerenciais e dos planos de trabalho. Até dezembro de 2022, 580 servidores estavam na modalidade remota ou híbrida, o equivalente a 49% da força de trabalho do Tribunal.

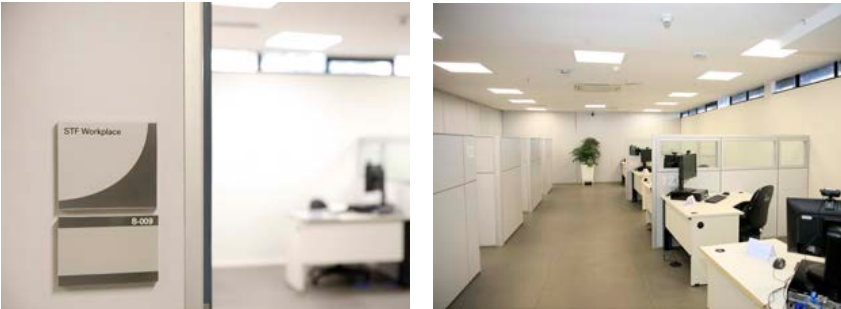
Gráfico 20 – Evolução do trabalho remoto/híbrido no STF



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas. Supremo Tribunal Federal.
Dados extraídos em 13/12/2022.

3.4.1 STF *Workplace*

Em abril de 2022, o Tribunal inaugurou seu **espaço compartilhado de trabalho – STF *Workplace***, ambiente alternativo a ser utilizado em situações pontuais e de forma rotativa, mediante agendamento, pelos servidores do STF que estão em trabalho presencial, remoto ou híbrido.



3.5 Auditoria interna: principais ações e resultados

A Auditoria Interna colabora com a consecução dos objetivos do STF ao prestar serviços de avaliação e consultoria que disseminam conhecimento interno, aperfeiçoam a transparência, as operações, os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, bem como proporcionam confiabilidade às informações institucionais e contribuem para a imagem do Tribunal perante a sociedade.

Os projetos e as ações mais relevantes concluídos em 2022 pela AUDI foram:



3.6 Orçamento do STF

Em 2022, o percentual de execução financeira do STF sobre a dotação orçamentária foi de 92,3%.



3.6.1 Planejamento de contratações

O Plano Anual de Contratações do STF para 2022 tinha 290 demandas originalmente planejadas para ocorrer e 77 demandas emergentes, que surgiram no decorrer de 2022. No entanto, durante a instrução processual, 25 demandas foram canceladas pela unidade demandante.

Durante o ano de 2022, foram geridos 175 contratos vigentes, realizadas 51 licitações na modalidade pregão e 72 contratações diretas por inexigibilidade ou dispensa de licitação, além de 87 prorrogações.

3.7 Gestão predial

No ano de 2022, o Supremo Tribunal Federal deu encaminhamento às obras e aos projetos voltados à preservação do patrimônio histórico, conservação, preservação e manutenção das instalações físicas sob a responsabilidade do STF.

Destacam-se as seguintes ações:

Instalação de filtros centrais de água nos edifícios do STF;

Reforma do 3º andar do Edifício Anexo I, Ala B;

Adequação de espaço multifuncional para as atividades multidisciplinares, abrangendo capacitação, saúde e bem-estar dos servidores;

Substituição das luminárias do Salão Branco e Salão de Bustos do Edifício-Sede;

Reforma da portaria do Edifício Anexo I (Via S2);

Instalação de bate-rodas e protetores de colunas nas garagens.



3.8 Saúde e sustentabilidade

Em março, o Supremo retomou as atividades presenciais. A medida levou em consideração, entre outros pontos, a cobertura vacinal e a idade da força de trabalho do Supremo, que conta com 59% de servidores e colaboradores com idade entre 21 e 45 anos.

Ao longo do ano, a Corte deu continuidade às ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19, como avaliação, pelo médico do trabalho, dos ambientes ocupacionais e da realização de eventos presenciais com potencial de aglomeração, com elaboração de laudos técnicos e recomendações de saúde e segurança no trabalho. Outras iniciativas também foram desenvolvidas, como:

46 boletins epidemiológicos, que embasaram a Administração na tomada de decisões e no funcionamento das áreas do Tribunal;

712 respostas no inquérito vacinal;

651 testes rápidos realizados para detecção da Covid-19;

2.157 atendimentos remotos em saúde para servidores e colaboradores com sintomas sugestivos de infecção pela Covid-19.

Em outra frente, com o objetivo de conhecer as condições de saúde e bem-estar dos trabalhadores do STF e buscando induzir uma cultura institucional de avaliação de saúde sistemática, foi realizado um diagnóstico de saúde, que contou com **458 respostas ao formulário no STF**.

A assistência à saúde no STF realizou, no ano, **13.694 atendimentos**, sendo **4.329** na modalidade de **pronto atendimento** (enfermagem, medicina, fisioterapia e odontologia); **4.672** na modalidade remota; e **4.693** na modalidade presencial.

Foram realizados ainda:

2.957 aulas de ginástica laboral;

385 atendimentos no Programa Avaliação Periódica em Saúde (APS);



267 monitoramentos remotos e 320 consultas presenciais no programa Sorria STF;

22 monitoramentos remotos e 86 consultas presenciais no Programa Saúde da Boquinha, que objetiva a promoção da saúde bucal das crianças entre 3 meses e 12 anos de idade, por meio de ações de educação e adoção de medidas terapêuticas individuais com foco preventivo;

17 bebês foram acompanhados pelo Berçário;

226 pessoas dentre servidores e colaboradores do STF, do CNJ, do TCU e de outros tribunais superiores participaram de três eventos virtuais denominados “Bate-Papo com a SIS” sobre a pandemia, Covid-19 e dengue;

453 pessoas participaram de **38 Rodas de Terapia Comunitária Integrativa (TCI)**, prática que tem por objetivo promover um espaço de cuidado em grupo que, a partir do acolhimento e da ajuda mútua, contribui para a saúde emocional dos participantes;

180 participações em 8 encontros do **Projeto Ser Integrado** com o propósito de “cuidar de quem cuida” e promover momentos de diálogos e vivências relacionados às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) para os profissionais da área de saúde do Tribunal.

3.8.1 Agenda ONU 2030

A Agenda 2030 da ONU é um plano global para atingirmos, em 2030, um mundo melhor para todos os povos e as nações. No âmbito do STF, a Agenda ONU 2030 foi definida como tema prioritário no ciclo do Planejamento Estratégico 2021/2025, e priorizada como objetivo estratégico nos Planos Estratégicos das Gestões 2020/2022 e 2022/2023.

Em 2022, o grupo de trabalho da Agenda ONU 2030, instituído pela Resolução n. 710/2020, executou diversas iniciativas, além de correlacionar os indicadores e as ações previstas no Plano de Logística Sustentável, em fase de revisão, aos dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável.



Vale destacar que, entre março e abril de 2022, foi realizada **enquete interna** para aferir o grau de conhecimento sobre a Agenda 2030, da qual participaram 114 pessoas, entre juízes, servidores, estagiários e colaboradores do STF. **Os resultados** dessa enquete indicaram que 55,30% dos respondentes conhecem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 28,1% entendem sua relação com o trabalho que desenvolvem.



Até 9/12/2022, o painel no *hotsite* da Agenda indicava 3.668 etiquetas em processos de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

3.8.2 Acessibilidade

O Supremo publicou, em junho, a Resolução n. 778/2022, que instituiu a política de acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência no Supremo Tribunal Federal.



O propósito dessa política é reafirmar o posicionamento do STF como um tribunal mais justo e equânime e comprometido com as demandas das pessoas com deficiência (PcD). O normativo direciona as ações para a promoção de práticas internas mais acessíveis e inclusivas, a partir de princípios e diretrizes voltados para a efetivação dos direitos das PcD, e institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão Social (CPAIS-STF).

Integram o quadro de pessoal do STF, no ano de 2022, **68 servidores com deficiência (6%)**. Destes, 45 são acompanhados no âmbito do Programa Inclusão Social das Pessoas com Deficiência no Supremo Tribunal Federal – STF sem Barreiras. Já no Programa de Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais (PAPNE) são acompanhadas **25 pessoas**. O PAPNE possibilita o tratamento multidisciplinar e integrado para os titulares e os dependentes econômicos inscritos no STF-Med que apresentem enfermidades permanentes e temporárias, com relevantes consequências pessoais, familiares e sociais, cujo tratamento, por sua duração e complexidade, exija acompanhamento sistemático da área técnica de saúde da Corte.

O Tribunal organizou, ainda, o bate-papo “A importância do diagnóstico de acessibilidade nas instituições: o caminho da inclusão”. O evento contou com a presença da convidada Valéria Ribeiro, assessora para a inclusão e acessibilidade de Tribunal de Contas da União, e com 33 participantes.



3.8.3 Campanhas

A Corte também desenvolveu diversas campanhas educativas, com a elaboração e atualização de materiais de educação em saúde e da cartilha Boas Práticas do Trabalhador. A seguir, serão apresentados alguns destaques.



Ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19



Prevenção à dengue e arboviroses

Verificação da presença de focos de dengue no STF e promoção de bate-papo com a presença de 42 pessoas.

Prevenção à gripe

2.708 pessoas vacinadas. Durante a campanha foram arrecadados: 190 kg de alimentos e 31 frascos de vidro para o Banco de Leite do DF.

Dia Mundial da Saúde e da Atividade Física

Abril e agosto – Em parceria com o Tribunal Superior do Trabalho, contou com mais de 100 participantes no evento Tribunais em Movimento.





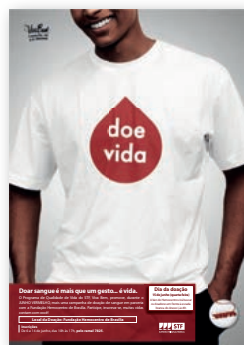
Sua Saúde Começa pela Boca

Campanha para sensibilizar e conscientizar servidores e colaboradores sobre as causas da cárie e outras doenças crônicas, bem como sua relação com a qualidade da alimentação, em especial a ingestão de açúcares, além de divulgar práticas de autocuidado.



Alimentação saudável: do rótulo ao prato

Ação realizada para conscientizar hábitos alimentares saudáveis.



Junho Vermelho

Dia Mundial do Doador de Sangue – parceria com a Fundação Hemocentro de Brasília.



Agosto Dourado – Aleitamento materno e saúde infantil

Ações centradas na promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos relacionadas aos primeiros mil dias de vida da criança.



Setembro Amarelo

Realização de ações em atenção à saúde mental e emocional de todos os servidores e colaboradores.



Outubro Rosa

Atividades com enfoque no autocuidado, no bem-estar e no estímulo à adoção de estilo de vida saudável para a prevenção de doenças, como o câncer de mama.



3.8.4 Iluminação especial no Edifício-Sede

Ao longo do ano, o Supremo muda a iluminação da fachada do Edifício-Sede em apoio a diversas campanhas educativas pela saúde. Há ainda a celebração de datas especiais, como a Semana da Pátria, quando o prédio recebeu as cores verde e amarelo, também em virtude das comemorações do bicentenário da Independência do Brasil.



Confira a seguir mais algumas iluminações especiais do Edifício-Sede.



Movimento Maio Amarelo, em apoio à campanha de chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito.



Junho Vermelho, em apoio à campanha criada pelo Ministério da Saúde em 2015 com o objetivo de homenagear os doadores de sangue e conscientizar os não doadores sobre a importância do ato.





Com as cores do arco-íris em homenagem ao **Mês do Orgulho LGBTQIAP+**, a iluminação, implementada em parceria com a Anamatra, reforçou o enfrentamento ao preconceito e à discriminação.



Outubro Rosa, em apoio à campanha mundial de conscientização e combate ao câncer de mama.



Novembro Azul, em apoio à campanha de conscientização e prevenção do câncer de próstata.



STF iluminado na cor laranja em adesão ao **Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres**.

3.9 Aprimoramento tecnológico na prestação jurisdicional

Consulta processual

Disponibilização de todas as informações relevantes no STF-Digital para consulta unificada. Em 2022, foram desenvolvidos ajustes na pesquisa processual vinculados à manipulação e visualização de peças, com adição de filtros para especializar as pesquisas. Tais avanços tornaram viável descontinuar o uso dos sistemas antigos eJud Consulta Processual e Supremo.



Pesquisa avançada

Unificação da pesquisa avançada na plataforma do STF-Digital a fim de facilitar a identificação de processos a partir de critérios específicos, de modo integrado às demais ferramentas de apoio à atividade jurisdicional, tornando mais céleres as tarefas de análise processual.

Todos os critérios de pesquisa do sistema Supremo e outros presentes no eSTF-Gabinetes foram implementados no STF-Digital. Também foi implementada a pesquisa de protocolo por número na origem e aprimorada a usabilidade na exclusão de peças.

Adoção do novo sistema pelos Gabinetes

Em 2022, foram adicionadas ao sistema STF-Digital as seguintes funcionalidades, que beneficiam o trabalho desenvolvido pelos Gabinetes dos Ministros: tratamento e assinatura de textos em lote; alteração do setor vinculado pelo próprio usuário, facilitando a usabilidade para aqueles que atuam nos Gabinetes da Presidência e Vice-Presidência; melhorias na edição de textos, no assinador digital e na gestão do acervo processual dos Gabinetes. O sistema já é utilizado em oito dos onze Gabinetes do STF.

Processamento

Foram desenvolvidos ajustes necessários no mecanismo de controle de prazos, que passou a contemplar todas as classes processuais, o que possibilitou seu uso pelos demais setores de processamento da Secretaria Judiciária. O módulo Expedientes foi implantado em sua primeira versão e contempla o fluxo básico de elaboração, revisão, aprovação e assinatura dos expedientes. Está integrado com o módulo de Gabinetes e com o sistema Processamento, ainda necessário, para utilização pelo setor de expedição.

Julgamentos

Desenvolveram-se as seguintes funcionalidades da fase de pós-julgamento: finalização da sessão de julgamento, lançamento de resultado, revisão e publicação do extrato da ata de julgamento. Também foi desenvolvida a integração do sistema com o editor de textos *onlyoffice* e a construção da nova interface do STF-Digital, que contempla a atualização de tecnologias necessárias para funcionamento adequado e seguro do sistema.



Incidentes

Após a finalização da operação assistida nos setores de processamento da Secretaria Judiciária, foram realizadas melhorias e correções de erros. O projeto foi concluído em junho de 2022.

Victor

O modelo de temas da ferramenta que utiliza métodos de inteligência artificial foi atualizado com os processos que passaram pelo fluxo de admissibilidade em maio/2022. Dessa forma, todos os temas criados até aquele mês que apresentaram bom desempenho de classificação estão contemplados no modelo de inferência.

Também foram realizadas melhorias nos algoritmos de Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR) e de pré-processamento de textos. No primeiro, foi criado um tratamento de imagem para desprezar as informações de cabeçalho, rodapé e as informações de controle que os tribunais adicionam nas bordas laterais dos documentos. No segundo, as funções de reconhecimento de URLs e de lematização tiveram a precisão melhorada.

Foram realizados experimentos para melhorar a eficiência do modelo de similaridade, utilizado atualmente no modelo de inferência de temas. Novos algoritmos de vetorização de textos e de classificação estão sendo testados.

STaF – Solução Tecnológica de Automatização Funcional

Criação da plataforma que utiliza do conceito de RPA (*Robotic Process Automation*) para o desenvolvimento de robôs que automatizam tarefas repetitivas em sistemas do STF. Em novembro, foram construídos dois robôs em trabalho colaborativo entre a STI, SEJ e SPR. Um deles automatiza a criação de tarefas para o controle de prazos dentro do STF-Digital; o segundo preenche automaticamente os questionários de admissibilidade. Em 15 dias de utilização, os módulos criaram mais de 500 tarefas de controle de prazo e preencheram aproximadamente 200 questionários de forma autônoma e instantânea.

Aplicativo

Além da consulta processual, pesquisa básica de processos e calendário de julgamentos, o aplicativo também está sendo utilizado para realizar a assinatura dos



pronunciamentos pelos Ministros. Novas funcionalidades de filtragem, aprovação e atualização de datas nas decisões foram implementadas.

Melhorias no Plenário Virtual

O sistema foi adaptado a fim de permitir que os julgamentos no meio virtual tenham procedimentos semelhantes às sessões presenciais. Agora, na hipótese de pedido de vista ou destaque, o Plenário Virtual possibilita que os Ministros sigam consignando seus votos, antecipadamente. Também foi desenvolvida funcionalidade que permite aos Ministros o cancelamento do pedido de destaque realizado no Plenário Virtual. Ainda em 2022, o sistema passou a permitir que os advogados encaminhem memoriais e vídeos de sustentação oral para o julgamento virtual de listas de processos.

Integração com a Polícia Federal

A integração dos sistemas da Polícia Federal ao STF por intermédio do MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade) passou a permitir o envio de processos à instituição de forma mais ágil e segura.

Plantão judicial

Os formulários utilizados pelo plantão judicial foram adaptados de modo a abranger todas as classes processuais, em atendimento a Resolução nº 788, publicada em 2 de dezembro de 2022.

Viabilizar o recebimento de mídias de áudio e vídeo

Além do sistema de peticionamento, o serviço utilizado pelos tribunais para envio de processos eletrônicos ao STF foi adaptado para receber arquivos com áudio e vídeo.

Disponibilização das informações de julgamento virtual para processos sigilosos

Os dados do julgamento virtual de processos sigilosos agora são disponibilizados no portal do STF, assim como já acontece com os processos públicos ou com segredo de justiça.



Classificação de peças essenciais durante o recebimento de processos

As peças constantes do procedimento judiciário passam a ser classificadas automaticamente por meio do sistema de integração. A classificação automática das peças, recebidas via integração, agrega alguma agilidade ao serviço de autuação dos processos, reduzindo o tempo de autuação, bem como a quantidade de processos devolvidos em função de ausência de peças essenciais. O procedimento adotado ainda é simplificado e não classifica todas as peças, o que deverá ser aprimorado futuramente, com a adoção eventual de técnicas de inteligência artificial.

RAFA 2030 (Redes Artificiais Focadas na Agenda 2030)

Ferramenta de inteligência artificial lançada em 16 de maio de 2022 e construída inteiramente por servidores do STF para apoiar a classificação dos processos da Corte de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Integração ao STF

Tribunais e órgãos devem se integrar ao STF, seja para o envio de recursos em meio eletrônico, seja para o recebimento de intimações eletrônicas e peticionamento.

Em 2022, até 5 de dezembro, 68 novas origens solicitaram credenciamento para envio de recursos ao STF, sendo 12 turmas recursais e 31 varas, todas via STF Tribunais.

Para aquilatar a importância da integração do ponto de vista numérico, destaca-se que o Supremo Tribunal Federal interage atualmente com **453 diferentes instâncias de origem de todo o país**, entre tribunais, turmas recursais, varas e comarcas, recebendo recursos e processos para o regular trâmite na Suprema Corte.



O STF executou inúmeras iniciativas para fomento à integração de tribunais e de turmas recursais do país pelo MNI, das quais se destacam:

realização de reuniões específicas para explicar as vantagens e os passos a serem adotados para a integração via MNI;

definição institucional de que o STF conduzirá seus esforços de integração no Modelo Nacional de Interoperabilidade padrão 2.2.2 com os principais tribunais parceiros e a implementação oportuna da versão MNI 3.0 em projeto piloto;

interações com o TSE, TJDFT, TJMT e CNJ com vistas à integralização de versão nacional do PJe voltada à integração com o STF via MNI, o que deve simplificar o desenvolvimento dos demais tribunais do país que usam o PJe como sistema de processamento eletrônico;

manutenção de grupo de *WhatsApp* com técnicos de TI de todos os tribunais integrados por MNI e de órgãos parceiros, o que contribuiu decisivamente para a manutenção e aprimoramento dos serviços da integração.

3.10 Aprimoramento e inovações nos serviços administrativos e corporativos

Aprimoramento e acessibilidade no portal do STF

Atualização dos componentes tecnológicos do portal de modo a trazer mais flexibilidade para interfaces gráficas, melhorar o desempenho e tornar o portal mais seguro e acessível. Nesse contexto, foram desenvolvidas as seguintes funcionalidades:

Leitor de Libras vLibras (conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduzem conteúdos digitais de texto, áudio e vídeo de português para libras);



Atributo ALT TEXT em todas as imagens (texto que acompanha as imagens e é utilizado por leitores de tela, permitindo aos deficientes visuais navegar nos sistemas);

Alto contraste que, além de facilitar a leitura por pessoas com problemas de visão, melhora a legibilidade de texto em ambientes com muita luz e ajuda a diminuir o consumo de energia;

Navegação e acessibilidade por teclado (ao pressionar a tecla “tab” para navegação do portal por teclado, abre-se a opção de navegar sem a utilização de *mouse*);

Criação de um novo menu, que unificou os dois menus anteriormente existentes no portal.

Novo portal da transparência



Implantação do novo portal da transparência do STF para atendimento das exigências do Tribunal de Contas da União, da Lei de Acesso à Informação e da Lei Geral de Proteção aos Dados. O novo portal sintetiza as informações em uma única página, permitindo que o público externo encontre as informações de forma simples de direta.

Migração do portal do STF e do portal internacional

Migração do conteúdo e dos serviços que ainda existiam no antigo portal do STF (www.stf.jus.br) e no antigo portal internacional para o portal atual (portal.stf.jus.br). O desligamento dos sistemas antigos permitiu a unificação da identidade visual de todos os portais do STF e uma melhor experiência ao usuário.

Nova página da repercussão geral



Unificação das principais informações e dos serviços a respeito da repercussão geral em uma única página, que permite o acesso a todas as informações de forma simples e objetiva.



Nova pesquisa de atos normativos



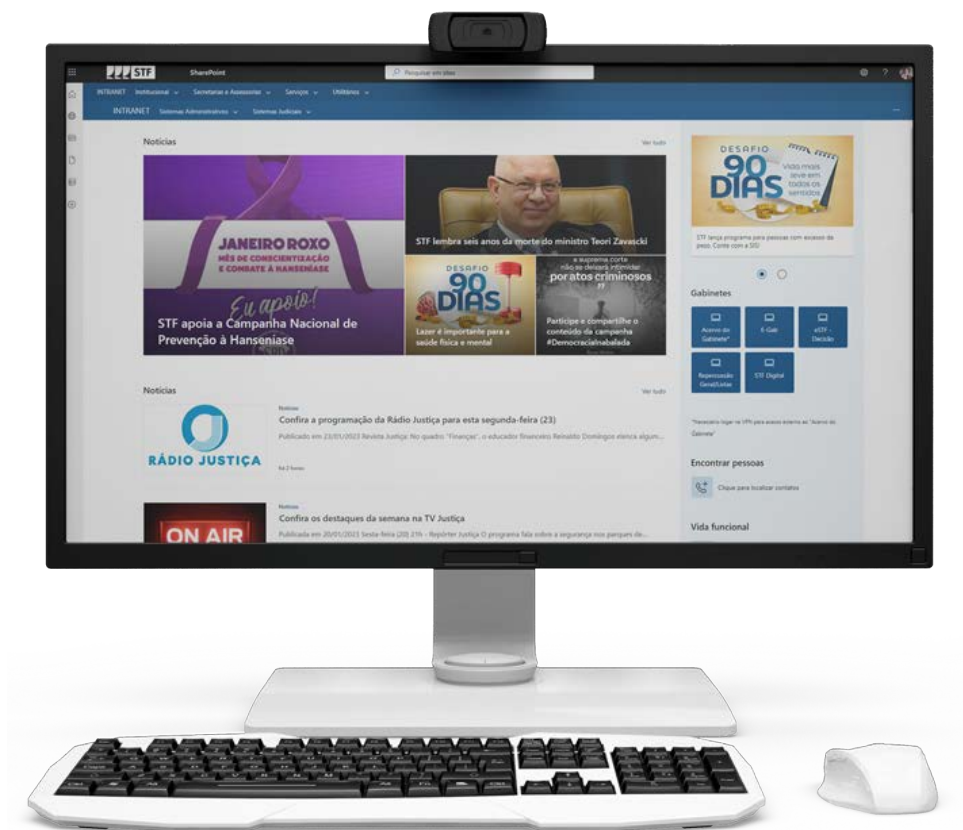
Construção de uma solução para gestão de atos normativos do STF que unifica os sistemas utilizados para cadastro de normas e permite realizar pesquisas de forma simples e ágil. A solução foi implantada em dezembro de 2022.

Emissão e solicitação de certidões

Nova aplicação para a emissão de certidões *on-line* e para solicitação de certidões que não podem ser emitidas automaticamente.

Nova intranet

Desenvolvimento do novo portal de intranet do STF. A operação, agora em nuvem, aumentou a disponibilidade e a segurança da aplicação. Foram utilizadas novas tecnologias que permitiram integração com outras ferramentas de trabalho, como Microsoft Teams e Office, bem como a elaboração de uma interface mais moderna, melhorando a usabilidade.



Atualização do sistema SEI 4.0

A nova versão do SEI implantada no STF em 2022, além de permitir o compartilhamento de processos entre instituições, apresenta uma interface com mais acessibilidade e facilidade de uso em dispositivos móveis e aumento da segurança da aplicação.

Agendamento de visitação ao STF

Nova ferramenta de agendamento de visitação pública ao STF, que possibilita desde o agendamento, realizado pelo visitante no portal, à gestão e ao acompanhamento das visitas pelo Cerimonial.

Supremo histórico

Realizada a implantação de um sistema especializado para armazenamento de dados, gestão e consulta ao acervo histórico do Supremo. Após o projeto de digitalização, concluído em 2019, o acervo do Arquivo está, em sua maioria, em formato digital, e compreende cerca de 300.000 processos judiciais digitalizados. A implantação do referido sistema tem o objetivo final de alinhar o Supremo às tecnologias de gestão digital de documentos históricos, já amplamente difundidas em outros órgãos da Administração Pública.

Gestão de pessoas

Com a implementação do Sistema e-Gesp em 2020, o Tribunal vem otimizando suas rotinas de trabalho e automatizando os serviços de gestão de pessoas, em virtude dos ganhos gerados pelo novo sistema, como agilidade, melhor desempenho, qualidade e confiabilidade.

Considerando o cronograma de implementação do sistema de escrituração digital previsto pelo Governo Federal no ano de 2022, os esforços também foram direcionados para a implementação do e-Social, com a análise e os ajustes das inconsistências da fase de qualificação cadastral de servidores, aposentados, pensionistas e estagiários, e com o envio, em abril de 2022, dos eventos não periódicos, bem como a habilitação do sincronismo para esses eventos (captura automática de novos registros para envio ao eSocial).

Também para atender às exigências do e-Social, foi concluído, em maio de 2022, o cadastro funcional e financeiro dos estagiários do STF no Sistema e-Gesp, bem



como a parametrização para processamento do pagamento da bolsa estágio e do auxílio-transporte, que, até março de 2022, era realizado pela empresa de integração de estágio.

A partir de setembro de 2022, tornou-se obrigatório o envio de dados periódicos relativos à folha de pagamento para o e-Social, o que foi observado pelo Tribunal.

Publicada a Resolução nº 785, de 25 de agosto de 2022, de iniciativa da Presidência, dispõe sobre os procedimentos aplicáveis à execução contra a Fazenda Pública e à expedição, processamento e pagamento dos precatórios e das requisições de pequeno valor no Supremo Tribunal Federal.

3.11 Soluções de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação

Nova plataforma de hospedagem de aplicações

Implantada uma nova plataforma de orquestração de contêineres que, além de padronizar a arquitetura institucional para hospedagem de aplicações corporativas e judiciais, aprimora o gerenciamento, a integração, a segurança, o desempenho e a disponibilidade do ambiente computacional, permitindo a consolidação da carga de trabalho, agregação dos registros de eventos e configuração de recursos de automação e dimensionamento dinâmico a partir de um console unificado de administração.

Serviços de computação em nuvem

Foi realizada a contratação de serviços gerenciados de computação multinuvem, sob o modelo de integrador (*cloud broker*), incluídos a concepção, o projeto, o provisionamento, a configuração, a migração, o suporte, a manutenção e a gestão de topologias de serviços em até três provedores desse serviço. Tal contrato dá ao STF a capacidade de hospedar soluções de TI nesses ambientes de nuvem, o que será feito de acordo com a conveniência e vantagem. A implantação da



arquitetura do serviço de plataforma de orquestração de contêineres e a migração de aplicações para esse ambiente tornarão mais ágil o processo de utilização de serviços em nuvem pública.

Serviço de acesso à internet

O serviço de acesso à internet recebeu melhorias para tornar a experiência dos usuários internos mais fluida e imediata. Os *links* de internet tiveram sua capacidade aumentada em 60%, conferindo, também, mais celeridade ao acesso dos cidadãos aos serviços digitais disponibilizados pelo STF.

Modernização das soluções de produtividade e colaboração em arquivos corporativos

Concluída a migração das caixas postais corporativas para o serviço de correio eletrônico do Microsoft Exchange On-Line, foi iniciada a transição do armazenamento de arquivos de repositórios locais para a nuvem. Até o momento, cerca de 20% do conteúdo já foi migrado para essa nova modalidade de serviço que, além de trazer mais segurança, passou a disponibilizar a edição simultânea de arquivos diretamente pela web por meio das ferramentas Sharepoint On-Line e Microsoft Teams.

Modernização do ambiente de banco de dados

Foi realizada a atualização dos sistemas gerenciadores de bancos de dados do STF para sua versão mais recente, incluída a padronização da infraestrutura de hospedagem. A migração dos ambientes de bancos de dados de desenvolvimento, homologação e inteligência de negócio foi concluída, bem como a atualização do ambiente de produção.

Modernização do ambiente de inteligência de negócio

Foi realizada a atualização para a versão mais recente da ferramenta SAP Business Objects (BO), que suporta o Portal de Informações Gerenciais (PIG). A camada de armazenamento dos dados foi reestruturada, visando aumentar a disponibilidade e a segurança da solução. Além disso, foi criado um *data mart* e foram realizados ajustes na contabilização do acervo processual e apresentação de dados a partir de painéis personalizados, incluídas tramitação, relatoria e confidencialidades. Em 2023, os relatórios existentes deverão ser adaptados para consumir informações do novo *data mart*.



Atualização do sistema de auditoria de impressão

Atualização da versão do *software* de auditoria e monitoramento de impressões utilizado no STF, o Papercut, para sua versão mais recente. Foram disponibilizadas novas funcionalidades administrativas e feita a correção de falhas no gerenciamento das mais de 500 impressoras de rede utilizadas no Tribunal, possibilitando o mapeamento do perfil de uso das impressoras por unidade e a emissão de relatórios de acompanhamento em tempo real do volume de impressões.

Atualização do sistema de gerenciamento remoto dos computadores

Foi realizada a atualização do *software* de gerenciamento remoto dos computadores do STF, o Microsoft Endpoint Configuration Manager, para sua versão mais recente, disponibilizando novos recursos de administração do ambiente, correção de falhas e melhor desempenho nas tarefas de distribuição de *software*, coleta de dados e emissão de relatórios.

Acesso à internet via 4G

Considerando as novas demandas impostas a partir da pandemia de Covid-19, foi ampliada em 800% a franquia mensal de dados disponibilizada aos usuários de *modems* de acesso à internet com tecnologia 4G. Foi necessário, também, contratar novas linhas para atender demandas de diversas unidades, sobretudo da TV Justiça.

3.12 Segurança de serviços de TI

Aprimoramento da segurança dos sistemas judiciais e corporativos

Atualização de protocolos, componentes e ferramentas utilizadas pelos sistemas judiciais para aprimoramento da segurança, reduzindo riscos e aumentando a disponibilidade dos sistemas. Foram realizadas atualizações no último trimestre de 2022. Também foram executadas diversas melhorias e feitos ajustes nas aplicações de infraestrutura corporativa, tais como: reconstrução da camada interna do portal do STF (*back-end*); reconfiguração das aplicações corporativas com acesso externo; atualização de bibliotecas de *software*; revisão da infraestrutura das aplicações corporativas com acesso externo (portas abertas, regras de acesso,



permissões nos ativos); desligamento das soluções corporativas inadequadas do ponto de vista da segurança cibernética.

Gerenciamento de identidades

Está em andamento a reestruturação dos sistemas de autenticação e autorização. Trata-se de iniciativa para melhorar a gestão de acesso aos recursos de TI do STF, composta de ações de curto, médio e longo prazo, baseadas em modelos de boas práticas e levantamento de problemas relacionados à gestão de acessos. Além disso, com a crescente ameaça de ataques externos destinados a comprometer contas de usuários, está em andamento a implantação de autenticação multifator (MFA – Multifactor Authentication) nos serviços de TI. Essa solução reduz significativamente a probabilidade de violações de segurança. Cerca de 50% dos usuários do STF já utilizam o recurso, que alcançará a todos no primeiro trimestre de 2023.

Melhoria da infraestrutura do serviço de gerenciamento de identidades externas

Foi realizada a modernização da infraestrutura de autenticação de advogados e outros usuários das aplicações disponibilizadas ao público externo do STF, entre elas o peticionamento eletrônico. Nesse contexto, duas ações merecem destaque: a criação de um novo serviço de diretório, plenamente atualizado (AD-LDS), e a sua replicação para o ambiente de nuvem, que suporta múltiplo fator de autenticação (MFA) e permite o autoatendimento para troca de senhas (Azure B2C External Identities). Dessa forma, o ambiente passou a suportar protocolos mais modernos de autenticação, tornando-se mais seguro.

Conectividade e segurança da rede interna

Com o aumento do fluxo de usuários nas dependências do Tribunal e a nova realidade tecnológica pós-pandemia de Covid-19, em que sistemas de videoconferência passaram a ser utilizados em larga escala, foi necessário adotar medidas para aumentar a estabilidade das comunicações em rede e aprimorar os mecanismos de segurança cibernética do STF. Entre essas ações, destacam-se a atualização de *softwares* em todos os equipamentos de conectividade e segurança de rede (*switches* e *firewall*) e a otimização das regras de segurança de perímetro e de monitoramento da rede *wireless*. Concluídas essas intervenções, houve a redução de 25% da carga média de processamento do *firewall*, maior capacidade de diagnóstico de problemas, resposta a picos de utilização e fluidez na utilização de serviços em tempo real.



Gestão de riscos e aprimoramento dos mecanismos de segurança cibernética

Foi aprimorado o processo de gestão de vulnerabilidades, acompanhamento de boletins emitidos por instituições de cibersegurança, avaliação sistemática do ambiente computacional, viabilizando ações de caráter proativo.

Além disso, foram adotadas medidas para tornar a infraestrutura resiliente a ameaças. Diversos sistemas web passaram a receber camada de proteção WAF (*Web Application Firewall*). Foi implantada solução para análise e correlacionamento de logs (SIEM), o que aumenta a visibilidade e a gestão de riscos no STF.

Prospecção de soluções adicionais de segurança cibernética

Foram realizadas Provas de Conceitos (PoC) com o objetivo de avaliar soluções existentes para a proteção dos sistemas legados e *endpoints* (XDR). A adoção de ferramenta que permita reduzir riscos associados a sistemas antigos, de difícil atualização ou substituição, pode ser uma solução interessante no contexto do STF. Com relação à proteção de *endpoints*, cumpre destacar que o STF faz uso de uma solução tradicional, que protege os dispositivos conectados à sua rede. No entanto, a evolução das ameaças passou a exigir um nível estendido de proteção, provido por ferramentas de nova geração que realizam a análise holística do comportamento de todos os pontos de conexão às redes de dados da instituição. A STI prevê contratação dessa solução para o primeiro semestre de 2023.



3.13 Servidores

Posse da nova diretoria



Na sequência da posse da nova Presidência do STF no dia 13/9/2022, foi anunciada a nomeação da nova administração do STF para a gestão que se iniciou. Em cerimônia realizada no Salão Branco, a Presidente Rosa Weber anunciou os novos secretários e assessores-chefes escolhidos para gerenciamento do Tribunal sob seu comando.

Tabela 12 – Força de trabalho do STF – Quantitativo

Força de trabalho	2019	2020	2021	2022
Ministros	11	11	11	11
Juizes auxiliares e magistrados instrutores convocados	27	29	31	33
Servidores efetivos do STF *	1.000	1.010	1.002	986
Servidores de outros órgãos cedidos/requisitados ao/pelo STF	90	98	104	110
Servidor de outro órgão em exercício provisório no STF	1	1	1	1
Servidores sem vínculo com a Administração	42	45	46	38
Total	1.171	1.194	1.195	1.179

Fonte: Coordenadoria de Registros Funcionais e Pagamento (CRFP/SGP) – Sistema eGESP. Dados extraídos em 7/12/2022.

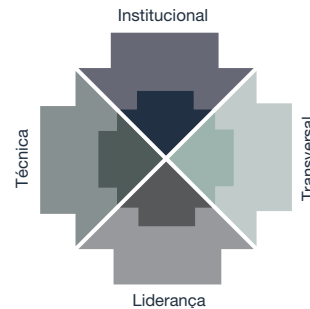
Nota: * Por não integrarem efetivamente a força de trabalho do STF, não foram computados os servidores atualmente cedidos a outros órgãos e aqueles em licença para tratar de interesses particulares ou para acompanhamento de cônjuge.



3.14 Capacitação e desenvolvimento

Plano de capacitação

O plano de capacitação do STF, norteador das ações de capacitação e desenvolvimento, tem como propósito o aperfeiçoamento dos servidores, visando alcançar os objetivos estratégicos e as metas do Tribunal.



As ações do plano são estruturadas em quatro linhas de atuação:

Transversal: temas comuns a todos os servidores do Tribunal, independentemente de sua área de atuação ou processo de trabalho;

Técnica: voltados ao desenvolvimento ou fortalecimento de competências relacionadas aos processos de trabalho das unidades;

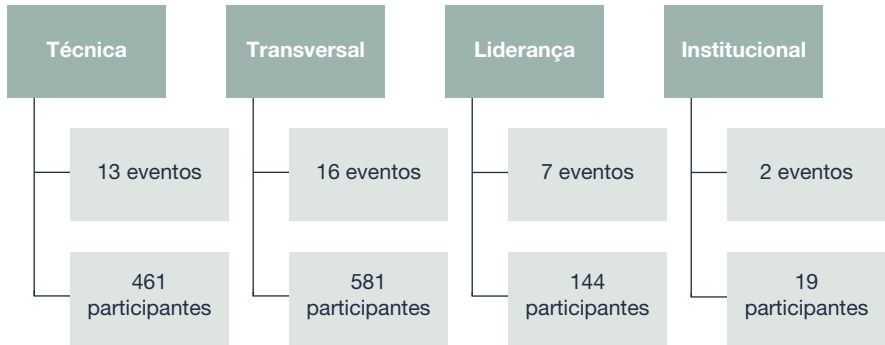
Liderança: eventos vinculados ao Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG);

Institucional: eventos voltados à sensibilização e compreensão da estrutura orgânica do Tribunal, do planejamento estratégico e das ferramentas de gestão utilizadas.

No ano de 2022, foram promovidas pelo Tribunal **38 ações de capacitação e desenvolvimento**, que contaram com **1.205 participantes aprovados**, distribuídas da seguinte forma por linha de atuação:



Ações de capacitação e desenvolvimento promovidas pelo STF



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDPE/SGP).
Dados extraídos em 9/12/2022.

Além disso, foram custeados 60 eventos externos, que contaram com a participação de 118 servidores aprovados. No total, foram 98 ações de capacitação com 1.323 participantes, com média de 1,17 oportunidades de capacitação por servidor.

Outras ações

1. Instrutoria interna

a. Dos 257 servidores habilitados para atividades de instrutoria interna, 9 foram habilitados em 2022.

b. 64% das ações de capacitação de 2022 foram realizadas por instrutores internos.

2. Desenvolvimento de sucessores

a. Visando desenvolver servidores com potencial de liderança, 56 servidores participaram do módulo Líder Estratégico e 52 participaram do módulo Líder de si mesmo em 2022.

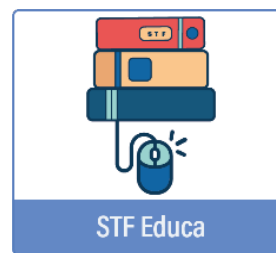
b. Para 2023, a proposta é inserir os módulos em formato de trilha de aprendizagem, juntamente com materiais complementares, para acesso a qualquer momento pelos interessados.



3. STF Educa

a. Aproxima o STF da sociedade por meio da oferta de cursos a distância gratuitos, autoinstrucionais e de qualidade.

b. No ano de 2022, ocorreu o 8º ciclo de inscrições no STF Educa, com mais de 20 mil inscrições nos 10 cursos oferecidos. Foram emitidos aproximadamente 6,5 mil certificados.



4. Produção de cursos on-line

a. Quanto à oferta de cursos a distância produzidos internamente em 2022, cinco cursos tiveram a produção finalizada: “Ações originárias em matéria cível no Supremo Tribunal Federal”; “Comunicação não violenta – princípios e práticas para se relacionar com empatia”; “Organização criminosa, lavagem de dinheiro e *compliance*: teoria e prática”; “Introdução à Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133” e “O poder da inteligência emocional”.

5. Oferta de bolsa de estudo

a. Incentivo à realização de cursos de pós-graduação e ao estudo de outros idiomas, por meio da oferta de bolsas de estudo — correspondente ao reembolso de 70% do valor — precedidas de processo seletivo e limitadas ao valor estabelecido em normativo.

b. O STF mantém, atualmente, 41 bolsas de estudo, sendo 26 de pós-graduação e 15 de língua estrangeira.

6. Suporte à mudança organizacional

a. Promoção de ações institucionais a fim de preparar a organização para os processos de mudança organizacional que causem algum impacto aos processos de trabalho, aos resultados organizacionais ou às relações socioprofissionais.

b. Foram oferecidos, em 2022, três cursos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Gerencial, com temas voltados para a gestão da mudança, quais sejam: “Mudança de *mindset* e protagonismo: aprenda a mudar o seu



modelo mental e a tornar-se o protagonista no trabalho”, que contou com a participação de 19 gestores; e duas turmas do curso “Liderar mudanças – métodos e práticas para a gestão eficiente”, com a participação de 35 gestores e 10 substitutos.

3.14.1 Identificação de Competências a serem Desenvolvidas (ICD)

Trata-se de metodologia participativa de levantamento de lacunas de competências a serem desenvolvidas, com o propósito de obter dados para que os gestores possam identificar as competências necessárias ao alcance dos objetivos setoriais e estratégicos, bem como reconhecer aquelas que devem ser potencializadas e/ou desenvolvidas, a fim de subsidiar a proposição de soluções educacionais que possam contribuir para o desenvolvimento dos servidores e a melhoria dos resultados.

Em 2022, foram oferecidas duas turmas da oficina no âmbito do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) para disseminação da metodologia, com a participação de 33 servidores.

Desde setembro de 2020, ao todo, 12 unidades participaram da ação de capacitação e 102 servidores, em sua maioria gerentes de equipes, a concluíram com aproveitamento.

A partir do resultado das oficinas, estão sendo oferecidas ações de capacitação para o desenvolvimento das competências prioritárias, a exemplo do curso virtual ao vivo “Negociação e comunicação com foco na excelência do atendimento” e do curso *on-line* “Formação da inteligência artificial”.

3.14.2 Fortalecer – programa de psicologia organizacional e do trabalho do STF

O Fortalecer constitui uma proposta de programa de psicologia organizacional e do trabalho com o objetivo de promover apoio especializado às pessoas e às equipes que trabalham no Tribunal e à instituição, identificando e fortalecendo recursos pessoais ou contexto laboral, por meio de investigações e de intervenções diretas ou indiretas, com vistas ao bem-estar psicossocial do indivíduo e à produtividade sustentável.

Após aprovação do Programa no STF em agosto de 2022 (Processo Administrativo nº 004689/2022), as equipes responsáveis iniciaram um processo de revisão ou



sistematização dos três serviços principais que comporão inicialmente o Programa Fortalecer:

Acompanhamento funcional, cuja finalidade é contribuir para a melhoria do desempenho, do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho, por meio do suporte a gestores e servidores;

Lotação assistida, que consiste em suporte ou consultoria interna a gestor e/ou servidor, em resposta a demandas relacionadas à produtividade, com vistas a resgatar ou fortalecer a contratualidade no trabalho e contribuir para a adaptação laboral, com a pressuposição da disposição das partes para negociar e investir numa construção colaborativa que favoreça a produtividade e o bem-estar;

Processos grupais e relações interpessoais: serviço em estruturação, que se configura como intervenção e análise, em três níveis: promoção, prevenção e enfrentamento, e contempla temas como organizações saudáveis, comunicação não violenta, segurança psicológica no trabalho, violências no trabalho, entre outros.



Esta obra foi finalizada, em janeiro de 2023, pela Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal.

Foi projetada e composta nas fontes Helvetica Neue LT Std e Semplicità Pro.





*Download
gratuito*



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Celso Sabino (UNIÃO-PA)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Irajá (PSD-TO)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Senador Marcelo Castro (MDB-PI)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Designação: 04/05/2022

Instalação: 04/05/2022

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁶⁾	1. Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE
Marcelo Castro - MDB/PI	2. Giordano - MDB/SP
Eliane Nogueira ⁽¹⁷⁾	3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Marcos do Val - PODEMOS/ES	1. Jorge Kajuru - PODEMOS/GO
Plínio Valério - PSDB/AM	2. VAGO
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Irajá - PSD/TO	1. Sérgio Petecão - PSD/AC
Alexandre Silveira - PSD/MG	2. Daniella Ribeiro - PSD/PB
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Fabiano Contarato - PT/ES	1. Zenaide Maia - PSD/RN
Bloco Parlamentar União Cristã (PSC, CIDADANIA, UNIÃO)	
Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL	1. Jayme Campos - UNIÃO/MT ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Carlos Viana - PL/MG	1. Marcos Rogério - UNIÃO/PA

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
UNIÃO	
Celso Sabino - PA ⁽⁵⁾	1. Bilac Pinto - MG ⁽⁵⁾
Delegado Waldir - GO ⁽⁵⁾	2. Carla Dickson - PR ⁽⁵⁾
Felipe Francischini - PR ⁽⁵⁾	3. Carlos Henrique Gaguim - TO ⁽⁵⁾
General Peternelli - SP ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(5,33)
Hélio Leite - PA ⁽⁵⁾	5. Julian Lemos - PB ⁽⁵⁾
PT	
Enio Verri - PR ⁽¹⁰⁾	1. Nilto Tatto - SP ⁽¹⁰⁾
Paulo Pimenta - RS ⁽¹⁰⁾	2. Paulo Guedes - MG ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	3. Waldenor Pereira - BA ⁽²⁰⁾
PP	
Cacá Leão - BA	1. Jaqueline Cassol - RO
Aj Albuquerque - CE	2. Angela Amin - SC
Félix Mendonça Júnior - PDT/BA ⁽¹⁵⁾	3. Claudio Cajado - BA
PL	
João Maia - RN	1. Gurgel - RJ
Zé Vitor - MG	2. Edio Lopes - RR ⁽²⁶⁾
PSD	
VAGO ⁽³⁴⁾	1. Júlio Cesar - PI ⁽²³⁾
VAGO ⁽³⁵⁾	2. Cezinha de Madureira - SP ⁽²⁵⁾
MDB	
Carlos Chiodini - SC	1. Emanuel Pinheiro Neto - MT
José Priante - PA	2. Giovanni Feltes - RS
REPUBLICANOS	
Roberto Alves - SP ⁽¹³⁾	1. Julio Cesar Ribeiro - DF
Cleber Verde - MA	2. Amaro Neto - ES
PSB	
Danilo Cabral - PE ⁽³⁾	1. Elias Vaz - GO ⁽³⁾
Bira do Pindaré - MA ⁽³⁾	2. Rodrigo Agostinho - SP ⁽²¹⁾
PSDB	
Beto Pereira - MS ^(8,9)	1. Samuel Moreira - SP
Luiz Carlos - AP ^(8,9)	2. VAGO
PDT	
Mauro Benevides Filho - CE ⁽¹²⁾	1. Afonso Motta - RS ⁽²²⁾
PSC, PTB	



TITULARES	SUPLENTE
Euclides Pettersen - PSC/MG	1. Ruy Carneiro - PSC/PB ⁽¹⁴⁾
CIDADANIA, NOVO, PV	
Marcel Van Hattem - NOVO/RS ^(11,27,28,30,31,32)	1. Rubens Bueno - CIDADANIA/PR ⁽¹¹⁾
SOLIDARIEDADE	
Zé Silva - MG ⁽⁴⁾	1. Lucas Vergilio - GO ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Tiago Dimas - TO ⁽⁶⁾	1. Ricardo Teobaldo - PE ⁽⁶⁾
PROS	
Aline Sleutjes - PR ⁽⁷⁾	1. Dra. Vanda Milani - AC ⁽⁷⁾
PSOL	
Fernanda Melchionna - RS ⁽²⁹⁾	1. VAGO
AVANTE ^(1,2)	
Luis Tibé - MG ⁽¹⁹⁾	1. Sebastião Oliveira - PE ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- Designados como membros titulares os Deputados Danilo Cabral e Bira do Pindaré; e, como membro suplente, o Deputado Elias Vaz, conforme Ofício 3/2022 da Liderança do PSB. ([DCN de 04/05/2022, p. 29](#))
- Designado os Deputados Zé Silva como titular e o Deputado Lucas Vergilio como suplente, de acordo com o Ofício 23 do Solidariedade. ([DCN de 04/05/2022, p. 39](#))
- Designados como titulares os Deputados Celso Sabino, Delegado Waldir, Felipe Francischini, General PETERNELLI e Hélio Leite e, como suplentes, os Deputados Bilac Pinto, Carla Dickson, Carlos Henrique Gaguim, Fábio Henrique e Julian Lemos, conforme Ofício nº 7/2022 da Liderança do União. ([DCN de 04/05/2022, p. 32](#))
- Designados o Deputado Tiago Dimas, como titular, e o Deputado Ricardo Teobaldo, como suplente, conforme Ofício nº 27/2022 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 04/05/2022, p. 41](#))
- Designadas as Deputadas Aline Sleutjes, como titular, e Dra. Vanda Milani, como titular, conforme Of. nº 15/2022 da Liderança do PROS. ([DCN de 04/05/2022, p. 35](#))
- Designados os Deputados Beto Pereira e Luiz Carlos, como membros titulares, e Deputado Samuel Moreira, como suplente, conforme Of. nº 98/2022 da Liderança do PSDB. ([DCN de 04/05/2022, p. 42](#))
- Designados os Deputados Beto Pereira e Luiz Carlos, como membros titulares, e Deputado Samuel Moreira, como suplente, conforme Of. nº 98/2022 da Liderança do PSDB. ([DCN de 04/05/2022, p. 42](#))
- Designados como titulares os Deputados Enio Verri, Paulo Pimenta e Rui Falcão e, como suplentes, os Deputados Nilto Tatto e Paulo Guedes, conforme Of. S/N da Liderança do PT. ([DCN de 12/05/2022, p. 33](#))
- Designado como titular o Deputado Marcel van Hattem e, como suplente, o Deputado Rubens Bueno, conforme Ofício nº 17/2022 da Liderança do Cidadania. ([DCN de 12/05/2022, p.](#))
- Designado como titular o Deputado Mauro Benevides Filho, conforme Ofício S/N da Liderança do PDT. ([DCN de 12/05/2022, p. 35](#))
- Designados como titulares os Deputados Roberto Alves e Cleber Verde e, como suplentes, os Deputados Júlio César Ribeiro e Amaro Neto, conforme Ofício nº 25/2022 do Republicanos. ([DCN de 12/05/2022, p. 28](#))
- Designado como titular o Deputado Euclides Pettersen e, como suplente, o Deputado Ruy Carneiro, conforme Of. nº 4/2022 da Liderança do PSC. ([DCN de 04/05/2022, p. 30](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Fernando Monteiro, conforme Ofício nº 8/2022/LidPP. ([DCN de 12/05/2022, p. 34](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Confúcio Moura (MDB/RO), em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM). (Ofício nº 19/2022 GLMDB). ([DCN de 12/05/2022, p. 27](#))
- Designada como membro titular a Senadora Eliane Nogueira (Ofício nº 8/2022 GLPP). ([DCN de 12/05/2022, p. 24](#))
- Designada como membro suplente a Senadora Mailza Gomes (Ofício nº 8/2022 GLPP). ([DCN de 12/05/2022, p. 24](#))
- 12/05/2022: Designados os Deputados Luis Tibé e Sebastião Oliveira, como titular e suplente, respectivamente, conforme Of. nº 9/2022 da Liderança do AVANTE. ([DCN de 19/05/2022, p. 28](#))
- 12/05/2022: Designado como membro titular o Deputado Waldenor Pereira, conforme Ofício nº S/N da Liderança do PT. ([DCN de 19/05/2022, p. 29](#))
- 20/05/2022: Designado como membro titular o Deputado Rodrigo Agostinho, conforme Ofício nº 4 da Liderança do PSB. ([DCN de 26/05/2022, p. 12](#))
- 24/05/2022: Designado como suplente o Deputado Afonso Motta, conforme Ofício S/N da Liderança do PDT. ([DCN de 26/05/2022, p. 15](#))
- 26/05/2022: Designado, como suplente, o Deputado Júlio Cesar em substituição ao Deputado Charles Fernandes. (Ofício 111/2022 - Liderança PSD) ([DCN de 02/06/2022, p. 349](#))
- 02/06/2022: Designado o Senador Fábio Garcia como membro suplente. (Ofício nº 28/GLUNIAO/2022) ([DCN de 15/12/2022, p. 7](#))
- 05/06/2022: Designado, como suplente, o Deputado Cezinha Madureira, em substituição o Deputado Sérgio Brito. (Ofício nº 126/2022/PSD) ([DCN de 09/06/2022, p. 269](#))
- 22/06/2022: Designado o Deputado Édio Lopes como suplente. (Ofício nº 213/2022 - Lid PL) ([DCN de 23/06/2022, p. 68](#))
- 27/08/11/2022: Designado o Deputado Paulo Ganime, como titular, em substituição ao Deputado Marcel van Hatten (Of. 79/2022) ([DCN de 10/11/2022, p. 7](#))
- 28/08/11/2022: Designado o Deputado Alexis Fonteyne, como titular, em substituição ao Deputado Paulo Ganime (Of. 80/2022). ([DCN de 10/11/2022, p. 8](#))
- 29/11/2022: Designada, como titular, a Deputada Fernanda Melchionna (Ofício nº 47/2022 - PSOL). ([DCN de 24/11/2022, p. 43](#))

30. 22/11/2022: Designado o Deputado Marcel van Hattem, como titular, em substituição ao Deputado Alexis Fonteyne (Of. 84/2022). ([DCN de 24/11/2022, p. 44](#))
31. 07/12/2022: Designado o Deputado Paulo Ganime, como titular, em substituição ao Deputado Marcel van Hatten (Of. 92/2022) ([DCN de 08/12/2022, p. 8](#))
32. 07/12/2022: Designado o Deputado Marcel van Hattem, como titular, em substituição ao Deputado Paulo Ganime (Of. 95/2022). ([DCN de 08/12/2022, p. 8](#))
33. 14/12/2022: Designado o Deputado Kim Kataguirí, como suplente, em substituição ao Deputado Fábio Henrique. (Ofício nº 144/2022 - Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados). ([DCN de 15/12/2022, p. 8](#))
34. 22/12/2022: Designado o Deputado Pedro Paulo, como membro titular, em substituição ao Deputado Edilázio Jr. (Ofício 199/2022 da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados).
35. 22/12/2022: Designado o Deputado Antônio Brito, como membro titular, em substituição ao Deputado Leandre. (Ofício 198/2022 da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados).



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS****COORDENADOR:** Deputado João Maia (PL-RN)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
AVANTE	Deputado Sebastião Oliveira (AVANTE)

Comitê de Avaliação da Receita - CAR**COORDENADOR:** Deputado Hélio Leite (UNIÃO-PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
UNIÃO	Deputado Hélio Leite (UNIÃO)

Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**COORDENADOR:** Deputado Aj Albuquerque (PP-CE)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
NOVO	Deputado Alexis Fonteyne (NOVO)
UNIÃO	Deputado General Peternelli (UNIÃO)

Comitê Permanente de Admissibilidade de Emendas - CAEM**COORDENADOR:** Deputado José Priante (MDB-PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
REPUBLICANOS	Deputado Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS)
PROS	Deputada Aline Sleutjes (PROS)
UNIÃO	Deputado Felipe Francischini (UNIÃO)



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Paula de Araújo Pinto Teixeira**Telefone(s):** 6133033507**E-mail:** cpcm@senado.leg.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Esperidião Amin (PP-SC)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

Instalação: 29/06/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Esperidião Amin (PP/SC) ^(11,12)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Diego Andrade (PSD/MG)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL) ⁽⁷⁾
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputado Alencar Santana (PT/SP)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ^(6,10)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) ^(4,9)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE) ^(2,8)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))
- Em 02/06/2022, o Senador Renan Calheiros foi destituído da função de líder da Maioria no Senado Federal pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
- Designado o Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade/PE) para a vaga destinada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 30.4.2021, conforme Ofício nº 22/2021 da CRREDN-CD. ([DCN de 06/05/2021, p. 41](#))
- Designado o Deputado Orlando Silva (PCdoB) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2021, conforme Ofício nº 29/2021 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 12/08/2021, p. 428](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 17.8.2021, conforme Ofício nº 11/2021 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 19/08/2021, p. 9](#))
- Em 20.09.2022, a Comissão reunida elegeu a Senadora Margareth Buzetti Presidente deste colegiado (Of. nº 32/2022-CRE).
- Senador Esperidião Amin eleito presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Dário Berger - PSB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
PDT ⁽¹⁾ (PDT)	
Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾	1. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽¹⁴⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PT, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - UNIÃO/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Doutor Luizinho - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - UNIÃO/PB ⁽³⁾
PT	
Reginaldo Lopes - MG ^(3,9,12,13)	1. Benedita da Silva - RJ ^(3,11,12)
PSB ⁽²⁾	
Liziane Bayer - REPUBLICANOS/RS ^(3,8,10)	1. Pastor Eurico - PL/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT. ([DCN de 19/03/2020, p. 18](#))
10. Designada, como titular, a Deputada Liziane Bayer(PSB), conforme Ofício nº 8/2021 da Liderança do PSB. ([DCN de 19/08/2021, p. 6](#))
11. Designada, como suplente, a Deputada Benedita da Silva (PT), conforme Ofício nº SN/2021 da Liderança do PT. ([DCN de 09/09/2021, p. 6](#))
12. Designada como titular a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Reginaldo Lopes, que passa à condição de suplente. (Of. SN/2021 da Liderança do PT) ([DCN de 16/09/2021, p. 8](#))
13. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes e, como suplente, a Deputada Benedita da Silva, conforme Ofício S/N-GAB da Liderança do PT na Câmara dos Deputados. ([DCN de 09/12/2021, p. 7](#))
14. Designada, como suplente, a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício 017/2022/GSEGAMA. ([DCN de 09/06/2022, p. 268](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - UNIÃO/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL ⁽³⁾	1. Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽³⁹⁾
Soraya Thronicke - UNIÃO/MS ⁽⁴⁾	2. Lucas Barreto - PSD/AP ⁽⁴⁶⁾
PDT (PDT)	
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(5,38)	1. Weverton - MA ^(6,38)
Fabiano Contarato - PT/ES ^(5,38)	2. Leila Barros - DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ^(7,27)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Marcos Rogério ^(9,42)	1. Jayme Campos - UNIÃO/MT ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PT, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Coronel Armando - PL/SC ^(17,30,34)	1. Heitor Freire - UNIÃO/CE ^(16,22,24,34)
Bibo Nunes - PL/RS ^(16,21,34)	2. Marcos Pereira - REPUBLICANOS/SP ^(15,43)



TITULARES	SUPLENTE
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
Átila Lira - PP/PI (25,31)	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - UNIÃO/BA (11)
Edio Lopes - PL/RR (11)	6. Giovani Cherini - PL/RS
Paulo Vicente Caleffi (40)	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PL/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues - UNIÃO/CE	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG (41)	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Rodrigo de Castro - UNIÃO/MG (44)	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - UNIÃO/SP	13. Pedro Lupion - PP/PR
Wilson Santiago - REPUBLICANOS/PB (29,33)	14. Maurício Dziedricki - PODEMOS/RS (35)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS (19,28,45)	15. Bruna Furlan - PSDB/SP
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)	
Afonso Motta - PDT/RS (49)	1. Pompeo de Mattos - PDT/RS (49)
Lucas Vergílio - SOLIDARIEDADE/GO (36)	2. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ (36)
Bacelar - PV/BA	3. Roberto de Lucena - REPUBLICANOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PL/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE (10)	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (18)	3. Felipe Carreras - PSB/PE (18,48)
VAGO (32,37,47)	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO (10)	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (12,20,26)
PTC (10)	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PL/MG (23)

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

** A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/08/2021, p. 422](#))
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 845](#))
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 377/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 846](#))
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 19/12/2019, p. 262](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2020 da Liderança do PP. ([DCN de 09/04/2020, p. 229](#))
32. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))
33. 18/03/2021: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago (PTB), em substituição ao Deputado Paes Landim (PTB), em 18.03.2021, conforme Ofício nº 26/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 25/03/2021, p. 6](#))
34. 19/03/2021: Designados, como membros titulares, os Deputados Coronel Armando (PSL) e Bibo Nunes (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Heitor Freire (PSL); e como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL) em substituição ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 19.03.2021, conforme Ofício nº 51/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 25/03/2021, p. 8](#))
35. 31/03/2021: Designado, como suplente, o Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em substituição ao Deputado Santini (PTB), conforme Ofício nº 32/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 01/04/2021, p. 189](#))
36. 14/04/2021: Designado, como titular, o Deputado Lucas Vergílio (Solidariedade), em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade), e, como suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade) em substituição ao Deputado Tiago Dimas (Solidariedade), conforme Ofício nº 20/2021 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 15/04/2021, p. 6](#))
37. 14/04/2021: Designada a Deputada Fernanda Melchionna como titular, em substituição à Deputada Sâmia Bomfim. Ofício nº 34/2021 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/04/2021, p. 7](#))
38. 15/04/2021: Designados, como membros titulares, os Senadores Eliziane Gama e Fabiano Contarato, em substituição aos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Marcos do Val, e, como suplente, o Senador Weverton, em substituição ao Senador Flávio Arns, conforme Ofício nº 019/2021/GSEGAMA. ([DCN de 22/04/2021, p. 207](#))
39. 04/05/2021: Designado, como membros suplente, o Senador Marcos do Val, conforme Ofício nº 041/2021/GLPODEMOS. ([DCN de 06/05/2021, p. 42](#))
40. 05/05/2021: Designado o Deputado Paulo Vicente Caleffi (PSD-RS), como titular, em substituição ao Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS). Ofício nº 54/2021 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/05/2021, p. 43](#))
41. 08/07/2021: Designado o Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), como titular, em substituição ao Deputado Vinicius Farah (MDB-RJ). Ofício nº 232/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 15/07/2021, p. 112](#))
42. 20/10/2021: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 28/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 21/10/2021, p. 28](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP), em 18.11.2021, conforme Ofício nº 213/21-LID PSL. ([DCN de 18/11/2021, p. 74](#))
44. 27/01/2022: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro, em substituição ao Deputado Lucas Redecker. (Of. 1/2022 da Liderança do PSDB-CD). ([DCN de 15/12/2022, p. 6](#))
45. Designado, como membro titular, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz. (Ofício nº 57/2022 PDD) ([DCN de 26/05/2022, p. 14](#))
46. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (Of. 21/2022 - Lid. PSDB/SF) ([DCN de 26/05/2022, p. 13](#))
47. 20/07/2022: A Deputada Fernanda Melchionna é desligada do colegiado, conforme Ofício nº 48/2022 da Liderança do PSOL. ([DCN de 21/07/2022, p. 86](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



48. 05/12/2022: Designado, como suplente, o Deputado Felipe Carreras (PSB/PE), conforme Ofício nº 41/2022 da Liderança do PSB). ([DCN de 08/12/2022, p. 6](#))

49. 07/12/2022: Designado o Deputados Afonso Motta, como titular, em substituição ao Deputado Paulo Ramos, e o Deputado Pompeu de Mattos, como suplente, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Ofício 73/2022, Liderança do PDT) ([DCN de 08/12/2022, p. 7](#))

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefone(s): 3216-6871

E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Túlio Gadêlha (REDE-PE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

RELATOR: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)

Designação: 27/11/2019

Instalação: 14/09/2021

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁰⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁰⁾
Rafael Tenório ⁽¹⁰⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁰⁾
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
VAGO	1. VAGO
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁸⁾	2. Plínio Valério - PSDB/AM ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Nelsinho Trad - PSD/MS ⁽⁹⁾	1. Alexandre Silveira - PSD/MG ⁽⁹⁾
Irajá - PSD/TO ⁽⁹⁾	2. Otto Alencar - PSD/BA ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽⁶⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar União Cristã (PSC, CIDADANIA, UNIÃO)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	1. VAGO
CIDADANIA ^(1,2,3,4)	
Eliziane Gama - MA ⁽⁷⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
UNIÃO	
Dr. Zacharias Calil - GO ⁽¹⁷⁾	1. David Soares - SP ⁽¹⁷⁾
Nicoletti - RR ⁽¹⁷⁾	2. VAGO
PT	
Túlio Gadêlha - REDE/PE ⁽¹⁸⁾	1. VAGO
PP	
Angela Amin - SC ⁽¹¹⁾	1. VAGO
PL	
João Maia - RN ⁽¹⁶⁾	1. Paulo Marinho Jr - PSD/MG ⁽¹⁶⁾
PSD	
Renato Queiroz ⁽¹³⁾	1. Stefano Aguiar - MG ⁽¹³⁾
MDB	
VAGO	1. Raul Henry - PE ⁽¹⁵⁾
REPUBLICANOS	
VAGO	1. VAGO
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ⁽⁵⁾	1. Joenia Wapichana - REDE/RR ⁽⁵⁾
PSDB	
Eduardo Barbosa - MG ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PDT	
Leônidas Cristino - CE ⁽¹²⁾	1. VAGO
PSC ^(1,2,3,4)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
4. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
5. Designados, como titular e suplente, respectivamente, o Deputado Camilo Capiberibe e a Deputada Joenia Wapichana, conforme Ofício nº 5/2022 da Liderança do PSB. ([DCN de 07/07/2022, p. 266](#))
6. Designado como titular o Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 12/2022 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 07/07/2022, p. 267](#))
7. Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício nº 19/2022 da Liderança do CIDADANIA. ([DCN de 07/07/2022, p. 268](#))
8. Designados, como titular e suplente, respectivamente, a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Plínio Valério, conforme Ofício nº 22/2022 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/07/2022, p. 269](#))
9. Designados os Senadores Nelsinho Trad e Irajá, como titulares, e os Senadores Alexandre Silveira e Otto Alencar, como suplentes, conforme Ofício nº 24/2022 do Bloco PSD/REPUBLICANOS. ([DCN de 07/07/2022, p. 270](#))
10. Designados como titulares os Senadores Eduardo Braga e Rafael Tenório e, como suplentes, os Senadores Marcelo Castro e Jader Barbalho, conforme Ofício nº 34/2022 da Liderança do MDB. ([DCN de 07/07/2022, p. 271](#))
11. Designada como titular a Deputada Angela Amin, conforme Ofício nº 40 da Liderança do PP. ([DCN de 07/07/2022, p. 272](#))
12. Designado como titular o Deputado Leônidas Cristino, conforme Ofício nº 47/2022 da Liderança do PDT. ([DCN de 07/07/2022, p. 273](#))
13. Designado como titular o Deputado Renato Queiroz e, como suplente, o Deputado Stefano Aguiar, conforme Ofício nº 133/2022 da Liderança do PSD. ([DCN de 07/07/2022, p. 274](#))
14. Designado como titular o Deputado Eduardo Barbosa, conforme Ofício nº 149/2022 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/07/2022, p. 275](#))
15. Designado como suplente o Deputado Raul Henry, conforme Ofício nº 153/2022 da Liderança do MDB. ([DCN de 07/07/2022, p. 276](#))



16. Designados como titular e suplente, respectivamente, o Deputado João Maia e o Deputado Paulo Marinho, conforme Ofício nº 218/2022 da Liderança do PL. ([DCN de 07/07/2022, p. 277](#))
17. Designados como titulares os Deputados Dr. Zacharias Calil e Nicoletti; e, como suplente, o Deputado David Soares, conforme Ofício nº 220478 da Liderança do União. ([DCN de 07/07/2022, p. 278](#))
18. Designado como titular o Deputado Túlio Gadêlha, conforme Ofício S/N da Liderança do PT. ([DCN de 07/07/2022, p. 279](#))

Secretário: Ricardo Moreira Maia

Telefone(s): 33034256

E-mail: cocm@senado.leg.br



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Instalação: 04/09/2019

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM (2,20,78)	1. VAGO (2,20)
Eduardo Gomes - PL/TO (2)	2. Luiz Carlos do Carmo - PSC/GO (2)
VAGO (2,78)	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (2)
Esperidião Amin - PP/SC (35,75)	4. Eliane Nogueira - PSDB/SE (36,75,77)
PDT (PDT)	
Alessandro Vieira - PSDB/SE (3,76)	1. Fabiano Contarato - PT/ES (4)
VAGO (3,19)	2. VAGO (4)
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA (3,28,47,76)	3. VAGO (4,28,38)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Roberto Rocha - PTB/MA (25)	1. Flávio Bolsonaro - PL/RJ (37)
Soraya Thronicke - UNIÃO/MS (30,48)	2. VAGO (30)
PSD	
Angelo Coronel - BA (5)	1. Otto Alencar - BA (5)
Nelsinho Trad - MS (5)	2. Irajá - TO (5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
VAGO (6,22)	1. VAGO (6,22,72)
Jean Paul Prates - PT/RN (6,72)	2. Telmário Mota - PROS/RR (6,31)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Chico Rodrigues - UNIÃO/RR ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/MT ^(8,39,52)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁵²⁾	2. Zequinha Marinho - PL/PA ⁽⁵²⁾
PODEMOS	
VAGO ⁽²¹⁾	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Márcio Jerry - PCdoB/MA ^(49,63)
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PDT/RJ ⁽⁵⁴⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽⁴¹⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽⁴¹⁾
PT	
Luizianne Lins - CE ^(10,29)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,29)
PSL	
Caroline de Toni - PL/SC ^(11,50,56,66,67,69,70,71,73,74)	1. Carlos Jordy - PL/RJ ^(11,40,64,66,67,71,73,74)
Filipe Barros - PL/PR ^(11,53,56,66,67,71,74)	2. VAGO ^(11,55,56,62,66,67,71,74)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PL/PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - PL/RJ ^(42,60)
PL	
Marcelo Ramos - PSD/AM ⁽⁴⁵⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,45)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,32)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,27,32)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁴⁾
PSDB	
Alexandre Frota - PROS/SP ^(16,46,61)	1. Shéridan - RR ^(58,61)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - UNIÃO/BA ^(17,33)	1. Elmar Nascimento - UNIÃO/BA ^(17,57,65)
PDT	
Túlio Gadêlha - REDE/PE ⁽²³⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(26,59)
PODEMOS	
José Nelto - PP/GO ^(24,51,68)	1. José Medeiros - PL/MT ^(43,51)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - REPUBLICANOS/MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,44)

Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).

2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 91](#))

3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania. ([DCN de 22/08/2019, p. 92](#))
4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 22/08/2019, p. 93](#))
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 22/08/2019, p. 94](#))
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 22/08/2019, p. 95](#))
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 96](#))
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 97](#))
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 22/08/2019, p. 100](#))
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 22/08/2019, p. 101](#))
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD. ([DSF de 22/08/2019, p. 102](#))
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 22/08/2019, p. 103](#))
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 104](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 22/08/2019, p. 105](#))
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 106](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 22/08/2019, p. 107](#))
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 22/08/2019, p. 108](#))
19. Desligado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues(REDE), em virtude de renúncia, conforme Ofício nº 191/2021 do Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues(GSRROD). ([DCN de 22/04/2021, p. 209](#))
20. Desligados os Senadores Eduardo Braga (MDB/AM) e Renan Calheiros (MDB/AL), conforme Ofício nº 56/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 29/04/2021, p. 8](#))
21. Desligado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão(PODEMOS), conforme Ofício nº 38/2021 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/04/2021, p. 7](#))
22. Desligados os Senadores Humberto Costa (PT/PE) e Rogério Carvalho (PT/SE), conforme Ofício nº 22/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 29/04/2021, p. 6](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
24. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
25. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
27. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata(PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
28. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
29. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
30. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio(PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
31. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
32. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
34. Designado, como membro suplente, o Deputado Silvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
35. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
36. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
37. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))



38. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
39. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 12/08/2021, p. 425](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
45. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))
46. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan (PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP). (Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
47. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
48. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juíza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
50. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of. 395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
51. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
52. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of. 071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
53. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
54. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
55. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
56. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
57. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
60. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
61. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
62. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
63. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
64. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
65. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
66. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
67. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/12/2019, p. 261](#))
68. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
69. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros. (Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
70. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 443](#))



71. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/03/2020, p. 326](#))
72. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática. ([DCN de 23/04/2020, p. 7](#))
73. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/06/2020, p. 83](#))
74. Designados, como membros titulares, os Deputados Caroline de Toni e Filipe Barros, em substituição aos Deputados Joice Hasselmann e Nereu Crispim; designado, como suplente, os Deputados Carlos Jordy, em substituição aos Deputados Bozzella; e o Deputado Heitor Freire deixa de compor a comissão como suplente, em 25.03.2021, conforme Ofício nº 63/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 01/04/2021, p. 187](#))
75. Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin (Progressistas), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Progressistas), que passa à condição de suplente, em 29.4.2021, conforme Ofício nº 21/2021 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 06/05/2021, p. 40](#))
76. Designados, como membros titulares, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama, em substituição aos Senadores Katia Abreu e Veneziano Vital do Rêgo, em 23.6.2021, conforme Memorando nº 30/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 24/06/2021, p. 7](#))
77. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliane Nogueira (PP), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP), em 09.08.2021, conforme Ofício nº 36/2021 da Liderança do PP. ([DCN de 12/08/2021, p. 8](#))
78. Designado, como titular, o Senador Eduardo Braga, em cargo vago, e desligado, o Senador do Luiz do Carmo, conforme Ofício nº 11/2022, da Liderança do MDB. ([DCN de 17/02/2022, p. 16](#))

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha

Telefone(s): 3303-3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
PRESIDENTE

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º SECRETÁRIO

Senador Weverton (PDT-MA)
2º SECRETÁRIO

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p style="text-align: center;">Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Rogério Carvalho (PT-SE) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Weverton (PDT-MA) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - VAGO</p> <p>2º - VAGO</p> <p>3º - VAGO</p> <p>4º - VAGO</p>	<p style="text-align: center;">Deputado(a) Arthur Lira (PP -AL) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Marcos Pereira (REPUBLIC -SP) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Sóstenes Cavalcante (PL -RJ) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Luciano Bivar (UNIÃO -PE) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Maria do Rosário (PT -RS) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Júlio Cesar (PSD -PI) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Lucio Mosquini (MDB -RO) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC -SP)</p> <p>2º - Deputado(a) Pompeo de Mattos (PDT -RS)</p> <p>3º - Deputado(a) Beto Pereira (PSDB -MS)</p> <p>4º - Deputado(a) André Ferreira (PL -PE)</p>

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

**Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto
dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
MDB VAGO
PDT VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
- Deputado Arthur Lira (PP/AL)	- Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)
1º Vice-Presidente Deputado Marcelo Ramos (PSD/AM)	1º Vice-Presidente Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)
2º Vice-Presidente Deputado André de Paula (PSD/PE)	2º Vice-Presidente Senador Romário (PL/RJ)
1ª Secretária Deputado Luciano Bivar (UNIÃO/PE)	1º Secretário Senador Irajá (PSD/TO)
2º Secretário Deputada Marília Arraes (SOLIDARIEDADE/PE)	2º Secretário Senador Elmano Férrer (PP/PI)
3º Secretário Deputada Rose Modesto (UNIÃO/MS)	3º Secretário Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
4º Secretário Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ)	4º Secretário Senador Weverton (PDT/MA)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputada Bia Kicis (PL/DF)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Comissão com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

Eleição Geral: 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 09/03/2020



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo	Líder da Maioria	Líder da Minoria
Deputado Claudio Cajado - PP / BA		



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

